

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Márcia Campos Eurico

**Preta, preta, pretinha:
o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes
negras(os) acolhidos(as)**

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

**São Paulo
2018**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Márcia Campos Eurico

**Preta, preta, pretinha:
o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes
negras(os) acolhidos(as)**

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Silva Barroco.

São Paulo
2018

BANCA EXAMINADORA

Dedico este trabalho

À Mayza, Gustavo e Henrique, com quem
experimento o doce da vida.

Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

AGRADECIMENTOS

Sou grata, precisamente porque gratidão é um sentimento que conecta o presente e o passado e me faz reverenciar aqueles(as) que na vida cotidiana derramaram suor, lágrimas e sangue para que a luta não fosse perdida.

Sou grata às crianças e adolescentes, por serem fonte de inspiração e motivadoras da pesquisa e aos profissionais dos SAICAs que me acolheram com generosidade.

Sou grata aos(as) familiares e amigos(as) amáveis, contraditórios, companheiros, intransigentes, irritantes, irreverentes, que permaneceram comigo ao longo deste processo, todos portam expressões singulares do ser social. Há entre uns e outros, pessoas que me sustentaram nesta trajetória e que são partícipes da vida que carrego em mim e das constantes transformações. Em especial às amigas(os) Andrea Agda, Deise Fernandes, Mabel Assis, Nei Oliveira, Sandra Paulino, Cássia Mazetti, Kajali Vitorino, com quem experimento os desafios da docência e da vida.

Sou grata às companheiras(os) que, de maneira incisiva, têm se organizado em torno da ampliação e divulgação do debate étnico-racial na ABEPSS, no CFESS/CRESS, nas Universidades Públicas e Privadas, nos Movimentos Sociais, entre outros espaços coletivos.

Sou grata à Roberta Pereira da Silva pela sua sagacidade e por me conhecer profundamente, o que lhe dava o privilégio de me trazer para o real, quando a dor surgia, poderosa, e me fazia titubear. À Marcela Tavares Ferroni, mente inquieta, disposta a me ouvir e auxiliar sempre. Juntas vivenciamos a pesquisa de campo, tive o privilégio de ser assessorada por elas... juntas choramos diante dos depoimentos vívidos e realistas, em longas conversas regadas a vinho.

Sou grata: às professoras Dra. Renata Cristina Gonçalves dos Santos e Dra. Maria Beatriz Costa Abramides pelas ricas contribuições no momento da qualificação. Nesta reta final conto com a presença das Professoras: Dra. Magali da Silva Almeida, Dra. Roseli da Fonseca Rocha, Dra. Maria Lúcia Martinelli e Dra. Maria Beatriz Costa

Abramides – na posição de titulares, e Dra. Raquel Raichelis Degenszajn e Dra. Ilka Custódio de Oliveira, na posição de suplentes. Meu trabalho profissional certamente carrega um pouco de cada uma destas profissionais. O prazer em compartilhar com elas o momento da defesa da tese é imensurável.

Gratidão especial à Professora Maria Lúcia Silva Barroco, que ao aceitar o desafio de me orientar desde o mestrado, me possibilitou trilhar caminhos inimagináveis. Expresso aqui todo meu afeto, posto que tornou minha trajetória menos dolorosa frente a uma universidade que segue reproduzindo a desigualdade étnico-racial.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento parcial da pesquisa e aos docentes do PEPG em Serviço Social pelo aprendizado cotidiano.

Gratidão sempre... parafraseando Luiz Carlos Sá e Sergio Magrão: “Por tanto amor, por tanta emoção... A vida me fez assim”.

EURICO, Márcia Campos. **PRETA, PRETA, PRETINHA: o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras(os) acolhidos(as)**. 2018. 1 v. Tese (Doutorado) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

RESUMO

A pesquisa buscou analisar como se materializa o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negros(as) e o quanto esta prática guarda profunda relação com as formas legitimadas de controle dos corpos negros no período da escravidão no Brasil. Os procedimentos metodológicos envolveram pesquisa documental bibliográfica, a partir de três eixos: democracia racial, racismo institucional e acolhimento institucional, cuja leitura analítica permite estabelecer a crítica ao modelo de atenção à infância, materializado no cotidiano dos serviços; e pesquisa de campo nas instituições, com a realização de grupos focais dirigidos aos profissionais. Ao mergulhar no complexo processo de acolhimento institucional, por detrás da aparência de um lugar seguro – com teto, cama quentinha e cinco refeições diárias – fato que os profissionais, via de regra, apresentam como sinônimo de acolhimento, o que se revela é uma instituição projetada para enquadrar essas crianças e adolescentes, condená-los ao confinamento e reforçar, além do não lugar, a degeneração de suas famílias. Se o cotidiano é lugar de reprodução de práticas irrefletidas e carregadas de ideologia, os serviços de acolhimento institucional também incorporam estas práticas e reproduzem o racismo institucional, sem constrangimentos, porque representam o Estado que se colocou no eminente papel de guardião da infância e adolescência “pobres”. Conclui-se que o público-alvo dos serviços de acolhimento institucional tem história, tem classe social e tem raça/cor, e a tarefa prioritária é fazer emergir essa história para que se possa conhecer a essência do fenômeno de acolhimento como mais uma manobra do capitalismo de controle sobre a classe trabalhadora.

Palavras-chave: Racismo institucional. Acolhimento institucional. População negra. Infância. Adolescência.

EURICO, Márcia Campos. **Black, black, Little Black**: the institutional racism in everyday life of welcomed black children's and teenagers. 2018 .1 Thesis (Doctorate) - Social work course, Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo, 2018

ABSTRACT

The research has sought to analyse how the institutional racism takes place in black children's and teenagers daily routines and how much this practice keeps deep relation to the accredited forms of black bodies control during slavery period in Brazil. The methodological procedures involved bibliographic documental research from 3 axes: racial democracy, institutional racism and institutional sheltering, whose analytical reading allows it to establish the criticism to the infancy attention model, materialised into the service daily routine; and field research in the institutions with the realization of focus group directed to the professionals. By immersing into the complex institutional sheltering process, behind the appearance of a safe place - with a roof, warm bed and five daily meals - a fact that professionals present it as a synonym of sheltering, what in fact is revealed as a projected institution to frame these children and adolescents, condemn them to confinement and reinforce, besides the non-belonging concept, their families' degeneration. If the daily-life is a place for thoughtless practices and loaded with ideology, the institutional sheltering services also incorporate these practices and perform the institutional racism, without embarrassment, because they represent the State which has played their eminent role of "poor" infancy and adolescence guardian. It is concluded that the institutional sheltering service target public has history, social class and race/color, and the priority task is to emerge this history so that the essence of sheltering phenomenon may be known as one more maneuver of controlling capitalism over the worker's class.

Key-words: Institutional racism. Institutional sheltering. Black population. Infancy. Adolescence.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População brasileira segundo cor/raça, conforme dados do IBGE (2010)....	86
Gráfico 2 - Média de anos de estudos da população ocupada com 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça no Brasil, 1999 e 2009.....	88
Gráfico 3 - Distribuição dos domicílios, que recebem Bolsa Família, segundo cor/raça do/da chefe no Brasil, 2006.....	90
Gráfico 4 - Distribuição de domicílios urbanos em favelas, segundo sexo e cor/raça do/da chefe no Brasil, 2009.....	91
Gráfico 5 - Renda média da população, segundo sexo e cor/raça no Brasil, 2009.....	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados dos profissionais que participaram da pesquisa – Saica 1.....	109
Quadro 2 - Dados dos profissionais que participaram da pesquisa – Saica 2.....	110
Quadro 3 - Perfil crianças e adolescentes – Saica 1.....	112
Quadro 4 - Perfil crianças e adolescentes – Saica 2.....	113

LISTA DE SIGLAS

ACNUR	ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS
BPC	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA
CFESS	CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL
CRAS	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CREAS	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ECA	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
FEBEM	FUNDAÇÃO ESTADUAL PARA O BEM-ESTAR DO MENOR
FNB	FRENTE NEGRA BRASILEIRA
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
INSS	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
IPEA	INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
LOAS	LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
MN	MOVIMENTO NEGRO
OSC	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PUC/SP	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
SAE DST/AIDS	SERVIÇO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA
SAICA	SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
SMADS	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SUAS	SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TEN	TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO
UNESCO	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
PARTE I – AS MULTIPLAS DETERMINAÇÕES DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO BRASIL: contribuições para o debate.....	34
CAPÍTULO I.....	35
1 A FUNÇÃO SOCIAL DO RACISMO E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL.....	35
1.1 A escravidão e a presença negra na formação econômica e cultural da sociedade brasileira.....	36
1.2 A complexidade das relações étnico-raciais no Brasil: metamorfoses na transição do Século XIX para o Século XX.....	51
1.3 O mito da democracia racial e sua funcionalidade na contemporaneidade.....	59
1.4 As conexões fundamentais entre classe social, raça/etnia e a questão de gênero: algumas particularidades da realidade brasileira.....	69
PARTE II - QUEM DIZ QUE PROTEGE, NÃO CUIDA: MINÚCIAS DO RACISMO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.....	79
CAPÍTULO II.....	80
2 DESVELANDO O RACISMO INSTITUCIONAL NO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NEGROS(AS).....	80
2.1 A discriminação étnico-racial: a realidade nos dados estatísticos.....	85
2.2 Família: cada um tem a sua!.....	93
2.3 Na minha casa todo mundo é bamba.....	100
2.4 Além do horizonte: o percurso da pesquisa de campo.....	105
2.5 Era uma casa muito engraçada.....	110
2.6 “Farol apagado”: afinal o que os ordenamentos jurídicos e técnicos nos dizem?.....	126
2.7 Nem tudo que reluz é ouro.....	132
2.8 A moral como pílula perfeita para a “cura do mal”.....	140
2.9 Ó pedaço de mim, ó metade arrancada de mim.....	151
2.10 Mas eu também sei ser careta. De perto, ninguém é normal.....	154
2.11 Família brasileira... Dois contra o mundo.....	159
2.12 Não é sobre cabelos ou tranças! É sobre racismo na infância!.....	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	188
REFERÊNCIAS.....	195

INTRODUÇÃO

“Cada árvore [...] nos diz que, para ter qualquer aspiração, precisamos estar bem assentados e que, por mais alto que possamos chegar, é de nossas raízes que tiramos nossa base de sustentação”.

(Wangari Maathai)¹

Falar sobre a minha trajetória pessoal e profissional pressupõe explicitar as múltiplas determinações que me constituem, tarefa difícil, mas prazerosa. Nas linhas que se seguem, pretendo fazer isto de forma simples e objetiva, porém certa de que a subjetividade é parte intrínseca deste caminho.

Minha história certamente começa com a união de duas pessoas especiais: Jovelina e Vicente, negros mineiros da cidade de Três Corações, que vieram para São Paulo na década de 1960, em busca de melhores condições de vida. Sou a nona filha de um total de dez filhos, nasci no ano de 1973, em plena Ditadura Militar e, muitas dificuldades nos acompanharam desde então. Nasci, cresci e continuo morando na zona leste da cidade de São Paulo. Nossa casa, autoconstruída, aumentava. Com trabalhos precarizados e absolutamente desprotegidos, meus pais conseguiram comprar um terreno com um pequeno cômodo de tijolinho de barro, sem banheiro, local que nos abrigou e que, gradativamente, meu pai aumentava com compensados de madeira e materiais de construção usados, que trazia das casas em grandes condomínios de luxo, onde realizava serviços de pintor de paredes. Vivíamos num enorme barraco, dividido internamente com madeiras, guarda-roupas, muito bem cuidado e decorado por minha mãe. Um ambiente recheado de amor, apesar do enorme trabalho que era cuidar de

¹ Wangari Maathai nasceu no Quênia e foi a primeira mulher negra africana da África oriental a receber o grau de Doutora em Ciências no ano de 1971. A trajetória de lutas a favor do desenvolvimento sustentável, dos direitos das mulheres e da democracia é reconhecida internacionalmente. Em 2004 tornou-se a primeira mulher africana a receber o Prêmio Nobel da Paz pelo trabalho articulado de reflorestamento com o plantio de mais de 30 milhões de árvores, a defesa das crianças e dos animais, a partir da premissa de que é preciso pensar no futuro, mesmo quando o presente é tão duro. Prévot (2013).

tantos filhos, com recursos tão insuficientes. Meu irmão caçula nasceu três anos após a minha chegada, quando ela tinha 42 anos. Minha mãe alternava os cuidados com a casa e os filhos, com os trabalhos externos para garantir o essencial, durante os longos períodos que meu pai se ausentava. Dependendo do seu local de trabalho, voltar para casa podia demorar uma semana, um mês ou até mais. Para minha mãe, a solução era cuidar do filho da vizinha, lavar e passar roupa para uma conhecida, lavar uniforme de time de futebol, enfim, tarefas que lhe permitiam ficar em casa.

Ambos, semialfabetizados, possuem uma sabedoria singular, sempre valorizaram a história e a trajetória familiar, a honestidade e a educação. A capacidade de leitura da realidade e de contestação é gigantesca, ainda que por força da brutal exploração no âmbito do trabalho precarizado, os processos de contestação do *status quo* tenham sido parcos, em um país cuja persistência do racismo, dentre outras coisas, lhes negou o acesso à educação elementar, 60 anos após a abolição da escravidão, pela necessidade iminente de sobreviver pelo suor das próprias mãos aos sete, oito anos de idade, não mais que isso.

Meu incômodo com o papel da mulher na sociedade patriarcal começou a florescer ainda na infância, quando percebia a sobrecarga de minha mãe para que nós, os filhos, estivéssemos sempre bem cuidados e educados, bem como todas as precauções para poupar o marido de aborrecimentos com a casa e os filhos. Ela nunca expressou sentimento de indignação frente à vida paupérrima que vivíamos, mas se agigantava quando o assunto era insultos preconceituosos desferidos contra os seus familiares. Eu cresci em uma casa feliz, ingressei na escola e guardo raras lembranças desse período, existem coisas que a memória sabiamente apaga. Lembro-me com tristeza do desejo de participar de atividades coletivas como um jogral, leitura de um poema, peça teatral, atividades para as quais eu parecia não existir. Precisava ser aceita, gostava de estudar e me tornei uma garota inteligente, comportada e quase invisível, o que se espera de uma criança negra. Vivia no mundo dos livros, lendo, descobrindo e questionando porque a vida era tão dura e conclui o ensino médio aos 17 anos, período em que já estagiava com bolsa remunerada. Trabalhar e estudar é algo que faz parte do

meu cotidiano desde os 15 anos. Foi no campo de estágio administrativo em um banco que vi meus horizontes se ampliarem significativamente. Ainda hoje guardo um profundo carinho e respeito pela gerente que me tratava com muito zelo e afeto. Afeto que se traduzia também nas tortas, doces, chocolates e mimos que só eram possíveis ali. A vida permanecia difícil, mas meu inconformismo crescia na mesma proporção que o desejo de alterar aquela realidade; o ano era 1990.

Foram muitos anos de trabalho intenso e guardei no coração o desejo de continuar estudando. Por outro lado, não aceitava passivamente as situações vexatórias, que surgiam no cotidiano do trabalho. Apesar das amarras, sempre encontrei brechas para questionar e não sucumbir por completo; quer na vida familiar, quer no ambiente de trabalho. Atitudes que eram reprovadas por minha mãe, que construía sua história, por exemplo, colocando os outros como mais importantes do que ela e, também, o peso que a administração da casa causava – e ainda causa – grandes aflições porque as despesas da família eram altas e cabia a todos contribuir com as despesas.

Aos 19 anos, por meio de concurso público, ingressei na Prefeitura Municipal de São Paulo, como Auxiliar Administrativa, na área da saúde. Foi um avanço significativo a certeza do trabalho protegido, com estabilidade e segurança em relação ao futuro, mas ainda era pouco. Eu ainda não estava satisfeita, queria mais da vida, queria ser espelho para as pessoas que amava! O trabalho na área da saúde ampliou minhas possibilidades de crescimento e passei a projetar um novo futuro, pois o espelho à minha frente mostrava jovens da minha idade, cujo acesso à universidade na idade adequada lhes traziam a vantagem de ter assumido cargos de nível superior no mesmo espaço de trabalho que eu. Aos 20 anos veio o casamento e, com ele, novas responsabilidades. Era preciso inverter a imagem no espelho, mas as condições objetivas não permitiam a operacionalização desse projeto. O sonho continuava sendo adiado...

Era o ano de 1996. O prefeito da época, Paulo Maluf, privatizava a área da saúde e por meio de remoção *ex officio* redistribuiu centenas de servidores para outras secretarias; meu nome estava na lista. Contraditoriamente, essa arbitrariedade me forneceu as possibilidades necessárias para redirecionar meu projeto profissional. Cerca de

dois meses após a transferência retornei para a área da saúde. Dessa vez em um dos redutos da resistência, um dos serviços de saúde especializado no atendimento de pacientes soropositivos para o HIV, quando o município sequer tinha estruturado uma política de atendimento e a terceirização não absorveu esta área.

No SAE DST/AIDS Fidélis Ribeiro, uma equipe composta por profissionais de nível operacional, médio, técnico e superior, com pouco ou nenhum conhecimento sobre a AIDS, se dispôs a trabalhar a partir de um referencial: tratar os pacientes com a mesma dignidade que gostaríamos que fosse dirigida a nós pelo governo da época.

Minha trajetória profissional se consolida, efetivamente, a partir deste momento. Falar sobre HIV/AIDS era adentrar num terreno escondido, discutir preconceito e discriminação, sexualidade, prazer e doenças sexualmente transmissíveis, o que fazíamos coletivamente, desde a equipe de vigilância até os profissionais de formação superior, sem distinções.

A política de atendimento, alinhada aos princípios do Sistema Único de Saúde e a proposta de trabalho com pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS, favorecia o debate acerca do ser social, das determinações socioculturais, que tornam um sujeito mais ou menos vulnerável à infecção, porém, as questões de gênero e raça/etnia não apareciam como importantes para a formação dos profissionais e no atendimento direto com os pacientes.

Entender como operavam os mecanismos de preconceito e discriminação em virtude da raça, orientação sexual, uso e abuso de drogas ilícitas – principalmente injetáveis, bem como contra profissionais do sexo, travestis etc., foram fundamentais para que eu fizesse a opção pelo Serviço Social. Os fatores socioculturais e históricos que desencadeiam relações tão desiguais entre as pessoas careciam de uma explicação teórica, pois não eram normais, nem naturais.

O olhar cada vez mais crítico para a realidade colocava em xeque valores e verdades absolutas, que insistiam em me acompanhar. Assim, precisava buscar novos conhecimentos para uma leitura crítica da realidade, ancorada em referenciais teóricos.

Naquele mesmo período, em meio à descoberta da finitude da vida porque, ironicamente, um dos meus irmãos se descobriu soropositivo para o HIV, o trabalho me colocava em contato direto com pacientes soropositivos e com a morte iminente que a AIDS representava, decidi que era hora de trazer algum alento para aquela realidade tão dura. O alento tem identidade definida, a maternidade em dois tempos: Henrique e Gustavo, hoje com 20 e 18 anos respectivamente.

Em 2002, motivada pelo desejo de entender as contradições presentes na realidade e de contribuir para uma relação mais igualitária entre as pessoas, independentemente de qualquer coisa, ingressei no Curso de Serviço Social da Universidade Cruzeiro do Sul. O ensino era privado, curso noturno, com todas as dificuldades que se possa imaginar. Semestre após semestre a superação me acompanhava; filhos, casa, trabalho, faculdade, tudo realizado dentro do possível. Aproveitei cada momento, cada professor, cada experiência. Na graduação realizei as primeiras aproximações com autores que traziam elementos para o debate acerca da temática étnico-racial. A desigualdade étnico-racial presente no cotidiano e denunciada por um olhar mais atento sempre me indignou, seja na família, seja na escola ou no mercado de trabalho, entre outros espaços e assumi a responsabilidade de enfrentá-la de forma constante e sem trégua.

Era o ano de 2006, ano da partida do meu irmão Marcelo – um bravo combatente na luta contra o HIV, e ano da minha inserção no espaço acadêmico como docente na Universidade Guarulhos no Curso de Serviço Social, que estava em fase de implantação. Ciente da responsabilidade que a docência requer, fiz minha primeira incursão no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP, como aluna ouvinte, espaço que me permitiu aprofundar de maneira crítica os conhecimentos acerca dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão.

O ingresso no Mestrado veio dois anos depois, um novo tempo, apesar dos perigos, das dores, das incertezas e das dificuldades para se manter na pós-graduação, sem bolsa integral, com tempo restrito de dedicação aos estudos e com uma dose extra de superação, o anteprojeto de pesquisa nasceu, se transformou e se consolidou na

dissertação de mestrado², da qual tanto me orgulho.

O encontro com a Prof.^a Dra. Maria Lúcia Silva Barroco e, finalmente, a possibilidade de pautar o debate étnico-racial no interior da categoria profissional que eu escolhi, foram permeados pela certeza da mão estendida e disposta a ensinar, com a paciência que acompanha doutores experientes e comprometidos com a produção de conhecimento científico de qualidade.

Desde então, a docência faz parte do meu cotidiano profissional e possibilita o refrigério necessário que me ajuda a não sucumbir diante da barbárie que desafia a capacidade de transformação da realidade. Obviamente no ensino superior privado, lócus da minha intervenção atual, a mercantilização da educação exige um outro sistema de mediações na direção de uma formação crítica dos discentes, que oriundos da classe trabalhadora, enfrentam desafios que não são estranhos à minha trajetória. O imperativo ético se coloca com maior intensidade aqui, porque reconheço as similitudes entre meu percurso acadêmico e profissional e as trajetórias singulares desses estudantes, com presença maciça de mulheres e homens, negras e negros.

Nesse ínterim, assumi o cargo de assistente social no SAE DST/AIDS Fidélis Ribeiro, o mesmo local onde na função administrativa por dez anos eu atendi com dignidade as pessoas contaminadas pela epidemia. A mudança de função foi motivo de orgulho, resultado da minha determinação e do apoio recebido de várias pessoas. Outros concursos vieram e em 2012 me exonerei da prefeitura e assumi como assistente social no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. No mesmo ano, nasceu minha filha Mayza, pérola, que recoloca o pertencimento étnico-racial sobre outros patamares: reconhecer-me nela e nela reconhecer a força do meu povo e a beleza negra feminina, tão cara a nós mulheres negras, bombardeadas diariamente pelo ideal de beleza branco europeu.

A infância ganhava agora outra dimensão! Pensar na minha filha é pensar em todas as crianças negras e como o futuro se desenha para elas, pois agora a consciência do racismo é mais profunda do que quando nasceram Henrique e Gustavo, sujeitos que

² Dissertação de Mestrado intitulada: *Questão racial e Serviço Social: uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social*.

também vivenciam cotidianamente as perversidades do racismo.

A ética me impunha agora novas atitudes frente a uma questão medular da sociedade brasileira: olhar para crianças e adolescentes negras(os) e enxergar através delas(as), suas histórias, superações e o quanto o racismo continua a erguer barreiras gigantescas quando o assunto é projetar sonhos e concretizá-los.

Coloca-se a necessidade de esmiuçar o racismo na infância e as notícias sobre a persistência de crianças e adolescentes negras(os) nos Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes (Saicas) e as diversas violações de direitos a que estão submetidos no cotidiano destas instituições me fizeram retornar para a pós-graduação e ingressar no Doutorado em Serviço Social, com a certeza de que esta profissão fornece os referenciais necessários para a suspensão do real, o retorno à vida cotidiana de forma mais humanizada e a projeção de uma nova ordem societária.

O modo de ser da profissão sofreu imensas transformações desde seu surgimento no Brasil, em 1936. A gênese do Serviço Social brasileiro está intrinsecamente ligada à necessidade de intervir na questão social³, que se agudiza nas primeiras décadas do século XX, no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. As bases da profissão se organizam a partir das influências da doutrina social da Igreja Católica e à medida que a formação profissional está vinculada ao conservadorismo desta instituição, os profissionais tendem a analisar a *questão social* como problema moral e religioso, recebendo influências da ideologia conservadora, presente nos pressupostos valorativos do Positivismo, da moral católica e do modo de pensar dominante na sociedade brasileira, marcada historicamente pelo conservadorismo.

Nesse contexto, a desigualdade étnico-racial era entendida como fruto da “inferioridade” da população negra.

³ “O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade... a produção fruto de um trabalho cada vez mais coletivo, contrastando com a desigual distribuição da riqueza entre grupos e classes sociais nos vários países, o que sofre a decisiva interferência da ação do Estado e dos governos.” (IAMAMOTO, 1999, p. 27).

O fato de o perfil étnico-racial da clientela do Serviço Social em sua gênese ter sido alvo de um sonoro silêncio, ou, quando muito, ser tratado com cautela, mostra ser este tributário da ideologia racial dominante. É provável que fosse considerado constrangedor mencionar a condição racial do indivíduo assistido, que fosse considerado ofensivo indigitar os usuários como negros. Mais importante, contudo, que o tributo ideológico que prestavam os assistentes sociais, era a qualidade da intervenção profissional que tais ideologias nortearam. Embora não evocassem de modo direto e franco as qualidades negativas consideradas inatas da 'raça negra', os profissionais do Serviço Social produziam o mesmo resultado por vias mascaradas e indiretas. (FERREIRA, 2010, p. 172).

Entre as décadas de 1960 e 1970, e sob influência das variadas formas de resistência e questionamento do conservadorismo presente nos diversos países da América Latina, a profissão adquire condições objetivas para questionar suas bases conservadoras. Esse questionamento foi determinado por vários elementos que configuram um processo de erosão das bases tradicionais do Serviço Social em nível mundial conforme afirma Netto (2002):

Este é o cenário mais adequado para promover a contestação de práticas profissionais como as do Serviço Social "tradicional": seu pressuposto visceral, a ordem burguesa como limite da história, é questionado; seus media privilegiados, as instituições e organizações governamentais e o elenco de políticas do Welfare State, veem-se em xeque; seu universo ideal, centralizado nos valores pacatos e bucólicos da integração na 'sociedade aberta'", é infirmado; sua aparente assepsia política, formalizada 'tecnicamente', é recusada. Mais decisivo ainda: a sua eficácia enquanto intervenção institucional é negada, a partir dos próprios resultados que produz. (p. 143)

Na América Latina, este processo inaugura o Movimento de Reconceituação, que se configura de maneira diversificada, formado por vertentes que questionam as formas tradicionais⁴ da profissão. Os questionamentos e as várias possibilidades de resposta fazem com o que os profissionais comecem a se aproximar de um posiciona-

⁴ Para uma análise deste discurso e ação, cf. Santos (1979), Ianni (1981), Vieira (1983) e Covre (1983). Sugerimos entender como Serviço Social tradicional a "prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais, 'paramentada' por uma ética liberal-burguesa e cuja teleologia consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado ineliminável". (NETTO, 1981b, p. 44).

mento ético-político que refuta o tradicionalismo no âmbito da profissão.

No Brasil, a crítica ao Serviço Social tradicional é desencadeada desde o período que antecede o golpe de 1964, entre finais de 1959 e 1964 e prossegue durante a ditadura na resistência que se gesta na universidade.

Vislumbra-se, no primeiro lustro dos anos sessenta, um duplo e simultâneo movimento: o visível desprestígio do Serviço Social 'tradicional' e a crescente valorização do que parecia transcendê-lo no próprio terreno profissional, a intervenção no plano 'comunitário'. E aqui, rebatendo mediatamente o processo sociopolítico em curso e as suas tensões, divisavam-se três vertentes profissionais – uma corrente que extrapola para o Desenvolvimento de Comunidade os procedimentos e as representações 'tradicionais', apenas alterando o âmbito da sua intervenção; outra, que pensa o Desenvolvimento de Comunidade numa perspectiva macrossocietária, supondo mudanças socioeconômicas estruturais, mas sempre no bojo de ordenamento capitalista; e, enfim, uma vertente que pensa o Desenvolvimento de Comunidade como instrumento de um processo de transformação social substantiva, conectado à libertação social das classes e camadas subalternas. (p. 140).

O rearranjo global descrito acima revela que a renovação do Serviço Social não está restrita ao acúmulo teórico que a profissão apresentava naquele momento histórico. A relação que Netto (2002) estabelece é complexa e contraditória e o autor salienta de imediato que no discurso e na ação governamental, durante o período ditatorial há uma explícita validação e reforço daquilo que ele caracteriza como Serviço Social tradicional.

As condições postas pela dinâmica social, sobretudo com a “reorganização do Estado e as modificações profundas na sociedade que se efetivaram, durante o ciclo autocrático burguês, sob o comando do grande capital” (p. 118) atingem o Serviço Social principalmente na prática e na formação profissional, sendo que no final da década de 1970 se fortalece a vertente crítica orientada pela necessidade de apreender as determinações sócio-históricas da formação, desenvolvimento, consolidação e crise do sistema capitalista à luz dos referenciais teóricos presentes na teoria social de Marx, esta perspectiva ficou conhecida Intenção de Ruptura, conforme Netto (2002).

A partir de 1980, a profissão passa a assumir uma postura ético-política de enga-

jamento nas lutas e reivindicações sociais anticapitalistas; na defesa dos direitos humanos; na mobilização de programas e políticas sociais e na objetivação das diferentes demandas da população (BARROCO, 2008). Contexto em que a práxis política do Serviço Social se efetiva no “espaço da luta ideológica, o campo de coexistência e confronto entre as éticas e as políticas de classe” (p. 230).

Tantas modificações e determinações sócio-históricas consolidam um Serviço Social maduro, na década de 1980, dentre elas a incorporação de uma análise crítica orientada pela tradição marxista que permite uma apreensão do movimento de transformação da realidade social. O assistente social, enquanto trabalhador assalariado, desempenha suas funções na contraditória relação capital/trabalho, está inserido na divisão social e técnica do trabalho e constata que não existe neutralidade no seu fazer profissional. A consciência da sua inserção de classe impõe um posicionamento ético-político, isso em função de um novo projeto profissional, que se consolida, a partir daquela década, no contexto de redemocratização da sociedade brasileira e de reorganização política dos movimentos sociais e entidades de classe dos trabalhadores.

O período, entretanto, é emblemático para o avanço da luta contra o preconceito e a discriminação étnico-racial, quer seja em âmbito nacional, quer seja internacionalmente. Várias formas de resistência e de lutas são protagonizadas pela população negra ao redor do mundo e a profissão ao questionar o conservadorismo, que marca sua origem, se desloca gradativamente para a análise da realidade social, a partir da perspectiva marxista, que compreende a luta social como decorrente da luta de classes.

Se o Serviço Social é parte e expressão da sociedade e o debate étnico-racial ecoa com maior intensidade no processo de redemocratização do país, a intervenção protagonizada por várias mulheres negras, assistentes sociais e militantes⁵, junto ao

⁵ Conforme afirma a professora Dra. Magali da Silva Almeida: “Primeiramente o debate sobre o racismo, preconceito e discriminação racial da população negra remete uma inquietação da sociedade brasileira, sobretudo nos anos de 1980. A conjuntura expressava a ascensão de vários movimentos sociais importantes, dentre os protagonistas estavam os movimentos negros. A Constituinte em 1988 consagra a criminalização do racismo, legitimando a luta antirracista no Brasil, historicamente, protagonizada pelas negras e negros. Neste mesmo ano, ocorria a celebração oficial dos 100 anos da Abolição, e o então presidente José Sarney reforça o “13 de maio” como a data celebrativa prestando homenagem à princesa Isabel. Os Movimentos Negros (MN) se organizam nacionalmente com intuito de desmascarar a falácia da “democracia racial”, reforçando seu caráter de mito, e como militante do MN – nos

coletivo profissional, denunciando a persistência do racismo e a necessidade de apropriação teórica desta temática será referendada pelos profissionais, que integram a gestão do Conselho Federal de Serviço Social no período de 1990-1993 e pela primeira vez na história da profissão, a questão da não discriminação aparece como um dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, aprovado em 1993. A trajetória das mulheres negras, assistentes sociais, que travaram batalhas importantíssimas e abriram caminho para o debate étnico-racial no espaço acadêmico, a partir da década de 1980, ainda carecem de um registro rigoroso, que nos permita compreender melhor o debate étnico-racial no interior da profissão naquele período⁶.

Seguramente, os debates protagonizados pelos profissionais engajados na luta antirracista representam um marco na profissão, à medida que permitem desvelar as determinações presentes na vida social e que requerem outras mediações que permitam a análise do movimento do real, naquilo que representam as particularidades da população negra brasileira.

Os avanços continuam e a tarefa que se coloca como urgente é desvendar nas tramas do real a intrínseca relação entre questão étnico-racial e questão social, à luz da teoria marxista, ação que não se coloca apenas como modismo, como tarefa particular de assistentes sociais negros(as), mas como uma imperiosa tarefa do coletivo profissional, à medida que a fragmentação da análise possa produzir pesquisas e

engajamos na construção da Marcha Contra a Farsa da Abolição. Quando os MN assumem essa bandeira, essa agenda, eu estava militando no Conselho Regional de Serviço Social no Rio de Janeiro (na época CRAS-RJ), no cargo de vice-presidenta. Lembro-me que coloquei em pauta na reunião do conselho pleno do então CRAS a necessidade da entidade assumir essa bandeira de luta, ou seja, a luta contra o racismo e suas mazelas. Assim, assumimos essa luta. Então, a nossa entidade é uma das entidades dos trabalhadores que, em conjunto com o MN, organiza a Marcha de 1988, participando do núcleo de organização estadual. Por conta dessa participação, passamos a ser uma referência para as outras entidades de classe no Rio de Janeiro sobre esse tema. Abrimos um leque de articulações do ponto de vista regional e estadual. Particpei de muitos eventos no estado, fora do município do Rio de Janeiro, fui a todos os municípios da Baixada Fluminense, Campo Grande, Zona Oeste e demais regiões". (ALMEIDA, 2013, p. 231)

⁶ Aqui me refiro às contribuições de profissionais como a Professora Doutora Magali da Silva Almeida – atualmente professora da Universidade Federal da Bahia, a Professora Doutora Elisabete Aparecida Pinto - atualmente professora da Universidade Federal da Bahia e a Professora Doutora Marlise Vinagre Silva, atualmente professora-adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que travaram embates fundamentais nos encontros coletivos da categoria.

intervenções no âmbito das políticas públicas, com um cariz de modernidade, mas apoiadas em posturas conservadoras e autoritárias.

A percepção cotidiana desta realidade emblemática e o acúmulo teórico adquirido com a pesquisa de Mestrado suscitam novas responsabilidades em relação a uma questão tão cara à sociedade brasileira, o que me leva a investigar a essência do racismo institucional⁷ e as justificativas reproduzidas pelo senso comum, que visam reforçar o mito da democracia racial ao invés de possibilitar a crítica do quão perverso é a desigualdade étnico-racial no Brasil.

O cenário atual de constante segregação e desqualificação da população negra tem, como um dos efeitos, o alto índice de acolhimento institucional de crianças e adolescentes negras(os). Entende-se que uma ação mais assertiva deve esmiuçar as raízes do racismo, que faz dessas crianças e adolescentes o alvo majoritário de políticas de controle e acolhimento institucional, em vez de ações pautadas na perspectiva de que são pessoas em situação peculiar de desenvolvimento, sujeitos de direitos, dentre eles o direito a convivência familiar e comunitária em ambiente que favoreça seu desenvolvimento de maneira saudável.

Na elaboração da tese buscamos salientar a articulação importante entre raça e classe, elementos que estão na base da formação social do Brasil. Estes se configuram como diferenciais importantes da pesquisa, à medida que possibilitam a produção de conhecimento a partir dos referenciais marxistas e, quando se aprofunda os estudos sobre os séculos de escravidão no Brasil, é possível identificar a essência da desigualdade social entre nós, uma questão emblemática do processo de formação da sociedade brasileira.

A princípio, no longínquo século XVI, a escravização da população negra justifica-se pela carência de mão de obra necessária para desbravar o continente

⁷ “Fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas devido à sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes da ignorância, da falta de atenção, do preconceito ou de estereótipos racistas. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações”. (DFID/PNUD, 2005, p. 6).

americano e revigorar a economia do Velho Mundo, imerso em um processo de decadência gradual. A escravização é defendida pela classe dominante, como elemento imprescindível para alavancar o progresso, enquanto uma atividade lícita⁸. Para os colonizadores portugueses, o modo de produção vigente é lícito, porque para “conquista” e exploração do território brasileiro a mercadoria retirada da África é imprescindível, uma mercadoria de valor incalculável para os interesses do capital, ou seja, milhares de seres humanos, cujas vidas são capturadas pela ganância e insensatez de outros seres humanos, detentores dos meios de produção. Imbricados aos interesses da Coroa Portuguesa, os projetos da Igreja Católica para o Novo Mundo desconsideram as violações humanas sofridas pela população negra africana em território brasileiro.

Novamente, a escravização é lícita em face da necessidade de dinamizar o poder da Instituição no país ao ampliar o número de pessoas submetidas, do ponto de vista religioso, ao projeto do catolicismo universal, uma vez que seu raio de atuação sofre um enorme abalo provocado por dissidentes católicos, que lideram a Reforma Protestante, ao longo do século XVI, no continente europeu. A forma como a classe dominante europeia concebe os povos africanos, acerca de um modo de ser fetichizado, com culturas e valores morais e/ou religiosos primitivos e animais, constrói as bases que justificam a dominação negra e, no caso da tradição judaico-cristã, a purificação das almas pelo sacramento do batismo, rito de passagem obrigatório e único caminho para a salvação das almas.

Processo que não se desenvolve de maneira cordial, há que se ressaltar a resistência dos povos africanos, que entre avanços e retrocessos, ao longo dos séculos tensiona a escravidão e se organiza de modo a fortalecer as relações familiares e

⁸ “O período que se estendeu de 1500 a 1800 viu estabelecer-se um novo sistema geoeconômico orientado para o Atlântico, com seu dispositivo comercial triangular, ligando a Europa, a África e as Américas. A abertura do comércio atlântico permitiu à Europa e, mais particularmente, à Europa Ocidental, aumentar sua dominação sobre as sociedades das Américas e da África. Desde então, ela teve um papel principal na acumulação de capital gerado pelo comércio e pela pilhagem, organizados em escala mundial. A emigração dos europeus para as feitorias comerciais da África e dos territórios da América do Norte e do Sul fez surgir economias anexas que se constituíram no além-mar. Estas desempenharam, em longo prazo, um papel decisivo na contribuição para a constante ascensão da Europa que impingia sua dominação sobre o resto do mundo” (OGOT, 2010, p. 2).

grupais, por meio da compra de cartas de alforrias, do confronto direto com o opressor, da formação dos quilombos, das irmandades negras e, no limite, de atitudes radicais de alcance da liberdade individual por meio do suicídio, do aborto, entre outros.

Escavidão e capitalismo não se confundem, mas se relacionam: o capitalismo criou e depois destruiu a escavidão. O trabalho escravo foi a base sobre a qual o capitalismo pôde se desenvolver, funcionar e expandir em sua fase mercantil, caracterizada pela produção de mercadorias nas colônias e sua comercialização entre as metrópoles europeias. E o mercantilismo, por sua vez, criou algumas condições básicas à passagem para as fases seguintes do capitalismo – a industrial e a monopólica. (VALENTE, 1994, p. 12).

A evolução do sistema capitalista, os avanços tecnológicos, as alterações significativas vividas pela classe dominante em solo europeu, ao longo dos séculos, não atingem o conjunto da classe trabalhadora, com problemas ainda maiores nos países dominados. No caso brasileiro, a complexidade das relações sociais tem como elemento fundante a questão étnico-racial, presente desde a gênese da ocupação colonial, que se complexifica ao longo dos séculos e, notadamente no processo acelerado de acumulação capitalista, assume novos contornos para atender aos interesses do capital. A transição da escavidão para o capitalismo ganha legitimidade e desencadeia uma ampla mobilização contra a escavidão negra, consumada pela mudança no ordenamento jurídico brasileiro, mas que na prática agudiza as relações sociais racialmente fundadas. O que se encontra explícito na Lei do Ventre Livre, que outorga a liberdade às crianças nascidas de mulheres negras escravizadas a partir de 1871, mas ratifica a permanência da violação de direitos das mulheres escravizadas, como, por exemplo, o direito à maternagem e que guarda profunda relação com a situação atual de uma parcela importante de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, que enfrentam obstáculos para colocação em lares substitutos ou com a situação das mulheres encarceradas, cuja maternagem também é obstaculizada.

Sobre as mulheres recai o ônus de pertencer a uma sociedade patriarcal, que insiste em exercer o controle em relação a seus corpos, sexualidades e reprodução.

Sobre uma parcela grande de mulheres recai também o ônus de nascerem negras, em uma sociedade patriarcal e racista, cuja marca registrada é a desqualificação de suas histórias, trajetórias, conquistas e batalhas cotidianas, pelo simples fato de pertencerem a um grupo racial construído socialmente sob a égide da inferioridade. Quando estas ocupam os estratos mais pauperizados da classe trabalhadora e sua capacidade protetiva é reduzida em face de diversas determinações, não raro são ameaçadas com o afastamento temporário ou permanente de suas crianças e adolescentes. Situação que pode se efetivar com o braço autoritário do Estado, que na defesa da dessacralização da família, age de maneira a tipificá-la como irrecuperável, situação que só pode ser solucionada com a salvação da criança/adolescente, apartado do grupo familiar. Então, o Estado aciona diversos mecanismos, que ao invés de fortalecer os vínculos familiares, favorece a culpabilização das mulheres e, em situações extremas, o acolhimento institucional de seus filhos e filhas.

A liberdade jurídica, por sua vez, conferida ao conjunto da população negra, com a promulgação da Lei Áurea em 1888, também acirra o problema das relações raciais no Brasil. A forma como esse grupo se insere no mercado de trabalho assalariado é emblemática e expõe às contradições de uma sociedade, que não está disposta a construir um projeto de nação, no qual a população negra seja respeitada, enquanto parte integrante deste país. Cabe a esse grupo populacional vários desafios, como a tarefa de quebrar diversos mecanismos de barragem, que vão desde os preconceitos em relação a sua origem étnico-racial, desqualificação da sua capacidade laborativa, uma predisposição natural à violência e a vadiagem, e dificuldade de inserção no mundo “civilizado”. Tais mecanismos justificam, inclusive, a imigração de trabalhadores europeus, detentores de qualificações técnicas, indispensáveis ao modo de produção capitalista. Argumento insustentável, quando se verifica a situação dos primeiros grupos de imigrantes, oriundos das zonas rurais dos países europeus.

No despontar do século XX, portanto, a concepção sobre a população negra no Brasil inspira-se no pensamento evolucionista, segundo o qual a inferioridade racial é consequência da condição biológica. Em um país marcado pelas relações inter-raciais,

a defesa da raça pura não ecoa na vida cotidiana e a solução possível, ainda que leve à degeneração é a mestiçagem (RODRIGUES, 2011).

Quer seja em território brasileiro, quer seja a nível mundial, a questão étnico-racial tem desafiado os governos locais a propor soluções, que respeitem e valorizem as diferenças. Trata-se de uma questão mais ampla, como parte integrante do processo de dominação colonial, que se intensifica no final do século XIX e se estende por todo o século XX e tem como ponto de articulação dos interesses capitalistas a Conferência de Berlim⁹ e do que esta significou para os povos africanos. Se a decadência da escravidão nas Américas atende aos interesses do capitalismo, outras formas de dominação precisam ser fomentadas para manutenção do domínio colonial dos países europeus e os determinantes essencialmente econômicos justificam a apropriação territorial da África. O processo, entretanto, encontra resistência e luta dos povos africanos à invasão e isto desencadeia a conquista pelo uso de força militar. O cenário descrito revela o quanto permanecemos reféns da barbárie, à medida que a acumulação capitalista amplia suas garras sobre o planeta. Como não falar do massacre perpetrado por tropas imperiais alemãs, no Deserto da Namíbia, contra os povos herero e nama, que foram exterminados entre os anos de 1904 e 1908? Os números inferem que dos 80 mil namíbios, que tentaram fugir das tropas, apenas 15 mil sobreviveram¹⁰. Outro exemplo brutal refere-se à Guerra do Congo, de colonização

⁹ “A ideia de uma conferência internacional que permitisse resolver os conflitos territoriais engendrados pelas atividades dos países europeus na região do Congo foi lançada por iniciativa de Portugal, mas retomada mais tarde por Bismarck, que, depois de ter consultado outras potências, foi encorajado a concretizá-la. A conferência realizou-se em Berlim, de 15 de novembro de 1884 a 26 de novembro de 1885. À notícia de que seria realizada, a corrida à África intensificou-se. A conferência não discutiu a sério o tráfico de escravos nem os grandes ideais humanitários que se supunha terem-na inspirado. Adotaram-se resoluções vazias de sentido, relativas à abolição do tráfico escravo e ao bem-estar dos africanos [...]” (BOAHEN, 2010, p. 33) “Semelhante situação não tem precedentes na história: jamais um grupo de Estados de um continente proclamou, com tal arrogância, o direito de negociar a partilha e a ocupação de outro continente. Para a história da África, esse foi o principal resultado da conferência. [...] Antes da conferência de Berlim, as potências europeias já tinham suas esferas de influência na África por várias formas: mediante a instalação de colônias, a exploração, a criação de entrepostos comerciais, de estabelecimentos missionários, a ocupação de zonas estratégicas e os tratados com dirigentes africanos. Após a conferência, os tratados tornaram-se os instrumentos essenciais da partilha da África no papel. Eram de dois tipos esses tratados: os celebrados entre africanos e europeus, e os bilaterais, celebrados entre os próprios europeus.” (ibidem, p. 35).

¹⁰ “O genocídio dos hereros e namas, com episódios atroz, foi descrito no *Blue Book*, de 1918, um relatório encomendado pelo parlamento inglês e conservado nos arquivos de Westminster...O *Blue*

belga, no início do século passado, na qual cerca de 10 milhões de congolezes foram brutalmente assassinados, por questionar as torturas a que eram submetidos no processo de trabalho e, outros 10 milhões tiveram as mãos decepadas¹¹.

Dados recentes do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) revelam que a situação dos refugiados e deslocados internos dos países são anteriores à crise de refugiados na Síria. De acordo com a jornalista Simone Freire:

Dos 15 conflitos que iniciaram ou foram retomados nos últimos cinco anos [a partir de 2012], e que fizeram com que se intensificassem os deslocamentos forçados e colocassem boa parte da população em situação de refúgio, oito estão na África: Costa do Marfim, República Centro Africana, Líbia, Mali, Nigéria, República Democrática do Congo, Sudão do Sul e Burundi¹². Isso agrava a situação das crianças africanas, que com frequência estão apartadas da família nos campos de refugiados.

Quando o assunto é a infância, os dados são ainda mais alarmantes, pois segundo o relatório anual “Stolen Childhoods” (Infâncias Roubadas), da ONG Save the Children , que analisou as condições de vida de indivíduos entre 0 e 19 anos em 172 países, a infância termina cedo demais para, pelo menos, 700 milhões de crianças ao redor do planeta. No relatório publicado em 30 de maio de 2017, os dez piores lugares para uma criança viver estão no continente africano e, entre os países africanos que figuram no topo estão Níger e Angola. Na outra ponta do ranking se encontram os dez melhores lugares que se concentram no continente europeu¹³.

Quando se analisa a situação do Brasil, no ranking mundial, vê-se que este ocupa a posição 89. As condições de vida das crianças e adolescentes brasileiros estão retratadas no site Observatório da Criança e do Adolescente¹⁴, de onde se extrai que o

Book é hoje uma raridade. Uma investigadora francesa, Élise Fontenaille-N'Diaye, descobriu uma cópia numa biblioteca de Pretória e utilizou-a para escrever duas obras, um ensaio e um romance, sobre o genocídio”. Disponível em: <<http://www.avante.pt/pt/2227/internacional/141507/>>. Acesso em: 6 jan. 2018.

¹¹ Conforme análise contida no documentário “Racismo: uma história”, produzido pela BBC Four no ano de 2007.

¹² Cf.: <<https://www.carosamigos.com.br/index.php/edicoes-antiores/88-principais-topicos/politica/5313-a-grande-maioria-dos-refugiados-da-africa-fica-na-africa-afirma-representante-da-onu>>.

¹³ Cf.: <<https://socioeconomia.org/dez-melhores-piores-paises-para-ser-crianca/>>.

¹⁴ Cf.: <<https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia>>.

país possui, aproximadamente, “200 milhões de habitantes, sendo o quinto país mais populoso do mundo [...]. O Sudeste é a região com a maior concentração populacional do país, com 80 milhões de habitantes [...]. Do total de habitantes do país, aproximadamente 60 milhões são crianças e adolescentes.” Ainda, segundo o Observatório, em 2010, a população brasileira de zero a dezoito anos correspondia a 59.657.340. Desse universo de crianças e adolescentes, 11.506.566 viviam na cidade de São Paulo e 35,5 % destes, equivalente a 4.027.298, residiam em favelas.

Ainda que o Observatório se apresente como “um espaço virtual que possibilita a consulta, em um mesmo lugar, dos principais indicadores sociais relacionados direta e indiretamente à infância e adolescência no Brasil”, nele não se encontram indicadores acerca do percentual de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional ou em situação de rua. Esses indicadores revelariam, também, a relação entre os níveis mais degradantes de existência na infância com o pertencimento étnico-racial. Esta invisibilidade está presente com frequência na produção de planos, programas e projetos governamentais que ao propor ações na área da infância e da adolescência também desconsideram as particularidades da população negra nesta faixa etária.

Na contramão desse processo explícito de racismo institucional, o esforço empreendido por diversos grupos em denunciar a desigualdade étnico-racial no Brasil é uma chave de análise fundamental e permitiu conquistas importantes na luta contra o racismo. Neste momento, interessa demarcar que há um enfoque importante sobre a questão étnico-racial nos diversos ciclos geracionais, em relação à juventude negra, ao genocídio, direitos dos povos quilombolas, quanto a intolerância religiosa, sobre as especificidades das comunidades quilombolas e no interior do debate feminista, um rico debate sobre as particularidades da mulher negra na cena contemporânea. Estas e outras pautas são imprescindíveis para a construção de uma nova sociabilidade, desde que conectem a questão étnico-racial, com a questão de classe, de gênero e orientação sexual, na direção da totalidade. Entretanto, nos preocupa o debate político incipiente, seja dos movimentos sociais, seja da sociedade em geral acerca da infância e

adolescência negras(os) e da infância e adolescência roubada de crianças e adolescentes negras(os), que, muitas vezes, alternam entre a permanência nos Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes – antigos “abrigos”, e a situação de rua, cuja gênese do abandono é a reprodução do racismo institucional.

O modo como o Brasil trata a infância e a adolescência revela a cultura de objetificação dessas crianças e adolescentes, que são considerados propriedade dos adultos. Exemplo mais emblemático é a valorização da violência doméstica como prática educativa, noção que se reproduz de forma naturalizada e é defendida com veemência, inclusive entre vários (as) assistentes sociais. Se esses indivíduos forem integrantes de famílias da classe trabalhadora, a situação pode ser ainda mais dramática. Há uma apropriação indevida dos corpos, inclusive por pessoas alheias ao grupo de sociabilidade das crianças e adolescentes. Quantas vezes estes são surpreendidos pela invasão de privacidade dos adultos, que se sentem autorizados a tocar, debochar, expor a vexame, irritar com perguntas descontextualizadas em locais públicos, por exemplo? Em relação ao grupo negro isso pode ser ainda mais invasivo, como por exemplo, tocar o cabelo para “sentir” se é “fofinho”, desferir ofensas racistas, fazer críticas destrutivas em relação a aparência, entre outras atitudes impróprias.

Os maus-tratos na infância decorrem deste padrão de civilidade, centrado no poder e no desejo do adulto. Consensualmente se convencionou nomear como maus-tratos a negligência¹⁵ e o abandono cometido por membros do grupo familiar, porém, a medida da violência é moral, dependendo de quem é objetivamente a criança e/ou

¹⁵ Merece leitura cuidadosa o conceito de negligência que aparece nos prontuários das crianças e adolescentes que estão nos SAI. Diversos autores ressaltam a dificuldade de definir esse tipo de violência cuja interpretação é marcada por forte carga subjetiva do profissional que os acolhe, muitas vezes confundindo negligência dos familiares com situação de pobreza. A negligência caracteriza-se pelas omissões dos adultos (pais ou outros responsáveis pela criança ou adolescente, inclusive institucionais), ao deixarem de prover as necessidades básicas para o desenvolvimento físico, emocional e social de crianças e adolescentes (BRASIL, 2004; 2010, p. 34). Agrega atos como privação de medicamentos, falta de atendimento à saúde e à educação, descuido com a higiene, falta de estímulo, de proteção de condições climáticas (frio, calor), de condições para a frequência à escola e a falta de atenção necessária para o desenvolvimento físico, moral e espiritual. No caso de crianças e adolescentes, a negligência significa a privação de algo de que necessitam, quando isso é essencial ao seu desenvolvimento sadio, e não lhe é oferecido por opção (Claves, 1993). A negligência não está vinculada às circunstâncias de pobreza, podendo ocorrer em casos em que recursos razoáveis estão disponíveis para a família ou o responsável (BRASIL, 2004; 2010) (MDS/FIOCRUZ, 2013, p. 117-178)

adolescente. Poucos estudos têm se debruçado sobre outra forma de violência, que é o racismo e a discriminação étnico-racial na infância¹⁶, por vezes, nomeada como bullying, o que justifica a falta de um tratamento específico da questão. Racismo e bullying não são sinônimos, ainda que expressem, em medidas diferentes, a violência naturalizada nas relações sociais. Quando a violência étnico-racial é cometida pelo próprio Estado, personificada nas figuras dos profissionais, que integram o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, a questão se desloca para o âmbito do racismo institucional; mais difícil de ser identificado porque está diluído nas normas e práticas cotidianas, sob a égide de manutenção do controle sobre a classe trabalhadora.

Na interpretação do Estatuto da Criança e do Adolescente, os operadores do direito são unânimes em afirmar que tal ordenamento jurídico contempla todas as crianças e adolescentes brasileiros, independentemente de classe social. Este é considerado o ponto crucial da mudança de paradigma em relação à infância no Brasil e, se materializa em diversos aspectos no cotidiano, como, por exemplo, no direito da parturiente ao alojamento conjunto, a regulação do poder público, quanto a natureza da atividade cultural e quanto a faixa etária mínima para acesso ao local, critérios quanto a exibição de materiais impressos ou audiovisuais impróprios para esta faixa etária e a necessidade de embalagem específica, que revele seu conteúdo, entre outros aspectos comuns a este ciclo geracional.

Entretanto, quando a situação de pobreza é parte constitutiva da infância, observa-se a reprodução de práticas, que legitimam a criminalização dos pobres e a invasão de seus espaços privados, de maneira autoritária. É o que se verifica, muitas vezes, no modo como as crianças são retiradas das famílias, em caso de suspeitas

¹⁶ Em dezembro de 2014, foi sancionada a Lei 13.046/2014, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), obrigando entidades que integram a rede de atendimento à infância a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes. Desde então, o Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdade (CEERT) vem desenvolvendo o projeto “Direitos da Criança e Adolescente na Promoção da Igualdade Racial”, com o objetivo de demonstrar que o racismo na infância deve ser entendido como sinônimo de maus-tratos, devido aos efeitos psíquicos do racismo sobre crianças e adolescentes.

e/ou confirmação de maus tratos, na forma como os adolescentes são tratados quando cometem um ato infracional; no modo como as mães gestantes, com uso sistemático de drogas, tem interditado seu direito de permanência com a criança, sem que haja uma integração entre as diversas políticas públicas. As mazelas da parcela mais pauperizada da classe trabalhadora, via de regra, são judicializadas sem que tenham o direito da ampla defesa e de contestação da decisão institucional.

Diante de todas as considerações: pessoais, profissionais, históricas sobre a população negra e suas crianças e adolescentes, a situação específica do país e das legislações acerca da infância e adolescência, o que se pretende debater é o quanto a dimensão individual do que seja violência e maus-tratos na infância e adolescência, de alguma forma, interfere no modo como os profissionais do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes compreendem as famílias, que são alvo da interferência do Estado, com a suspensão e/ou a perda do poder familiar.

A pesquisa buscou analisar como o racismo, enquanto um importante mecanismo de manutenção da ordem capitalista, que incide na infância e juventude, se materializa em racismo institucional nos processos de acolhimento de crianças e adolescentes, enquanto uma das estratégias de institucionalização da população negra e, o quanto esta prática racista guarda profunda relação com as formas legitimadas de controle dos corpos, no período da escravidão no Brasil.

A elaboração da tese se estruturou em duas partes. Na parte I, Capítulo I, concentra-se o debate acerca da importância da população negra na formação do país e as contradições do processo de escravidão; as transformações ocorridas no período de transição do trabalho escravizado para o trabalho livre; a funcionalidade do mito da democracia racial na contemporaneidade; bem como a interface entre classe social, raça/etnia e a questão de gênero no processo da divisão social e técnica do trabalho; particularidades da realidade brasileira. Na parte II, Capítulo II, serão apresentados os debates sobre o racismo institucional, que atinge a infância e a adolescência no país, com a exposição de dados bibliográficos e pesquisa de campo; como se efetiva o direito de crianças e adolescentes ao convívio familiar e comunitário; o que prevê o

Estatuto da Criança e do Adolescente em relação às famílias e as medidas de proteção; quais as configurações e competências dos serviços de acolhimento institucional, como se estabelecem as relações profissionais e como os acolhidos são atendidos nas diversas demandas, bem como suas famílias; e, de maneira incisiva e contundente são apresentadas as situações de racismo, preconceito e discriminação étnico-racial vivenciadas cotidianamente, bem como as respostas institucionais nestes cenários.

Finalmente, são apresentadas algumas considerações, à guisa de conclusão, sobre a medida de acolhimento institucional, enquanto uma medida de controle em relação à população negra, com a criminalização dos pobres a justificar a intervenção do Sistema de Justiça. A cada nova leitura e releitura, a cada nova descoberta e a cada novo desafio foram sendo suscitadas emoções, surpresas, indignações, posições, dúvidas e proposições, que nos levam a perceber quão plena de significados é a existência humana e quão urgente é a discussão da igualdade étnico-racial, na luta por uma sociedade livre e democrática. Para além do conhecimento científico, deve-se ressaltar que este trabalho porta uma visão de mundo comprometida com a eliminação do racismo, vinculada à luta pela supressão do sistema capitalista e à construção de uma nova sociabilidade livre de todas as amarras, que nos aprisionam no tempo presente.

**PARTE I – AS MULTIPLAS DETERMINAÇÕES DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO
BRASIL: contribuições para o debate**

CAPÍTULO I

1 A FUNÇÃO SOCIAL DO RACISMO E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

O mito da democracia racial é uma forma brasileiríssima, bastante eficaz, de controle social.
(SANTOS, 1984, p. 45).

No presente capítulo, busca-se compreender os mecanismos que engendram as relações raciais no Brasil e a reprodução da desigualdade étnico-racial, mascarada pela ideologia da democracia racial.

A ideologia da democracia racial tem raízes muito anteriores a 1930. A expressão, entretanto, aparece pela primeira vez, de acordo com Antônio Sérgio Guimarães, em um artigo de Roger Bastide publicado no Diário de São Paulo, precisamente no dia 31 de março de 1944, no qual eram usados os termos 'democracia social' e 'racial' para descrever a ausência de distinções rígidas entre brancos e negros. Antônio Sérgio aponta também que a expressão evoca essencialmente dois significados: o primeiro subentende que todos os grupos étnicos vivem na mais perfeita harmonia, enquanto o segundo remete, no mínimo, a um ideal de igualdade de direitos, e não apenas de expressão cultural e artística. (SCHUCMAN, 2014, p. 93).

Diversos estudiosos e pesquisadores vêm se debruçando sobre a temática étnico-racial na tentativa de explicar o acesso desigual da população negra às políticas públicas e ao exercício dos direitos sociais, cenário em que a questão étnico-racial ganha amplitude com parcelas significativas da sociedade, ora reforçando o tratamento desigual para brancos e negros, ora defendendo de maneira superficial o tratamento baseado no princípio da igualdade. Em ambas as situações, o que está presente são visões distorcidas acerca da dinâmica das relações sociais no país, ancorada na ideia de que o Brasil é um país acolhedor, onde as possibilidades de transformação social

estão à disposição de qualquer pessoa que tenha vontade de “vencer” na vida. Nesta perspectiva, a pobreza geracional, que atinge a população negra, é fruto da incapacidade desta se colocar de forma proativa no mundo do trabalho.

Outros pesquisadores têm empreendido esforços para analisar a questão étnico-racial a partir das determinações históricas, que incidem sobre os sujeitos na sua dimensão individual. A análise, a partir da categoria totalidade, visa superar visões que reduzem a luta de classes ao determinismo econômico e recuperar os elementos sócio-históricos para explicar o racismo entranhado na sociedade, entendida em seu contexto contraditório e historicamente determinado.

A partir de Lukács é possível compreender que

Verdade ou falsidade ainda não fazem de um ponto de vista uma ideologia. Nenhum ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso, nenhuma hipótese, teoria etc., científica, verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia: eles podem vir a tornar-se uma ideologia, [...]. Eles podem se converter em ideologia só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos. (2013, p. 467).

A investigação parte da premissa que há entre racismo e capitalismo uma articulação fortalecida pela ideologia racial, essencial para a dinâmica das relações sociais na contemporaneidade e que justifica, ainda que não explique, o pauperismo de parcela majoritária da população negra brasileira. A permanência histórica deste grupo em patamares vexatórios e a forma como as políticas públicas vêm se desenvolvendo sob o mito da democracia racial leva a uma pretensa inclusão dos diferentes no acesso aos bens e serviços, cunhada pelo discurso da igualdade jurídica e da meritocracia.

1.1 A escravidão e a presença negra na formação econômica e cultural da sociedade brasileira

Nossa análise recupera aspectos relevantes do processo de escravidão no Brasil, por entender que diversas inverdades têm se propagado, ainda hoje, sobre a presença negra no país, o que prejudica a análise do complexo fenômeno que conforma a desigualdade étnico-racial. Compreendemos o processo de escravidão enquanto um fenômeno historicamente determinado e datado, cuja característica ineliminável é o racismo moderno, que confere privilégios à classe dominante, ancorado na supremacia branca e se organiza a partir de uma estrutura que, pela primeira vez na história da humanidade, submete à escravização um grupo inteiro em virtude da sua origem étnico-racial negra, a partir do século XVI.

A expansão colonial ocorre sob dadas condições materiais, que permitem o avanço das grandes navegações marítimas. O tráfico transatlântico de seres humanos do continente africano para o Brasil, no espectro da colonização portuguesa, é parte de um projeto maior, devido à necessidade de um contingente enorme de mão de obra para desbravar um território tão extenso. O projeto de organização da vida nesta colônia portuguesa ancora-se na suposta superioridade dos povos brancos europeus, que incide liminarmente sobre a imagem que o povo brasileiro constrói em relação a si mesmo desde então. Em outros termos, a divisão étnico-racial orienta o projeto da classe dominante e se modifica ao longo dos séculos, de acordo com a necessidade de utilização do trabalho reservado à população negra.

Diversos autores, como Santos (1984), consideram a hierarquização entre os povos como uma manifestação historicamente determinada e datada, que se expressa de maneiras diversas, em tempos históricos diferentes. Na Antiguidade, um dos elementos de diferenciação entre os seres humanos era a linguagem, outro aspecto era o conjunto de leis que regia o cotidiano. Na Idade Média, a inferioridade era atribuída em função da tradição religiosa e da falta de conversão ao Cristianismo. No despontar da Idade Moderna a diferenciação e desqualificação do “outro” difundida pelos povos europeus se sofisticava e passa a se estruturar a partir do racismo, da desvalorização, conforme a cor da pele, como elemento de inferiorização racial. Esta estrutura de dominação se organiza segundo três pilares: do continente asiático se extraem as

especiarias; do continente americano se retira o açúcar, o algodão, o fumo e os metais preciosos; e, do continente africano se extraem os seres humanos, a matéria-prima mais valiosa.

O processo de captura de seres humanos ocorre desde o início carregado de sobressaltos e as estratégias de dominação são elaboradas com a máxima violência, em terras africanas. Os povos locais, até o contato com os europeus, desconhecem a pólvora (invenção de um chinês) e as armas de fogo, logo, o confronto entre os dois grupos ocorre com enorme vantagem para o colonizador branco, que tem grande poder de fogo e destruição. A realidade, porém, é ocultada e os europeus fazem crer que a derrota é motivada pura e simplesmente pela inferioridade, passividade e servidão dos negros africanos, como características naturais. No mesmo período, em território norte-americano ideias semelhantes são disseminadas em relação aos povos indígenas, denominados de pele vermelha e considerados inferiores pelos dominadores europeus, de pele branca (Santos, 1984). Acerca da configuração da desigualdade baseada na raça, a reflexão a seguir é muito didática:

O racismo não é produto de mentes desequilibradas, como ingenuamente se poderia supor; nem existiu sempre, ou existirá sempre, como tola mente se poderia pensar. O racismo é um dos muitos filhos do capital, com a peculiaridade de ter crescido com ele. Como os melhores filhos, porém, o racismo tem sobrevivido, e sucedido, ao próprio pai... Há nele uma dose de irracionalismo que nenhum sistema social, até hoje, foi capaz de liquidar. (SANTOS, 1984, p. 35).

Em território brasileiro, o regime de escravidão assume contornos específicos, que são amplamente discutidos por Moura (1994) do ponto de vista demográfico, social, econômico, político e cultural a partir de duas fases distintas: o escravismo pleno e o escravismo tardio.

A primeira fase é do escravismo pleno (aproximadamente de 1550 até 1850), ascendente, em que o modo de produção se estrutura em sua plenitude, consolidando duas classes fundamentais: senhores e escravos. Período em que a população negra vive em constante confronto com os senhores e as autoridades oficiais, portanto, a manutenção do equilíbrio social requer uma estrutura brutal de contenção das lutas e

conflitos. A brutalidade se justifica quando o consenso perde força e é substituído pela coerção social, uma vez que a perda do controle sobre a população negra pode ocasionar a desorganização da escravidão, extremamente enrijecida.

A ficção de que pessoas se tornavam 'cousas' produzia contradições, incoerências: tidos como propriedade nos âmbitos do direito civil e comercial, os cativos respondiam plenamente por seus atos na justiça criminal. Eram julgados e punidos por homicídio, agressão, roubo. Muitos o foram até pelo delito de 'furtar escravos', ou seja, pelo ato de 'seduzir' ou convencer um companheiro de cativo a botar o pé na estrada para trocar de senhor (CHALHOUN, 2006, p. 39).

Eis aqui um elemento importante da análise, pois a população negra submetida à condição de escrava, não se apresenta como sujeito passivo, que tudo suporta sem qualquer objeção. As formas de resistência e luta são difíceis e emblemáticas, mas existem e provoca tensões e fraturas, enfrentadas de maneiras diversas pelo grupo dominante e pela sociedade como um todo. A própria população negra assume a direção política da luta pela emancipação, durante todo o período escravagista, mas o cenário se modifica radicalmente a partir de 1850, naquilo que Moura (1994) analisa como a fase do escravismo tardio.

O escravismo tardio, cuja força emerge em meados de 1850 e se prolonga até 1888, décadas de decadência do regime de trabalho escravo, é marcado pela desagregação paulatina, pois a extinção gradual do regime atende ao projeto de classe sob as bases do capital, hierarquizado e profundamente desigual. Há, portanto, um imbricamento rápido e acentuado das relações capitalistas com a estrutura escravista, para garantir a manutenção do poder dominante e a segurança financeira dos comerciantes e proprietários de negros escravizados. O destaque desta reestruturação vai para o alargamento do domínio estrangeiro, em sua maioria inglesa, em detrimento da burguesia nacional, ainda em formação. O monopólio inglês no país atinge diversas áreas econômicas, favorecendo as indústrias inglesas, a importação, a exportação, a mineração, a zona portuária, bem como o setor bancário. A possibilidade de formação de um país independente, com justiça social é suprimida pelo controle britânico, que também lucra com o sistema escravista (MOURA, 1994).

A escravidão da população negra configura-se como uma estratégia adotada pelo sistema colonial para explorar as terras ocupadas no continente americano. E, ao longo dos três séculos que se sucederam, tal regime foi utilizado com maior ou menor intensidade, na maior parte da extensão colonial. Portanto, qualquer análise acerca do antagonismo¹⁷ entre trabalho escravo e trabalho livre, em terras brasileiras no século XIX, precisa esmiuçar as vinculações entre o colonialismo e o regime escravocrata e partir do “pressuposto de que a escravidão foi uma instituição integrante do sistema colonial característico da fase de acumulação primitiva e mercantil do capital e da formação do Estado moderno na Europa ocidental (séculos XV e XIX)” conforme (COSTA apud EURICO, 2017, p. 419).

Ao mesmo tempo que o regime de escravidão, pela sua estrutura e práticas coercitivas, objetiva desumanizar a população negra, com a atribuição de um não lugar social, permite que a dimensão humana seja reelaborada por estes sujeitos na vida cotidiana, de maneira constante e sem tréguas, com a radicalidade necessária para a ampliação da luta pelo reconhecimento da humanidade negada, mas não extirpada dos corpos negros. Ou seja, pelo caminho contraditório da vida cotidiana, dor e superação se tornam companheiras na luta pelo resgate dos seres na sua inteira humanidade. A certeza do pertencimento ao gênero humano possibilita a elaboração de diversas estratégias de questionamento do *status quo*, desorganizando a estrutura de poder vigente no país.

Se as relações escravocratas se estabelecem sob o símbolo da inferioridade étnico-racial, enquanto uma característica natural, decorrente das diferenças que existem entre os seres humanos, ao longo do tempo, as formas de dominação e de justificação da supremacia branca se aperfeiçoam e os colonizadores lançam mão do racismo “científico” para provar a superioridade branca europeia sobre os não brancos. As primeiras pesquisas nessa direção são realizadas na Inglaterra e na França e

¹⁷ O trabalho figura na mentalidade nacional como elemento desmoralizado, degradante, corrompido pelo regime de escravidão. As bases da sociedade estão organizadas a partir da espoliação e para a classe dominante “o trabalho, principalmente o trabalho manual, era visto como obrigação de negro, de escravo” (COSTA, 2010, p. 15). Para a população negra, o trabalho é uma tarefa penosa que se confunde com o cativeiro e a busca pela liberdade tem como horizonte o rompimento com a dominação e com o trabalho sob estas bases.

produzem explicações científicas para justificar a desigualdade entre os povos, com o objetivo primordial de acelerar o processo de acumulação capitalista a qualquer preço.

De acordo com Moura (1994a, p. 32) 'os europeus – arianos, mediterrâneos, alpinos etc. – neste contexto eram os brancos. A grande massa de povos colonizados era a população indistinta, e o denominador que as igualava era a vocação de servir, trabalhar para os brancos [...]'. A superioridade branca europeia é construída a partir do pacto de dominação; portanto, é mister compreender que não se trata de uma noção de branquitude homogênea, mas da associação entre europeus pertencentes a grupos étnicos distantes, que se unem em torno de um objetivo comum de subjugar os outros povos e continentes. (EURICO, 2017, p. 417-418).

Nesta perspectiva, a reflexão crítica acerca das violações cotidianas, às quais a população negra está submetida não ecoa com força nos espaços de sociabilidade, quer no âmbito público, quer privado. O período que antecede à abolição da escravidão faz emergir o debate sobre o destino de uma parcela pequena deste grupo, que ainda se encontrava na condição de escravizada.

A substituição do trabalho sob o regime de escravidão pelo trabalho livre nos moldes capitalistas estava na ordem do dia, mas a pauta não inclui a adoção de políticas sociais que visem alterar o cenário de pobreza absoluta a que está submetida a população negra e livre. Trata-se de uma nação que se organiza a partir de relações pessoais, de um governo que atende aos interesses da classe dominante, com olhar voltado para o progresso, cenário onde o regime escravocrata perde sua funcionalidade. Para este segmento, a assinatura da Lei Áurea possibilita a retomada da economia nacional sob outro patamar, da produção capitalista, da apropriação da mais-valia e do surgimento do cidadão consumidor.

O modo de produção ganha novos contornos neste momento e as reivindicações do movimento abolicionista, de base conservadora, cujas propostas não alteram a estrutura social, sequer ofertam condições objetivas satisfatórias de manutenção da vida, de acesso à terra, à educação, ao mercado de trabalho, à saúde, entre outras garantias fundamentais. Este projeto se sobrepõe às demandas da população negra, alterando definitivamente os rumos da “liberdade” pós-escravidão. A liberdade sob tais

bases configura-se como liberdade de mercado, de consolidação do capital, de proteção aos grupos prejudicados com a extinção da escravidão e, que requer uma abolição orquestrada pela classe dominante, sem incidir sob suas bases de privilégio. Referimo-nos a um período de crise, em que mudanças na estrutura social são urgentes, visto que setores importantes da economia brasileira são afetados pela decadência do escravismo tardio.

Destaca-se, por exemplo, o endividamento dos proprietários da mão de obra do negro/a escravizado/a, que com a proibição do tráfico de escravos e da sua circulação interna, enquanto mercadoria ou escravo de ganho, para manter suas atividades contraem dívidas junto aos fornecedores, cujas negociações tornam-se mais dispendiosas. A crise atinge de tal forma este segmento que, sem conseguir saldar suas dívidas, por vezes, tem seus títulos de empréstimos protestados e perde a posse da terra¹⁸. De resto, a população negra africana¹⁹ continua a ser desqualificada pela classe dominante, avessa as suas tradições, culturas, contribuições para a formação do país e raivosa com a ameaça de acesso à terra, direito que permanece negado.

Imediatamente, há que se fazer uma distinção importante entre a apropriação e disseminação dos elementos sociais, econômicos, políticos e culturais, que compõem as diversas etnias negras africanas, seus territórios, sua religiosidade, suas tradições e a influência destes grupos no âmbito da formação da sociedade brasileira. Estes aspectos foram, até recentemente, ignorados ou distorcidos²⁰, o que fortaleceu os

¹⁸ Sobre as contradições presentes acerca do trabalho no regime de escravidão e a transição para o trabalho livre, que abrange o trabalhador negro escravizado, o trabalhador livre nacional e o trabalhador imigrante uma referência essencial é o livro de COSTA, E. V. *Da senzala à Colônia*. 5. ed. São Paulo: Unesp, 2010.

¹⁹ Acerca do continente africano “recordemos que a verdadeira máquina de desqualificação da África continua a exercer o seu império, contaminando o imaginário e o universo vocabular do brasileiro. Assim, a Etiópia torna-se uma metáfora para comentários relacionados à fome (como se o assunto se tratasse de um monopólio africano); Ruanda, para comentar genocídio (como se a Bósnia e a Chechênia não tivessem nada a ver com esse tema); Somália, para discutir guerras civis (como se estas nunca tivessem ocorrido na Espanha ou na Grécia). De modo similar ao que ocorria no passado, a África mantém-se neste imaginário como um domínio carente de substância. Nessa ‘percepção de senso comum’, deixam de existir países, unidades geográficas, povos e governos independentes, mas somente um continente indiferenciado, raramente aquilatado na sua real dimensão geográfica” . (SERRANO et al., 2010, p. 281).

²⁰ Alguns dispositivos legais concorrem para esse desfecho: a Lei Eusébio de Queiroz - 1850, proíbe o tráfico internacional de negros africanos, mas para que o leitor não se engane, cabe ressaltar que

estereótipos e preconceitos em relação às etnias negras no Brasil. Sinais de mudanças na concepção, acerca da população negra, estão contemplados, por exemplo, na Lei n. 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e torna obrigatório, nas redes pública e privada de ensino de nível fundamental e médio, o estudo da história da África e dos povos africanos, bem como a contribuição dos povos negros para a formação da sociedade brasileira e para a História do Brasil.

Sobre os limites e contradições presentes no processo de outorga da liberdade jurídica à população negra, considera-se importante recuperar o debate sobre o Movimento Abolicionista e sua participação em uma etapa fundamental da história do Brasil, as contradições presentes na relação entre brancos e negros, os determinantes econômicos, que desencadeiam a extinção do regime e, principalmente, o lugar ocupado pela população negra na segunda metade do século XIX.

Na ordem do dia floresce a necessidade de criação de um novo modo de produção, livre das marcas e dos prejuízos, que o uso da mão de obra da população negra escravizada acarretou aos grandes proprietários de homens e mulheres negras, de todas as faixas etárias. Há que se ressaltar que a elite da época não se ocupa demasiadamente das fraturas sociais provocadas pela escravidão; tampouco se convence de que é necessário reparar os danos provocados àquelas pessoas. O que impulsiona a

contrabandear pessoas com a finalidade de torná-las escravas passa a ser crime, ao passo que manter na condição de escravo os negros no país configura-se uma questão econômica. Além disso, o tráfico ilegal perdura no país por algumas décadas; a Lei da Terra - 1850, regulamenta a concessão de terras pelo governo a partir de critérios que impossíveis de serem cumpridos pela população mais pobre, “permaneceu letra morta até 1854, quando foi regulamentada. Estipulava a proibição de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra... propiciava-se a expansão da grande propriedade em detrimento da pequena” (COSTA, 2010a, p. 114); a presença do Brasil na Guerra contra o Paraguai – 1864, cuja a noção de patriotismo do povo brasileiro é monetária e permite que os convocados para defender o país na Guerra indiquem outras pessoas que vão combater em seu lugar ou paguem uma indenização ao governo. Consequentemente, o exército enviado forçadamente para o combate era majoritariamente negro (MOURA, 1994); a Lei do Ventre Livre – 1871 –, que legalmente mantém mãe e filho/a na mesma condição de subserviência, afinal a lógica é inversamente proporcional, passa a considerar livre as crianças nascidas a partir daquele momento e mantém a mãe na condição de escravizada; a Lei do Sexagenário – 1885 –, torna livres os negros e negras, que conseguem sobreviver até os 60 anos, sem qualquer forma de proteção social; a Lei Áurea – 1888 – declara extinta a escravidão no Brasil, uma vez que a abolição torna-se uma causa popular e o regime vigente fica insustentável, porém ela beneficia uma pequena parcela da população negra, que permanecia na condição legal de escravizada, num processo analisado por diversos historiadores como uma abolição tardia.

defesa do abolicionismo é a necessidade de reorganizar os lucros obtidos com o regime de exploração de um grupo sobre o outro, ao mesmo tempo que a luta por direitos travada pela própria população negra deve ser contida. O negro escravizado é substituído, então, pelo imigrante, na condição de trabalhador assalariado, principalmente nos grandes centros urbanos (NABUCO, 2011). Entretanto, nas regiões onde permanece o modo de produção agrícola, parcelas da população negra são incorporadas ao trabalho assalariado, sem a devida proteção social.

Nos termos de Nabuco, o abolicionismo parte do princípio de que “todas as transações de domínio sobre entes humanos são crimes que só diferem no grau de crueldade” (2011, p. 11), entretanto Azevedo (2006) apresenta a contradição presente no discurso do abolicionista, pois há o interesse em fazer da transição um processo pacífico e ordeiro, sem a efetiva inclusão e participação da população negra nas pautas prioritárias. A propaganda abolicionista é dirigida aos parlamentares e proprietários de terras e a mudança do regime é uma tarefa que cabe aos legisladores, homens de uma elite branca e letrada, que imbuídos de um “senso de humanidade”, conduziram de forma segura a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre. Desde então, a abolição está geralmente associada à promulgação de leis emancipacionistas, criadas ao longo do século XIX pelos parlamentares brasileiros, conservadores; tese facilmente derrubada, quando se estuda as formas de resistência da população negra no período.

Portanto, se para abolicionistas como Joaquim Nabuco as chamadas ‘leis abolicionistas’ promulgadas no Parlamento eram uma forma de redenção do escravo, para outros, como os próprios escravos, essas mesmas leis podiam ser entendidas como conquistas de direitos, que foram, na verdade, arrancados dos legisladores – obrigados a reconhecer na letra da lei direitos costumeiros que vinham sendo reclamados havia muito tempo nos tribunais de justiça. (AZEVEDO, 2006, p. 32).

Há que se contrapor à ideia reproduzida, até os dias atuais, de que as formas de contestação organizadas pela população negra contra o regime de escravidão são brandas e não impactam no projeto nacional de dominação burguesa. As fugas, as revoltas, a organização dos libertos nos quilombos, erguidos em diversos locais do

país, explicitam a insatisfação com o tratamento desumano oferecido a este grupo populacional e abalam a estrutura de poder dominante, ou seja, as lutas desencadeadas pelo próprio negro são fundamentais para o esgarçamento do regime e para o processo de extinção do cativo e da estrutura latifundiária.

É evidente que o negro resiste. E luta... Pode resistir pela inércia, como os que se imobilizam e catatonicamente esperam a morte. Ou pelo suicídio, comum. Ou o aborto forçado pelas mães negras, para não legarem filhos à crueldade branca, elas que muitas vezes sofriam o aborto provocado pelos senhores, para que não deixassem de trabalhar por causa da gravidez. E também o crime em represália, matando senhores e seus parentes... A resistência manifestou-se, sobretudo nos quilombos, construindo uma nova sociedade onde poderiam sobreviver longe do sistema opressor. (CHIAVENATO, 1988, p. 77).

Se a história oficial sempre classificou os movimentos de resistência negra como “coisas de menor importância, casos de polícia e de capitão-do-mato, pois as rebeldias negras não influem na ‘grande história’” (CHIAVENATO, 1988, p. 73), a luta inconclusa dos negros é analisada, enquanto uma luta do povo brasileiro, contrapondo-se à falsa noção que, inevitavelmente, desemboca na banalização da escravidão no Brasil, na amenização dos desdobramentos do escravismo e na justificação dos castigos aplicados aos negros escravizados, que contestam a ordem vigente.

Durante todo o período da escravidão, diversas foram as lutas desencadeadas pela população negra e na quadra histórica em que o Movimento Abolicionista conservador ganha amplitude, a aproximação com aqueles que confrontavam o regime nas suas raízes não interessava, em vez disso, era motivo de apreensão. “Quando inventariamos as lutas dos escravos durante os quase quatrocentos anos de regime escravista [...] nunca houve um entrosamento mais profundo entre essas lutas e o movimento abolicionista” (MOURA, 1981, p. 79). O que se propagava entre os conservadores era imagem do negro “bárbaro e selvagem”, daí a incompatibilidade entre o movimento e as pautas dos “insurretos”, uma vez que para as elites a transição tinha como dinamizador a substituição da mão de obra. “[...] essa rebeldia negra antecede em muito o movimento abolicionista [...] desde o século XVII já se

consubstanciava em um fato tão relevante como a República de Palmares [...]” (p. 81). Em São Paulo, ocorre uma polarização acerca da Abolição com os fazendeiros ocupados com o plantio de café, exigindo medidas severas para manter o regime e, de outro lado, com o movimento dos Caifazes, cujo líder era Antônio Bento, que junto às comunidades quilombolas “preconiza a violência dos oprimidos à repressão dos opressores” (p. 83). Diversas formas de apoio à população negra se desenvolvem pelo Brasil afora e os abolicionistas radicais, sem poder de influir nas decisões do parlamento, utilizam outras formas de denúncia acerca das perversidades que o regime de escravidão mantinha. De discursos em praças públicas, passando por apoio da imprensa livre, e a própria articulação com os negros escravizados, diversas foram as articulações, a exemplo dos Caifazes, que mantinham contatos com os ferroviários e conseguiam embarcar os negros que fugiam dos seus algozes nos trens e contavam com pessoas para recebê-los em outros pontos do Estado.

Lacunas acerca de tais mobilizações e lutas travadas pela própria população têm como finalidade reificar a “apatia” dos homens e mulheres negras, que dependeram de ações orquestradas pelo grupo dominante para serem libertados da condição de escravos. Para a classe dominante, a Lei Áurea cumpre a função de proteger os senhores das manifestações e revides dos negros/negras indignados com a violência estrutural e institucional, que a escravidão implantara; de liberar seus corpos e mentes da obrigação de reparar os prejuízos acarretados ao grupo escravizado; além de desobrigar o Estado e os grupos a ele vinculado de promover a reforma agrária e outros meios de proteção social. E o Movimento Abolicionista cumpre a função, enquanto espaço privilegiado, onde se neutralizam as formas de contestação à condição escrava, de projetar para o futuro reivindicações fundamentais da população negra, que na contemporaneidade continuam a tensionar a agenda social brasileira.

Nabuco (2011) usa como argumento para o abolicionismo o que ocorre na região sul dos Estados Unidos da América, onde a liberdade norte-americana, de maneira formal e universal, ocorre com a proclamação do Presidente Abraham Lincoln, que declara livre todos os milhões de negros escravizados do Sul, pela pressão dos

Estados do Norte, contrários à separação do Sul. Destaca que os Estados do Sul eram sociedades organizadas sob a égide da violação de direitos humanos, mas precisaram se curvar à vontade do restante do país. Em relação ao Brasil, faz a crítica de que aqui ocorreu uma confusão de classes e indivíduos, naquilo que o autor denominou como o caos étnico, de proporções gigantescas. Para ele, no caso brasileiro, não há uma linha divisória, antes, trata-se de uma sociedade estruturada sobre a égide da escravidão, mas também contaminada por ela em todos os estratos sociais, e o que se verifica aqui é uma habilidade maior em promover o contato entre brancos e negros, a incorporação de alguns valores culturais, a valorização da miscigenação, entre outros aspectos.

Ao abordar a questão da mestiçagem do final do século XIX, os pensadores brasileiros se alimentaram sem dúvida do referencial teórico desenhado pelos cientistas ocidentais, isto é, europeus e americanos de sua época e da época anterior... a ideia da mestiçagem tida ora como um meio para estragar e degradar a boa raça, ora como um meio para reconduzir a espécie a seus traços originais; as ideias sobre a degenerescência da mestiçagem etc., todo o arcabouço pseudocientífico engendrado pela especulação cerebral ocidental repercute com todas suas contradições no pensamento étnico-racial da elite intelectual brasileira. (MUNANGA, 2004, p. 85)

O fim do regime escravista caracteriza-se por uma nova exigência de pensar a construção da identidade nacional e o lugar do negro como integrante desta sociedade. Nesse contexto, na vida cotidiana há uma tendência a reproduzir os estigmas sobre a população negra, bem como a desqualificação da sua existência. O debate sobre raça ocupa posição central e diversos intelectuais tematizam sobre o assunto e propõem caminhos para o fortalecimento da identidade nacional, por meio da invisibilidade da significativa presença negra na formação da sociedade brasileira (MUNANGA, 2004). O caminho escolhido para tal desenlace é a defesa da mestiçagem, como possibilidade de fortalecimento da imagem de um Brasil culto e civilizado. O autor destaca, entre outros autores, o pensamento de Oliveira Viana que, na década de 1920, sistematiza e enfatiza um complexo de ideias racistas, produzidas por seus predecessores na defesa do branqueamento. Oliveira Viana divide os mestiços em dois grupos: superiores, que no processo contínuo de cruzamento com a raça branca e superior, em quatro ou cinco

gerações perderiam qualquer referência com seu passado africano; e inferiores, que seriam naturalmente extintos pela degenerescência, pela morte, pela sua incapacidade moral e psicológica. Assim o fenótipo é que importa e:

Visto por esse ângulo, Viana é um dos grandes protagonistas da construção da ideologia racial brasileira, caracterizada pelo ideal de branqueamento que Oracy Nogueira teve mais tarde o mérito de configurar como preconceito de 'marca' ou de 'cor' em oposição ao preconceito de origem, baseado numa gota de sangue, vigente nos Estados Unidos (MUNANGA, 2004, p. 97).

A miscigenação, enquanto um fenômeno inevitável, pode ser bem-sucedida nas previsões mais otimistas, ao cabo de cinco gerações de clareamento. Este caminho é apontado por Lacerda (1911) como saída para a extinção da "classe degenerada", numa seleção natural, que culminaria em 2012, com a supressão da presença negra no país. A partir de análises estatísticas oficiais, produzidas pelo Dr. Roquete Pinto, o autor deduz que com o aumento progressivo da população branca no Brasil e, paralelamente, a redução do contingente de população negra, haveria ao final de um século a extinção da presença negra no país (EURICO, 2013).

A dinâmica das relações sociais inviabiliza tais proposições, que serão abandonadas, principalmente, em decorrência do debate acerca da superioridade étnico-racial em efervescência na Europa, cujo viés é culturalista. Este pensamento influencia diversos cientistas sociais brasileiros, que passam a deslocar a "questão do negro" do plano biológico para o plano cultural, em meados da década de 1930. O culturalismo, por sua vez, parte da premissa de que a diversidade humana é determinada, basicamente, pelo aspecto cultural. Se a visão eurocêntrica de mundo atribui aos outros, não brancos, um lugar inferior na escala evolutiva, há que se deduzir que o modo de ser dos povos africanos será caricaturado, em um minucioso processo, que rechaça seus modos de produção, seus valores, suas tradições e seus elementos culturais e religiosos, o que justifica a desigualdade étnico-racial entre os brasileiros. Pela via do culturalismo floresce a possibilidade de uma convivência mais harmoniosa

entre brancos e não brancos, e a mestiçagem passa a ser defendida como elemento que constitui o povo brasileiro.

O caos étnico descrito por Nabuco (2011) expressa as mudanças ideológicas e lutas políticas intrínsecas às transformações econômicas e sociais no século XIX, o modo como a classe dominante encara as relações étnico-raciais no país e justifica, em certa medida, a preferência pelo trabalhador imigrante, no processo de transição para o trabalho livre. A transição dos modos de produção não ocorre de maneira linear e harmoniosa, ao contrário disto, configura-se como um processo absolutamente contraditório, que se desenvolve de maneira lenta e conflituosa. Com a expansão e modernização das áreas capitalistas mais desenvolvidas, ocorre a incorporação do trabalho livre em detrimento da utilização da mão de obra do negro escravizado nestas regiões. Entretanto, na região Sudeste do país, o processo ocorre de maneira inversa, com a expansão da utilização da força de trabalho sob o regime de escravidão, dada a necessidade de produção de artigos coloniais para exportação, dos quais o café é o produto mais significativo desta incongruência. “Foi o café o grande responsável pelo aumento do número de escravos e pela modificação das estatísticas. São Paulo passará, com o Rio e Minas, a deter, em 1887, 50% da população escrava do país”. (COSTA, p. 67).

Além disso, os grandes latifundiários, que estão habituados a tratar os trabalhadores negros de maneira grotesca, encontram resistências dos próprios imigrantes, que não se submetem a trabalhar nas mesmas condições precárias e aviltantes. Os interesses individuais são divergentes e a imigração enquanto um projeto de branqueamento do país, posto que eram bem-vindos apenas os trabalhadores europeus, desagrade alguns setores, como os grandes latifundiários e os pequenos proprietários de terras. Os primeiros querem ampliar a posse da terra, enquanto os segundos preferem a manutenção do escravo, porque os imigrantes são exigentes demais. Mas há também “o trabalhador livre nacional, que ocupa funções específicas, em número reduzido, como feitor, carreiro e em funções mais perigosas, em que a

perda do negro escravizado representaria prejuízo direto para o proprietário” (COSTA, 2010, p. 71).

A pesquisa, elaborada por Costa (2010), revela que o projeto de imigração fora alavancado ainda no início do século XIX e a parcela de imigrantes que desembarcou no Brasil, até meados de 1870, vivia situações de trabalho degradantes. As situações recorrentes de grupos de imigrantes que, ao desembarcarem no Brasil e se depararem com um cenário diferente daquele que fora idealizado pelas propagandas governamentais, o abandono do local de trabalho, após terem assumido o compromisso de cuidar da terra, revelam que não há nenhum romantismo acerca de um trabalho, que sob outras bases, oferece cuidados adequados ao estrangeiro, ainda que na linha do branqueamento, este seja o objeto de desejo.

O tratamento diferenciado é dispensado ao imigrante europeu e justifica-se pela necessidade que o país tem de formar uma nação moderna, cuja imigração meticolosamente controlada pode evitar a presença daqueles que também são considerados indesejáveis, dentre os quais estão chineses e japoneses. “O problema, mais uma vez, é o possível resultado ‘negativo’ da miscigenação (o medo de ‘amarelar’ o futuro povo brasileiro)” SEYFERTH (2001, p. 138).

O mercado de trabalho livre no Brasil foi, assim, moldado por uma política de imigração, cuja perspectiva era mais do que uma simples estratégia de substituição da mão de obra. A imigração, favorecida por taxações e subvenções, em detrimento da mão de obra nacional, era parte de um projeto de nação que tinha no embranquecimento uma de suas mais importantes estratégias... no país que convive e vive da desigualdade, o negro, ao perder o lugar central no mundo do trabalho, não deixou de exercer um papel social como o núcleo maior dos pobres, prestadores de serviços aos quais as classes médias recorrem ostensiva e sistematicamente. (THEODORO, 2008, p. 39-40).

O desejo de branqueamento da nação desencadeia uma série de medidas, no período, de incentivo à vinda de trabalhadores europeus qualificados e descendentes das *raças superiores*, bem como *“incentivos a todos os fazendeiros que quisessem instalar imigrantes europeus em terras”* (THEODORO, 2008, p. 35). A proposta de imigração subsidiada pelo governo brasileiro perdurou até 1928.

A ideia do branqueamento também está presente na produção científica do período, justificando a miscigenação. “Não é custoso reforçar que a promoção da imigração era claramente assentada na ideologia do branqueamento” (THEODORO, 2008, p. 35). A concepção acerca da população negra, nas primeiras décadas do século passado, baseia-se no pensamento evolucionista, segundo o qual a inferioridade racial é consequência da condição biológica. A miscigenação no caso brasileiro hierarquiza via discriminação étnico-racial a parcela não branca da população, nas suas diversas gradações.

Assim, no Brasil o imenso grau de matizes cromáticos formados, criou, em contrapartida, uma escala classificatória, considerando-se o indivíduo ou grupo tanto mais valorizado socialmente quanto mais próximo estivesse do ideal tipo étnico imposto pelo colonizador, inicialmente, e pelas elites de poder em seguida: o branco. Essa dinâmica discriminatória foi acompanhada por uma dinâmica de julgamento social que a completava, pela qual à medida que esse processo discriminatório se aprofundava e a população diversificava-se cromaticamente, via miscigenação, criava-se, em contrapartida, um julgamento de valor para cada uma dessas diferenças. (MOURA, 1994, p.150).

O pensamento racial brasileiro se organiza a partir da defesa do branqueamento, como caminho possível para melhorar a imagem do país, e da negação da presença negra e valorização da figura do mestiço, que não se compara ao branco, mas será tanto melhor que o negro, quanto mais próximo do branco estiver o sujeito. A democracia racial constrói suas bases em terreno arenoso, pois uma sociedade que busca a redenção do povo a partir do distanciamento da população negra, que está na base da formação da sociedade, prova sua total incapacidade de conviver com a diversidade humana.

1.2 A complexidade das relações étnico-raciais no Brasil: metamorfoses na transição do Século XIX para o Século XX

Ora, se os seres humanos são biologicamente semelhantes, porque se utiliza o fenótipo para ultrajar outros seres humanos? Não existe uma única resposta para esta pergunta, posto que o assunto é absolutamente complexo e implica adentrar pelo campo da ideologia e da sua funcionalidade em cada período histórico, na direção da manutenção dos privilégios, que grupos humanos se autoatribuem e se apropriam, seja pelo consenso, seja pela coerção da sociedade.

A recusa em admitir que o racismo existe no Brasil, por vezes, se espelha no modelo norte-americano de relações raciais, conhecido como “Jim Crow”, que exibia um padrão de relações raciais violento, conflitivo, segregacionista contra a população negra, respaldado em regras precisas de filiação grupal. O fato é que lá e aqui a abolição da escravidão, do ponto de vista legal, não solucionou a questão da hierarquização dos grupos étnico-raciais, a partir do padrão da branquitude. Nos Estados Unidos da América o congresso aprovou oficialmente o fim da escravidão no ano de 1865, o que na prática não implicou em igualdade jurídica e acirrou os conflitos. No ano seguinte, para defender a hegemonia branca surgiu a sociedade secreta Ku Klux Klan, que agia com extrema violência. Entre altos e baixos, a organização sobreviveu até meados de 1970, quando condenações na corte americana exigiram indenizações vultuosas às famílias das vítimas assassinadas pelo grupo.

O país tinha um projeto de nação muito bem definido e defendia que, acoplado ao projeto de libertação, deveria ser organizado um plano de retirada dos afro-americanos para outro lugar no continente. O Brasil, que ainda não havia abolido a escravidão, oferecia as condições necessárias para um novo deslocamento forçado da população negra africana e seus descendentes. O argumento central referia-se ao clima considerado ideal e semelhante a diversos países da África, pois o Brasil possuía uma vasta extensão territorial coberta de vegetação e pouco explorada, entre outros atributos naturais. A natureza associada à “inferioridade” racial são os indicadores da imperiosa separação entre os grupos étnico-raciais, para a manutenção dos privilégios da classe dominante e justificam a escolha da Região da Amazônia, como lugar ideal para realocar este grupo. Tal intencionalidade está registrada em vários documentos,

elaborados pelo governo norte-americano, que aprova, inclusive, uma verba significativa no congresso americano para esta ação, bem como as consultas realizadas para receber a autorização do governo brasileiro, assunto explorado por Sampaio (2009)²¹. O Brasil, entretanto, recusa a proposta, pois aqui o sonho da nação branca fora destruído pelas relações interétnicas e aumentar o contingente populacional negro não era interessante.

Os Estados Unidos já haviam apoiado, de maneira não oficial, o sonho de libertação da população negra norte-americana, reenviando muitos, no início do século XIX, para o continente africano, para se estabelecerem na Libéria²². A luta contra a segregação racial atingiu milhares de pessoas e culminou com a organização do Movimento pelos Direitos Civis da população negra, que ocorreu entre 1955 e 1968 e exigia igualdade de direitos, com o fim da segregação racial. As formas organizadas de resistência²³ vão desde movimentos pacíficos como aqueles liderados por Martin Luther King, até de confronto direto e armado como o Movimento Black Power e o Panteras Negras. Na atualidade, cerca de 315 mil refugiados se dispersaram pelo continente, em decorrência da guerra civil e da pobreza generalizada na região.

No Brasil, ao contrário da segregação racial oficial, o que se identifica com frequência são outros modos de segregação, como a segregação no espaço urbano, o

²¹ SAMPAIO, Maria Clara Sales Carneiro. *Fronteiras negras ao sul: a proposta dos Estados Unidos de colonizar a Amazônia brasileira com afro-descendentes norte-americanos na década de 1860*. São Paulo, 2009.

²² “A Libéria ganhou notoriedade por ter sido o primeiro Estado africano a declarar independência, em 1847, sem ter vivido intensa dominação colonial. Apesar disso, sua história é marcada por grande instabilidade política e profunda ligação com o exterior, especialmente com os Estados Unidos (Morgan 2006). Embora descoberta por portugueses no século XV, a região foi intensamente disputada por corsários britânicos e holandeses, que procuraram estabelecer entrepostos comerciais devotados ao comércio de escravos (DAVID, 1984; SAWYER 2004). Em 1821, a região foi adquirida pela American Colonization Society (ACS), uma organização fundada nos Estados Unidos, em 1816, com objetivo de enviar de volta à África os escravos que, segundo eles, não teriam mais lugar na sociedade norte-americana; expandir as relações comerciais dos EUA com a África; e civilizar a população nativa (ANING, 1999; WICKSTROM, 1960; DAVID, 1984).” ESTEVES, P.; SOUZA, L. C. S. *Revista Brasileira de Política Internacional*. V. 54. n. 2. Brasília: 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292011000200002>>.

²³ Entre as bandeiras libertárias encontram-se medidas para derrubar leis de proibição de negros(as) sentarem-se nos bancos da frente do ônibus, de estudar em escolas até então segregadas, de frequentar lanchonetes, restaurantes, lojas, museus, praças, teatros e demais estabelecimentos da cidade, até a proibição de votar nas eleições eletivas.

encarceramento em massa, com uma parcela considerável de pessoas aprisionadas, sem o devido processo legal, o processo de deslocamento forçado dentro do próprio território, em virtude da luta pela posse da terra, entre outras formas de apartação.

O modelo brasileiro, ao contrário, mostrava uma refinada etiqueta de distanciamento social e uma diferenciação aguda de status e de possibilidades econômicas, convivendo com equidade jurídica e indiferenciação formal; um sistema complexo e ambíguo de diferenciação racial, baseado, sobretudo em diferenças fenotípicas, e cristalizado num vocabulário cromático. (GUIMARÃES, 1999, p. 39).

Por aqui, a tônica sempre foi de colaboração entre os grupos étnico-raciais, erguido sob a égide da internalização da inferioridade do grupo dominado e da benemerência da classe dominante, cordial desde que a população negra não avance além das fronteiras que lhes são objetiva e subjetivamente impostas. Assim, não se desenha um projeto de expulsão do território brasileiro, que exige investimentos gigantescos, mas de inclusão perversa, que complexifica ainda mais as formas de resistência, pois o discurso da cordialidade dificulta a organização mais ofensiva e radical da população negra que, via de regra, sequer compreende seu lugar racial na organização da sociedade brasileira.

Na década de 1930, as teorias raciais são profundamente contestadas, pois o país busca saídas para a questão do desenvolvimento nacional, momento em que a mudança de paradigma proposta por Gilberto Freyre ganha credibilidade, com o deslocamento do paradigma da raça para a cultura. Em outras palavras, o autor destaca as contribuições dos povos ditos inferiores para a formação do Brasil, no tocante à culinária, música e sexualidade do povo brasileiro, exaltando as relações cordiais entre a casa grande e a senzala. Em Freyre, a mestiçagem é um valor positivo (MUNANGA, 2004), entretanto, o autor ignora a perversidade das relações entre senhores e população negra escravizada e seu impacto direto na manutenção da ideia de inferioridade negra.

A partir da análise de clássicos como o livro *Casa Grande e Senzala*, *O negro no Brasil* e *Raízes do Brasil*, compreende-se que a ideologia expressa em tais obras

oferece um panorama do culturalismo presente à época, que explica a inferioridade racial da população negra a partir do olhar do colonizador, cuja compreensão das concepções africanas sobre a espiritualidade, sobre a relação entre o sagrado e a natureza, sobre a conexão entre os homens e as divindades é descontextualizada e equivocada. Ao restringir a influência da população negra no Brasil aos elementos culturais, esta forma de abordagem desconsidera as determinações presentes no processo cultural: seus aspectos sociopolíticos. A cultura aparece esvaziada de espírito crítico, de preocupação com as determinações sociais e políticas, enfim, surge apartada da totalidade social. Assim, a cultura torna-se também um fetiche, em vez de um elemento de fortalecimento dos sujeitos no processo de luta coletiva.

Entretanto, as formas de organização por meio das manifestações culturais espalhadas por todo o país oferecem espaços de contestação da população negra, quanto ao acesso à liberdade, que não outorga direito de fato (TAVARES, 2006). Uma análise profunda de organizações e grupos negros em centros urbanos na atualidade deve recorrer ao contexto histórico do comportamento desse segmento após a Abolição, à desarticulação social a que é submetido e à resistência associada a outros movimentos sociais (MOURA, 1994). Inicialmente as organizações possuem um cunho religioso, beneficente e cultural, depois são transformadas em clubes de lazer, casas ou salões de baile, afastando assim os negros mais conservadores. E estes, impedidos de frequentar associações destinadas aos brancos, por vezes, criam outras organizações.

A grande massa de trabalhadores negros tem nos blocos carnavalescos um lugar de produção cultural exemplar e de socialização. Articulados em torno destes grupos podem recriar a vida na cidade preservando as formas tradicionais do samba. A classe média negra constrói instituições específicas para atender às suas demandas como o jornal *A Voz da Raça*, órgão que veicula as concepções políticas da Frente Negra Brasileira (FNB), criada em 1931 (SILVA, 2006), a partir da necessidade de adaptação da forma de expressão e organização da luta pela defesa de direitos. Rapidamente, o movimento cresce por todo o país, e chega a reunir 200 mil pessoas. Porém, em 1937, em virtude da forte repressão do governo de Getúlio Vargas contra todos os

movimentos de oposição ao regime, a FNB deixou de existir, permanecendo vivo o ideal de um movimento negro organizado (TAVARES, 2006). Em 1944, Abdias do Nascimento, um dos antigos líderes da organização, fundou o Teatro Experimental do Negro (TEN), com objetivo de valorizar a presença negra no Brasil, exorcizar os estereótipos herdados desde a colonização e denunciar as práticas discriminatórias sofridas pelos negros brasileiros.

Numa série de palestras proferidas há mais de anos nos Estados Unidos e depois publicadas sob o título de *Interpretação do Brasil*, o sociólogo brasileiro Gilberto Freire descreveu o idílico cenário da democracia racial brasileira. Embora reconhecesse que os brasileiros não foram inteiramente isentos de preconceito racial, Freyre argumentava que a distância social, no Brasil, fora o resultado de diferenças de classe, bem mais do que de preconceitos de cor ou raça. Como os negros brasileiros desfrutavam mobilidade social e oportunidades de expressão cultural, não desenvolveram uma consciência de serem negros da mesma forma que seus congêneres norte-americanos. Freyre também apontou o fato de que, no Brasil, qualquer pessoa que não fosse obviamente negra era considerada branca. (COSTA, 2010, p. 367).

A análise de Gilberto Freire expõe um pensamento que, ainda hoje, permeia o imaginário social: de que a questão da desigualdade étnico-racial pode ser equacionada à medida que as diferenças de classe sejam minimizadas. Esta concepção encontra respaldo em algumas exceções, fundamentalmente tendo como referência algumas figuras de pessoas negras públicas, que alcançaram uma dada mobilidade social “fora” da raça, e acreditam que sua vida foi determinada por seu esforço e mérito. A parcela majoritária da população negra brasileira não se encontra no lugar social que Freire supunha, nem encontra respaldo nas políticas públicas para alterar a sua condição²⁴. No caso norte-americano, há possibilidade de mobilidade social, para alguns grupos negros, no interior da própria raça e raramente fora dela.

²⁴ Por volta de 1930 foi que começaram a aparecer, primeiro nos jornais e nas organizações de luta negra, expressões como “preconceito racial”, “discriminação racial”, “segregação racial”. Eram desconhecidas, porque a sociedade brasileira não precisava delas: os negros não disputavam lugares com os brancos. Eram necessárias agora que o capitalismo em desenvolvimento acirrava as competições. (SANTOS, 1984, p. 56).

Foi no processo de miscigenação que Freyre julgou terem os brasileiros descoberto o caminho para escapar dos problemas raciais que atormentavam os norte-americanos. Cerca de vinte anos depois, uma nova geração de cientistas sociais, estudando as relações raciais no Brasil, chegou a conclusões bastante diferentes. Estes cientistas acumularam uma nova quantidade de evidências de que os brancos no Brasil foram preconceituosos e de que os negros, apesar de não terem sido legalmente discriminados, foram 'natural' e informalmente segregados. (COSTA, 2010, p. 368).

Interessante notar que há no período uma exaltação das inter-relações entre brancos e negros, cenário em que a mestiçagem via cruzamentos inter-raciais dificulta uma apreensão das reais tensões entre os dois grupos. A negação do preconceito e da discriminação étnico-racial se constitui enquanto uma bandeira de luta, cuja base é conservadora, e os intelectuais incumbidos de empreender a tarefa de explicar como se desenvolvem as relações raciais no Brasil, ao questionarem esta estrutura antidemocrática, por vezes, foram acusados de criar um problema racial (COSTA, 2010).

O processo civilizatório brasileiro passa necessariamente pela ideologia do branqueamento, iniciada com a defesa da miscigenação, com o propósito de "melhorar" a identidade nacional, eliminando da história a presença maciça da população negra. O mestiço era, portanto, um mal necessário, um mal menor, é verdade, mas um mal e o processo de branqueamento oferecia o passaporte necessário para o acesso à vida civilizada e naturalmente democrática.

Portanto:

O estudo das relações raciais no Brasil está fundamentado em duas grandes correntes. A primeira, com ênfase na mestiçagem ou miscigenação, como instrumento de integração e das relações cordiais entre os diferentes, entre as raças... Essa corrente está fundamentalmente baseada nos estudos de Freyre, a partir de 1930. A segunda corrente começa com as pesquisas de Florestan, na década de 1950, mostrando as desigualdades raciais na sociedade brasileira, desigualdades que seriam, segundo ele, superadas com o avanço do capitalismo. (TELLES apud SILVA, 2006, p. 33).

As determinações sócio-históricas, que concorrem para a manutenção da desigualdade de classes, são analisadas com profundidade a partir da década de 1950, quando o sociólogo Roger Bastide inicia os estudos acerca do negro brasileiro, na interface entre dimensão cultural e inserção social. Roger Bastide e Florestan Fernandes coordenam, a partir de 1951, o desenvolvimento da pesquisa encomendada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) sobre a questão racial no Brasil. Ao final daquela década, as conclusões da pesquisa abalam a ideia de democracia racial, denunciam a persistência do colonialismo profundamente destrutivo, de uma abolição feita como revolução de branco para branco e do acirramento da desigualdade entre brancos e negros no país.

A pesquisa comprova que há, no Brasil, uma estrutura racista das relações sociais, portanto, o país está longe de ser modelo de convivência social, baseada no respeito às diferenças do ponto de vista do pertencimento étnico-racial. Internacionalmente, o nazismo, com suas práticas de perseguição, confinamento, tortura, exploração e assassinato do povo judeu, ao longo da Segunda Guerra Mundial, cujo extermínio é determinado pelo componente étnico, abala o velho continente e tem como um dos desdobramentos a decisão da Unesco de recomendar a substituição do conceito de raça pelo conceito de etnia, a partir da década de 1950. A proposição visa coibir as teses ancoradas na inferioridade biológica, como justificativa para a desigualdade social e para a violência étnico-racial, injustificável sob qualquer ângulo.

O que se coloca como desafio é compreender as bases objetivas e subjetivas sob as quais as relações raciais se estruturam no Brasil, imbricadas por aquele pensamento, visto que o senso comum carece da devida apropriação de elementos da produção científica atual, refutando tal ideologia. Ou seja, dizer que não existe democracia racial, não explica a reprodução do racismo, que age sem pausa, cotidianamente, e é silenciado, seja pela mídia, seja pela academia, seja pelo adoecimento do corpo e da mente da população negra.

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de

trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. [...] essas facetas da situação [...] imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel. (FERNANDES, 1978, p. 15).

Para Florestan Fernandes, a abolição se configurou como uma medida extrema e cruel, porque a forma como a população negra é tratada desde a promulgação da Lei Áurea, sem qualquer medida protetiva, a coloca em uma situação aviltante, com chances remotas de superação da pobreza geracional, que se mantinha no curso do regime escravagista. Por outro lado, a classe dominante, que projetava no horizonte a formação de um país livre, próspero e semelhante aos países europeus depositava a esperança de uma outra identidade nacional, no abandono da população negra.

A transição nacional ocorreria pela transição racial, ou, para ser mais exata, a miscigenação provocara uma desordem nacional, mas não era possível apagar essa marca do povo. Então, aqueles que eram totalmente avessos à mestiçagem, acusada por promover a degeneração²⁵ da raça, foram substituídos por grupos que veem na própria mestiçagem a salvação do povo brasileiro. A mestiçagem figura, desde então, como passaporte para a civilidade, para melhora da raça, via branqueamento.

1.3 O mito da democracia racial e sua funcionalidade na contemporaneidade

O momento atual da sociedade brasileira é propício para que se esmiúce a funcionalidade do mito da democracia racial, afinal, a realidade diariamente nos impõe

²⁵ “Nas décadas de 60 e 70 do século XIX, teóricos europeus, como o conde de Gobineau e o médico francês Louis Couty, e também um americano, o zoólogo Louis Agassiz, estiveram no Brasil e elaboraram análises sobre a ‘realidade brasileira’. Nessas análises, determinaram a ‘inferioridade negra’ e viram na mestiçagem a produção de elementos degenerados que só poderiam levar o Brasil à barbárie” (VALENTE, 1994, p. 32).

a necessidade de refletir, criticamente, sobre a persistência do racismo, materializado em situações recorrentes de preconceito e discriminação étnico-racial, em diversas esferas da vida cotidiana.

Os mitos sociais, como sabemos, são constantemente criados e destruídos. São uma parte integrante da realidade social e não devem ser vistos meramente como um epifenômeno. Na vida diária, mito e realidade estão inextricavelmente inter-relacionados. Os cientistas sociais e os historiadores operam no nível da mitologia social e eles mesmos, quer queiram quer não, ajudam a destruir e a criar mitos. No processo, a 'verdade' de uma geração muito frequentemente torna-se o mito da geração seguinte. (COSTA, p. 369).

Para compreender as múltiplas determinações que conformam o discurso da democracia racial, a partir de 1930, e a denúncia de que esta configura-se em um mito ocorrido nos anos 1960, utilizaremos os estudos de Emília Viotti da Costa:

Um poderoso mito, a ideia da democracia racial – que regulou as percepções e até certo ponto as próprias vidas dos brasileiros da geração de Freyre – tornou-se para a nova geração de cientistas sociais um arruinado e desacreditado mito... como puderam os brasileiros cultos, fossem eles brancos ou negros, ignorar a discriminação racial quando esta estava claramente demonstrada pelas estatísticas oficiais amplamente divulgadas?... As estatísticas não eram secretas e nem difíceis de ser interpretadas. Mas foram ignoradas. E existiam muitos outros dados como esses para demonstrar o predomínio branco e a discriminação contra os negros, dados esses nos quais ninguém prestava atenção. É importante explicar não apenas como os brasileiros puderam ser cegos a tais realidades sociais, mas também por que eles intencionalmente definiram o Brasil como uma democracia racial. (COSTA, p. 370-371).

Na esteira de possibilidades interpretativas, acerca do mito da democracia racial, Costa (2010) identifica três correntes, que ora são utilizadas individualmente, ora são utilizadas de modo complementar: a) as transformações ocorridas, a partir do século XX, no interior da sociedade brasileira, com o crescente processo de industrialização e urbanização dos espaços, decorrentes do desenvolvimento do sistema capitalista no país, que acirra a luta de classes e exacerba as manifestações de racismo no cotidiano; b) que as ideologias são produzidas pela classe dominante, para camuflar diversos

mecanismos de opressão ou para manter o poder político, ou seja, “que o mito da democracia racial foi uma distorção – deliberada ou involuntária – do real padrão das relações raciais no Brasil”; c) e, por fim, que as influências das teorias raciais que se difundem na Europa e nos Estados Unidos da América adquirem amplitude no país e “o mito da democracia racial apareceria, então, como uma tentativa de acomodar as ideias racistas europeias” (p. 372).

Na opinião da autora, com a qual concordamos, as diversas interpretações sobre relações étnico-raciais no Brasil, naquele momento histórico nos oferecem uma visão parcial da questão, que “tem levado a distorções das quais devemos estar cientes para evitar suas ciladas. Elas são reducionistas, estabelecem falsas correlações e omitem importantes mediações”. (p. 374).

A defesa da democracia racial carrega em si um importante componente ideológico, que tem razão de ser na dinâmica das relações sociais brasileiras e que afeta o conjunto da sociedade de maneira diversa. Seria, no mínimo, um equívoco supor que os brancos organizaram, deliberadamente, um discurso bem elaborado acerca das relações democráticas no Brasil, para se beneficiar integralmente da estruturação de poder, erigida sob o símbolo da discriminação étnico-racial.

A ideologia atinge o conjunto da sociedade e uma parcela minoritária da população negra, que ascende socialmente, em uma sociedade racista, certamente compartilha do mito com a classe dominante, ainda que na vida cotidiana seja tratada a partir do seu lugar, nomeadamente da inferioridade racial, que pode ser tolerada com alguma frequência, se seu padrão social e econômico for alto. Alguns sujeitos buscam esse lugar de destaque e passam a servir de vitrine para a classe dominante, a representar a possibilidade de convivência social, pela valorização do/da moreno/a,

mulato/a²⁶ como síntese da nossa brasilidade, sem incidir sobre a base do problema, que está vinculado à desigualdade entre as classes sociais, de natureza étnico-racial.

Em síntese, dar credibilidade ao mito pode significar um tratamento diferente para uma parcela pequena da população negra, ainda que o racismo permeie estas relações e siga sendo camuflado, sempre que interesses maiores justifiquem o tratamento à base da tolerância. Se a funcionalidade do negro/negra, que ascendeu socialmente, for dispensável, em um dado momento, ele retornará à condição anterior, de onde, na essência, jamais saiu.

É obvio que os brancos se beneficiaram com o mito. Mas também é verdade que os negros se beneficiaram igualmente, embora de uma maneira mais limitada e contraditória. A negação do preconceito, a crença no 'processo de branqueamento', a identificação do mulato como uma categoria especial, a aceitação de indivíduos negros entre as camadas da elite branca tornaram mais difícil para os negros desenvolver um senso de identidade como grupo. De outro modo, criaram oportunidades para alguns indivíduos negros ou mulatos ascenderem na escala social. Embora socialmente móveis, os negros tinham, entretanto, que pagar um preço por sua mobilidade: tinham que adotar a percepção que os brancos possuíam do problema racial e dos próprios negros. Tinha que fingir que eram brancos... Se alguns deles estavam conscientes das sutis formas de preconceito e discriminação, fizeram questão de não mencioná-las. Esses indivíduos compartilharam com os brancos o mito da democracia racial. (COSTA, 2010, p. 377)

Para Costa (2010), a compreensão das relações raciais, de construção e validação do mito e de seu questionamento, na década de 1960, pressupõe a análise do sistema de clientelismo e patronagem, no qual o lugar de classe e pequenas alterações neste estado eram promovidas pela classe dominante, que deliberava sobre até onde a população negra poderia chegar, sem colidir com seus interesses.

No interior desse sistema, brancos pobres, negros livres e mulatos (a maioria da população) funcionavam como a clientela da elite branca. A

²⁶ Mulato/mulata: termo racista e pejorativo, que confere à mulher negra e ao homem negro o status de objeto sexual, como expresso na marchinha de carnaval de Lamartine Babo e Irmãos Valença, lançada na década de 1920: *“mas como a cor não pega mulata, mulata eu quero seu amor”*. Na música, o estereótipo da mulata enquanto objeto de desejo masculino é celebrado, sem riscos de que o sujeito seja denunciado por sua prática. Ao longo do texto, eventualmente a palavra pode surgir quando for imprescindível realizar a citação direta de autores importantes que debatem a temática racial.

mobilidade social não era obtida por meio da competição direta no mercado, mas por meio de um sistema de patronagem no qual a palavra decisiva pertencia à elite branca (p. 380).

A tão temida ascensão social da população negra, que se expressa nas alternativas de segregação propostas pelos brancos norte-americanos, não assusta a elite brasileira, segura de seu lugar de classe intocável e, de que a mobilidade social aqui depende da autorização da classe dominante.

No caso da população negra, o tratamento é considerado democrático porque em vez do extermínio direto do grupo, a sociedade opta por, democraticamente, forjar um novo “tipo” racial, o que permite aos negros e negras burlar a sua natureza biológica e se vincular ao branco, promovendo a redenção das gerações futuras. Via miscigenação, democraticamente, aquilo que remete à herança africana será ignorado, até que entre os brasileiros se instale um período de paz social, com aceitação de que a herança europeia é a que nos oferece vantagens. Obviamente, a estratégia tem se mostrado, ao longo dos anos, incoerente por que promove uma falsa acomodação do real e os conflitos se acirram década após década, a exemplo do que ocorre com a juventude negra, que continua a ser alvo da violência de Estado e vítima preferida dos grupos de extermínio no país.

Assim é o racismo brasileiro: sem cara. Travestido em roupas ilustradas, universalistas, tratando-se a si mesmo como antirracismo... Para este racismo, o racismo é aquele que separa, não o que nega a humanidade de outrem; desse modo, racismo, para ele, é o racismo do vizinho (o racismo americano). (GUIMARÃES, 1999, p. 57).

A sociedade brasileira, ainda hoje, trata a questão do racismo como um tabu, alvo de conversas superficiais, que facilmente desembocam em exemplos de como as relações étnico-raciais são democráticas. Exemplos que, de tão repetidos, soam como “história para boi dormir”. Sem racionalidade possível, essas histórias continuam a obscurecer a realidade e a impedir que medidas de combate ao racismo sejam disseminadas no interior das classes sociais. O racismo surge no exato momento histórico em que o projeto de dominação capitalista precisa estabelecer regras para

validar a exploração, a opressão e a dominação de um grupo sobre o outro. Para ser mais precisa, racismo surge quando um grupo, cuja origem comum é o continente europeu, se autodeclara branco. Ao se declarar branco, atribui aos termos valores positivos, que lhe outorga uma dada superioridade. Toda superioridade pressupõe uma dada inferioridade e, este grupo atribui aos outros, não brancos, valores negativos, que culmina com a construção da inferioridade.

A estratégia de escravização dos povos negros africanos inaugura em terras brasileiras, no bojo da ocupação colonial, uma organização hierárquica das relações sociais, a partir do antagonismo entre os dois grupos: brancos e negros, que são tratados de maneira desigual do ponto de vista econômico, político, social e cultural. Na esfera da vida cotidiana, o racismo será reproduzido por meio de preconceitos contra a população negra, a partir da naturalização de características físicas (cor da pele, formato do nariz, textura do cabelo, entre outras); do desenvolvimento cognitivo empobrecido (baixa capacidade intelectual, ausência de habilidades como liderança, caráter nobre, estima elevada); e capacidade para a servidão (subserviência, conformismo, apatia, são valorizados), bem como dotada de uma violência nata, que justifica a ação do Estado para controlar as revoltas.

A persistência das desigualdades sociais revela o quanto o preconceito étnico-racial orienta o modo de organização das relações sociais e cumpre a função de manter vivo no cotidiano as expressões que a ideologia racista logrou introjetar no imaginário social. Uma vez introjetado, passa a ser validado e quando alguma situação cotidiana desnuda o preconceito étnico-racial, este ganha força e se materializa em uma ação de discriminação do outro, seja em virtude da cor seja dos valores culturais que identificam a própria população negra. Tal ação é orientada pelo juízo de valor do autor da violência.

O *racismo* no Brasil enquanto uma construção sócio-histórica traz consigo o *preconceito* e a *discriminação racial*, acarretando prejuízos à população negra nas diferentes fases do ciclo de vida, independente da camada social e da região de moradia. Reforça-se pela linguagem comum, mantém-se e alimenta-se pela tradição e pela cultura, ao

mesmo tempo em que influencia a vida, a forma como as instituições se organizam e as relações interpessoais. (LOPES; QUINTILIANO apud EURICO, 2013, p. 295).

A essa altura, há que se situar o uso do termo raça neste estudo, pois ainda que o conceito de raça não se sustente a partir do biológico, o debate sobre raça não é uma falsa questão, uma vez que os grupos raciais constroem concepções acerca dos outros grupos raciais, no intuito de marcar a diferença. Do ponto de vista biológico, somos todos pertencentes à raça humana, mas as manifestações cotidianas de discriminação e preconceito étnico-racial se constroem no processo de sociabilidade a partir da elaboração de um conjunto de atributos físicos, intelectuais, culturais e religiosos, que outorgam à população negra um lugar de desqualificação. O conceito de raça utilizado não assume um cariz propriamente sociológico. “Trata-se de um sistema de marcas físicas (percebidas como indeléveis e hereditárias), ao qual se associa uma ‘essência’, que consiste em valores morais, intelectuais e culturais” (GUIMARÃES, 1999, p. 28). A opção pela permanência do termo é um imperativo ético e justifica-se pelo modo como o racismo opera no Brasil:

As raças são categorias históricas, transitórias, que se constituem socialmente a partir das relações sociais: na fazenda, engenho, estância, seringal, fábrica, escritório, escola, família, igreja, quartel, estradas, ruas, avenidas, praças, campos e construções. Entram em linha de conta caracteres fenotípicos. Mas os traços raciais visíveis, fenotípicos, são trabalhados, construídos ou transformados na trama de relações sociais. (IANNI, 1992, p. 120).

Após 1950, a partir da recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU), que concebe o conceito de raça como uma estratégia equivocada na análise das relações sociais, diversos teóricos optam por substituí-lo pelo conceito de *etnia*, que se refere a indivíduos que compartilham uma herança social e cultural transmitida de geração em geração. *Etnia* refere-se aos aspectos culturais e comporta, também, um sentido político, de afirmação da diferença cultural, enquanto valorização humana. Pessoas que podem ser identificadas como pertencentes a grupos raciais distintos, podem ser agrupadas num mesmo grupo étnico e vice-versa. Para além das

características físicas, há um resgate do pertencimento ancestral, de um passado comum, conforme descrito a seguir:

Um grupo possuidor de algum grau de coerência e solidariedade, composto por pessoas conscientes, ao menos em forma latente, de terem origens e interesses comuns. Um grupo étnico não é mero agrupamento de pessoas ou um setor da população, mas uma agregação consciente de pessoas unidas ou proximamente relacionadas por experiências compartilhadas. (CASHMORE; BANTON, 2000, p. 196).

Do exposto, há que se inferir que os conceitos *raça* e *etnia* não são sinônimos. Antes, são complementares, por isso, nas diversas produções é comum encontrarmos a associação *raça/etnia*. Entendemos que *raça* continua atual e que os elementos culturais específicos da população não branca e, particularmente, aqueles referentes a homens e mulheres negros abarcados pelo termo *etnia* podem ser alvo de discriminação, principalmente, quando estão associados à *raça*. Em outros termos, se utilizarmos, como exemplo, o culto aos orixás, *raça* e *etnia* podem se apresentar como elementos antagônicos ou indissociáveis, a partir de onde estejam localizados. Uma pessoa cuja cor da pele remete ao branco, que é iniciada no Candomblé, pode ser discriminada, se assumir publicamente suas concepções religiosas. O elemento discriminatório, neste caso, é cultural, refere-se a *etnia*. Certamente, isso também ocorre com uma pessoa negra, que cultua os orixás, mas mesmo uma pessoa negra, sem qualquer conhecimento das religiões de matriz africana pode ser alvo de preconceitos e discriminações, em virtude da intolerância religiosa, uma marca das relações étnico-raciais no Brasil.

Consideramos importante, também, nomear a brancura, categoria socialmente construída. Cashmore e Banton (2000) destacam que o termo começou a ser utilizado na segunda metade do século XVII e significava superioridade e privilégio, em contrapartida aos não brancos, considerados “os outros”. Na atualidade, a brancura confere vantagens e prestígios, reatualizando o racismo nas relações sociais.

Schucman (2014), a partir da Psicologia, desenvolve pesquisas acerca da branquitude e “quem são os sujeitos que ocupam lugares sociais e subjetivos da

branquitude é o nó conceitual, que está no bojo dos estudos contemporâneos sobre identidade racial branca” (p. 84). A autora também assevera que ser branco configura-se, sobretudo, por posições e lugares sociais que os sujeitos ocupam e está ligado, no caso da experiência brasileira, à aparência, ao status e ao fenótipo.

Até aqui não há nada de novo, à medida que características comuns são vivenciadas de lugares distintos, por brancos e negros. O que nos interessa, sobretudo, no estudo de Shucman (2014), é a escassez do debate no processo de formação de psicólogos brasileiros, com a reprodução do conhecimento acerca do “desenvolvimento do psiquismo humano igual entre os diferentes grupos racializados” (p. 85) e prossegue, afirmando que do mesmo modo que as categorias de classe e gênero, “a categoria raça é um dos fatores que constitui, diferencia, hierarquiza e localiza os sujeitos em nossa sociedade (p. 85).

“A categoria raça produz subjetividade e desigualdades entre brancos e não brancos” (p. 86) e entre os resultados da pesquisa a autora destaca aqueles relativos aos padrões de beleza e branquitude e as falas dos sujeitos entrevistados revelam que a “superioridade estética é sim um dos traços da branquitude em nosso país” (p. 90) e se desenvolvem em relação a todos os outros, não brancos. Ao final da análise Schucman pondera que “os sujeitos brancos em nossa sociedade passam por um processo psicossocial resultante das mediações, que experienciam durante a vida de identificação com os significados compartilhados em nossa cultura sobre a supremacia racial branca”. (p. 92).

Iraci e Sovik (2004) vão além e referem que a branquitude e seu sistema de privilégios não se restringe à cor da pele, mas funciona como uma espécie de passaporte, que possibilita o acesso, o que se pode perceber entre as pessoas cuja herança genética é atribuída à população negra, mas que, ao exibir fenótipos próximos aos brancos, como por exemplo, traços mais “finos” pode ser tratada como branca.

Branquitude – Na prática, ser branco exige pele clara, feições europeias, cabelo liso; ser branco no Brasil é uma função social e implica desempenhar um papel que carrega em si uma certa autoridade ou respeito automático, permitindo trânsito, eliminando barreiras. Ser

branco não exclui ‘ter sangue negro’ ou indígena. (IRACI; SOVIK, 2004, p. 19).

Entre estes autores há um ponto de convergência, à medida que todos trazem a questão da branquitude para o âmbito das construções sócio-históricas desnaturalizando o lugar do privilégio, no interior de uma sociedade patriarcal, machista e racista. A análise do racismo, do preconceito e discriminação étnico-racial, no âmbito dos Saicas, não pode estar dissociada da análise da branquitude e a pesquisa que desenvolvemos revela o quanto este padrão permanece enraizado na descrição, classificação e maior ou menor proteção de crianças e adolescentes, a partir do componente étnico-racial. Para um problema tão complexo, as estratégias de enfrentamento precisam ser ampliadas e diversificadas, pois o Saica é considerado por nós como um espaço onde a diversidade humana está em constante interação, no âmbito da intimidade e onde as diferenças e os privilégios, segundo raça/cor, são potencializados. “É preciso que a branquitude, como lugar de normatividade e poder, se transforme em identidades étnico-raciais brancas onde o racismo não seja o pilar de sustentação” (SCHUCMAN, 2014, p. 92).

Se os conceitos são construções históricas e carregam em si as marcas das sociedades que os criaram e alimentaram, no que se refere às relações raciais, esta premissa não é diferente. A análise das principais bibliografias²⁷, sobre as relações raciais no Brasil, revela uma diversidade de conceitos, que ora reforçam o posicionamento político na direção do combate ao racismo, do preconceito e da discriminação étnico-racial, ora podem fortalecer o discurso dominante na perspectiva da manutenção do *status quo*.

O racismo é um fenômeno universal, uma posição defendida, por vezes, com base em argumentos e teses que se pretendem científicas. Trata-se de uma ideologia, que afirma a superioridade de um grupo racial sobre o outro, considerado inferior. Ainda que no âmbito individual, uma pessoa do grupo dito inferior consiga superar o grupo

²⁷ Para que o leitor possa aprofundar o estudo sobre as relações raciais sugerimos consultar as principais obras comentadas e organizadas por Cuti e Fernandes no livro: *Consciência Negra do Brasil: os principais livros*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

dito superior, isto não altera a concepção coletiva da hierarquização das raças e da “inferioridade” coletiva.

Os estudos genéticos comprovaram que não existem raças puras, que indivíduos pertencentes a grupos diversos, com características físicas distintas, podem ser biologicamente muito próximos. O conhecimento científico, após esta descoberta, nos coloca desafios ainda maiores no campo sociológico. Se nossa constituição genética pode ser tão próxima, ao mesmo tempo que nossa aparência física pode ser tão distante, como explicar a reprodução “viral” do racismo ao longo da história?

Raça é, portanto, um conceito elástico, que se modifica conforme as demandas históricas e pode ser utilizado igualmente tanto por defensores da ideologia racial, quanto por seus adversários. Esta elasticidade, não raramente, traz como resultado a indiferença quanto a um problema social tão complexo (SANTOS, 1984). Há uma frustração e uma reprodução do fatalismo, quando o assunto se relaciona às desigualdades de acesso aos bens e riquezas socialmente produzidos, a partir do pertencimento étnico-racial no Brasil.

1.4 As conexões fundamentais entre classe social, raça/etnia e a questão de gênero: algumas particularidades da realidade brasileira

Na perspectiva de análise proposta por Marx, o homem é entendido com um ser social que, por meio do trabalho, atividade vital, transforma a natureza para satisfazer necessidades humanas, ao mesmo tempo que é transformado por ela e se desvelam novas necessidades. Quanto maior a interação entre os homens e deste com a natureza, maiores são as possibilidades de humanização das relações sociais.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de

se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 2013, p. 188).

O desenvolvimento do capitalismo industrial, com seus antagonismos de classe, a apropriação privada dos meios de produção e a expropriação da mais-valia do trabalhador assalariado acirram as desigualdades sociais, fundadas na relação entre capital e trabalho. E em nome da acumulação capitalista, conviveram, no mesmo tempo histórico, sociedades cujas particularidades refletiam a desigualdade entre os povos, segundo o lugar de nascimento e os interesses dos colonizadores. O advento da Revolução Francesa, baseada nos valores universais de liberdade, igualdade e fraternidade, no período em que a burguesia assume uma posição revolucionária, silencia diante da manutenção da negação de direitos humanos fundamentais aos negros africanos, que estavam submetidos ao regime de escravidão nas diversas colônias espalhadas pelo continente americano²⁸. Muito embora os ideais tenham se deslocado rapidamente para o lugar de valores burgueses, mediados pela propriedade privada, e a classe trabalhadora desde a origem, esteja exposta às mais diversas formas de exploração, isso não apaga o fato de que a escravidão tenha sido encarada durante todo o período de vigência como um dado ineliminável para satisfação das necessidades do projeto dominante.

Entretanto, a capacidade de humanizar-se pelo trabalho fica prejudicada na medida em que, sob o sistema capitalista, a relação homem/natureza é polarizada entre aqueles que detêm os meios de produção e a riqueza socialmente produzida; classe

²⁸ A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão proclamada em 1789 representava o manifesto revolucionário da nova França, suprimindo o Antigo Regime e constituía-se em um instrumento contra o sistema de privilégios da nobreza e do clero. Apesar dos avanços conquistados, aspectos importantes na luta por igualdade permanecem fora deste documento, como o sufrágio universal, a igualdade entre homens e mulheres, o colonialismo e a escravidão, cujos contornos já eram dramáticos naquela época. (TRINDADE, 2002).

dominante e aqueles que precisam vender sua força de trabalho em troca de um salário, a classe trabalhadora.

No caso específico da sociedade brasileira, o processo de abolição da escravatura, o deslocamento do centro da economia da sociedade rural e agrária para a sociedade urbana e industrial, no início do século passado, acirra a desigualdade entre as classes sociais e mantém a maioria da população negra em situação de miserabilidade. Há uma profunda divisão no interior da classe, que vive do seu trabalho assalariado, desde então. A manutenção da desigualdade étnico-racial concorre para que amplos segmentos da classe trabalhadora permaneçam desprotegidos, em condições de trabalho e moradia; acesso de maneira precária às políticas sociais e inseridos em atividades pouco valorizadas na divisão social e técnica do trabalho ou, então, excluídos, de modo permanente, de funções que garantam o valor mínimo para a sobrevivência em condições adequadas.

O nexo interno entre o tormento da fome que atinge as camadas operárias mais laboriosas e o consumo perdulário, grosseiro ou refinado, dos ricos, baseado na acumulação capitalista, só se desvela com o conhecimento das leis econômicas. O mesmo não ocorre com as condições habitacionais. Qualquer observador imparcial pode perceber que, quanto mais massiva a concentração dos meios de produção, tanto maior é a conseqüente aglomeração de trabalhadores no mesmo espaço; que, portanto, quanto mais rápida a acumulação capitalista, tanto mais miseráveis são para os trabalhadores as condições habitacionais. (MARX, 2013, p. 479).

Pode-se inferir que a desigualdade nas relações de trabalho é estrutural e atinge a classe trabalhadora de maneira global, com a particularidade de que, em relação a uma parcela significativa da população negra, há, além da desqualificação, uma intensa *subproletarização*. Esta é definida por Antunes (1995), como as atividades de trabalho desenvolvidas de maneiras precárias, informais, temporárias e parciais.

Evidencia-se, portanto, que ao mesmo tempo em que se visualiza uma tendência para a *qualificação* do trabalho, desenvolve-se também *intensamente* um nítido processo de *desqualificação* dos trabalhadores, que acaba configurando um processo contraditório que *superqualifica*

em vários ramos produtivos e *desqualifica* em outros. (ANTUNES, 1995, p. 54).

O tratamento autoritário e racista com que o Estado brasileiro trata as questões relativas à população negra na contemporaneidade, está atrelado ao projeto societário em curso e guarda profunda relação com o lugar da “inferioridade” à que a população negra vem sendo submetida desde o período colonial. Os detentores dos meios de produção, com frequência, a exclui das funções que exigem níveis altos de qualificação técnica e restringe o acesso às vagas consideradas mais “simples” aos candidatos negros, por acreditarem que existe uma incompatibilidade entre ser negro e ser capaz de exercer tais atividades que demandam certo grau de desenvolvimento intelectual, reproduzindo a lógica da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Sob tais bases, o trabalho manual se acopla à “incapacidade” da população negra. E, no interior da classe trabalhadora, há níveis diferentes de exploração da mão de obra, segundo o pertencimento étnico-racial, ou seja, quanto mais escura a cor da pele, mais as ofertas de trabalho são as mais precarizadas e desprotegidas, cujas remunerações não permitem, sequer, a oferta de alimentação adequada durante o mês, um dos direitos mais elementares. As funções mais precarizadas, que se assemelham àquelas desenvolvidas durante a escravidão são “naturalmente” reservadas para este grupo, uma vez que permanece a reprodução da “inferioridade” étnico-racial da população negra.

Davis (2016) no livro *Mulheres, raça e classe* aborda a questão das diversas opressões que estruturam a sociedade capitalista, em especial nos Estados Unidos da América, mas sua análise tem muito a contribuir com os debates ao redor do mundo, sobre as faces excludentes do capitalismo, inclusive, em relação ao modo pelo qual o racismo se sobrepõe à solidariedade de classe entre os/as trabalhadores/as e, é essencial, entre as mulheres de diversas origens. As estratificações no interior da classe trabalhadora estão marcadas pelo racismo, com rebatimento, inclusive, entre homens e mulheres de origem branca.

A definição tautológica de pessoas negras como serviçais é, de fato, um dos artifícios essenciais da ideologia racista. Com frequência, racismo e sexismo convergem – e a condição das mulheres brancas trabalhadoras não raro é associada à situação opressiva das mulheres de minorias étnicas. Por isso, os salários pagos às trabalhadoras domésticas brancas sempre foram fixados pelo critério racista usado para calcular a remuneração das serviçais negras. (DAVIS, 2016, p.102).

A utilização de critérios raciais para se determinar as faixas salariais vexatórias nas funções mais precarizadas, entretanto, não concorre para o reconhecimento de que a exploração de classe é beneficiária do racismo, que a conforma. No cenário norte-americano, as denúncias de opressões e violações cometidas contra a população negra tiveram como intuito conclamar as mulheres brancas a lutar pela libertação do povo negro, o que não logrou êxito na Convenção da Associação pela Igualdade de Direitos, realizada em 1869, demonstrando o quanto o racismo se sobrepõe à luta por direitos universais, independentemente de raça/etnia, sexo ou nacionalidade:

Quando as mulheres, por serem mulheres, forem arrastadas para fora de casa e enforcadas nos postes de iluminação; quando suas crianças forem arrancadas de seus braços e seu crânio for esfaqueado na calçada; quando elas forem alvo de insultos e atrocidades p tempo todo; quando correrem o risco de ter o teto sobre sua cabeça incendiado; quando suas filhas e filhos não puderem frequentar a escola; então elas terão [a mesma] urgência em poder votar.²⁹ Por mais ríspido e polêmico que fosse tal raciocínio, havia nele uma lucidez inequívoca. As imagens vívidas dessas palavras mostravam que as ex-escravas e ex-escravos sofriam uma opressão que diferia, em essência, e em brutalidade, dos constrangimentos impostos às mulheres brancas de classe média. (DAVIS, 2016, p. 90).

A luta do movimento sufragista feminino norte-americano estava ancorada, primeiro, no recorte de classe, embora as mulheres brancas, da classe trabalhadora tivessem chamado a atenção das líderes sufragistas, inicialmente, devido aos “seus esforços de organização e sua militância. Mas, como se viu depois, as próprias trabalhadoras não abraçaram a causa do sufrágio feminino com entusiasmo” (p. 146). Em segundo lugar, no recorte racial, pois a liberação do voto para os homens negros –

²⁹ Discurso de Frederick Douglas às irmãs brancas ao final da convenção pelo endosso à décima quinta emenda, que proibia a privação do direito ao voto com base em raça, cor ou condição prévia de servidão, mas mantinha a proibição do voto feminino.

uma medida defendida por aqueles que lutavam contra as leis segregacionistas, os linchamentos de homens negros, o encarceramento em massa e a provisão de necessidades básicas negadas há séculos à população negra – era duramente criticadas por elas. Os homens brancos eram detentores de privilégios, desejados pelas mulheres brancas. Estas, por sua vez, devido ao racismo que lhe outorgava vários privilégios em relação às mulheres e homens negros, continuavam a defender a desigualdade entre as raças. “Mulher” era o critério, mas nem toda mulher parecia estar qualificada. “As mulheres negras, claro, eram praticamente invisíveis no interior da longa campanha pelo sufrágio feminino.” (DAVIS, 2016, p. 146).

Retomando as particularidades da realidade brasileira, outra característica da intrínseca relação entre raça e classe tem assento na divisão social do trabalho entre homens e mulheres negras, das camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora. Nas áreas urbanas, com frequência, a eles estão reservadas as atividades que demandam força bruta, como o trabalho na área da construção civil – ajudante/servente de pedreiro, pedreiro – funções desprotegidas e com salários ainda menores quando o trabalhador mora no local da obra, na carga e descarga de mercadorias nas zonas portuárias, na manutenção predial, entre outras. Em relação às mulheres negras, estas são “naturalmente” hábeis para o trabalho doméstico na área da limpeza, para cuidar das crianças, lavar e passar roupas, cozinhar, entre outras atividades “desqualificadas”.

Nas exposições acerca das características das famílias, cujas crianças e adolescentes estão nos Saicas pesquisados e os dados oficiais, identifica-se um ponto de convergência essencial: seus integrantes estão inseridos no mundo do trabalho de maneira precarizada há várias gerações e, ao se alterar o modo de produção, a inserção da população negra no mercado de trabalho livre, excepcionalmente, será em atividades com direitos protegidos. Além disso, as diferenças de gênero também conformam a identidade da classe trabalhadora no momento atual do capitalismo contemporâneo.

A presença feminina no mundo do trabalho nos permite acrescentar que, se a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando

identidades e heterogeneidades, entre *singularidades* que vivem uma situação particular no processo produtivo e na vida social, na esfera da *materialidade* e da *subjetividade*, tanto a contradição entre o *indivíduo* e sua *classe*, quanto aquela que advém da relação entre *classe* e *gênero*, tornaram-se ainda mais agudas na era contemporânea. A *classe-que-vive-do-trabalho* é tanto masculina quanto feminina. É, portanto, também por isso, mais diversa, heterogênea e complexificada. Desse modo, uma crítica do capital, enquanto relação social, deve necessariamente apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho e também aquelas opressivas presentes na relação homem/mulher, de modo que a luta pela constituição do *gênero-para-si-mesmo* possibilite também a emancipação do gênero mulher. (ANTUNES, 1995, p. 46).

Para as finalidades da pesquisa, optou-se por analisar o trabalho doméstico, em que as situações de desproteção são historicamente determinadas e absorvem majoritariamente a força de trabalho das mulheres negras, contratadas como empregadas domésticas, via de regra, sem qualquer proteção social. Nos eventos em que perdem a capacidade de continuar trabalhando, seja por situações de adoecimento, seja pelo avanço da idade, estas podem pleitear o Benefício de Prestação Continuada (BPC), concedido às pessoas que possuem uma deficiência ou àquelas que atingem os 65 anos de idade, benefício previsto na Lei Orgânica da Assistência Social. No contato direto com essas mulheres, devido às atividades que desempenham no Instituto Nacional do Seguro Social, são recorrentes falas tais como: “adoeci porque não podia faltar ao serviço para ir ao médico”; “era empregada diarista, se não trabalhasse não ganhava”; “ganhava pouco, era suficiente para colocar comida na mesa ao final do dia ou ver meus filhos com fome para contribuir com a Previdência Social”. Tais falas revelam o quanto as mulheres, provedoras do grupo familiar, são carta fora do baralho quando o assunto é proteção no âmbito da Previdência Social, mesmo quando o empregador cumpre o dever de registrar a carteira e recolher a

contribuição previdenciária, objeto de leis específicas³⁰, mas que na prática tem pouca efetividade.

Outro dado que aproxima homens e mulheres negros, no interior da classe trabalhadora, é o desenvolvimento de atividades desde a mais tenra idade, quer no trabalho urbano quer no rural, uma persistência danosa do trabalho infantil, que impede a escolarização na idade adequada ou mantém altas as taxas de analfabetismo no país. Por ora, é preciso ressaltar que este processo de desproteção social é decorrente de um projeto societário, que determina o lugar hierárquico na divisão social e técnica do trabalho, segundo a condição de gênero, de raça/etnia e de orientação sexual. Em relação ao trabalho doméstico, não é por acaso que este é desenvolvido majoritariamente por mulheres negras, pois exige baixa escolaridade, pouca qualificação técnica e alta capacidade de resistência, quer do ponto de vista da força física, quer da condição de subalternidade, em um cenário de “afetividade” entre patrões e empregadas. Em vez do direito garantido, o que se oferece é o lugar de quase pertencer à família e esse quase, por diversas vezes, faz com que estas percam os seus filhos, dada a impossibilidade de protegê-los.

Os estudos contemporâneos sobre a família brasileira, via de regra, apresentam como determinantes para as intensas transformações no modo de ser desta instituição, a luta pela emancipação feminina, o acesso ao mercado de trabalho protegido, a ampliação do direito ao próprio corpo com a dissociação entre sexualidade e concepção humana, possível com o advento da pílula anticoncepcional, entre outros fatores, e, a partir de 1960, usam como parâmetros as famílias burguesas.

³⁰ Em 2013, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 72, alterando o artigo 7º da Constituição Federal de 1988, que amplia para as/os empregadas/os domésticas/os alguns dos direitos constantes tais como garantia de salário-mínimo, proteção salarial, duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, hora extra de 50%, proibição da discriminação salarial por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil. E para garantir a aplicabilidade desta emenda em 2014, foi aprovada a Lei nº 12.964 que pune o patrão/patroa que não assinar a carteira de trabalho da(o) profissional com multa e obrigatoriedade do empregador(a) efetuar o registro em carteira de trabalho em até 48 horas (PINTO, 2012). Vale destacar que *assinar a carteira de trabalho da(o) empregada(o) doméstica(o) torna-se uma ação obrigatória somente em 1972, ou seja, 84 anos após a assinatura da Lei Áurea*. Isto expressa o quanto o país mantém a tradição escravocrata viva e vigorosa.

Em relação aos grupos familiares compostos por pessoas negras, a análise precisa agregar outros indicadores, uma vez que o modo de ser e sobreviver do núcleo familiar assume outros contornos. Há, portanto, uma lacuna na maioria das análises sobre as diferenças entre nascer mulher e ser branca ou negra, no Brasil. A mudança de paradigma que se tem processado, de maneira gradual, é fruto das intensas mobilizações dos movimentos negros e das pesquisas e produções teóricas que se ocupam das lutas das mulheres negras, nos debates sobre a questão de gênero e suas particularidades.

Dada a complexidade do tema por nós pesquisado, urge a necessidade de problematizar, brevemente, o lugar da mulher negra na sociedade brasileira e os estereótipos presentes na trama das relações sociais. Há que se considerar que a discriminação étnico-racial atinge, com mais violência, as mulheres negras, em uma perversa aliança entre machismo, que tenta perpetuar o estereótipo de fragilidade, submissão e inferioridade da mulher em relação ao homem, e racismo, que agrega a esses estereótipos outros ainda mais cruéis, tais como: a “sensualidade/sexualidade” exacerbada, a ausência de beleza ou de atributos femininos positivos e a violência sofrida, devido ao tratamento racista nas consultas ginecológicas, durante do parto/puerpério (nomeados como violência obstétrica), entre outros.

O modelo de família nuclear, que se estrutura no Brasil, no período da escravidão, obviamente, não se configura como realidade para a população negra escravizada, pois o controle sobre os corpos dos negros(as) escravizados/as também autoriza ações, que impedem a formação de núcleos familiares e de fortalecimento de todos os vínculos de convivência que foram experimentados, por exemplo, nos diversos quilombos, pelo Brasil afora. Os filhos provenientes das relações amorosas entre negros e negras escravizados recebiam apenas o nome da mãe no registro de batismo, para não haver dúvida quanto à propriedade da criança escravizada (FREYRE, 1933).

Se, ao longo dos séculos, os estereótipos construídos pela classe dominante sobre a mulher negra e presentes na história oficial, nas obras literárias e no imaginário popular, imprimem uma visão inferiorizada, passiva e, muitas vezes, promíscua, em

decorrência da exacerbação de sua sexualidade, a trajetória das mulheres negras revela uma perspectiva completamente diferente. A proteção masculina considerada importante em uma sociedade patriarcal e hierarquizada, em geral, não é oferecida às mulheres negras, que precisam aprender logo cedo a se defender sozinhas de todas as mazelas que a escravidão lhes imputava. O trabalho, atividade inadequada para mulheres brancas e livres, era executado pelas negras escravizadas, “a mulher negra está presente em praticamente todos os tipos de trabalho descritos pelos viajantes: na mineração, na agricultura, no trabalho doméstico, na manufatura e no comércio”. (LEITE apud CARNEIRO, 2006, p. 47).

A ocupação do espaço público pela mulher negra ocorre em condições totalmente adversas, nos mais variados momentos da história do Brasil. A luta pela sobrevivência e a necessidade de gerar lucros aos senhores expõem essa mulher às mais diversas formas de violência. No espaço doméstico, a mulher negra aparece como figura central na constituição das famílias negras, durante o período colonial e pós-abolição, em núcleos geralmente formados pela mãe e seus filhos ou, pela avó e netos, cuja provisão é responsabilidade delas, por meio de trabalhos precarizados e desprotegidos.

À manutenção da população negra nos lugares mais empobrecidos se contrapõe a reprodução de patamares altíssimos de riqueza para a classe dominante, com acesso às novas e diversificadas tecnologias, bem como aos bens e serviços de qualidade, como um dado ineliminável da vida social. Espaço contraditório em que a mudança de cenário só pode ocorrer pela “capacidade individual” de romper com “notoriedade” e “competência” as barreiras sociais.

Tal proposição desvela, novamente, a falácia do discurso da democracia racial, pois as barreiras sociais são, antes de tudo, decorrentes da própria dinâmica da acumulação capitalista. Portanto, os interesses da classe dominante são distintos das necessidades da classe trabalhadora no âmbito mundial, com assimetrias ainda maiores na realidade da sociedade brasileira.

**PARTE II - QUEM DIZ QUE PROTEGE, NÃO CUIDA: MINÚCIAS DO RACISMO NA
INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**

CAPÍTULO II

2 DESVELANDO O RACISMO INSTITUCIONAL NO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NEGROS(AS)

No complexo e contraditório processo de estabelecimento de relações na vida cotidiana, sob a égide do capitalismo, a manutenção de níveis extremos de desigualdade social está mediada pela funcionalidade do racismo e, no caso das relações institucionais, sejam públicas ou privadas, é dependente do racismo institucional, que possibilita a manutenção de práticas racistas, internalizadas e reproduzidas de maneira automatizada e naturalizada. O que fortalece este tipo de prática é a manutenção de privilégios da classe dominante e a hierarquização das funções entre os trabalhadores, a partir da discriminação étnico-racial.

Vimos que a transição da escravidão para o capitalismo, no final do século XIX, define uma nova configuração jurídica para a população negra, que deixa de ser tratada como mercadoria, propriedade do senhor de escravos e passa a ter, legalmente, o direito de existir e de vender sua força de trabalho ao grupo dominante. Entretanto, a oferta de mão de obra negra é considerada, em diversas regiões e funções, inadequada não só do ponto de vista econômico, mas também, do ponto de vista do ideal de sociabilidade burguesa, que se desenha no início do século XX. A efetivação mais explícita do racismo institucional pós-escravidão é a libertação da população negra escravizada, sem que políticas sociais protetivas fossem implantadas, por razões que também já foram explicitadas no Capítulo I.

As situações de pobreza, a inserção precária no mercado de trabalho, a alta concentração de população negra nas favelas, a baixa escolaridade, entre outros indicadores sociais identificados na atualidade são decorrentes do racismo institucional,

perpetuado pela classe dominante, nos diversos períodos de alternância no poder estatal.

No processo de organização da fase preparatória para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e todas as Formas Correlatas de Intolerâncias realizada em 2001, na cidade de Durban, África do Sul (LOPES; QUINTILIANO, 2007) se incentiva o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem qualquer tipo de distinção. O documento final apresenta, desde os preâmbulos, a reafirmação dos princípios de igualdade e não discriminação, reconhecidos na Declaração Universal de Direitos Humanos. Nele, o racismo que incide sobre a população negra é alvo de críticas contundentes e os movimentos sociais envolvidos na luta por igualdade racial tensionam o setor público, acerca da urgência da aplicação de medidas para um problema de proporções gigantescas.

A questão étnico-racial ganha visibilidade na cena política e passa a ser tratada pelo Estado brasileiro como um problema nacional, no momento em que se desenvolve o Programa de Combate ao Racismo Institucional no país, com a finalidade de contribuir com o estabelecimento de políticas de desenvolvimento e redução da pobreza e possam combater as desigualdades decorrentes da origem étnico-racial dos brasileiros.

A Convenção Internacional para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial da ONU, em seu artigo primeiro diz que a discriminação racial 'significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, ascendência, origem étnica ou nacional com a finalidade ou o efeito de impedir ou dificultar o reconhecimento e/ou exercício, em bases de igualdade, aos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou qualquer outra área da vida pública'. (IRACI; SOVIK, 2004, p. 20).

A participação ativa de diversos segmentos do movimento negro e de agentes públicos, com experiência em relação ao tema, foi crucial no processo de denúncia das situações de racismo, preconceito e discriminação étnico-racial vivenciadas pela população negra no âmbito da vida particular. Para além destas situações, os diversos

sujeitos coletivos denunciaram o tratamento discriminatório no acesso aos bens e serviços e às diversas políticas públicas promovidas pelas próprias instituições e que mantêm a reprodução da pobreza geracional e de mecanismos de permanência da população negra nas áreas de maior vulnerabilidade econômica, política, social, bem como a desqualificação de sua cultura e práticas religiosas.

O debate sobre as desigualdades étnico-raciais se expande e tensiona as relações sociais, mas, em relação às práticas institucionais dirigidas aos diversos ciclos geracionais, não existe um padrão de atendimento que problematize os impactos do racismo no interior das instituições brasileiras, públicas ou privadas, embora, ao redor do mundo, várias ações de denúncia destas práticas estejam florescendo:

O emprego do conceito de discriminação indireta ou racismo institucional para a promoção de políticas de equidade racial já é utilizado desde o final dos anos 1960 em diversos países. Nos Estados Unidos, por exemplo, o conceito surge no contexto da luta pelos direitos civis e com a implementação de políticas de ações afirmativas. Na Inglaterra, o conceito passa a ser incluído como instrumento para a proposição de políticas públicas na década de 1980, como resultado do crescimento da população não branca e das dificuldades observadas pelo poder judiciário em responder às demandas daquela população. No Brasil, a partir de meados dos anos 1990, esse conceito começa a ser apropriado para a formulação de programas e políticas de promoção da equidade racial. (JACOUD, 2008, p. 141).

O que há de inovador neste debate é que, diferentemente das ações individuais do âmbito da vida privada dos sujeitos, no caso do racismo institucional, o que se verifica são práticas reificadas de racismo, preconceito e discriminação étnico-racial mais complexas e de difícil apuração de responsabilidades. Conseqüentemente, de se aplicar punições adequadas aos indivíduos que operam tais políticas e reproduzem essas condutas, porque atuam como agentes coletivos.

Nas últimas duas décadas, as discussões sobre como o setor público poderia comprometer-se mais efetiva e continuamente com a prevenção e o combate ao racismo institucional, no âmbito público e privado, desencadearam-se uma série de ações e nossa pesquisa foi direcionada, a partir da proposta coordenada pelo Instituto

Amma *Psique e Negritude*, publicada em 2008, com o título “Identificação e Abordagem do Racismo Institucional”, cuja análise aponta duas dimensões interdependentes e correlacionadas:

a) a dimensão político-programática que compreende as ações que impedem a formulação, implantação e avaliação de políticas públicas eficientes, eficazes e efetivas no combate ao racismo, bem como a visibilidade do racismo nas práticas cotidianas e nas rotinas administrativas; e

b) dimensão das relações interpessoais que abrange as relações estabelecidas entre gestores e trabalhadores, entre trabalhadores e trabalhadores, entre trabalhador e usuário e, entre usuário e trabalhador; sempre pautadas em atitudes discriminatórias

O racismo institucional refere-se às operações anônimas de discriminação racial em instituições, profissões ou mesmo em sociedades inteiras, de acordo com Cashmore et al.. (2000). O anonimato existe na medida em que o racismo é institucionalizado, perpassa as diversas relações sociais, mas não pode ser atribuído ao indivíduo isoladamente. Ele se expressa no acesso à escola, no mercado de trabalho, na criação e implantação de políticas públicas que desconsideram as especificidades raciais e na reprodução de práticas discriminatórias arraigadas nas instituições, conforme descrito por Eurico (2011).

Em Lopes e Quintiliano (2007) vemos que no âmbito institucional – onde se desenvolvem as políticas públicas, os programas e as relações interpessoais -, toda vez que a instituição não oferece acesso qualificado às pessoas em virtude de sua origem étnico-racial, da cor da sua pele ou cultura, o trabalho fica comprometido, o que se configura como racismo institucional.

A compreensão dos efeitos do racismo institucional na vida das crianças e adolescentes institucionalizados exige que se identifiquem e analisem as duas dimensões do racismo institucional. A dimensão político-programática abrange as diretrizes gerais das instituições, as relações de poder, o modo como a instituição opera, diretrizes que podem ser utilizadas na contemporaneidade, a partir de dados oficiais, devido às ações desenvolvidas por importantes instituições de pesquisas, como

o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³¹ e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)³². Esses dados confirmam o racismo, o preconceito e a discriminação étnico-racial enfrentados pela população negra na vida cotidiana (EURICO, 2017, p. 416) e são indicadores para que se possa interferir no modo como as políticas públicas são formuladas, implantadas e avaliadas, no que se refere às práticas cotidianas e às rotinas administrativas, as quais estão enraizadas e sofrem interferências do mito da democracia racial. A outra dimensão, não pode ser relegada a um segundo plano, pois se as relações interpessoais sofrem as interferências da primeira dimensão, em várias situações identificadas nesta pesquisa, a atitude individual extrapola os limites institucionais de qualquer conduta baseada na ética e no respeito ao outro. Entretanto, esta dimensão carece de pesquisas abrangentes que esmiúcem as particularidades de tais ações. Entendemos que no cotidiano das instituições, onde o racismo se revela de maneira constante e sem tréguas, os seus representantes, além da responsabilidade de desvelar o racismo na dimensão organizacional, têm papel relevante também no trabalho com a equipe para coibir ações individuais, que incidem, de maneira imediata, na vida de crianças e adolescentes negros. Supervalorizar uma dimensão em detrimento de outra, resulta na constante reprodução do racismo institucional.

Além disso, foi possível identificar que, em relação ao modo como o racismo opera no espaço do Saica, a dimensão das relações interpessoais é impulsionada pela forma como a instituição reproduz a prática dominante de controle da população negra e pobre. E, no que se refere aos vínculos e cuidados estabelecidos entre trabalhadores e crianças/adolescentes, a questão é ainda mais complexa, pois as mediações dos acolhidos são realizadas pelos profissionais, a partir de uma dada compreensão do que seja o racismo e seus desdobramentos.

³¹ Como uma das referências, utilizamos os Indicadores Sociais Mínimos (ISM) que contêm informações atualizadas sobre aspectos demográficos, anticoncepção, sobre distribuição da população por cor ou raça, sobre trabalho e rendimento, educação e condições de vida, produzidos pelo IBGE (2017), e que permitem traçar um panorama das assimetrias de raça/cor no país. Na elaboração do sistema, foram consideradas as peculiaridades nacionais e a disponibilidade de dados.

³² Análise a partir do artigo produzido por Jacoude, L. (apud THEODORO, 2008).

Conforme apresentado em nossa introdução, a pesquisa envolveu coleta de dados bibliográficos e de campo, apresentados na sequência.

2.1 A discriminação étnico-racial: a realidade nos dados estatísticos

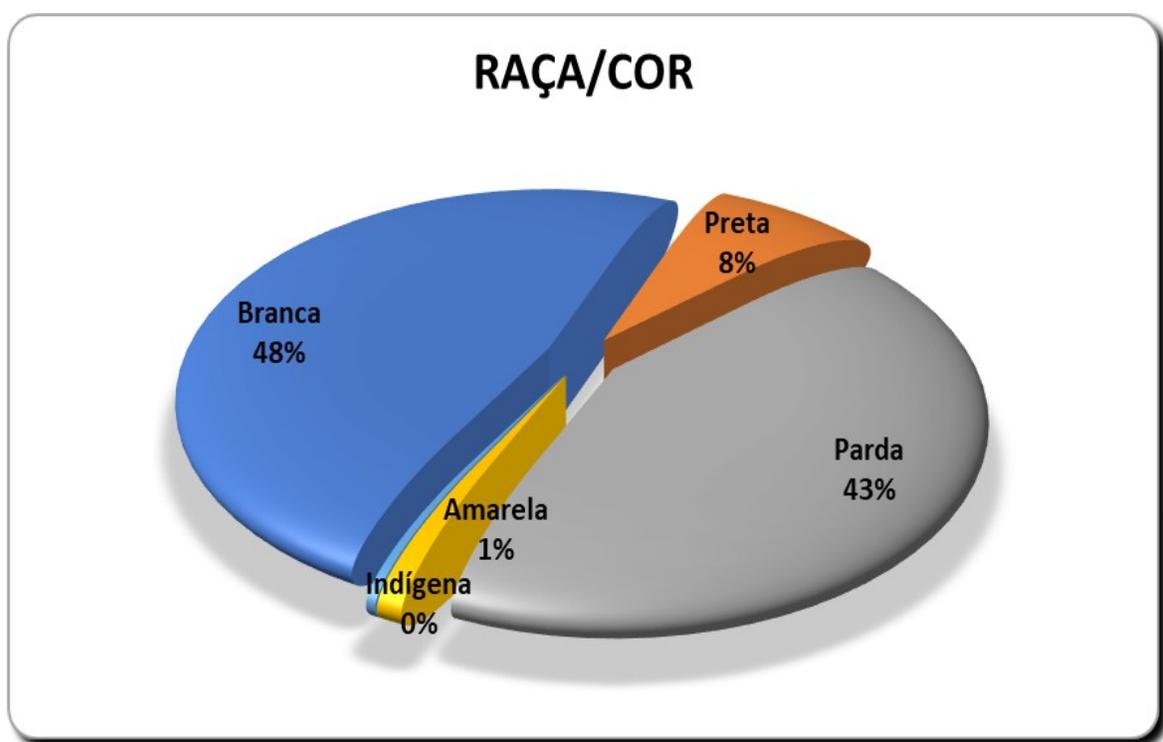
As análises a seguir foram desenvolvidas com base nos dados compilados pelo IBGE, no Censo de 2010, e iluminam alguns aspectos presentes na proposição desta tese de doutorado. Quando se analisa os dados populacionais, observa-se que em 2009, o país registrou 190.755.799 habitantes, divididos por cor/raça: branca – 90.621.281; preta – 14.351.162; amarela – 2.105.353; parda – 82.820.452 e indígena – 821.501 habitantes, sendo que o Brasil é hoje um país majoritariamente urbano, com um percentual de 160 milhões de habitantes nas cidades.

Diversos estudos, seguindo a metodologia do próprio IBGE, apresentam os dados referentes ao quesito cor/raça, agregando pretos e pardos em um mesmo indicador, já que estes compõem a população negra. Nossa análise partilha desta interpretação, pois ainda que muitas pessoas não se reconheçam como pretas e se autodeclarem pardas, estas serão alvo do acesso precário às políticas públicas, tanto quanto as primeiras. Apesar disto, o Gráfico 1 apresenta os grupos populacionais, desagregando a população negra em pretos e pardos, para que se verifique o quanto a ideia da miscigenação estrutura a consciência do pertencimento étnico-racial e o quanto pardos se mantêm, enquanto uma categoria fluída, que se agrega à parcela majoritária deste grupo racial.

Outro aspecto que precisa ser problematizado é o fato de diversos instrumentais de coleta de dados, pesquisas acadêmicas e produções teóricas reproduzirem reiteradamente graves erros analíticos, ora classificando a população negra como negra e parda, ora como negra e mulata, ora como negra e preta, ora como preta e mestiça, entre outras variações presentes no imaginário social brasileiro. Mesmo

quando se trata de trabalhos com reconhecida qualidade teórica, a confusão em relação aos termos e a falta de uniformidade no uso das classificações adotadas pelo IBGE, e que são utilizadas por vários institutos de pesquisa, trazem prejuízos ao debate, reforçando aquilo que sistematicamente tenta se combater, o racismo institucionalizado e inquestionável, de tão naturalizado.

Gráfico 1 - População brasileira segundo cor/raça, conforme dados do IBGE (2010)



Em última análise, o uso de terminologias diversas, conflitantes entre si, também cumpre o papel de reprodução do racismo institucional, à medida que seus interlocutores podem construir respostas falseadas para problemas reais. Preta e parda, entendidas como cores, correspondem às construções sociais, assim como as outras categorias, e o IBGE as adota para classificar a população negra no Brasil. A

uniformização das cores é relevante, pois permite que as desigualdades étnico-raciais possam ser comparadas em diversas pesquisas de instituições diferentes. Se conhecer a população negra é fundamental, o uso de terminologias variadas e divergentes é um complicador. Nas últimas décadas, esta pauta tem sido ampliada, como resultado da maior visibilidade política que este segmento alcançou, problematizando aquelas formas de identificação que eram historicamente pejorativas e que incidiram na formulação de qualificadores condizentes com o país.

Assim, a alta concentração da população na categoria parda, quando se analisa pretos e pardos, conforme ilustrado no Gráfico 1, revela o longo caminho a ser trilhado rumo à consciência do pertencimento étnico-racial, reduzindo as barreiras da cor, pois há, entre os brasileiros, uma falsa ideia de que preta é uma categoria pejorativa, leia-se: – feia. Uma parcela significativa da população negra, então, vive um doloroso dilema: valorizar a herança africana, ao mesmo tempo que anseia por um dado status social obtido pela aproximação do grupo racial branco e pela negação da sua própria negritude.

A despeito desta separação, no último censo, a população negra figura como maioria, uma vez que na análise das assimetrias raciais, pretos e pardos compõem uma totalidade e são o grupo mais prejudicado no acesso à riqueza social, pelo modo de produção capitalista. Por outro lado, os dados de acesso às políticas públicas, de acesso ao mercado de trabalho com dignidade, à inserção e permanência na área da educação, entre outros, não acompanham tal crescimento. De acordo com o Censo 2010, a população negra compreende 51% do número total de brasileiros.

Ainda que não se tenha alguma apropriação acerca do racismo institucional, um olhar mais detalhado para esses dados e para os espaços ocupados por negros e brancos na sociedade brasileira e na divisão social do trabalho deveria ser suficiente para compreender que a desigualdade social tem relação direta com a forma como o país negligencia, há vários séculos, as relações raciais cotidianas. Se há um equilíbrio na divisão dos dois grupos principais por raça/cor, qual a razão de não haver o mesmo equilíbrio no acesso às diversas políticas públicas e aos espaços sócio-ocupacionais?

A resposta simples e direta é o racismo institucional, que determina, antes mesmo do nascimento, o lugar de classe, no interior da própria classe trabalhadora, segundo critérios de raça/cor, com raríssimas exceções. “Eu escrevia peças e apresentava aos donos de circos. Eles respondiam-me: – É pena você ser preta”. (JESUS, 1960, p. 90).

O acesso e a permanência da população negra no ensino formal, desde os níveis mais elementares até o nível superior de qualidade, se colocam como um desafio nacional, pois o que se verifica cotidianamente é o abandono dos bancos escolares, a exemplo do que acontece na faixa etária dos 15 aos 24 anos. Níveis de escolaridade abaixo do esperado impactam a vida da população negra, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 2 - Média de anos de estudos da população ocupada com 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça no Brasil, 1999 e 2009



Fonte: Ipea et al.. Retrato das Desigualdades, 2011, p. 24.

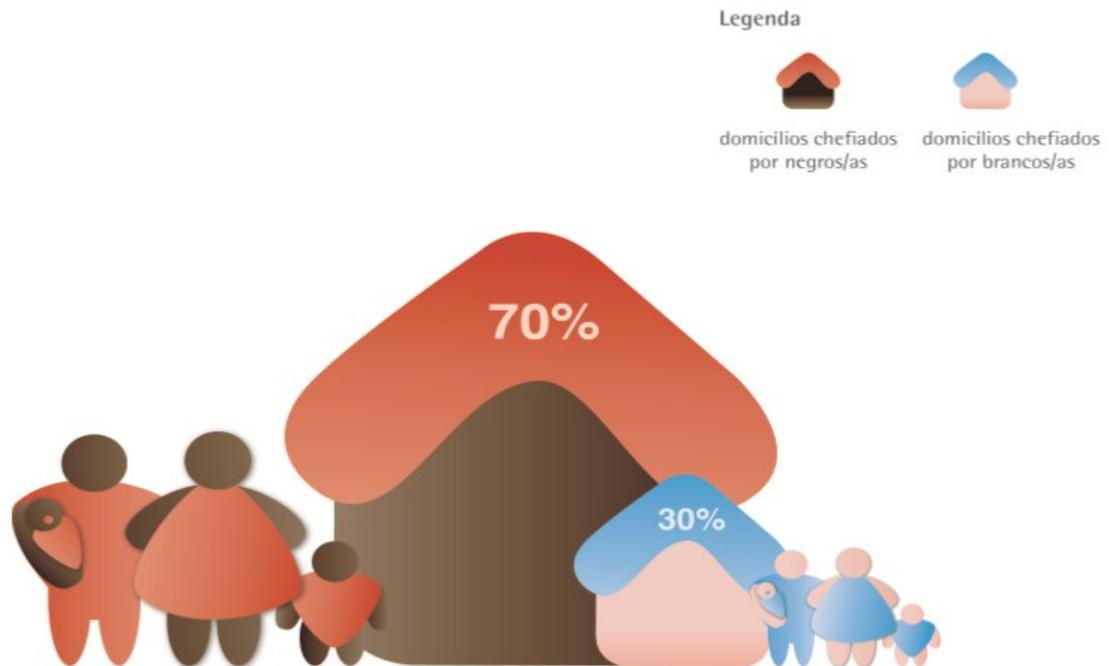
Àquela parcela minoritária, que consegue coletivamente furar o bloqueio e acessar o ensino superior, outras barreiras se impõe, como o tempo reduzido de estudos, a difícil tarefa de conciliar atividades acadêmicas, como a participação em núcleos de pesquisa, inserção de projetos de iniciação científica, estágios/intercâmbios, acessos a outras fontes de conhecimento como arte, literatura, entre outros.

A desigualdade no acesso à riqueza socialmente produzida é gigantesca no âmbito da sociedade capitalista e as políticas sociais ofertadas de maneira focalizada e pontual têm como uma das consequências mais perversas a falta de condições básicas de sobrevivência, situação em que o Estado intervém com a inclusão destas famílias nos Programas de Transferência de Renda, desde que estejam dentro dos critérios de elegibilidade, conforme previsto na Lei Orgânica da Assistência Social.

Em relação às famílias negras, sem condições mínimas de sobrevivência, e que atendem aos critérios do Bolsa Família, o gráfico a seguir confirma o que estamos tratando desde o início deste trabalho. As famílias negras brasileiras lideram o ranking, quando o assunto é a incapacidade de cuidar de seus membros, de maneira adequada, com provimento de moradia, alimentação, vestimenta, educação, cultura, lazer, saúde, segurança, entre outros direitos fundamentais. Em outros termos, os dados revelam a persistência da pobreza geracional, ocasionada pelo racismo, que impacta no modo de vida destas pessoas, nos diversos ciclos de vida, com ênfase maior sobre suas crianças e adolescentes, dependentes da capacidade protetiva dos adultos para se desenvolverem de maneira saudável.

Continua chovendo. E eu só tenho feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim, mandei os meninos para a escola. Estou escrevendo até passar a chuva, para eu ir lá no senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça... Eu tenho tanto dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada: – Viva a mamãe! (JESUS, 1960, p. 153).

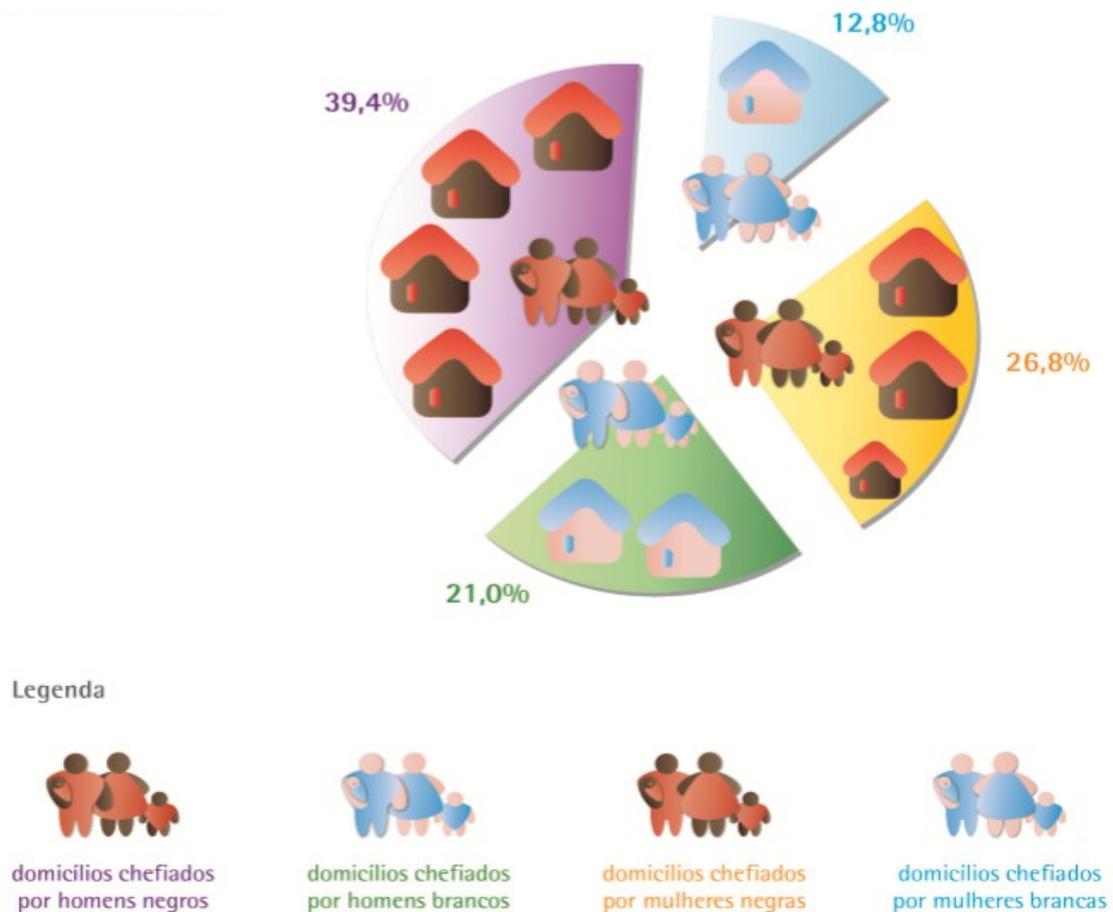
Gráfico 3 - Distribuição dos domicílios, que recebem Bolsa Família, segundo cor/raça do/da chefe no Brasil, 2006



Fonte: Ipea et al.. Retrato das Desigualdades, 2011, p. 24.

A pesquisa no Saica revelou que as condições de moradia precárias atuam como um elemento importante que favorece a institucionalização. O acesso precário à moradia, longe de ser uma escolha consciente da família, expressa a dinâmica do capital, em que o acesso à terra, enquanto um direito humano, é transmutado em um direito que se efetiva no mercado. A posse da terra é um bem inalienável que o Estado protege de maneira sistemática e as barreiras impostas à população negra, durante e pós-escravidão, se expressam na permanência maciça de famílias negras, vivendo de maneira precária nas favelas brasileiras.

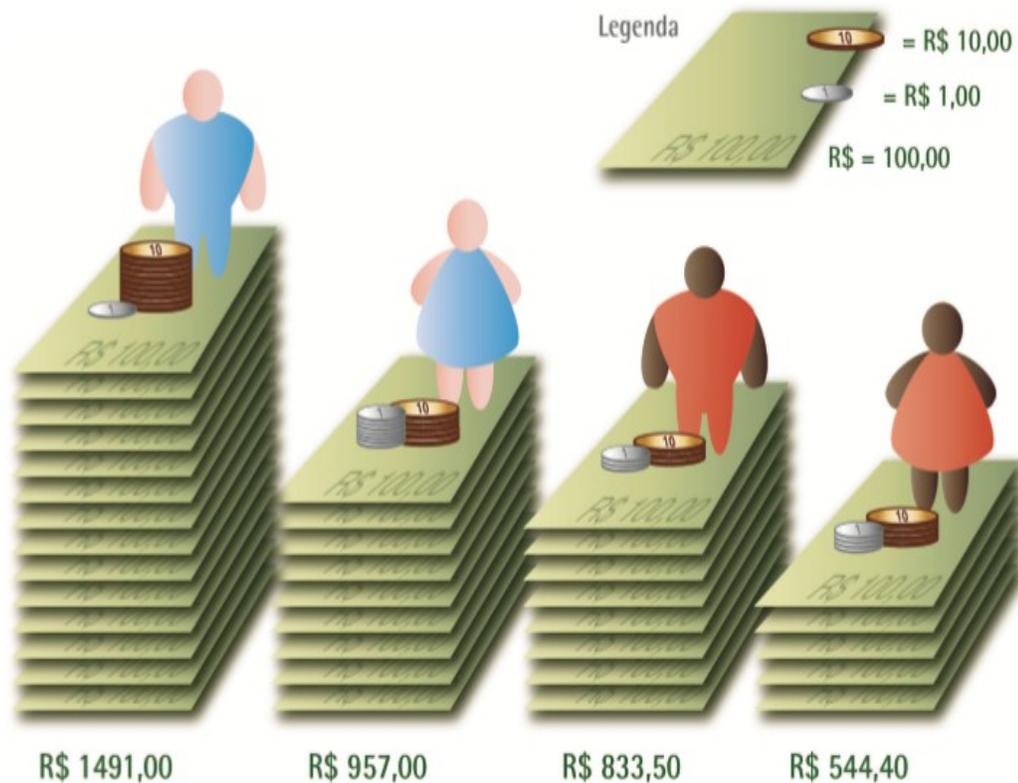
Gráfico 4 - Distribuição de domicílios urbanos em favelas, segundo sexo e cor/raça do/da chefe no Brasil, 2009



Fonte: Ipea et al., Retrato das Desigualdades, 2011, p. 30.

Hoje eu fiz almoço. Quando tem carne... fico mais animada. [...] O João está sorrindo a toa. O pasteis é um acontecimento aqui em casa. Quando eu digo casa, penso que estou ofendendo as casas de tijolos... Os vizinhos de alvenaria olha os favelados com repugnância. (JESUS, 1960, p. 78).

Gráfico 5 - Renda média da população, segundo sexo e cor/raça no Brasil, 2009



Fonte: Ipea et al.. Retrato das Desigualdades, 2011, p. 34.

A concentração da população negra nas favelas brasileiras tem relação direta com a renda média das famílias, aspecto fundamental presente no Gráfico 5. Para além da constatação da permanência das mulheres negras, como as mais prejudicadas, é fundamental indagar por que a assimetria se mantém. Objetivamente, ao ser engendrado um minucioso jogo, no qual o acesso à educação formal e de qualidade, e aos postos de trabalho com remuneração básica para suprir necessidades primordiais tem sido sistematicamente negado para a população negra, não é de se estranhar as assimetrias presentes em relação à média de renda da população, segundo raça. A esta desvalorização acopla-se outra, igualmente danosa, a desigualdade de gênero,

que marca as mulheres negras com maior intensidade, cuja renda média é quase três vezes menor do que aquela auferida por um homem branco. Se utilizarmos como parâmetro o valor do salário mínimo à época, de R\$ 465,00, as assimetrias por raça/cor se explicitam com eloquência. “Quando eu estou com pouco dinheiro procuro não pensar nos filhos que vão pedir pão, pão, café. Desvio meu pensamento para o céu. Penso: será que lá em cima tem habitantes?... Será que lá existe favela?” (JESUS, 1960, p. 45).

2.2 Família: cada um tem a sua!

*Quando seu moço nasceu meu rebento não era o momento dele rebentar.
Já foi nascendo com cara de fome, eu não tinha nem nome pra lhe dar...*³³

A produção literária da escritora Carolina Maria de Jesus, expressa no livro *Quarto de Despejo*, traz elementos importantes sobre a condição de vida dos moradores da favela do Canindé, localizada na cidade de São Paulo, na década de 1950, a partir do registro da sua vida cotidiana e das mazelas que assolam as famílias locais. A autora, mulher negra, mineira, que migra para São Paulo ainda na adolescência, em busca de melhores condições de sobrevivência, rapidamente torna-se empregada doméstica e passa a residir na casa de uma família rica e, nos dias de folga, sem ter para onde ir, permanece na biblioteca da casa, onde tem acesso a uma vasta literatura. O estigma da gravidez precoce, de ser solteira e da incompatibilidade de servir aos patrões e tornar-se mãe, precipita sua dispensa do trabalho, iniciando a saga na favela. A obra é um exemplo da capacidade de abstração do real pelo acesso à arte e à literatura. Existe poesia no seu relato, existe vida pulsando e existe a fome, a

³³ Música “Meu Guri”, composição Chico Buarque, interpretada por Elza Soares. Álbum: Beba-Me – Ao Vivo – Ano 2007.

preocupação com a educação dos três filhos e os medos, além da clareza, quanto à negligência do poder público, o discurso político para conquista do voto dos pobres, entre outros. Além disso, a obra explicita uma consciência crítica e, a julgar pelo modo como as ações públicas são desenvolvidas hoje, o fato de deixar os filhos sozinhos em casa para catar papelão nas ruas da cidade e retornar para casa ao final do dia, com a banha, o feijão e um pedaço de carne, seria considerado por diversos profissionais do Sistema de Garantias de Direitos, pura e simplesmente, como negligência. Isso, sem que se realizassem as mediações necessárias para compreender as particularidades daquela família, em que pese o fato de que, neste caso, se trata de circunstâncias ligadas diretamente à questão da pobreza.

A escrita realista e contundente, a miserabilidade que circunda seu cotidiano e a falta de perspectivas concretas, em vez de nos remeter ao imobilismo, explicita que a luta pela sobrevivência, sob a égide do capital, extrapola os limites da razoabilidade e desvela o quanto a pobreza no Brasil é geracional e racialmente fundada. A elaboração de formas de superação desta condição precisam relacionar questão étnico-racial e questão social.

Para investigar as possibilidades históricas de desenvolvimento de crianças e adolescentes, no interior do sistema capitalista, faz-se necessário pensar sua inserção de classe, gênero e pertencimento étnico-racial e a relação destes elementos com a totalidade do grupo familiar. O modo de ser de cada família e seu grau de integração na vila, no bairro, na comunidade e na sociedade impacta cada um de seus integrantes, ora positivamente, ora negativamente, segundo parâmetros de análise que tem como referência o modelo de família patriarcal burguesa.

A Política de Assistência Social, promulgada em 2005, nos traz a ideia de que a família deve ter centralidade nas ações desenvolvidas. Assim, a família é compreendida como locus privilegiado de formação dos sujeitos e dentre eles as crianças e adolescentes. Se as famílias, por razões diversas, deixam de desempenhar, adequadamente, seu papel, são aplicadas as mais variadas sanções. A legislação brasileira prevê que, em situações específicas, o Estado pode intervir e decidir sobre as

medidas a serem adotadas diante da “desordem” do grupo familiar. Tal atitude incide, de maneira contundente sobre as famílias em situação de pauperismo, uma vez que as determinações sócio-históricas que impactam no grupo familiar ficam prejudicadas dentro desta análise reducionista, que não considera a família como parte e expressão desta sociedade desigual. É mister pensar que, quando o grupo familiar sofre prejuízos na sua capacidade protetiva, recai sobre seus ombros uma série de estereótipos, que podem justificar o afastamento da criança e do adolescente, na lógica de que fatalmente a permanência neste ambiente não é saudável.

Ainda que as transformações da sociedade capitalista favoreçam uma variabilidade de configurações familiares, a desigualdade de classes permanece como um divisor de águas, no acesso às políticas públicas e na forma como as famílias se organizam e podem suprir as necessidades básicas de seus integrantes. O estudo desenvolvido por Sarti (1996), acerca do modo de ser das famílias *pobres*, parte do pressuposto de que é necessário valorizar suas experiências vividas, localizando suas vulnerabilidades e recursos disponíveis, dentro de um modo de ser peculiar, naturalmente associado à condição de pobreza.

A família, como lugar da experiência de cuidado mútuo, lugar da socialização primária, onde as pessoas escolhem viver juntas por razões afetivas e se cuidar mutuamente, portanto, locus importante de construção do ser social é problematizada por Szymanski (2002), que discorre sobre como as transformações sociais alteram significativamente as instituições familiares e permitem as mais variadas combinações. Entretanto, ao valorizar as relações familiares, as trocas afetivas e o cuidado mútuo, ela lança luz sobre um fenômeno latente na atualidade, que é o tratamento dispensado indiscriminadamente às famílias da classe trabalhadora e a conseqüente culpabilização pela dificuldade de autoproteção social.

Nas pesquisas citadas, há um esforço legítimo em analisar as famílias, em identificar as situações cotidianas de vulnerabilidade social das camadas com baixo poder aquisitivo, entretanto, as análises carecem de uma investigação precisa das

determinações sócio-históricas, que interferem no jeito de ser de cada família, da perversa interação entre pobreza, capacidade protetiva e pertencimento étnico-racial.

Em relação à infância, noções distorcidas sobre desenvolvimento infantil são reproduzidas constantemente, a exemplo do discurso conservador, acerca do trabalho infantil como uma alternativa eficaz contra a “delinquência” infanto-juvenil. O ECA inova, ao considerar tais atividades como grave violação de direitos humanos. É imperioso, que crianças e adolescentes devam distribuir seu tempo diário entre atividades escolares em instituições de qualidade, atividades culturais, atividades de lazer, para além do futebol e devam se beneficiar com a convivência familiar e comunitária, que favorece a sociabilidade. O que crianças e adolescentes negros vivenciam, com frequência, são situações opostas, no exercício de funções incompatíveis, como empregada doméstica, faxineira, babá, vendedores mirins, atividades ligadas à exploração sexual infantil e/ou ao comércio de drogas ilícitas, entre tantas outras práticas inadequadas, que impactam diretamente na possibilidade de um desenvolvimento pleno e saudável. Pensar a criança e o adolescente como pessoas em situação peculiar de desenvolvimento, é pensar no seu direito de crescer em ambientes livres de qualquer forma de opressão e exploração. Entretanto, as análises conservadoras se apoiam em tais expressões da questão social, para justificar o desajustamento do grupo familiar e, eventualmente, para fazer a concessão de direitos sociais, enquanto benesses, caridades, oferecidas por um Estado benevolente e paternalista.

Ao definir a família na sociedade agrária e escravocrata do Brasil colonial, enquanto uma organização fundamental, erigida sob o domínio do patriarca, Bruschini (1986) revela, que o modelo de família patriarcal se consolida a partir de padrões culturais europeus, subjugando os modos de vida dos povos indígenas e dos povos negros africanos, o que acarreta o esfacelamento de formas familiares próprias desses grupos e uma reorganização da sua dinâmica interna a partir de valores conservadores. Entretanto, em relação à estrutura familiar tradicional, a autora contesta a noção de autoridade restrita ao patriarca, expressa por pesquisadores atuais, e caracteriza a

mulher branca como uma figura importante na gestão do domicílio, no controle do trabalho dos negros escravizados, na educação dos filhos e como chefe da família na ausência do marido, em vez deste ser substituído, necessariamente, por outro homem do grupo.

Ainda que nessa análise não haja a pretensão de discutir aspectos relevantes da tradição africana, em relação à noção de família, o que exigiria uma vasta explanação sobre os diversos valores culturais, a análise proposta por Serrano et al.. (2010) nos fornece pistas valiosas, quanto ao cuidado mútuo, uma vez que para os povos africanos, em geral, a identidade está centrada no núcleo familiar, enquanto uma categoria ampla, na qual se encaixam diversos sujeitos que têm como referência um ancestral comum conhecido e preservado na memória coletiva. “A família constitui o cerne da vida social no continente, conotando-o com suas cores mais características. É justamente sua existência, que permite compreender por que a África tem suportado séculos de agressões contínuas” (p. 129).

Diferentemente do mundo ocidental moderno, no qual a família se restringe aos parentes diretos, no cotidiano da vida africana o termo mais comumente utilizado é família extensa e na “maioria das línguas faladas na África, não existe palavra equivalente na Língua Portuguesa para ‘primo’, nem para ‘tio’, pois todos são considerados irmãos e pais. Também não existe termo equivalente a ‘tio-avô’ ou ‘tia-avó’, pois todos são avôs e avós”. (SERRANO et al., 2010, p. 130).

Certamente, a tradição africana influenciou o modo de ser das famílias brasileiras, pertencentes à classe trabalhadora e a manutenção de grandes núcleos familiares se configura, enquanto uma das estratégias de sobrevivência, em que pese a complexidade que esta formulação acarreta, principalmente, do ponto de vista econômico. Há um outro jeito da família brasileira, majoritariamente negra, que sempre possibilitou, e ainda possibilita, a circulação das crianças, sem que isso se configure como abandono.

Relevante pontuar que, no continente africano, como um todo, a incidência de crianças órfãs é baixa, pois sempre existe um adulto disposto a cuidar. No universo de

valores africanos, quando a família perde a capacidade protetiva, há uma possibilidade concreta do sujeito ser protegido por outro núcleo familiar, ao qual se incorpora e é por ele incorporado (HAMPATÉ-BÂ apud SERRANO et al., 2010). A família extensa, nesse contexto, se consolida como um mecanismo eficiente de proteção social, exercendo o cuidado que a maioria dos governos locais é incapaz de assumir, o que enfrenta limites quando estas se encontram em áreas de confrontos bélicos.

Na África, a família extensa é o verdadeiro centro da gravidade da vida social, base para a perpetuação das culturas e do continente como um todo. Enfim, uma categoria indispensável para a compreensão da psicologia peculiar que rege as posturas e os procedimentos do africano. (SERRANO et al., 2010, p. 131).

No caso brasileiro, a inserção da criança/adolescente em um serviço de acolhimento institucional tem múltiplas determinações, mas, via de regra, há uma crucificação antecipada da mulher que se retira do lugar de cuidadora do seu rebento. A valoração desta atitude sempre será negativa, exceto se houver do outro lado da história outra mulher, cujo desejo da maternidade não pôde ser efetivado pela gestação do próprio filho. Neste caso, a mãe biológica será conclamada, em nome do amor materno, a abrir mão dos cuidados para que o filho possa usufruir de uma vida “feliz”, ao lado da família adotiva (MOTTA, 2015). Raramente, nos casos de insuficiência material, por exemplo, encontramos pessoas dispostas a oferecer suporte financeiro para a mãe e o bebê. Em vez disso, ocorre uma desqualificação total da mulher, para que não restem dúvidas acerca da necessidade de resgatar a criança de todas as desventuras. O abismo que se estabelece entre a entrega e a inserção em outro grupo familiar é subestimado, dada a transitoriedade da situação. Transitório, entretanto, não é sinônimo de brevidade nas situações de acolhimento institucional e a permanência neste espaço deve ser discutida com profundidade.

A distinção entre maternidade e maternagem é fundamental para que se perceba a mulher no contexto da entrega. Motta (2015) se refere à maternidade como aspecto biológico, relativo à procriação e à maternagem como universo relacional entre mãe e filho, enquanto uma construção social. A abordagem positivista, entretanto,

compreende a maternagem como consequência natural da maternidade, assim como vincula o ser mulher a tornar-se mãe. A idealização dos papéis femininos e da maternagem justifica, em certa medida, o discurso da negligência familiar, em situação de extrema pobreza e a separação das crianças, após uma análise superficial do cotidiano familiar. Se “falta” amor materno, a alternativa posta pela adoção³⁴ surge naturalmente como passaporte para o futuro protegido, agravada pelo fato de que a estrada começa no encontro entre a criança e os pais adotantes.

No ordenamento jurídico brasileiro, a história anterior e a mãe biológica devem ser invisibilizadas, pois figuram como ameaça ao desenvolvimento saudável da criança e à segurança emocional dos novos pais. Motta (2015) propõe a quebra deste paradigma a partir do reconhecimento do mito do amor materno, que nutre a ideia de que todo ato de entrega de um filho é um ato de abandono, de rejeição, de recusa, de desprezo, de repúdio. As consequências da ignorância, acerca dos motivos que colaboram para a entrega da criança e a censura em relação à mãe podem potencializar situações com desfechos desastrosos, quer do ponto de vista individual, quer do ponto de vista social, como por exemplo, nos casos de institucionalização de longa duração de crianças e adolescentes, sem que a mãe decline do poder familiar ou o retome sobre novas bases.

As situações de mães que abdicam do cuidado com as crianças/adolescentes não podem ser analisadas em sua totalidade pela perspectiva do abandono, pois muitas vezes se configura como única alternativa para uma situação limite, que culmina na entrega a outrem. O abandono, por sua vez, caracteriza-se como descaso intencional pela criação, educação e construção de valores morais, e pode ocorrer, inclusive, em relação às crianças e adolescentes, que permanecem sob os cuidados dos pais ou responsáveis, sem que suas necessidades sejam supridas. Por sua vez, o

³⁴ “Parece-nos que não contamos com um número expressivo de pessoas especializadas na área ou mesmo que possam vir a interessar-se e a especializar-se, pois a adoção, especialmente no que se refere a entrega de crianças, por alguma razão não é assunto lembrado ou considerado suficientemente relevante para ser oferecido como disciplina (ou pelo menos de modo extenso e aprofundado) na formação de psicólogos, assistentes sociais, advogados e outros”. (MOTTA, 2015, p. 40).

termo abandonado estigmatiza a criança e o silêncio acerca da sua origem pode dar margem a fantasias sobre um passado horrível e obscuro, que não deve ser revelado.

A aplicação da referida nomenclatura, além de injusta para com a mulher, gera outras injustiças, pois restringe a própria compreensão da verdadeira situação da criança e a operacionalização das adoções, uma vez que nos leva, por exemplo, a ter dificuldade em identificar crianças, institucionalizadas por anos a fio, como abandonadas. Perante a lei, a mãe ou os pais biológicos ainda detêm o pátrio poder³⁵, dele não desistiram, mesmo que seu contato com a criança seja ínfimo ou até inexistente. Legalmente estas crianças não estão abandonadas e a manutenção da vinculação legal é suficiente para que seja ignorado o abandono causado pela ruptura gradual dos vínculos, pelo distanciamento, desinteresse pelo seu bem-estar atual e pelo futuro delas. (MOTTA, 2015, p. 55).

Do que se depreende que crianças e adolescentes, em situação de acolhimento institucional, também podem estar abandonadas nos serviços de acolhimento institucional.

O que se pretende afirmar é que o interesse coletivo, via de regra, se sobrepõe aos direitos da criança e do adolescente, ao desenvolvimento saudável, protegido das diversas situações de abandono, e que o acolhimento institucional precisa ser compreendido como um processo dinâmico, no qual o cotidiano se reproduz sem a devida reflexão acerca dos malefícios que a institucionalização e o racismo institucional provocam na vida das crianças e adolescentes negros.

2.3 Na minha casa todo mundo é bamba

Mesmo quando os esforços da população negra para manter e estreitar seus laços familiares eram cruelmente atacados, a família continuava sendo um importante caldeirão de resistência, gerando e preservando o legado vital da luta coletiva por liberdade. (DAVIS, 2017, p. 69).

³⁵ Termo substituído por poder familiar a partir da Constituição Federal de 1988.

O trecho acima foi extraído do livro *Mulheres, cultura e política*, de Ângela Davis e, embora a autora faça referência a situação das famílias negras estadunidenses, ao ler o livro pela primeira vez, retornei à minha própria infância e à história de uma família vizinha, composta pela mãe e quatro filhos, em situação de pobreza absoluta e todas as desventuras que acompanham sua trajetória ainda hoje, passados quarenta anos. Eu era pequena e não consigo explicar o porquê do filho mais velho ter sido institucionalizado e das meninas terem permanecido com a mãe. O fato é que me lembro da alegria da mãe, quando, anualmente, Marcelo vinha visitar a família e o orgulho porque ele estava se tornando um Homem. A fome, a miséria, o uso abusivo de álcool e outras drogas; a violência doméstica, que culminou, tragicamente, no assassinato do companheiro da mãe – evento ainda mais traumático, porque foi cometido pela filha, que enlouqueceu, após um longo período de encarceramento – a fome, a miséria, os furtos cometidos pela genitora, todos esses fatos revelam o quanto a violência étnico-racial, promovida pelo Estado brasileiro, gera várias violências no âmbito familiar. Ainda assim, essa mulher tinha com os filhos, com a casa, uma dedicação enorme. Faltava-lhe recursos de todas as ordens, para interferir e alterar a pobreza geracional que assolava a família e se mantém ainda hoje. A vizinhança, obviamente, ficava perplexa com tantas situações violentas, mas lembro dos atos de solidariedade da minha mãe, que sempre mandava uma comida pronta, uma bacia de legumes, frutas do quintal, porque, na essência, minha mãe nutria por aquela mulher um sentimento de profundo afeto. O filho pródigo, embora visitasse a família, nunca voltou. Aos 18 anos, quando saiu da Febem, não reconhecia aquela casa como lar, os anos passaram, as irmãs cresceram, foram mães ainda na adolescência, sem escolaridade, sem profissão, sem rede de apoio. A pobreza se manteve e atingiu mais uma geração, e mais outra, e hoje captura os bisnetos daquela mulher negra, analfabeta, que trabalhava como empregada doméstica, lavadeira, para sustentar a família, mas guardava uma profunda revolta em relação à própria existência e tinha atitudes *kamikazes*.

Quando minha memória resgata essa história, resgata uma pergunta recorrente: até quando os laços familiares das famílias negras pauperizadas serão negligenciados? Naquela família, o amor esteve e está presente, mesmo na atualidade, quando a filha, destemida, ousa questionar a violência policial contra seus filhos, adolescentes negros. A consciência de seus direitos e a luta cotidiana para afastar os filhos da criminalidade não ficam subsumidas diante do abuso de autoridade nas sucessivas abordagens policiais. Esta história eu vi de perto e retratá-la me indigna, ao mesmo tempo que me emociona profundamente.

Emoção e indignação são sentimentos, que acompanharam o processo de realização dos grupos focais nos Saicas. Houve momentos em que eu desejava não estar ali, em outros me sentia impotente, porque estava impedida de expor a minha concepção acerca do racismo, mesmo quando identificava, nas falas, práticas naturalizadas de discriminação étnico-racial, de gênero e em virtude da orientação sexual, exemplos irrefutáveis da violência institucional.

Inicialmente o projeto de pesquisa teve como enfoque crianças e adolescentes negros(as) em situação de acolhimento institucional, medida que, em tese, visa oferecer-lhes um ambiente seguro, acolhedor e livre de violações dos seus direitos. Nossa análise buscava identificar o racismo institucional nas práticas de acolhimento de crianças e adolescentes negros(as) e sua vinculação direta com a inserção precária das famílias negras no mundo do trabalho e na educação, bem como o acesso a outras políticas públicas, que fragilizam os vínculos familiares e, por vezes, impedem a permanência dos filhos junto ao grupo familiar.

Partiu-se do princípio de que o modo como as famílias negras acessam o mundo do trabalho na contemporaneidade tem relação direta com o desenvolvimento da sociedade escravagista no Brasil. Assim, a desigualdade social associada à desigualdade étnico-racial apresenta como um desdobramento pernicioso o número elevado de crianças/adolescentes em situação de acolhimento institucional, preteridas no processo de adoção.

Após identificar os pressupostos básicos da pesquisa, busquei dialogar de maneira informal com alguns profissionais, que trabalham no Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes para verificar se estes conheciam as histórias de preconceito e discriminação étnico-racial no âmbito dos Saicas. Estas interlocuções foram essenciais para o desenvolvimento do estudo, pois os relatos, verdadeiras denúncias, revelavam o quanto alguns profissionais dos serviços de acolhimento institucional, na grande São Paulo, reproduzem, no cotidiano das instituições, práticas discriminatórias, usando, inclusive, termos pejorativos referentes às características étnico-raciais. Também realizei discussões técnicas acerca da questão étnico-racial com as equipes de dois serviços de acolhimento institucional na região Sul da cidade de São Paulo, durante os meses de abril e maio de 2017, cujos debates ilustram as questões intrínsecas ao cotidiano destes serviços. Citarei, aqui, três situações ilustrativas do racismo naturalizado, que foram reveladas de maneira espontânea, sendo que os nomes utilizados são fictícios.

Situação 1. Joana, uma garota negra de 9 anos, acolhida em um Saica reclama para a educadora Clarice – recém-chegada ao serviço, que sempre quis ir à escola com o cabelo solto, mas as “tias” não deixavam. A educadora conta que nos momentos de lavar o cabelo, a menina era obrigada a permanecer sentada no chão do banheiro para que pudesse cair bastante água no cabelo, para pentear “melhor”, por outra educadora, que então fazia o tal procedimento e amarrava o cabelo ainda molhado, porque senão não seria mais possível prender. Clarice decidiu certa manhã realizar o desejo da menina e cuidou para que fosse com o cabelo solto para escola. Qual não foi a surpresa, quando no dia seguinte foi chamada pela gerente do Saica, que informou ter recebido um bilhete da escola reclamando que a aluna tinha ido, no dia anterior, sem condições mínimas de higiene. Clarice tentou argumentar, mas foi demitida. Como ficou Joana, não sabemos.

[...] as características mais importantes que se repetem em quase todo atendimento institucional: a criança é tratada como um objeto, sua individualidade não é respeitada, não é dada importância ao

estabelecimento de relações afetivas significativas, não é notado seu sofrimento ou desejo de se sentir amada. (ALTOÉ, 1990, p. 47).

Situação 2. A certa altura da supervisão, a cozinheira do serviço, sensibilizada com a questão étnico-racial, revela que os “técnicos” a repreendem sempre que ela beija e abraça Francisco, um menino negro de 2 anos, acolhido ainda bebê, e diz que ele é lindo. Alguns chegam a dizer que ela força a barra quando diz que ele é bonito. Francisco é identificado como o menino mimado, que quer colo, atenção, mas que precisa entender que ali não é a casa dele, que os profissionais estão ali para trabalhar, logo não haverá alguém com ele o tempo todo, nem mesmo quando solicita um carinho porque está com sono. A psicóloga sente-se encorajada a dizer que no plantão anterior a criança choramingou por cerca de três horas, durante a madrugada, incomodando, inclusive, as outras crianças, porque queria que alguém segurasse sua mão para dormir. “Deixei ele chorar, ele precisa entender que está sozinho no mundo... quando ele cansou de chorar, dormiu”.

A necessidade é algo que o ser humano tem em comum com o animal, como a sede e o sono, por exemplo. A demanda é específica do ser humano e tem um significado que precisa ser interpretado para ser atendido [...] quando a criança pede água, ela pode estar simplesmente com sede mas, muitas vezes, está fazendo uma demanda de atenção e de amor. [...] Quando o adulto interpreta a demanda feita pela criança e lhe responde satisfazendo ou dando alguma resposta que mostra sua compreensão, isto possibilita à criança a produção de significações novas. A reação costumeira das funcionárias, entretanto, de não tomar conhecimento da demanda da criança e silencia a este respeito é igual ao silêncio de morte. Podemos assim dizer que internatos desse gênero [e o Saica não é diferente] são um lugar de morte e não de crescimento e vida. (ALTOÉ, 1990, p. 42).

Situação 3. Ana e Laura, 7 e 9 anos, mais três meninas cujos cabelos são mais “fáceis” de pentear, como a maioria das crianças de sua idade, tiveram seus cabelos infestados com piolhos e muitas lêndeas. A decisão tomada pelos técnicos é, no mínimo, óbvia em um ambiente racista, usar sistematicamente o pente fino no cabelo das três garotas brancas para eliminar piolhos e lêndeas. Cortar o cabelo das irmãs, negras, bem curto, devido ao “trabalho” insano que seria “limpar” aquelas cabeças e o

resultado desta violência foi a resistência em ir à escola nos dias que se seguiram, qualificada pelos técnicos como birra das meninas.

Diante destes relatos, observei uma lacuna importante na produção de conhecimento acerca do cotidiano institucional de crianças e adolescentes que estão longe do grupo familiar e ficam à mercê da maior ou menor disponibilidade dos cuidadores em oferecer proteção e acolhimento, no âmbito institucional e o “cuidado” negligenciado como desdobramento do racismo institucional invisibilizado na literatura que trata do tema.

Se há consenso entre os estudiosos da área social sobre as necessidades que crianças e adolescentes, desde a mais tenra idade, têm de estímulos, de afeto e de acolhida – debate que será realizado mais adiante, as práticas discriminatórias, que atingem a população negra têm impacto direto sobre o modo como esta constrói sua sociabilidade e no caso das crianças e adolescentes negros, a medida de acolhimento institucional requer um cuidado maior, pois a reprodução do racismo institucional faz com que elas sejam vistas e tratadas ora a partir da invisibilidade, ora a partir do lugar do feio, do desprezível.

O aprofundamento do tema me fez parar e pensar sobre como vivem as crianças e adolescentes negras no espaço do acolhimento institucional, como o racismo institucional se materializa nestas instituições e de quais recursos os serviços dispõem para enfrentar uma questão tão grave. O questionamento vai além da adoção como um fim em si mesmo. Este grupo, seja devolvido à família de origem, seja permanecendo institucionalizado por longos períodos, seja colocado em famílias substitutas na modalidade de adoção, tem sua trajetória de vidas alterada, de maneira irreversível, pelo acolhimento e pelo modo como o racismo opera nestes espaços.

2.4 Além do horizonte: o percurso da pesquisa de campo

O racismo, na perspectiva que abordamos, vai além de atitudes individuais e/ou ações pontuais de preconceito e discriminação, pois marca a vida destas famílias abandonadas, ao longo da formação do Brasil e, particularmente, no momento histórico atual. Entre lá e cá, sistematicamente, o Estado retira das famílias pobres o poder familiar e, sob o manto da proteção social, se perpassa uma compreensão de inteira incapacidade de cuidado consigo e com seus membros. Por trás da negligência familiar, com frequência, se esconde a criminalização dos pobres como justificativa para o rompimento dos vínculos familiares, por meio de ações oficiais.

Os procedimentos metodológicos envolveram a pesquisa documental bibliográfica com a identificação, descrição e categorização das obras pesquisadas a partir de três eixos, previamente definidos: democracia racial, racismo institucional e acolhimento institucional. A leitura analítica permite estabelecer a crítica ao modelo de atenção à infância, materializado no cotidiano dos serviços, e a pesquisa de campo, cujos rumos poderiam ser diversos, foi formatada no momento da análise do projeto na banca de qualificação, que forneceu as bases para delimitação do projeto. Optou-se por pesquisar dois serviços na região Leste da cidade de São Paulo, onde foram realizados grupos focais, com profissionais de nível operacional, médio e técnico.

Inicialmente, busquei pesquisar dois distritos, cujos índices de desenvolvimento humano (IDH) são inferiores à média do município. No primeiro distrito escolhido, depois de contato com o presidente da Organização Não Governamental (ONG) que coordena os serviços de acolhimento, com apresentação e discussão do projeto de pesquisa, houve grande receptividade e, ao final da reunião, ele solicitou que eu aguardasse apenas a liberação do Supervisor de Assistência Social do distrito. Entretanto, por razões que não foram reveladas, este recuou e não consegui mais realizar contato porque passou a se esquivar sempre que eu tentava conversar com ele. A pesquisa foi inviabilizada naquela localidade.

As barreiras encontradas alteraram a proposta inicial e a pesquisa ocorreu em dois serviços do mesmo distrito, mas para garantir a diversidade, busquei analisar instituições gerenciadas por ONGs distintas. Em contato com o supervisor da área,

houve aceitação imediata da proposta, e após a análise do projeto e diálogo com a equipe técnica, ele indicou dois serviços com disponibilidade para participar, mediante anuência dos respectivos gerentes.

A pesquisa de campo transcorreu conforme previsto, foram realizados grupos focais com os profissionais dos Saicas, com a finalidade de reunir informações sobre o cotidiano institucional, sobre o quanto o mito da democracia racial dificulta o encaminhamento adequado das situações vivenciadas por crianças e adolescentes negros, sobre as estratégias que podem ser adotadas, seja para melhoria das condições de permanência nestes espaços, seja para propor alternativas que ampliem o direito à convivência familiar e comunitária.

Para um uso adequado da técnica de grupo focal, em todos os grupos, a pesquisadora teve a liberdade de se ater aos participantes, observando seus gestos, expressões, hesitações, pausas, alterações, tensões, que se constituem em comunicação não verbal. Isto foi possível porque ela contou com a presença de uma segunda moderadora, assistente social familiarizada com a temática, a quem foram atribuídas responsabilidades como checar o perfeito funcionamento dos equipamentos (foram utilizados dois gravadores de áudio, localizados em cantos opostos da sala); monitorar o tempo; registrar informações gerais sobre a evolução do grupo e da temática; observar disponibilidades e resistências dos participantes em responder a determinadas perguntas e as interferências externas. Em momentos específicos, ocorreram intervenções pontuais da auxiliar de pesquisa, para esclarecer questões que apareceram de maneira vaga, mas eram essenciais para a análise. Ademais, a parceria no desenvolvimento dos grupos focais possibilitou um espaço de troca ao término da atividade, com a discussão das impressões gerais de ambas.

Ao todo, foram realizados dois grupos distintos por serviço, composto de maneira heterogênea, com profissionais de categorias diferentes. As duas instituições escolhidas atendem crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional na região Leste da cidade de São Paulo. No momento seguinte, a própria pesquisadora realizou um trabalho minucioso de transcrição integral das falas, quando cada palavra

foi registrada, em um exercício exaustivo de captar os detalhes e os trechos que, conforme a entonação da voz, de início pareciam inaudíveis. Para uma melhor caracterização do debate e localização do sujeito e sua fala, a transcrição original manteve os nomes verdadeiros dos participantes, alterados somente ao término do procedimento e substituídos por letras e números, devido ao compromisso de manter o anonimato no momento de seleção dos trechos que compõem a tese.

Outro aspecto relevante foram os pequenos ajustes na grafia, que não alteraram o conteúdo da fala, mas corrigiram vícios da linguagem coloquial, que se apresentam de forma espontânea no grupo. Aqui, a preocupação é com o sujeito da pesquisa, que poderia se sentir inferiorizado com a leitura da tese, sem as adequações necessárias.

Todas as etapas de desenvolvimento foram estruturadas a partir dos requisitos necessários para a realização de pesquisa com seres humanos, com base na ética profissional, debate presente na disciplina “Ética e Serviço Social”, que cursei durante o Mestrado. Além disso, houve o compromisso de cumprir as determinações presentes nas deliberações, que regulam os Comitês de Ética em pesquisa e o Código de Ética dos/as assistentes sociais brasileiros (CFESS, 1993), responsabilizando-se pela realização das entrevistas com leitura e anuência dos participantes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos sujeitos entrevistados e com os cuidados éticos em relação aos dados obtidos, entre outros aspectos.

Na medida em que o racismo permeia as relações sociais, no modo de produção capitalista, de modo historicamente determinado, nenhuma instituição está imune a esta ideologia e a pesquisa busca identificar, com relação à infância e adolescência negras, as formas que o racismo, o preconceito e a discriminação étnico-racial assumem no cotidiano da infância e juventude em espaços de acolhimento institucional.

Ao problematizar o racismo institucional na infância/adolescência, a presente tese de doutorado pretende se constituir numa peça fundamental para todos/as os/as pesquisadores/as que incessantemente lutam pela construção de uma nova ordem societária, onde os malefícios do racismo sejam extirpados da realidade social pelo reconhecimento universal do pertencimento de todas e todos ao gênero humano,

independentemente de classe social, raça/cor, gênero, orientação sexual, opção religiosa, entre outras particularidades.

Na apresentação dos dados utilizaremos a sigla **(O)** para identificar os orientadores socioeducativos, a sigla **(A)** para identificar a/o assistente social, a sigla **(B)** para identificar a/o psicólogo, a sigla **(F)** para as/os funcionários da área operacional. Na sequência, para identificar o Saica será utilizado o numeral 1 ou 2, seguido de um número de 1 a 7, que equivale ao código dado a cada profissional por serviço, que participou do grupo focal. Exemplo: (O1.1). A pesquisadora será identificada com a sigla **(P)** e a moderadora por **(M)**. Os quadros, a seguir, oferecem um panorama geral dos participantes:

Quadro 1 - Dados dos profissionais que participaram da pesquisa – Saica 1

Profissional	Idade	Sexo	Raça/cor (livre classificação)	Raça/cor (IBGE)	Escolaridade	Cargo no Saica	Tempo de experiência em Saica
F1.1	36	F	Sem informação	Preta	Ensino Médio incompleto	Agente Operacional	3 anos
O1.1	32	F	Branca	Parda	Ensino Médio	Orientadora socioeducativa	8 anos
O1.2	37	M	Negro	Preta	Ensino Médio	Orientador socioeducativo	10 anos
O1.3	54	F	Parda	Parda	Ensino Médio	Orientadora socioeducativa	5 anos
O1.4	31	F	Negra	Preta	Ensino Médio	Orientadora socioeducativa	1 ano e 9 meses
O1.5	62	F	Parda	Branca	Ens. Superior Pedagogia	Orientadora socioeducativa	3 anos
O1.6	23	F	Sem informação	Parda	Ensino Médio	Orientadora socioeducativa	1 ano e 7 meses
O1.7	43	M	Negro	Parda	Ensino Médio	Orientador socioeducativa	1 ano e 8 meses
P1.1	26	M	Negro	Preta	Ensino Superior	Técnico Psicólogo	3 meses

Quadro 2 - Dados dos profissionais que participaram da pesquisa – Saica 2

Profissional	Idade	Sexo	Raça/cor (livre classificação)	Raça/cor (IBGE)	Escolaridade	Cargo no Saica	Tempo de experiência em Saica
F2.1	36	M	Parda	Parda	Ensino Médio	Agente Operacional	2 meses
F2.2	54	F	Branca	Branca	Ensino Fund. Incompleto	Agente Operacional	1 ano e 9 meses
A2.1	35	F	Negra	Preta	Ensino Superior	Assistente Social	1 ano e 6 meses
O2.1	43	F	Sem informação	Parda	Ensino Médio	Orientadora socioeducativa	7 anos
O2.2	43	F	Negra	Parda	Ensino Médio	Orientadora socioeducativa	3 anos e 10 meses
O2.3	34	F	Sem informação	Parda	Ensino Médio	Orientadora socioeducativa	4 anos
O2.4	42	F	Parda	Parda	Ensino Médio	Orientadora socioeducativa	3 anos e 2 meses
O2.5	51	M	Branca	Branca	Ensino Médio	Orientador socioeducativa	6 anos
P2.1	29	F	Negra	Parda	Ensino Superior	Técnica Psicóloga	1 ano e 2 meses

2.5 Era uma casa muito engraçada...

[...] o que mais ocorre é a violência doméstica, a violência sexual e a negligência [...] não está ligado somente à questão do pai e da mãe que foi negligente ou o pai e a mãe que praticou abuso ou a violência física, tem que ter todo o histórico da família, porque, às vezes, o pai e a mãe estão transferindo o que eles mesmos passaram. [...] das histórias que eu escuto de algumas mães [...] às vezes... eles acham normal, é normal. (O1.1).

Os fenômenos descritos não são pontuais e restritos a determinada família, antes, são reflexos do modo pelo qual a sociabilidade se organiza, a partir do modo de produção capitalista, em que as relações sociais são marcadas pelo individualismo, pelo sentimento de propriedade em relação àqueles que estão em posição hierárquica na estrutura familiar, pela pobreza que reduz, drasticamente, a capacidade protetiva e pelo patriarcado, que imputa às crianças e adolescentes de ambos os sexos, o lugar de objeto. Tal objetificação, levada às últimas consequências desemboca na violência sexual, cometida no universo das relações afetivas.

O relatório publicado em 2010 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) revelou que *38% dos adolescentes brasileiros vivem em situação de pobreza*, percentual superior à média da população (29%). [...] Em relação à violência sexual, dados de 2008 mostram que, de um total de 12.594 casos registrados, 8.674 ocorreram na faixa etária de 7 a 14 anos. Em 2009, ainda conforme o mesmo relatório, *existiam 16.940 adolescentes cumprindo medidas socioeducativas* com restrição de liberdade. Entre 1998 e 2008, *81 mil brasileiros entre 15 e 19 anos foram assassinados*. [...] Realizada em todas as capitais e cidades com população superior a 300 mil habitantes, a 1ª Pesquisa Censitária Nacional sobre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, [...] revelou, em março de 2011, que *havia quase 24 mil crianças e adolescentes vivendo nas ruas* [...]. Por fim, levantamento do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), em 2003, mostrou que *86,7% das crianças abrigadas em instituições de acolhimento têm família e 58,2% mantêm vínculos com os parentes*, mas as principais causas para que elas acabem nos abrigos são a *incapacidade financeira dos pais ou o abandono puro e simples*. *Metade dos 44 mil abrigados do país está nessa situação há pelo menos dois anos*. (Revista EM DISCUSSÃO, 2013, p. 27) [grifos nossos].

Em uma sociedade que não consegue conter a violência porque tem, na essência do modo de produção, a violação dos direitos humanos mais elementares, as respostas construídas para “solucionar” o fenômeno da infância pobre e desprotegida são pontuais e emergenciais, sem contudo articular tais medidas a um processo maior de cuidado e respeito às particularidades presentes neste ciclo geracional, seja em relação ao pertencimento étnico-racial, seja em relação à dimensão de gênero e a lugar de classe. A lógica adotada precisa se valer da culpa, que deve ser imputada a alguém e nada melhor, para uma sociedade patriarcal e machista, que direcionar os holofotes

para as mulheres que, em sua incompletude, não exercem o papel da maternidade da maneira adequada e perdem o direito de conviver com seus filhos, mesmo quando estas têm ao seu lado um companheiro, que poderia ser sinônimo de proteção e de família ideal. O mito do amor materno, associado ao modelo de família burguesa e a criminalização dos pobres justificam a ideia de que a retirada da criança ou adolescente da família, com brevidade, é a ação mais assertiva, por ser uma medida de proteção aplicada para garantir seus interesses. Efetivado o acolhimento institucional, sem transformações no modo de vida das famílias, cria-se um novo problema:

Segundo a pesquisa Ipea/Conanda (2004), os principais motivos que dificultam o retorno dos adolescentes a suas famílias de origem são: precárias condições socioeconômicas (35,5%); fragilidade, ausência ou perda do vínculo familiar (17,6%); ausência de políticas públicas e de ações institucionais de apoio à reestruturação familiar (10,8%); envolvimento com drogas (5,7%); e violência doméstica (5,2%). (MDS/FIOCRUZ, 2013, p. 147).

As conclusões do levantamento foram corroboradas pelos entrevistados, que defendem a obrigatoriedade de buscar acolhida na família extensa, antes da institucionalização, enquanto uma medida importante prevista em lei.

A seguir, apresentamos o perfil das crianças e adolescentes dos serviços pesquisados:

Quadro 3 - Perfil crianças e adolescentes – Saica 1

Idade	Sexo	Raça/cor heteroclassificação	Tempo de acolhimento
17 anos	M	Negra/Parda	3 anos e 7 meses
11 anos	M	Negra/Parda	2 anos e 1 mês
8 anos	M	Branca/Branca	2 anos e 1 mês
5 anos	M	Negra/Parda	3 anos e 7 meses
9 anos	F	Negra/Negra	1 ano e 2 meses
5 anos	M	Negra/Negra	2 anos e 1 mês
3 anos	F	Negra/Negra	2 anos e 1 mês
7 anos	F	Negra/Parda	2 anos

11 anos	F	Negra/Parda	2 anos
13 anos	F	Negra/Negra	4 meses
?	F	Negra/Parda	1 mês
8 anos	M	Negra/Parda	5 meses
12 anos	F	Branca/Branca	5 meses
14 anos	M	Branca/Branca	4 meses
12 anos	M	Branca/Branca	4 meses
9 anos	M	Negra/Parda	4 meses
7 anos	M	Negra/Negra	4 meses
6 anos	F	Negra/Parda	4 meses
4 anos	M	Negra/Parda	2 meses
?	F	Negra/Parda	2 meses

Quadro 4 - Perfil crianças e adolescentes – Saica 2

Idade	Sexo	Raça/cor heteroclassificação	Tempo de acolhimento
11 anos	F	Branca	3 anos e 11 meses
15 anos	M	Branca	3 anos e 11 meses
13 anos	F	Branca	3 anos e 11 meses
13 anos	M	Branca	3 anos e 11 meses
16 anos	F	Branca	2 anos e 7 meses
15 anos	F	Negra	11 meses
03 anos	F	Branca	1 anos e 5 meses
17 anos	M	Negra	1 ano
01 ano	M	Parda	1 ano
10 anos	M	Parda	6 meses
09 anos	M	Parda	6 meses
06 anos	M	Parda	6 meses
15 anos	M	Parda	4 meses
05 meses	M	Branca	5 meses
11 anos	M	Parda	5 meses
08 anos	M	Parda	3 meses
09 anos	F	Branca	2 meses
14 anos	F	Negra	2 meses
04 meses	F	Negra	1 mês
01 mês	F	Branca	1 mês

Em linhas gerais, verifica-se um certo equilíbrio em relação ao sexo, sendo que tanto no Saica 1, quanto no Saica 2 encontram-se 11 acolhidos do sexo masculino e 9 do sexo feminino. Com relação ao quesito raça/cor, os quadros expressam o modo como cada serviço realizou a classificação, sendo que as diversas terminologias se sobrepõem conforme ressaltado no debate acerca da classificação oficial do IBGE.

Verifica-se no Saica 1 o quantitativo de 16 negras(os) e 4 brancas (os), sem a presença de crianças ou adolescentes de outras etnias, enquanto que no Saica 2 verifica-se a presença de 11 negras e 9 brancas. É importante salientar que esta atribuição de raça/cor foi mediada pelos técnicos, que preencheram a tabela e enviaram por e-mail, conforme solicitação prévia e, que encontramos resultados diferentes, quando ocorre a problematização do mesmo quesito no desenvolvimento dos grupos focais, o que será apresentado mais adiante.

Em relação ao tempo de acolhimento no Saica 1, entre aqueles que estão há menos de seis meses, encontram-se 7 crianças e 4 adolescentes; entre 6 meses e 2 anos são 5 crianças e há mais de 2 anos são 2 crianças e 2 adolescentes. No Saica 2 estão, há menos de 6 meses, 5 crianças e 3 adolescentes; entre 6 meses e 2 anos encontram-se 7 crianças e há mais de 2 anos são 5 adolescentes.

Merece destaque, neste momento, a análise dos profissionais acerca do acolhimento precipitado, que pode atrapalhar a volta para casa porque, ao comparar a situação real da criança e do adolescente e as condições objetivas da instituição de acolhimento, aparentemente, nesta, eles estarão mais seguros.

Fala-se tanto de família extensa, mas não é... Não tem essa coisa de buscar. Muitos poderiam ter evitado o acolhimento, se antes tivesse feito uma busca na família extensa. A gente tem... quantos estão na casa hoje? (A2.1). Dezoito, dezenove... temos dezenove. (O2.2). Destes, pelo menos dez, poderiam estar com a família extensa [...] se a rede de atenção básica funcionasse minimamente, se o Conselho [Tutelar] tivesse feito, antes, uma busca ativa dessa família [...]. Porque, depois que está aqui, as famílias têm um pensamento de que é melhor aqui do que em casa. Aí fica difícil voltar para a família extensa. Por que hoje isso não acontece, se eles estão aqui e existe essa possibilidade? Porque aí parece que a família fica com pena de tirar daqui e levar para

aquele lugar que é dele e que ele vai voltar, mas aí ele já entrou, ela já viu que tem as refeições no horário certinho, chega aqui a gente tá jogada no chão brincando com eles, que tem brinquedo, tem presente toda hora e tirar parece um castigo. Tem que fazer todo um trabalho até para essa criança querer voltar. (A2.1).

Em outra perspectiva de análise, a vida miserável, sem as condições mínimas de sobrevivência, de fato, não é lugar para nenhum ser humano viver. A pobreza geracional está tão naturalizada que, no limite, há que se fazer um trabalho de convencimento com a família de que a vida é assim mesmo. A resistência ou recusa da família extensa em assumir o cuidado expressa que as condições materiais não são meros detalhes, mas são essenciais para a sobrevivência. Ora, o desejo de que seus filhos tenham uma vida mais decente, também explica a entrega voluntária dos filhos para adoção, prática que comumente nomeamos como abandono materno, passaporte para a criminalização da mulher, em vez de determinações postas pelo capitalismo, cuja direção se opõe à proteção social e à oferta de cuidados básicos pelo Estado brasileiro para as crianças e adolescentes necessitados e suas famílias.

A seguir apresento uma caracterização geral de cada Saica³⁶, o que permitirá compreender o quanto a organização interna do serviço reflete no modo como os profissionais se relacionam entre si e com os acolhidos e vice-versa.

O Saica 1 está instalado em um imóvel alugado, uma casa antiga, localizada em uma rua com casas de aspecto semelhante, quintais grandes, árvores frutíferas, compostas por dois ou mais pavimentos. A residência em questão conta com três pavimentos, cômodos amplos e arejados, contudo tal amplitude desconfigura, de certa maneira o aconchego de um “lar”, os móveis são antigos, em estado regular de conservação. No piso térreo encontra-se, de um lado, a sala de estar, um aparelho de televisão ao centro, três grandes sofás em torno, com estofado rasgado e, ao fundo, encontram-se três computadores. A sala de jantar é ocupada por uma enorme mesa de

³⁶ Embora a política de acolhimento institucional não seja direcionada explicitamente para as crianças e adolescentes pobres, há, nas entrelinhas em relação às especificações da área externa do Saica, uma orientação que deixa explícito que entrara na “casa”: “Espaços que possibilitem o convívio e brincadeiras, evitando-se, todavia, a instalação de equipamentos que estejam fora do padrão sócioeconômico da realidade de origem dos usuários, tais como piscinas, saunas, dentre outros, de forma a não dificultar a reintegração familiar dos mesmos” (CNAS/Conanda, 2009, p. 68).

madeira, com cerca de 12 lugares. Do outro lado, localiza-se um quarto, onde ficam as crianças menores e um banheiro, que estava em reforma. A cozinha assemelha-se às cozinhas industriais. Se nas letras de samba a cozinha é reconhecida como local pleno de criação, em um Saica, nem mesmo os aromas mais diversos a transformam em local de sociabilidade, ao contrário, as barreiras físicas (portões com trinca) e simbólicas sussurram indelicadamente: – não entre!

Ironicamente, acessa-se o pavimento inferior pela cozinha, ou por um escondido corredor, localizado na lateral da casa. Neste andar, encontra-se um banheiro, uma dispensa e dois salões capazes de abrigar cerca de 50 pessoas. As paredes são brancas e o pé direito baixo. O silêncio e isolamento dos salões demonstram impessoalidade e certa apreensão. Quanto a sua real utilização, nos foi apresentado que no local são realizadas as atividades com as famílias. Um portão trancado a “sete chaves” divide o espaço entre os salões e um jardim pouco preservado e sem qualquer *design*, que demonstre vida. No pavimento superior encontram-se os quartos, que permanecem abertos durante todo o dia e uma saleta, onde está instalado um videogame. Não havia brinquedos nem no chão, tampouco em estantes inacessíveis; o que mais se aproximava era uma mesa quebrada de ping-pong, ou seja, a casa não conta com qualquer espaço destinado ao lúdico. Mesmo a pessoa mais distraída nota os dois quadros gigantes com a imagem de uma santa católica, o que reforça o perfil institucional da ONG que gerencia o espaço. A parte externa é formada por espaços que sugerem recintos de lazer. Um forno de pizza e uma churrasqueira desativados compõem um vazio de cimento: ou foi uma piscina, ou tentou-se fazer uma quadra. Sob a poeira acumulada há meses, se esconde uma mesa de sinuca. Tudo é disforme. Os cômodos, assim como as pessoas que “vivem” naquele espaço não se conectam. No mais, a sala dos técnicos é totalmente isolada da casa e do que acontece no interior dela. Em geral, o ambiente é frio, sem elementos que imprimam configurações de uma casa. A burocracia dos cômodos e a lógica institucional estão presentes em cada canto e o controle dos corpos é exercido cotidianamente.

O Saica 2 não difere em conteúdo do primeiro. Está instalado em um imóvel alugado, porém a casa é de tamanho menor e para receber as crianças e adolescentes foram realizadas adaptações. Trata-se de um sobrado. No piso térreo, localiza-se a sala da equipe técnica, no fundo do quintal, com acesso por dentro e pela lateral da casa. Ao lado da sala dos técnicos há um banheiro e uma área de lavanderia, por onde se acessa a cozinha, ambiente de trabalho, onde se produzem os alimentos. A sala de estar é pequena e no cômodo de frente para a garagem foi adaptado um berçário, que acomoda dois berços. O quarto dos bebês é muito pequeno, o que o torna insalubre, dificultando, em uma emergência, fazer uma manobra para sair rapidamente. No andar superior, localizam-se os três quartos. No quintal, há uma área coberta próxima à cozinha e a sala da equipe, que foi adaptada e transformada em um espaço de convivência; um espaço aconchegante, onde estão alguns brinquedos, livros e um sofá. Apesar de pequeno, sua aparente desorganização remete a uma casa e dá ares de identidade e acolhida. Há interação entre os profissionais e destes com o ambiente. Fomos informados de que há a solicitação de outra casa, em vias de liberação, porque esta é muito pequena.

A trajetória das crianças, adolescentes e suas famílias, pertencentes à classe trabalhadora do Brasil, revela que, ao longo do tempo, esta encontrou, e ainda encontra, barreiras diversas na importante tarefa de acolher, proteger e educar seus filhos. Historicamente, no Brasil, as crianças pobres foram mantidas, em geral, sob a tutela do Estado, quando este identificava a incapacidade da família em oferecer proteção, fundamentalmente pela situação de pobreza. O Código de Menores instaura, por vias legais, a compreensão da situação irregular e desenvolve a nomenclatura “menores”, como forma de diferenciação entre os filhos das famílias “estruturadas” e brancas, das demais famílias, consideradas infratoras, oriundas de lares pobres, que foram levadas fatalmente à delinquência e à imoralidade. Não por acaso, a maioria das crianças negras são tratadas a partir do lugar da delinquência, devido à situação de miserabilidade de suas famílias.

O ordenamento jurídico brasileiro passa por profundas transformações, desde 1988, com a promulgação da Constituição Federal, e em relação à família, a legislação vigente a reconhece como estrutura vital, lugar essencial à humanização e à socialização da criança e do adolescente, espaço ideal e privilegiado para o desenvolvimento integral dos indivíduos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA – Lei 8069 de 13/07/1990 – inova ao tratar da infância, na figura da criança e do adolescente, enquanto pessoas em situação peculiar de desenvolvimento e que necessitam de proteção integral da família, da comunidade, da sociedade e do Estado para se desenvolver com segurança. Enquanto o antigo Código de Menores dava ênfase à situação irregular, o novo ordenamento jurídico estrutura-se a partir da proteção integral. Crianças e adolescentes compreendidos enquanto sujeitos de direitos, que gozam de todos os direitos fundamentais, inerentes à pessoa humana e de todas as proteções legais e cuja efetivação depende dos esforços empreendidos pelo conjunto da sociedade.

Outra medida importante é a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), em 1993, que apresenta como parâmetro o compromisso de romper com concepções e práticas assistencialistas e institucionalizantes, ainda que o ambiente institucional permaneça burocrático e autoritário. Todavia, é preciso lembrar que a família, lugar de proteção e cuidado, pode ser também lugar de conflito e de violação de direitos da criança e do adolescente, mas as respostas que o Estado oferece e que se materializam nas ações dos profissionais, vinculados ao Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes pode se configurar com uma prática potencialmente violadora e violenta, que reatualiza o conservadorismo.

Embora os avanços sejam perceptíveis, permanece, em relação à infância e adolescência, um discurso abstrato por parte da sociedade brasileira, por vezes, reproduzidor do mesmo estigma presente no período da vigência do Código de Menores. A dramática interlocução entre pertencimento étnico-racial e infância e adolescência, com a conseqüente institucionalização de crianças e adolescentes, majoritariamente negras, não desperta interesse da sociedade em geral. O racismo tem essa capacidade

de ocultar as determinações sócio-históricas e naturalizar processos, que são produzidos pelo modo como a sociedade brasileira estabelece as relações sociais. A invisibilidade do universo institucional de acolhimento continua a cumprir a função social de proteger a sociedade das crianças e adolescentes indesejáveis. Portanto, há uma inversão da noção de proteção, que implica no controle dessas famílias e seus filhos.

Acerca da importância dos internatos existentes para a proteção das crianças e adolescentes carentes, a análise da década de 1990 é atualíssima: “[...] ela é pequena demais para exercer qualquer efeito importante sobre o problema da criança, mas grande bastante para eximir a sociedade de uma responsabilidade social que quase todas as civilizações reconheceram” (MANGABEIRA apud ALTOÉ, 1990, p. 267).

O avanço do neoliberalismo no Brasil fortaleceu a bandeira do Estado, mínimo para o social e máximo para o capital. Nos marcos desta conjuntura de retração dos direitos sociais, a assistência social alcança o patamar de política pública – direito de todos os brasileiros que dela necessitarem, enquanto uma política que compõe o tripé da Seguridade Social, nos marcos da promulgação da Constituição Federal de 1988. Entretanto, a previsão orçamentária para a área é pequena, diante da grandeza dos problemas sociais, que são estruturais e demandam investimento público sério. Em relação ao município de São Paulo, onde se localizam os Saicas pesquisados, a operacionalização dos serviços públicos, no âmbito da assistência social, ocorre por meio da celebração de Termo de Colaboração entre a Organização Sociedade Civil (OSC), selecionada no edital de chamamento público, e a Prefeitura Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e operacionalizada pela Supervisão de Assistência Social de cada região.

De acordo com o edital de chamamento público n. 305/SMADS/2017³⁷, referente à Prefeitura Regional de Santo Amaro, os Saicas são projetados para atender crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 17 anos e 11 meses, com capacidade de atendimento de 20 acolhidos e, excepcionalmente, até 22, nos períodos de frente fria. O

³⁷ Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/legislacao/editais/index.php?p=244402>. Acesso em: 23 jan. 2018.

imóvel para funcionamento do serviço pode ser disponibilizado pela Organização, locado por ela, com repasse de recursos da Smads ou locado pela Smads (despesas com aluguel e IPTU: R\$ 7.000,00). O valor do custeio mensal do serviço é de R\$ 75.464,32 (3.1.8.3), para OSC, sem isenção de cota patronal do INSS e para OSC com isenção de cota patronal do INSS: R\$ 65.677,50 (3.1.8.2). O repasse de recursos, que se destina ao custeio de despesas, está previsto na Planilha Referencial de Composição dos Custos do Serviço do referido edital, o qual é uma sugestão de gastos, ficando a instituição livre para fazer os ajustes, dentro daquilo que prevê a legislação vigente. Ao analisar a planilha, observamos que 57% do recurso mensal tem como finalidade o pagamento da folha de pagamento dos trabalhadores, composta por 18 funcionários: um gerente de serviço, dois técnicos (assistente social e psicóloga/o), dez orientadores socioeducativos, duas cozinheiras e três agentes operacionais. Sem recorrer a especialistas da área de finanças e orçamento, pode-se verificar que as crianças e adolescentes não recebem atendimento prioritário na destinação da verba e, portanto, a contratação de profissionais deve se pautar por critérios absolutamente rigorosos e técnicos, principalmente, porque mais da metade da verba é gasta com os salários. O cuidado, na maioria das vezes, não atende aos requisitos mínimos preconizados na legislação. De outro lado, as famílias em situação de pauperismo recebem, via Programas de Transferência de Renda, do governo federal, valores mensais irrisórios. A título de ilustração, uma família beneficiária do Programa Bolsa Família, que se encontra na faixa da pobreza e da extrema pobreza, recebe um valor mensal, que pode chegar a R\$ 195,00 reais. Esta análise vai ao encontro daquilo que os profissionais questionam acerca da natureza do serviço:

Eu acho que o sistema de acolhimento é viável para o sistema! Envolve outras situações (risos), que eu não... sei lá [...]. Tem muito dinheiro envolvido. Sim. Eu acho que quanto mais Saica existir, melhor. (O1.2). Eu nem acho que Saica, mas instituições, todas as instituições, a gente sabe que é rentabilidade e não é para nós, é para os maiores [...] não estou falando presidente [da República], [...] não é velado isso, isso é muito bem claro. (O1.1).

O controle social, em relação ao serviço prestado pelas Organizações da Sociedade Civil, e o uso correto das verbas públicas, em relação aos serviços de acolhimento institucional, não são tarefas simples, dada a própria natureza do serviço, que requer a não identificação do espaço, para preservação da identidade e integridade física do público atendido. Em vários momentos, os profissionais destacam o quanto a sociedade em geral desconhece o trabalho desenvolvido nos Saicas.

Sou educadora, na verdade eu cai aqui de paraquedas, eu nem sabia, nem tinha noção que existia Saica, abrigo [...]. Assim foi meio assustador ver as crianças que não tinha pais e tal, eu não sabia que existia... vinha as crianças assim pequenininha e outras maiores, tinha umas que te abraçavam, outras agressivas, outras choravam, mas depois eu fui me apegando a cada uma delas, antigamente eu era operacional ... agora eu sou orientadora, comecei a gostar. (O1.6).

Em relação aos aspectos da pesquisa, importante enfatizar que a Lei n. 8069/1990 prevê de maneira integral e articulada como devem ser organizados os serviços de acolhimento institucional, que parâmetros devem balizar o atendimento e quais condicionalidades devem ser observadas pelos profissionais do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes. Verifica-se que, ao longo dos 27 anos de existência, esta legislação sofreu importantes alterações, as quais, dentre outros aspectos, aperfeiçoaram as estratégias de promoção do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária, mas no trabalho cotidiano, no atendimento direto às famílias, pouquíssimas ações protetivas têm sido implantadas com eficácia, com destaque para aquelas prioritárias de manutenção e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Tem crianças acolhidas aqui que vem de um histórico de ter mais cinco, mais seis irmãos acolhidos, tem irmão que já passou por adoção internacional [...] a alta complexidade chegou lá faz tempo! [...] em algumas instâncias falta trabalho para que não chegue nesta complexidade. Então a alta complexidade é a primeira opção? Não tem como você prevenir? (B1.1).

No texto original, o ECA para coibir qualquer ato ou omissão que coloque em risco a criança ou adolescente dispõe no Art. 13, que “os casos de suspeita ou confirmação de *maus-tratos* contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais”, entretanto a redação foi alterada por força da Lei n. 13.010/2014 para fazer constar que serão obrigatoriamente comunicados “os casos de suspeita ou confirmação de *castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos*”. [Grifos nossos]. O relato a seguir revela o quanto a função de conselheira/o tutelar é essencial e o quanto o trabalho desenvolvido por estes representantes da comunidade carece de uma constante qualificação – qualificação que não se confunde com formação superior neste caso, para que o Conselho Tutelar não se configure como mais uma instituição onde os direitos das crianças e adolescentes continuam a ser violados.

[...] eu sei como eles entram, só não sei como eles permanecem. Se existe algum tipo de capacitação [...] um caso recentemente que era assim: uma amiga da mãe foi ao conselho tutelar, contou a situação, tinha o endereço, pediu para irem junto buscar a criança, eles se recusaram a ir, porque ela estava ali e ela podia ir. Uma amiga! Ela foi! Era uma situação de abuso sexual e violência física. Chegando lá, ela tirou de dentro da casa, viu outras crianças, voltou para o Conselho, contou a situação que eles estavam. O menino dizendo quem fez, como fez, porque fez e somente encaminharam esse menino. Se ela já tinha feito tudo aquilo, talvez nem precisava de acolhimento para ele, mas enfim. Veio para o Saica. Chegando aqui, chegou sem boletim de ocorrência. Porque é esse o fluxo, se o conselho retira, existe todo esse procedimento e vem se for necessário. (A2.1).

O relato anterior faz emergir diversas indagações acerca do que se considera proteção e a tênue linha que separa a obrigação legal de execução do trabalho e a implicação ética do profissional, independentemente do grau de escolaridade. O relato de violência contra essas crianças provocou um enorme desconforto no grupo e a reflexão permitiu compreender o quanto é condição *sine qua non* para o trabalho na área da infância e adolescência, o reconhecimento da humanidade do outro, enquanto integrante do gênero humano.

Nesse caso é polícia, é polícia. Chegou sem [encaminhamento], o conselho não veio fazer o BO, a gente que teve que acompanhar e ele contando tudo, estava com o corpo todo marcado. Quando eu liguei para o Conselho para perguntar sobre as outras crianças que eram de outro município, porque ela [a amiga] saiu de São Paulo e foi buscá-lo no município vizinho [...] se acionaram o Conselho Tutelar do outro município e o conselheiro disse assim: ‘eu tinha que fazer isso?’. Então as crianças ainda estavam lá, ninguém sabia deste espaço, eu tive que fazer o contato com o Conselho do outro município para pedir uma busca ativa local. Então nem são coisas que precisam de uma percepção tão grande, é um fato grave. E a amiga foi lá e viu. E ela falava: ‘eu disse para ele que as crianças me pediram socorro’. Então não é nada que demanda uma capacitação, qualquer um que escute isso vai fazer, e a pessoa na condição de conselheiro ainda mais. Somente quinze dias depois, quando a gente tomou conhecimento, que entrou em contato e solicitou. Então o Conselho hoje é muito difícil. (A2.1).

O Art. 18 destaca que é dever “de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” e foi acrescido do Art. 18-A (Incluído pela Lei n. 13.010, de 2014):

A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

É a situação de risco, de abandono, a violência doméstica [...] a agressão contra a criança e o adolescente. E assim eles vem para cá para eles estarem sendo cuidados e protegidos nos direitos deles até as famílias de origem poderem estar tendo eles de volta ou a família substituta. (O1.3).

O Art. 19, no texto original do ECA, assegura à criança e ao adolescente “a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes”, porém ao considerar saudável o ambiente, a partir da ausência de pessoas dependentes de substâncias químicas, dava margem à criminalização das famílias pobres e traz uma visão conservadora presente

no discurso da guerra às drogas, em vez de problematizar o uso abusivo de drogas como uma expressão da questão social na contemporaneidade. Na atualidade o artigo apresenta outra concepção: “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”. Em 2016, há uma qualificação importante da centralidade da família e da responsabilidade do Estado em protegê-la, conforme previsto no Art. 23, parágrafo 1º: “Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida [de acolhimento], a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em serviços e programas oficiais de proteção, apoio e promoção”. A pesquisa realizada revela a persistência de uma prática divergente do que preconiza a legislação:

[...] Tem casos que a criança está acolhida aqui e a gente pergunta: que trabalho foi feito com a família? Sei lá, no período de um ano ele [conselheiro tutelar] mostra dois encaminhamentos. [...] Em um ano uma família que você percebe que tem demanda para trabalhar, você vê essa família duas vezes!? (silêncio prolongado). [...]. (B1.1).

O acolhimento institucional tem sido utilizado como mecanismo que, em tese, garante um ambiente adequado para a criança e o adolescente nos casos descritos de violação das garantias previstas no Artigo 18 e 18-A, entretanto, nos casos de suspeita de abuso sexual, a complexidade é maior, dada a dificuldade de comprovar o ato abusivo. Entretanto, o acolhimento institucional desvinculado de um trabalho sistemático com a família de origem não cumpre a função primordial de afastar a violência. O que se verifica é o afastamento prolongado e, por vezes, irreversível da criança ou adolescente do convívio familiar e comunitário provocado pela medida de proteção desarticulada das outras medidas protetivas presentes na norma jurídica. Ninguém quer assumir o ônus de ser conivente com a violência sexual, a alternativa encontrada nestes casos tem sido o confinamento deste grupo atrás dos muros do Saica. Será que esta medida é sinônimo de proteção ou será que outros caminhos devem ser traçados?

Neste caso, o que eu senti é que a rede de atenção básica não sabia o que fazer, não queria ter uma opinião formada sobre o caso por medo e para decidir mandou pro Saica. Porque a questão do abuso, essa a gente não vai nunca saber, porque não somos policiais. E a questão maior é essa, se existe abuso e não existe Boletim de Ocorrência como a gente vai voltar com essa menina para casa sem ter nenhuma comprovação de que houve de fato esse abuso? (A2.1).

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que quem deve ser afastado da residência, nestas situações, é o abusador e não a criança. Então, em tese, essa criança também não deveria estar em serviços de acolhimentos.

Em um ano e meio, os casos de abuso que eu acompanhei, sempre a criança que foi tirada. Como na perícia é difícil a comprovação, fica essa coisa meio no ar, porque o abusador fica e a mãe fica também e a criança fica no serviço de acolhimento por tempo indeterminado, porque quem é que vai comprovar uma situação dessa. (A2.1).

Em relação à condição de pobreza a que está submetida esta parcela da classe trabalhadora, composta por famílias negras, majoritariamente, de novo, a solução é fragmentada. Afastar do grupo familiar e prover as necessidades materiais na instituição, ainda que o Art. 23 do ECA determine que “a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar”, expressão incluída pela Lei n. 12.010/2009, em substituição à ideia de pátrio poder. Outro conceito difícil de materializar é o conceito de negligência e sua amplitude, que justifique a intervenção estatal, uma vez que interfere na análise a dimensão subjetiva do profissional responsável por conduzir a questão. De maneira sucinta, negligência deve ser entendida como atos de omissão dos adultos, inclusive os profissionais das instituições, que são responsáveis por cuidar daquela criança ou adolescente; caracteriza-se pelas omissões dos adultos na provisão de cuidados globais que garantam o desenvolvimento saudável na infância e na adolescência. A negligência não está vinculada às circunstâncias de pobreza, podendo ocorrer em casos em que recursos razoáveis estão disponíveis para a família ou o responsável. Salienta-se, contudo, que o trabalho da equipe é que dá significado e materialidade ao

texto da lei e uma ação ética pode minimizar os riscos de um rompimento abrupto entre os integrantes do grupo familiar:

A priori é sempre a proteção, nesse caso eles estavam por algum motivo sozinhos em casa. Negligência. A negligência está dentro da questão do ECA. Isso aconteceu à noite, a gente vai deixar? Não [...]. Manda-se para o Saica e é papel da equipe técnica avaliar se é necessário ou não ficar aqui [...] nesse caso não era e em dez dias eles foram embora. E a juíza acata a decisão da equipe. (A2.1).

Nas situações de acolhimento institucional, há que se reformular, também, o conceito de maus-tratos, pois a compreensão subjetiva dos profissionais envolvidos com a proteção da criança e do adolescente pode interferir na qualidade da análise e levar ao acolhimento como primeira medida de proteção a ser adotada. Em face desta dinâmica, o Art. 94 determina que as entidades, públicas ou privadas, que abriguem ou recepcionem crianças e adolescentes, ainda que em caráter temporário, devem ter em seus quadros profissionais capacitados a reconhecer e reportar ao Conselho Tutelar suspeitas ou ocorrências de maus-tratos, conforme redação dada pela Lei n.13.046/2014.

2.6 “Farol apagado”: afinal o que os ordenamentos jurídicos e técnicos nos dizem?

Nas próximas linhas, realizaremos uma análise sucinta do trabalho profissional no Saica, a partir do documento “Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, lançado em 2009. Documento ao qual recorri, dentre outros relativos à temática, ao longo do desenvolvimento da tese sempre que o aprofundamento da pesquisa suscitava novos questionamentos acerca do trabalho dos profissionais que integram o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes. O documento citado se estrutura a partir dos seguintes princípios: Excepcionalidade do Afastamento do Convívio Familiar; Provisoriedade do Afastamento

do Convívio Familiar; Preservação e Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários; Garantia de Acesso e Respeito à Diversidade e Não discriminação; Oferta de Atendimento Personalizado e Individualizado; Garantia de Liberdade de Crença e Religião; e Respeito à Autonomia da Criança, do Adolescente e do Jovem. Foi elaborado, seguindo uma intensa construção coletiva, com o intuito de traçar diretrizes que, respeitadas as particularidades regionais, orientem o cuidado a este grupo populacional.

Cabe recuperar que os Serviços de Acolhimento integram o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e devem ser articulados com outros serviços da rede socioassistencial e demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Crianças e adolescentes acolhidos têm o direito de acessar todos os recursos e equipamentos comunitários da localidade, bem como o direito de permanecer em locais próximos à moradia de seus familiares, salvo restrições judiciais, quando a proximidade configure risco à sua integridade. É mister garantir a convivência institucional e comunitária, livre de qualquer forma de preconceito. Para isso, os profissionais que os atendem, nas diversas áreas, devem ser responsabilizados, quando promovem a exposição delas, a partir de atitudes discriminatórias, vexatórias e degradantes.

Várias. Tem uma [...] ela me contou que o professor na escola falou 'ah, por isso que está no abrigo', não foi para ela, mas para uma menina de outro abrigo. Falou, 'por isso que está no abrigo, por isso que ninguém te quer.' E ela era uma pessoa que não gostava de falar que era de abrigo [...] não trazia ninguém aqui, não tinha amizades mais sólidas. [...] outra criança, que o professor faltou 'Tá vendo, é criança de abrigo, não consegue fazer um exercício'. O professor falou e a educadora foi lá na escola, quase brigou com ele, porque não precisa falar isso. A criança de abrigo não é diferente, tem que ser tratado iguais. (O2.4).

A título de ilustração, o relato anterior é revelador do quanto os profissionais podem reiterar práticas discriminatórias, em vez de proporcionar aos sujeitos um espaço de conhecimento e respeito às diferenças, com ações coletivas acerca da temática, por exemplo.

Agora tem uma outra escola que a gente gosta muito. Eles veem a dificuldade que a criança tem e não é só de abrigo, tanto é que eles montaram uma sala com as crianças que tem dificuldade em ler e escrever e nós temos crianças nesta sala. Nesta sala tem criança que tem família. Eles criaram uma estratégia, eles não veem as crianças de abrigo diferente de ninguém. (O2.4).

Além de todos os outros estigmas que uma criança que tem família, mas está institucionalizada, carrega, acrescenta-se o estigma de “ser de abrigo” e de ser incapaz de aprender dada a sua condição social. Nessa outra escola, o estigma permanece latente, embora a orientadora socioeducativa qualifique a atitude dos profissionais como democráticas.

Para além do Sistema Educacional, deve-se pensar na qualidade das ações técnicas do Sistema de Justiça³⁸ – que abrange o Poder Judiciário, o Ministério Público e Defensoria Pública; Conselho Tutelar³⁹; Segurança Pública⁴⁰; os Conselhos de Direitos⁴¹. O acolhimento institucional não pode ser entendido, apenas, como um percurso entre a casa e o Saica e vice-versa, na travessia, coloca-se entre eles uma

³⁸ “Apoio na implementação do Plano de Atendimento Individual e Familiar, por meio da aplicação de outras medidas protetivas quando necessário; acompanhamento do processo de reintegração familiar; investigação e responsabilização dos agressores nos casos de violência contra a criança ou adolescente; investigação de paternidade e pensão alimentícia, quando for o caso; destituição do Poder Familiar e cadastramento de crianças e adolescentes para adoção, nos casos em que não for possível a reintegração familiar; preparação de todos os envolvidos para colocação em família substituta e deferimento da guarda, tutela ou adoção; fiscalização do atendimento prestado nos serviços de acolhimento; acesso gratuito a serviços advocatícios para defesa de direitos, dentre outros”. (CNAS/Conanda, 2009, p. 18).

³⁹ “Apoio na implementação do Plano de Atendimento Individual e Familiar; acompanhamento da situação familiar de crianças e adolescentes acolhidos; aplicação de outras medidas protetivas quando necessário; apoio na reintegração familiar; dentre outros” (ibidem).

⁴⁰ “Investigação e responsabilização nos casos de violência contra a criança ou adolescente; localização de familiares; acompanhamento da situação de pais ou responsáveis que estejam no sistema prisional, inclusive para viabilizar a manutenção de contato destes com as crianças e adolescentes acolhidos; dentre outros” (ibidem).

⁴¹ “Elaboração, aprovação e acompanhamento das ações do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa de Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, no âmbito nacional, estadual e municipal; elaboração e aprovação de resoluções estaduais e municipais; inscrição de programas governamentais e não governamentais; registro de entidades que executam serviços de acolhimento conforme Art. 90 do ECA; deliberação de políticas de atendimento para atender os direitos humanos de crianças e adolescentes que se encontram atendidos nos serviços de acolhimento” (ibidem).

série de instituições que reproduzem, cada qual a sua maneira, o racismo institucional e a persistência da desigualdade de classes.

Com frequência, o risco de retirada da criança ou de retorno ao ambiente familiar é mediado pelo acesso à propriedade privada, seja na condição de locatária, seja na condição de proprietária. As histórias revelam o quanto as famílias precisam provar que o ambiente é salubre, como se a reprodução da vida em condições aviltantes, em áreas de habitação subnormal, portanto, esquecidas pelo Poder Público, seja escolha deste grupo familiar. Porque, no entorno, outras crianças e adolescentes vivem da mesma maneira e se não forem alvo de alguma medida de proteção, requisitada por um técnico, continuarão invisíveis para a sociedade em geral. Quantos serviços desta natureza seriam necessários se em um ato de loucura se decidisse abrigar todas as crianças que vivem situação semelhante? Creio que um serviço a cada esquina das periferias da cidade de São Paulo, não porque ali residem pais e responsáveis sem responsabilidade, mas porque crianças e adolescentes pobres há séculos são negligenciados no país.

Nas orientações técnicas citadas há, explicitamente, a conduta, nestes casos, conduta que requer, por exemplo, um envolvimento responsável da Política de Habitação e, caso essa ação se efetivasse antes do dano instalado, haveria, pela perspectiva adotada, uma redução grande do número de crianças retiradas de casa.

Nos casos em que o motivo que ensejaria a aplicação da medida de abrigo referir-se à falta ou precariedade de condições de habitação da família, deve-se recorrer a medidas que preservem o convívio familiar e mantenham a família, a criança e o adolescente em condições de segurança e proteção, como a inclusão imediata de todos seus membros conjuntamente em serviços de acolhimento para adultos com crianças ou adolescentes e acesso à moradia subsidiada, dentre outras. Paralelamente, deve ser providenciado, junto às políticas de habitação e trabalho, e outras que o caso indicar, os encaminhamentos necessários para alcançar soluções mais definitivas para a situação. (CNAS/Conanda, 2009, p. 18).

É viável ter, sim, o Saica, só que quando a criança entra aqui, aí não interessa [...] parece que toda a história dele é apagada [...] tudo daquela porta para cá, tudo que eles fizerem é responsabilidade nossa

[...] a história toda da criança e do adolescente parece que começou aqui, só que ele tem toda uma bagagem, tem todo o histórico lá atrás e é que quem sente mais. (O1.1). [...] Justamente [...] se ele sofreu quatro anos, quinze, [...] algum direito dele foi violado lá trás, quando entra aqui [...] nós temos que dar conta em três, quatro, cinco meses, senão não somos competentes. [...] Todo sistema é assim! Todo Saica é assim, se você não der jeito você não é um bom educador! [...]. (O1.1).

Tal reflexão denuncia a realidade dos orientadores socioeducativos e a urgência de se estabelecer articulações sérias e exequíveis com as outras políticas públicas para que o trabalho com a família seja realizado de fato e, em conjunto com plano de atendimento individual da criança ou adolescente, com medidas que em vez de culpabilizar as genitoras, possam envolver coletivamente as mulheres da comunidade na solução de problemas que afetam a todas. “Precisamos nos esforçar para nos erguemos enquanto subimos” (DAVIS, 2017, p. 17) é o lema da luta das mulheres negras do movimento associativo norte-americano e baseia-se nas diversas lutas protagonizadas pelas mulheres e que incluíram todas as outras minorias discriminadas independente de raça/cor e sexo.

À equipe técnica do serviço de acolhimento, composta por assistente social e psicólogo, cabe a responsabilidade pela organização dos prontuários individuais de atendimento, nos quais devem ser incluídos dados acerca da histórico de vida, motivo do acolhimento, data de entrada e desligamento, documentação pessoal, desenvolvimento neuropsicomotor, condições de saúde, entre outras, bem como a supervisão do trabalho dos orientadores socioeducativos.

Aos orientadores socioeducativos cabe o papel de diariamente oferecer cuidado e afeto às crianças e adolescentes, acolhendo suas demandas e conduzindo da melhor maneira possível o processo de institucionalização. No primeiro Saica pesquisado, há, nitidamente, uma dificuldade de realizar o trabalho articulado com a equipe técnica, o que certamente prejudica a vida dos acolhidos. A alta rotatividade de profissionais é apresentada pelo grupo como outro grande problema.

[...] a equipe toda tinha sido dispensada por algumas situações que aconteceu aqui [...]. Ah tá acontecendo isso, aquela equipe não serve,

então manda todo mundo embora. [...] Aí contrataram pessoal que dava conta, mas aí alguns não foram se adaptando e foram saindo, foram contratando mais gente [...]. Em dois anos, mais de uns trinta funcionários contando com equipe técnica, orientadores, operacionais, cozinha. (O1.2).

Aqui reside um eixo de análise importante, que é a relação entre equipe técnica, orientadores socioeducativos e operacionais, uma vez que há ruídos importantes na comunicação que, certamente, rebatem na qualidade do cuidado oferecido. O sigilo do trabalho se confunde com a confidencialidade dos dados e diversos momentos, em todos os grupos, os orientadores socioeducativos expressam a preocupação em realizar um trabalho incompleto, pela ausência de informações realistas sobre a história de cada criança e adolescente. De fato, o serviço de acolhimento precisa estabelecer diretrizes técnicas para garantia da confidencialidade dos dados, os prontuários individuais devem ser consultados por aqueles devidamente autorizados, mas isso não impede que os outros profissionais participem ativamente do processo de evolução dos acolhidos.

Os orientadores socioeducativos apontam a falta de um espaço de discussão de casos, como um complicador no atendimento das necessidades específicas de cada criança e adolescente e a falta de informação quanto à saída ou chegada deles, os motivos gerais do acolhimento entre outras informações básicas.

Nós não temos acesso. (O1.7). Isso aí depende muito da gerente, porque no outro Saica a gente não tinha acesso de forma alguma, você lidava com a criança sem saber. (O1.5). [...] Quando vem lá do fórum, já tem o prontuário com perfil da criança, tem que fazer uma reunião [...] forma de trabalhar com ela é essa, [...] vamos evitar de falar isso [...] o que é que está se passando com a criança. (F1.1).

E as crianças contam? (M).

[...] Quando elas têm um vínculo com você, elas contam tudo. (O1.6). No caso da Mirele, ela que contou tudo para a gente, não que o pessoal de lá [equipe técnica], veio sentou e conversou com a gente. (O1.6). Porque como a Mirele, ela chegou aqui e eu fui pentear o cabelo dela e ela tem bastante cabelo e eu fui... (O1.5). O cabelo é liso ou crespo? (P). É crespinho... [pausa]. Crespo, 'lindo' o cabelo dela! Eu fui pôr na pia

assim para molhar e ela fez assim ‘não tia, por favor não me bate’. Eu falei calma Mirele, não vou te bater. [...] o desespero dela. Então eu fui perguntar [...] (O1.5).

Observa-se que há vários ruídos no processo de comunicação entre os profissionais e destes com as crianças, sem que os serviços tenham reservado espaços permanentes de discussão de casos com todos os envolvidos no processo de cuidado, bem como momentos particulares com os orientadores socioeducativos para alinhar os planos de atendimento individual.

Tem dois livros, um livro de ocorrências graves e outro diário. (O1.7). Se houve alguma coisa mais grave, como pular o muro, tentar fugir, aí temos o de ocorrência e temos o outro que é diário. Aí, eu ou ela, um de nós vai fazer o relatório. A hora que acordou, a hora que dormiu, a medicação que tomou, tudo. Qualquer um de nós pode estar fazendo. (O1.5).

O papel primordial do orientador socioeducativo é “vincular-se afetivamente às crianças/adolescentes atendidos e contribuir para a construção de um ambiente familiar, evitando, porém, ‘se apossar’ da criança ou do adolescente e competir ou desvalorizar a família de origem ou substituta” (CNAS/Conanda, 2009).

Descreve a mãe do Álvaro, Augusto. (O1.5). Então para você ter uma ideia [...] a mãe do Álvaro [...] na visita ela vem de saia, geralmente né mulher de saia né, as pernas abertas e um vestido cortado, o vestido sobe e a roupa de baixo para fora, roupa íntima. Chamei a tia: ‘olha isso aqui’ e ela se comportou. O último problema... ela veio com um shorts muito curto. (O1.7). Não tinha só mulheres [no dia da visita], tinha homens também e ela... (O1.5). Você que a pessoa né... assim chamar atenção, não tem um controle emocional! Poxa vida esse lugar restrito, o lugar que eu tenho que tomar cuidado para... o filho não afastar de vez, ela vem com shorts! (O1.7). Eu acho que ela não bate bem não. (F1.1).

2.7 Nem tudo que reluz é ouro

No Saica, quando indagamos sobre a parte mais dolorosa do processo de acolhimento, o relato dos profissionais merece atenção e reflexão, acerca da função que o serviço desempenha e as dores que permeiam, também, este ambiente, concebido como o paraíso infanto-juvenil, quando se compara à realidade de milhares de crianças e adolescentes que permanecem em condições degradantes junto aos seus familiares; o que também carece de debate sério e rigoroso. Em se tratando do momento do acolhimento, pela própria natureza da intervenção com a retirada abrupta da criança ou adolescente, é recorrente na fala dos profissionais a falência deste modelo de medida de proteção.

Inclusive é a falha maior, tem várias outras falhas, eles trazem a criança do nada, sem nada, quer dizer, já foram na casa, não traz um documento, uma roupinha. De repente a criança tem uma chupeta, que ela só quer aquela chupeta, chega aqui ela sofre, porque o conselheiro nem se atentou a isso. Perceber se tinha ali no momento alguma coisa [importante para ela], Perguntar... porque as vezes a criança já fala, já entende as coisas. Do jeito que está, vem, até descalço eles trazem. (O2.2).

A ação de uma pessoa estranha ao grupo familiar, que retira estas pessoas em situação peculiar de desenvolvimento do seu espaço cotidiano, assemelha-se àquela das crianças que viviam nos orfanatos nos idos dos anos 1980, conforme análise realizada por Altoé (1990), ao descrever o ritual de entrada das crianças e adolescentes em algumas instituições, na cidade do Rio de Janeiro.

[...] a separação da mãe ou responsável é feita de maneira abrupta e repentina. Não é proporcionado à criança e à mãe um período de transição, que possibilite uma preparação para a separação e dê oportunidade à criança de se adaptar à nova pessoa vai dar-lhes os cuidados habitualmente prestados pela mãe. [...] a criança perde suas roupas e todas as suas referências pessoais e familiares. [...] essa separação traz enorme sofrimento para a criança, que não entende o que se passou com ela e raramente encontra alguém para lhe falar sobre isso ou sobre sua mãe. (ALTOÉ 1990, p. 31-32).

Na pesquisa que desenvolvemos, outro elemento foi suscitado com enorme pesar e refere-se à impotência dos profissionais diante da separação entre mãe e

filhos. Além disso, a fala da orientadora socioeducativa expõe o sofrimento que esta separação causa nas próprias trabalhadoras, que se veem como mães e projetam em suas vidas a dor que uma separação desta natureza causaria. A identificação é tão forte que, ao se esconder da cena, ela demonstra, explicitamente, o quanto de dor está contida ali e o quanto faltam recursos para cuidar coletivamente deste sentimento.

A parte mais difícil do acolhimento é quando a mãe vem junto e aquela cena fica gravada. A criança vendo a mãe indo embora, a mãe vai embora chorando e a criança fica. Essa é a parte mais marcante, porque querendo ou não é a mãe! É o filho! Todos querem ficar com sua mãe. Essa é a parte mais marcante, tanto que quando vem, eu prefiro ficar dentro da casa. Eu espero levar para não precisar ver essa cena. É muito forte, quando o Conselho vem junto com a mãe, porque nem sempre vem. [...] Ah, você fica imaginando o sentimento na hora, porque eu tenho filho, por mais que a gente, o vínculo de separar assim bruscamente, está tirando e vai deixar ele aqui e é cruel. (O2.3)

Avançando na análise, nunca é demais ressaltar que há a manutenção da hierarquia no interior da classe trabalhadora, em virtude de raça/cor e gênero, conforme identificado nas páginas anteriores, se as crianças e adolescentes que acessam os serviços de acolhimento institucional são majoritariamente negras e as famílias se caracterizam por uma inserção precária no mundo do trabalho, assoladas pelas mazelas cotidianas. Este é um dado importante da pesquisa, na medida em que os relatos revelam o quanto os trabalhadores sociais, envolvidos no cuidado direto com estas crianças e adolescentes, padecem dos mesmos dilemas e carências que o público alvo da Política Social.

Quando minha filha tinha uns dois anos, eu estava com ela e eu sou casada com um branquelo e ela é bem clara, minha filhinha. A menina no shopping perguntou 'é sua filha, ela está te chamando de mãe!?!'. Meu marido falou 'é racismo isso'. É menina branca com a negra 'voceeee é mãe dela', falei 'sou'. É preconceito porque ela viu a menina branca me chamando de mãe. A gente estava dentro da loja e ela gritou 'mãe' e eu respondi. [...] Você se sente um lixo, você olha, você fala: nossa como as pessoas são... podia ter perguntado de outra forma ou ter chegado e escutado de outra forma. (F1.1)

Por esta razão, o papel profissional e a vida privada dos trabalhadores, sem fundem em práticas caracterizadas pela supervalorização da moral e pelo discurso da superação individual.

Eu até falo para eles que eu sou filho de uma família com dez irmãos, tive uma infância muito pobre, passei fome. Eu falo abertamente para eles, só que naquela época a gente lidava com essas coisas de outra maneira. Nem havia a ideia de abrigo, a família se virava, os irmãos mais velhos se ajudavam e a gente foi superando. Hoje não sei o que acontece, que tem casos que não era nem para ser acolhido. Tem casos que o menino é indisciplinado, não consegue acatar as regras e de repente esta criança está dentro de um abrigo. (O2.5).

De um lado, a busca por um trabalho que lhes garanta a sobrevivência e, de outro, o modo como as contratações ocorrem mediadas pela necessidade de encontrar trabalhadores dispostos a exercer funções de orientadores socioeducativos em condições precárias, são a junção perfeita com a qual as organizações não governamentais no município de São Paulo executam o cuidado às crianças e adolescentes em processo de acolhimento institucional, assim como em outros serviços da Proteção Social Básica e Especial. Os relatos a seguir, sobre a motivação para o trabalho na área, nos oferecem elementos fundamentais para problematizar esta realidade:

[...] tive um casamento de 21 anos, e nesse período eu nunca precisei trabalhar [...] aí eu me separei, me vi sem emprego, sem profissão já numa idade que não é tão fácil arrumar emprego, fui pra uma vaga de operacional, [...] 'olha a vaga de operacional já foi preenchida, a gente tem uma vaga de orientador, você quer?'. Eu falei 'é agora, eu não sei do que se trata', [...], 'mas eu tenho vontade e disposição de aprender' então foi isso. (O1.3).

Sou orientadora diurna, estou aqui há 3 anos e 2 meses. Essa área para mim é nova, [...] trabalhei desde cedo em casa de família. Eu era cuidadora de criança, desde os 14 anos [...] cuidar de criança eu sempre gostei [...] conheci uma pessoa que trabalhava aqui e ela me indicou, eu entrei como operacional, depois de um mês [...] me deram a oportunidade de ser orientadora e eu gosto muito. (O2.4).

Sou institucionalizada [foi educanda do centro de convivência desde os 7 anos] sai de lá com 17... apareceu, me fizeram a proposta de trabalhar no lugar de um professor lá, eles estavam reformulando o projeto [...] retornei, só que eu retornei pro Saica. [...] estou há oito anos trabalhando no Saica. (O1.1).

[...] através de uma vizinha que ela falou: ‘minha irmã está precisando de uma pessoa para limpeza, você se incomoda?’ Eu disse: ‘lógico que não’, eu era operadora de caixa, ‘lógico que não, eu quero trabalhar meus filhos precisam comer. Eu faço qualquer coisa’”. (O1.5).

Eu trabalhava com outra coisa totalmente diferente, com plástico industrial [...]. Tinha uma conhecida minha na área, aí me chamaram porque eles tinham um Saica [...] e ela falou ‘Ah, você não gostaria de trabalhar... com criança’, e na época a gente falava abrigo ainda, não falava nem Saica [...] você tem jeito com criança e com adolescente, você pode se divertir muito’ [...] e de primeiro momento eu falei ‘trabalhar em abrigo... com criança e adolescente... eu acho que eu não vou ter saco, eu acho que eu não vou ter paciência para isso. Eu não vou ter paciência para isso’. (O1.2).

[...] foi por indicação, eu tinha um conhecido aqui e aí eu vim para cá. O que me motiva também são as crianças que precisam de orientação, do trabalho da gente. Estou aqui vai fazer quatro anos em fevereiro. (O2.2)

[...] sou orientador também sempre trabalhei com criança, eu fazia parte do... eu trabalhava [...] na Feira da Madrugada⁴² [...] era um dos doze coordenadores [...] pediu pra eu me afastar para não ter problema com a justiça [...] me afastei [...] tem duas ONGs que eu faço parte, Nosso Sonho e Rangel desde 97 sempre fiz trabalho social com criança, levar as criança para o esporte, eu ajudava a comunidade, é o bairro todo, com brinquedo, parte social e recebi um pedido de um amigo meu chamado Adamastor [...] me chamou pra fazer um trabalho de música, capoeira e a parte social e chegamos aqui não era nada disso, era um Saica, aonde fomos trabalhando. (O1.7).

Quando indagados sobre a forma de contratação há uma ideia recorrente de que as habilidades para o trabalho na área são uma questão de dom natural, algo que não se identifica no processo seletivo. Há uma redução do cuidado profissional, na perspectiva de que qualquer pessoa pode cuidar das crianças e dos adolescentes, afinal, quem nunca conviveu com eles na família, na comunidade, entre outros espaços?

Porque muitas pessoas que passam por processo seletivo, entra aqui, vê [e desiste]... e pessoas que não passam pelo processo seletivo,

⁴² Comércio popular que funciona na região do Brás na cidade de São Paulo, e funciona de segunda a sábado das 3h00 às 10h00; inicialmente funcionava na rua e atualmente ocupa alguns estacionamentos (onde as bancas ficam) e nos shoppings da região que abrem nesse horário.

nunca trabalharam com a situação e tão aqui. [...] Eu acho que é da pessoa, da pessoa se dar com tipo de trabalho, independente (O1.2).

Sou assistente social aqui há seis meses [...]. Eu entrei no Saica [em outra região] me apaixonei e escolhi trabalhar mais perto de casa, porque eu moro aqui também. Quando surgiu a vaga aqui eu decidi que não ia mudar de área, só queria trabalhar perto de casa para ter qualidade de vida e não quero sair daqui. (A2.1)

Eu trabalho em Saica porque eu cresci dentro de um CCA, antigo Osem e depois eu fui educador de CCA no mesmo projeto. Quando saí desse projeto, tive oportunidade de trabalhar em um Saica, não nesse, mas em outro equipamento e quis conhecer o que era abrigo, e entrei nessa área [...]. É um trabalho às vezes estressante, cansativo, mas é muito gratificante. Eu particularmente gosto muito. (O2.5)

Sou operacional, minha função é na parte da limpeza, eu ajudo as tias, os tios quando eles precisam, mas no dia a dia eu estou do lado deles [dos acolhidos], sei as histórias deles, eu gosto muito deles e me sinto muito bem aqui com eles. Estou aqui há um ano e... vai fazer dois anos em março [...]. ‘Pensei, ah é um serviço normal, um serviço normal como qualquer outro, ainda mais que tem criança, que eu gosto muito de criança’. (F2.1)

Ao que parece a função de orientador socioeducativo pode ser exercida por qualquer pessoa que tenha afinidade com criança e consiga driblar o adolescente. Há uma naturalização perigosa do ato de cuidar, em um espaço que atende um grupo de pessoas retiradas do seu espaço habitual de convivência ou que vem de outras instituições de acolhimento. Ao naturalizar o cuidado, a descrição do público-alvo da política de institucionalização surge absolutamente estereotipado. É uma gente diferente das crianças e adolescentes “normais”, ou seja, se reproduz a lógica do acolhimento para o “menor”, o moleque, crianças mal-educadas, adolescentes rebeldes, com a sexualidade exacerbada, enfim, pessoas que foram influenciadas pelo “desajuste” que atinge suas famílias.

No mesmo dia [primeiro dia de trabalho] umas crianças pequenas, como os quartos eram em cima, elas se trancaram no quarto das meninas, eram duas ‘crianças’ pequenas. Por fim não tinha escada na casa e eu tive que escalar a casa por fora pra subir no quarto pra abrir a porta. Os outros orientadores que estavam no plantão comigo até falaram: ‘pô mano, já tô vendo que é seu primeiro e último dia, você nunca trabalhou

com isso e já pega umas 'pragas' dessa, fiquei pensando... só que não respondi nada. Cheguei em casa, conversei com meus familiares. Aí falaram 'você é louco, não volta...' Eu só falei em casa: amanhã vou trabalhar pelo seguinte, vou mostrar que eu posso mais do que aquela moleca, eu já passei por esse... vou mostrar para eles... eles não vão conseguir passar a perna em mim, não vão me dobrar. No entanto nesta brincadeira estou há quase 10 anos, mas por superação, apenas isso. (O1.2).

Então, aí ficou seis meses sem crianças, sem nada, aí quando chegaram as crianças no caso, vamos supor chegaram antes do natal aqui, os funcionários não sabiam o que fazer, porque acharam que eram crianças. Ah crianças... pensaram que fossem crianças é... crianças estilo 'creche'. Ah vai chegar um monte de anjinho aqui. (O1.2).

Interessante observar que, ao serem indagados sobre as características de alguma criança ou adolescente, a quem eles haviam atribuído qualidades absolutamente positivas, a resposta era unânime e carregada de valores altruístas, fora do "perfil" de acolhimento institucional.

Fisicamente bem... ela tinha 14 anos, bem traumatizada, [...] não ficou rebelde ou triste, ou quis tirar a vida, porque algumas das meninas que vieram para cá falavam que não queria mais viver [...] (O1.4) [...] alta, magra, branca. Branca, cabelos bem cacheados, bem bonita! [...] Ela não era caso de criança que poderia estar no abrigo [...] foi a única menina que passou aqui muito amorosa [...] é, muito educada, como a maioria dos que vem aqui não são totalmente educados (O1.6). Linda [...] quando eu entrei eu me impressionei que essa menina está fazendo aqui. Uma menina doce, amigável [...] (O1.5). [...] Sem perfil de Saica... Ela não tinha perfil do Saica, em hipótese alguma (O1.7).

A realidade do Saica é desafiadora e o acolhimento exige mudanças no modo de ser das crianças e adolescentes, que precisam se adaptar às regras do serviço. Para que a adaptação ocorra com rapidez e maior "eficiência", os profissionais precisam ser firmes, mostrar que tem o poder e a autoridade. Quanto menor a resistência do grupo, melhor; a "casa" flui. Com a rotina estabelecida, quem chega percebe logo como deve se comportar para ser bem acolhido.

Geralmente a casa fica toda bagunçada, quando o Saica está se iniciando, porque vem um monte de crianças de lugares diferentes, tudo na mesma hora e geralmente para tentar encaixar todas as engrenagens

demora um pouco. Porque aqui a gente demorou... mais de um ano até encaixar tudo. Esse Saica aqui tem dois anos... ficou seis meses sem crianças, só com funcionários [...]. (O1.2).

Tem picos e tem mudanças [...]. Porque em todo lugar tem uma regra, na casa da gente a gente tem [...] e eles vão se adaptando aos poucos, alguns no começo tem dificuldade, resistências, mas com o tempo vão se adaptando sim, a maioria. (O1.5).

Para garantir a organização da casa, manter a ordem e a disciplina, a equipe de um dos serviços relata o quanto as práticas coercitivas são utilizadas quando os profissionais não têm capacidade técnica para lidar com os conflitos de maneira positiva e educativa. Práticas tidas como superadas são reiteradas em nome da paz institucional, recuperando a ideia de que para cuidar destas crianças e adolescentes o pré-requisito não é o compromisso com a defesa dos direitos em relação à infância e adolescência, mas a capacidade de agir de modo autoritário em relação a eles.

A hora que chegou os adolescentes da pá virada, chegou a criançada bagunceira o pessoal não sabia o que fazer. Aí depois o que aconteceu é que eles (os coordenadores) tiveram que contratando os 'apagadores de incêndio', mesmo sem processo seletivo, aí chegou um monte de apagador de incêndio. É quem tem que lidar com toda a situação. [Risos e silêncio] A experiência não conta. É quem pode dar conta da situação. (O1.2).

A certeza do poder absoluto sobre a criança, que precisa obedecer sempre ao adulto, quando obedecer significa a ausência de autonomia e liberdade de escolha dentro daquilo que a infância permite, fica explícita na fala da maioria dos profissionais ao afirmarem a preferência em cuidar das crianças. A fase da adolescência segue carregada de tabus e fantasias, ora o adolescente é concebido como "esquisito", difícil de compreender, ora ele é descrito como rebelde, agressivo e desobediente. O processo de desenvolvimento de uma identidade única, diferenciada do grupo, requer o questionamento daquilo que está dado como pronto e acabado e a elaboração de novos significados, o que nem sempre é visto com bons olhos pelos profissionais.

Eu acho que o adolescente dá mais trabalho, porque o pequeno você fala, você ainda consegue dominar, corrigir. O adolescente às vezes te

enfrenta [...] ‘porque até a gente como mãe, quer mandar em você’. [...] É por isso que eu acho que o adolescente dá mais trabalho [...]. Mas mesmo assim a gente tem que enfrentar, tem que por eles no ritmo. (F2.1).

Observa-se que os discursos localizam o Saica como lugar de crianças e, eventualmente, de adolescentes, uma vez que estes são mais resistentes ao enquadramento de suas ações sem embates.

2.8 A moral como pílula perfeita para a “cura do mal”

Eu acho que isso aí é culpa da família, eu acho que a partir do momento que uma criança cai aqui dentro do Saica, deve ser uma situação muito grave. Imagine eu desempregada e o meu marido desempregado, vai o conselho tutelar e tira o meu filho? Não existe isso! Não tem lógica! (F1.1).

O julgamento moral é tão intenso que em um dado momento do grupo, uma participante defende a tese de que se a criança foi retirada, certamente houve um motivo grave e a família é a única culpada. Em meio à polêmica, o depoimento pessoal de outra participante chocou a todos:

Eu tenho uma filha, a mais velha, ela tem oito filhos, ela tem a vida própria dela tudo, só que quando eles eram todos pequenininhos um dia um dos meus netinhos pôs fogo na minha casa e eu fiquei praticamente no relento [...] quando o bombeiro chegou já tinha queimado tudo, só não queimou a sala e o meu quarto porque era laje [...] e aí os vizinhos ‘lindos, maravilhosos’ que eu tenho até hoje denunciaram. [Dois meses depois] a assistente social baixou lá e levou todos eles. Leva! E eu tinha condições de cuidar de todos eles. [...] Simplesmente veio e levou. [...] Eu simplesmente estava trabalhando, porque eles moravam no fundo, na minha casa, então os meninos tinham o quarto das crianças dentro da minha casa e ela ficava lá né, porque ela tinha separado do marido [...]. Não demorou muito [o retorno], porque a minha filha tratou logo de voltar com o marido, arrumar uma casa e não pensa que é só assim arrumar, por uma cama, um fogão e pôr as crianças dentro, porque não é. E aí ela conseguiu resgatar todos. (O1.5).

A importância de articulação com a família extensa novamente é negligenciada, além disso, há o resgate de um dado modelo de família, em que a profissional infere que para ter a casa ajustada para retorno dos filhos, a mãe reatou o relacionamento conjugal, reproduzindo o padrão ideal de família. Em tempos que o movimento feminista alcançou algumas importantes vitórias acerca dos direitos das mulheres, famílias monoparentais femininas ainda são vistas como inadequadas para os padrões conservadores de vários profissionais, inclusive nos serviços de acolhimento institucionais, onde a diversidade de configurações familiares é uma realidade constante.

O que aconteceu na minha família o povo julgava muito a mãe, e hoje eu vejo com outros olhos [...] tem mães e mães. Às vezes nem tudo que acontece [...] é porque é a mãe que quer, às vezes, a mãe não é tão ruim. É a situação que faz a pessoa ter aquela atitude e infelizmente uma coisa vai puxando a outra, se você tem alguém que te apoia ali fora [...] você não vai maltratar seu filho, não vai ter condições de criar o seu filho e vai ter que colocar num lugar desse. (O2.1).

Em outro grupo, o orientador socioeducativo recupera o discurso de que a falência dos valores no interior da família está ligada à questão da sexualidade, vivida de maneira inconsequente pela juventude atual. A receita está em reatualizar valores autoritários, capazes de preservar a moral vigente, absolutamente conservadora.

Um fato que contribuiu muito [...] é a questão da sexualidade. Na década de 1970, 1980, era inadmissível que uma menina de doze, treze anos, engravidasse do namorado e tivesse uma criança. Depois disso, parece que virou uma febre. Hoje qualquer menina de doze, treze anos, tem uma vida sexual ativa, não se previne, [...] engravida, tem uma criança, monta uma casinha, um barraquinho no meio da comunidade e acha que vai ser uma família. [...] O namorado é usuário de drogas e assim por diante. [...] a sociedade que faliu como um todo, uma falência dos valores. (O2.5).

Na fala do orientador socioeducativo há uma reprodução dos valores morais tradicionais, cujas tradições foram corrompidas na atualidade, porém, o discurso é ambíguo, principalmente quando ele resgata um passado teoricamente diferente.

[...] Eu me lembro quando a primeira irmã minha [...] engravidou do namorado. Nossa!!! Foi mantido em segredo, parecia que o mundo ia acabar. [...] 'eu já estou arrumando um lugar para a gente ficar'. Meu pai falou, 'não, você já arrumou, você já arrumou, ela vai sair daqui hoje. Vocês não transaram? [...] Então é porque vocês se amam.' [...] Também não sei se ele estava muito certo, mas foi a forma que ele encontrou, a coisa era tratada com mais seriedade, hoje a menina tem a criança, não cuida, a mãe cuida para ela ou não cuida também. E assim vai, então os valores estão bem invertido, bem deteriorados [...]. (O2.5).

Os orientadores socioeducativos assumem o papel de conselheiros, mas dentro de uma perspectiva moralista, novamente a partir de um padrão de comportamento idealizado.

[...] Você tem que pensar no seu dia de amanhã, quando você ficar com dezoito anos, sair daqui, ser uma mulher, batalhar, se você não for para a sua família, mas pensar em ser uma mulher direita, trabalhadeira. Direita que eu falo é uma pessoa responsável, trabalhar, pensar no futuro, não se debandar no mundo, não arrumar filho. (F2.1).

A ética não se realiza nas práticas automatizadas dos profissionais, momentos em que os juízos de valor ganham robustez e emergem como respostas para problemas complexos do cotidiano, analisados apenas de uma perspectiva singular. O trabalho profissional se confunde com os dilemas particulares e o discurso conservador reproduz um cenário que não tem sustentação no real. O julgamento moral se realiza absolutamente desconectado da realidade.

A moral origina-se do desenvolvimento da sociabilidade; responde à necessidade prática de estabelecimento de determinadas normas e deveres, tendo em vista a socialização e a convivência social. Faz parte do processo de socialização dos indivíduos, reproduzindo-se através do hábito e expressando valores e princípios socioculturais dominantes, numa determinada época histórica. Possibilita que os indivíduos adquiram um 'senso' moral (referido a valores, por exemplo, a justiça), ou seja, tornem-se conscientes de valores e princípios éticos. Ao serem internalizados, transformam-se em orientação de valor para o próprio sujeito e para juízos de valor em face dos outros e da sociedade. (BARROCO, 2006, p. 42).

O caráter classista das ações estatais em relação à infância e adolescência guarda profunda relação com a análise descrita a seguir, a despeito da doutrina de proteção integral presente no Estatuto da Criança e do Adolescente, o que faz com que as questões familiares envolvendo a população com baixo poder aquisitivo sejam deliberadas no âmbito jurídico, a quem se confere o direito de determinar quais famílias devem ou não perder o poder familiar, com viés notadamente moralista.

Uma falência do sistema [...] na nossa época minha mãe e meu pai, a gente sempre foi criado numa situação difícil, eu comecei a trabalhar com treze anos, e hoje em dia com menos de 16 anos não pode trabalhar, não pode dar um tapa na criança. A sociedade que ajudou com que a família chegasse a esse ponto [...]. Eu mesma apanhei muito e não é por isso que eu morri, nem nada. Nem meu pai, nem minha mãe foram presos e nem eu fui para o abrigo. (O2.4).

Ao resgatar o passado, novamente, este é descrito como lugar ideal, sem qualquer mediação, onde os conflitos familiares são resolvidos de maneira privada. Na atualidade a família perdeu o poder absoluto sobre as crianças e este problema surge, na opinião da participante, por causa do ECA.

A diferença é que as crianças já são treinadas para isso. Você fica vendo que 'a minha mãe não pode me bater, porque se ela me bater, já vou ligar para a polícia, vou denunciar ela'. Isso já está colocando na cabeça das crianças. E onde é que está o poder da mãe? (O2.4).

Diante da persistência do discurso desconectado da proposta original do acolhimento institucional, decido reformular a pergunta, porque o debate é rico de significados. Pergunto: se as respostas para os problemas vivenciados pelas famílias antes do ECA, como relatou Alberto "na nossa época, não existia Saica", se existia uma situação de violência dentro da família, tinha que ser resolvido pela família. Então, R., se naquela época existisse Saica, seus pais poderiam sofrer esta intervenção e você poderia ter ido para uma instituição de acolhimento?

Talvez sim, porque [...] está na lei, tem que cumprir. Antigamente não tinha essa lei. Os pais, a família ou alguém não sabia, eles agiam de acordo com o que eles achavam que estava certo, isso era uma criação

desde os pais deles. Hoje em dia se perdeu muito esse poder, essa autoridade com os filhos. (O2.4).

Os relatos dos profissionais explicitaram a complexidade do fenômeno da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil. Fenômeno grave, utilizado como medida de contenção da população negra, com impactos no grupo familiar, sem, contudo, alterar a realidade da pobreza que, no interior deste grupo, é geracional e fruto do modo como as relações sociais se estabelecem no mundo capitalista. A família contemporânea não está descolada deste processo, uma vez que a luta de classes antecede a constituição das famílias e esta é responsável pela formação dos sujeitos, pela reprodução de valores morais, pela atribuição de sentido e significados à existência e espaço, onde podem se construir nichos de resistência.

Por sua vez, a intervenção sistemática do Estado na organização das famílias negras impacta na capacidade destas socializarem as gerações futuras e se organizarem coletivamente contra o racismo.

São dois fatores que são complicados no nosso país, quando fala que aquela família não consegue cuidar daquela criança, por questão de higiene, daquilo que é básico [...] alimentação, higienização [...]. Coisas que as pessoas carentes que não têm condições, não sabem o direito que elas têm, acaba perdendo. E vem os intelectuais vamos dizer assim, os 'sábios' e não entende que aquela pessoa não tem o esclarecimento de tal coisa do governo, acaba perdendo, não tem instrução para procurar [...]. Vem o Conselho Tutelar, pelas denúncias, vê aquilo, mas não estuda por qual motivo aquela pessoa está ali, o motivo daquele sofrimento, se é alimentação etc. [...] Vão automaticamente tirar a criança, para depois fazer o trabalho social [...] (O1.7).

Pensar em acolhimento institucional de crianças e adolescentes, em uma perspectiva crítica, significa desvendar seus grupos familiares, em sua dimensão particular e universal. Faz-se necessário refletir sobre os estereótipos presentes na trama das relações sociais, que rebatem no modo de ser das famílias e na sua capacidade protetiva a partir da concepção da classe dominante, cuja imposição das ideias ao conjunto da sociedade é eficaz, se autonomiza na dinâmica social e é reproduzida de maneira reiterada pela própria classe trabalhadora.

Famílias que vem de zonas de vulnerabilidade social, com pouco acesso a educação financeira, pouco acesso à educação, por mais que falem que essa educação é para todos. É.. pouco acesso, culturalmente, a maioria das coisas que é imposto por uma pessoa com um poder maior é... faça e obedeça porque eu tenho poder, mais ou menos assim, então é esse tipo de pessoa que a gente atende. No sentido literal da palavra? [...] Pessoas limitadas, no sentido cultural, educacional, financeiro. (O1.1).

A defesa de um desenvolvimento saudável, livre das múltiplas formas de violência na infância e juventude é absolutamente importante, e as diversas formas que a violência assume na modernidade têm características específicas e diferencia classes sociais, sexo, opção religiosa e raça/etnia. Entretanto, as estratégias de enfrentamento do fenômeno da violência doméstica e da violência institucional são diferentes, de acordo com a classe social. Interessa-nos identificar os pontos de ligação entre a violação de direitos na infância ou adolescência e a institucionalização de crianças e adolescentes negros, oriundos de famílias pauperizadas.

Eu acho muito isso, que toda família... que toda violência traz consigo uma história. Acho que é muito simples e muito fácil você tomar uma situação só pelo que aconteceu ali, às vezes aquilo é só a ponta do iceberg, tem muita coisa lá embaixo que ainda não veio a tona, que não pode vir a tona. (B1.1).

Os profissionais que participaram da pesquisa são capazes de retratar com profunda sensibilidade as mazelas que permeiam a vida das famílias, cujos filhos estão acolhidos. O cenário reforça algo que diversos pesquisadores e estudiosos da área da infância já denunciaram, ou seja, o abrigo como lugar para crianças/adolescentes afetados pela pobreza e pela violência doméstica, nas suas diversas modalidades.

Eu acho que de certa forma as famílias... elas são vítimas, as que a gente atende, também, não só os adolescentes que a gente tem, mas as famílias também [...] vítimas da falta de emprego [...] da falta de conhecimento, da falta de oportunidade, por morar em certas áreas. Vítimas de lá detrás, da mãe e do pai. É hereditário né. (B1.1).

São as famílias da classe trabalhadora, com capacidade reduzida de acesso a renda mínima, que têm as casas invadidas pelo Estado e os filhos subtraídos, sem que

a raiz das múltiplas violências seja analisada e coibida. Quanto maior a pobreza, maiores as chances da intimidade ser publicitada, em parte porque as condições precárias das habitações não permitem privacidade, em parte porque a solução dos conflitos, os atendimentos em saúde são tratados no âmbito da rede pública, diferente do que ocorre com as famílias com maior poder aquisitivo.

– Mas existem casos de violência grave? (P).

Tem sim, o namorado dela deu um tiro nela. Ela ficou em coma e tudo. [...] Com treze, quatorze anos ela estava morando com o namorado, ele não aceitou que ela se separasse dele. Ela teve que sair, eu acho que ela morava [do outro lado da cidade...] e teve que vir para [cá] porque os dois abrigos que ela tinha passado ele descobriu. Ela veio para cá sob sigilo e a gente ficava com medo de ele encontrar ela aqui, porque ele queria matar ela. (O1.1).

Ao expor a situação desta adolescente é inconteste que se trata de uma ação baseada no gênero que lhe causou lesão, sofrimento físico e psicológico, que expressa a manutenção de valores estruturados a partir do patriarcado, a superioridade masculina e a submissão feminina e que a condução da situação, permeada de segredos colocaram em risco a adolescente, os profissionais e todas as outras crianças e adolescentes acolhidos. Em diversos momentos durante a pesquisa, o que se verifica é que o modo como o Estado tem tratado o problema da violência doméstica contra criança e adolescente, em suas várias modalidades, implica prejuízos para este grupo, além de não alterar a concepção acerca do direito social, à medida que nas situações limite estes que serão afastados do domicílio, quando a legislação prevê o afastamento do agressor/a.

Sem o uso de mecanismos mais eficazes, que modifiquem as relações de poder do adulto em relação à criança e ao adolescente, a tendência é que o número de crianças/adolescentes institucionalizados não seja reduzida, tampouco a questão do abandono a que estão submetidos institucionalmente, pois por mais adequado que seja o trabalho dos profissionais, o Saica jamais poderá substituir um lar.

A partir da experiência dos participantes, há um entendimento de que mesmo quando o acolhimento atende às expectativas, outras questões se colocam e, em sua

essência, a medida é prejudicial. E o caminho a ser percorrido deve ser outro, dentro daquilo que o ECA determina como responsabilidade ampliada no cuidado da criança e do adolescente, ou seja, eles são responsabilidade da coletividade, no sentido de construir estratégias de proteção abrangentes e bem-sucedidas.

[...] tem uma família, que ela está desestruturada, ela não consegue administrar a sua casa, ela não consegue colocar um pão dentro de casa, ela não consegue colocar ordem naquele filho. Então, quem está do lado ao invés de ajudar, apoiar, procurar orientar, acha mais fácil denunciar e colocar dentro do abrigo [...]. A gente faz de tudo, mas aqui não vai salvar [...] tem que começar pela família, ajudar a família, porque depois quando entra no acolhimento é difícil tirar daqui [...]. (O2.4).

Os equívocos na interpretação das medidas de proteção previstas no ECA e ausência de articulação entre as políticas públicas invertem a ordem de prioridades. O acolhimento institucional ocorre de maneira descontextualizada e desencadeia outro tipo de abandono, que as crianças e adolescente experimentam quando da separação de seus familiares. Em condições semelhantes, sobre o grupo familiar recai a culpa pela situação que os acolhidos vivenciam no Saica. O que permeia estas relações é uma conduta que desconsidera a criança e o adolescente como sujeitos partícipes do processo e que, portanto, têm o direito de conhecer os planos traçados para sua vida, ainda que o tempo no serviço seja curto.

Quando volta, volta outro e aí pode criar uma pequena revolta contra o próprio pai ou contra a mãe. Por que vocês me deixaram lá dentro? Por que este tempo todo eu estou lá dentro? Por que vocês não lutaram por mim? (O2.4). O que acontece!? Tudo aquilo que a gente fez aqui, alguns a gente consegue depois ver que realmente melhorou, outros não [...] porque eles acham que depois que vem para cá os pais esquecem deles. E vem em uma visita, ou a cada quinze dias, ou às vezes nem vem. [...] É um tempo que eu falo, perdido. (O2.5).

Contraditoriamente, a equipe revela o quanto o discurso da superação está presente na descrição do grupo familiar. Há um deslocamento da questão concreta para um lugar imaginário, de sujeitos cujos papéis sociais beiram a perfeição. Ousaria dizer que entre a casa e o Saica se erguem muros gigantescos, mas se espera da

família que a intervenção externa e estranha ao grupo seja o caminho para a “felicidade”, que possa derrubar o muro e viver feliz, como nas histórias infantis. Ora, essa idealização é absolutamente prejudicial para qualquer projeto de fortalecimento de vínculos porque exclui da intervenção as mediações, difícilíssimas, em tempo de desemprego estrutural, carência de moradias em padrões mínimos de habitabilidade, de avanço da barbárie e do utilitarismo das relações sociais.

[...] quando está dentro do abrigo [...] tem famílias que se desdobram, luta, reluta, faz de tudo, acaba tirando daqui de dentro, mas tem outras que não. Depois que eles estão aqui, lá fora, o pai e a mãe tem que se dedicar, mudar, tentar mudar. Tirar o filho daqui de dentro, levar o filho, ‘eu lutei, eu mudei’, mas a sociedade também que ajudar, não é só jogar pedra, porque eles já são desestruturados. Você vê que quando chega aqui o pai e a mãe, tem vezes que a gente até conversa, na hora da visita a gente tenta até conversar, dialogar, você vê que eles são um pouco, meio leigo. A escola também... tinha que ter mais projeto não só para a criança, mas para a família [...] fazer ela entender que ela é responsável por aquele filho. (O1.1).

A banalização dos vínculos familiares, como elemento essencial para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, e a primazia das condições materiais como elemento de análise para se qualificar a vulnerabilidade do grupo caracteriza-se como abuso de autoridade, por parte daqueles que operam as políticas públicas e não acionam os canais competentes para, ao afastar as famílias da situação de risco social, não separar de maneira inconsequente seus membros.

Eu quero falar de uma família, que foi bem marcante para a gente. Uma mãe com seis filhos, os seis filhos ficaram aqui com a gente por seis meses. (O2.2).

Por seis meses!? (P). Por seis meses!!! [...] sei lá... eu acho que poderia ter sido ajudada de uma outra forma, sem precisar ter tirado as crianças, porque a mãe [...]. Tinha aquele amor, tinha aquele cuidado [...] naquele momento ela não estava levando as crianças na escola, mas ela tinha um motivo. Ela tinha acabado de ter um bebê, o pai das crianças estava viajando e de repente teve enchente, a casa dela encheu de água e assim [...] ela sozinha, sem trabalho [...] o pessoal da saúde foi lá e viu a casa naquela situação e simplesmente acionou o conselho [Tutelar], o conselho foi lá e tirou as crianças. [...] Eu sei que tem espaços para a família [...] ela conseguiu ajuda de vizinhos, muita gente ajudou, ela correu atrás, conseguiu ajuda para arrumar a casa, para deixar a casa

de um jeito que ela pudesse ter as crianças de volta. Conseguiu, graças a Deus, está bem com as crianças, mas poderia ter sido evitado todo este sofrimento tanto para as crianças, quanto para ela [...] Isso foi muito marcante, a gente até se apegou a mãe, porque a gente ajudou muito a orientar ela a lidar com algumas situações [...]. (O2.2).

– Vocês conhecem a história dela? (P).

Não tinha... Estudou pouco, trabalhar, ela trabalhava aqui ali com faxina, não tinha muita condição, mas o amor pelas crianças... [enorme]. (O2.2) [...] Seis crianças chorando por causa da mãe, assim ó, uma escadinha. (O2.3) Cena muito forte. E uma bebezinha de um mês. (O2.2).

– A bebê também veio!? (P).

Veio [...] ela amamentava essa criança. Ela vinha até aqui para amamentar, não faltava em uma visita, ela não vinha todos os dias, mas sempre que podia ela vinha, tirava o leite. E ela assim foi a mãe que mais ajudou a gente em termos de acompanhar as crianças. A gente dizia: olha eles têm consulta, são seus filhos, quer acompanhar? Ela ia com a gente no médico. Foi bem marcante cuidar dessa família. (O2.2).

A Lei n. 12.010/2009, por sua vez, altera entre outras normas jurídicas, o ECA para garantir o direito da criança e do adolescente à convivência familiar. E, em se tratando de grupos de irmãos afastados da família natural, prevê como prioritária a colocação destes grupos de irmãos em uma mesma família substituta, nas modalidades de adoção, tutela ou guarda, exceto se houver comprovada existência de risco de abuso ou outra situação, que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais. Essa medida é de conhecimento de parcela significativa da sociedade, reproduzido pelo senso comum, ora como vantagem, ora como empecilho para acolhimento familiar. A manutenção dos vínculos fraternais caracteriza-se como uma das poucas saídas para aqueles que são alvo da política de institucionalização e este deve ser um princípio defendido pelos profissionais que vivenciam no cotidiano todas as consequências que o abrigo tem sobre as crianças e adolescentes. Esta conclusão parecia óbvia para a pesquisadora, até se deparar com os relatos transcritos a seguir.

Na verdade, é uma briga, porque ele estava em outro Saica, porque agora deram para separar irmãos, porque é uma má influência. Má influência um para o outro. A gente hoje tem outro caso assim. (A2.1).

Inicialmente o que identificamos era a culpabilização da família, com destaque para a mãe, acerca da “falência” da família, porém, quando a questão da colocação dos/das irmãos/irmãs em Saicas diferentes surge como uma prática rotineira, o papel da moderadora do grupo foi essencial, porque recuperou a questão da culpa, que ressurgiu de modo ainda mais grave e com punições mais severas. Quem está identificando isso, por que vocês estão fazendo a crítica? Quem está identificando e separando, e mantendo essa separação? É o Conselho? É o Judiciário? É a rede de apoio? É o Creas?

Então [...] primeiro vem uma criança para o acolhimento. Depois em uma outra situação, vai outra para o acolhimento. Eles não têm o cuidado de já colocar onde a outra está. [...] A vó achou uma [adolescente] primeiro [...] mas tinha um conflito, vamos acolher. Já não era para acolher por causa do conflito. Depois encontrou a outra, e foi para outro Saica porque a vó disse que uma era má influência para a outra e simplesmente acataram. Quem acata? A princípio o técnico que está no Saica, porque eu entrei em contato só para pedir uma ligação. A irmã tem o direito de saber se a outra está bem, ela está preocupada, ela diz que vai fugir. (A2.1).

O acolhimento, enquanto medida provisória e excepcional, na análise da assistente social tem seu sentido deturpado em várias situações, como se a função do Saica fosse preventiva.

Está ficando deturpado o motivo de acolhimento, acontece um conflito familiar, a mãe e o pai não sabe lidar com a rebeldia da criança, põe no Saica porque vai acontecer... está virando mais prevenção do quê? A gente está recebendo alguns adolescentes que quando chega aqui é por conflito familiar. Conflito familiar, toda família tem. (A2.1).

Conflito familiar não justifica o acolhimento institucional, mas se ele ocorreu, de novo, nem tudo o que parece é. Não é óbvio que os profissionais elaborassem um projeto de intervenção com as irmãs, no sentido de construir estratégias coletivas para alterar esta realidade? O conflito é de identidade, da dificuldade de compreensão do papel do Saica. Enquanto isso...

E quando acontece de o conselheiro... chegou lá as duas crianças estavam juntas? Uma situação de negligência porque estavam sem nenhum adulto? (P).

Tinha um caso aqui que foi separado. (A2.1).

– E por que separa? (P).

Porque uma é má influência para a outra. As duas irmãs, foram separadas, depois juntadas, depois separadas de novo, por várias vezes. (A2.1). Por várias vezes. Elas passaram a vida inteira no Saica. (O2.2).

Neste sentido o debate travado na obra *Infâncias Perdidas* corrobora a análise empreendida em relação ao trabalho no Saica:

Separar os irmãos é acabar com uma referência de identidade importante e com o vínculo familiar mais estável do interno. Trata-se de total desrespeito à criança, feito sem qualquer constrangimento. O que me leva a dizer que a prática de atendimento, se chega a suprir as necessidades da criança, o faz de maneira perversa. (ALTOÉ, 1990, p. 60)

2.9 Ó pedaço de mim, ó metade arrancada de mim

Outro aspecto que abordamos no grupo foi a questão do estabelecimento de vínculos entre os profissionais e as crianças e adolescentes, para compreender como as particularidades na infância/adolescência são incorporadas no desenvolvimento de atividades dentro dos Saicas. Este momento foi um dos mais difíceis nos grupos, pois havia certa resistência em falar de vínculos.

O nosso cuidado? [...] Ah sei lá, a gente tem conversas com eles, os adolescentes principalmente, conversar, orientar, tentar mostrar para eles o que é certo e o que é errado, porque o que é certo pra nós, eles acham que é errado, mas a gente tenta dessa forma, conversando. Com os pequenininhos, o cuidado é dar banho, pentear o cabelo, tirar piolho, passear com eles e brincar com eles, conversar com eles também. É carinho, o principal. (O1.5).

[...] tem hora que eu sinto como se fosse filho meu. Quando não é meu plantão, você acredita que eu sinto falta deles. (F2.1). É porque mesmo fora a gente tem esse convívio com eles. Eles acabam conversando com a gente, mandando mensagem. (O2.4).

Eu já cheguei, já fiz isso na hora do meu almoço [...] ele estava acostumado na creche tirar a hora do soninho à tarde. Quando está aqui em casa, no fim de semana ele fica muito agitado, as crianças ficam tudo brincando e ele quer brincar também. Eu fui com ele para o quarto, coloquei um desenho na TV, deitei do ladinho dele e ele dormiu. (O2.1).

Na verdade, todos são queridos, mas existe os momentos. Tem aquele cuidado maior com os bebês [...] estão ainda se formando, ainda estão crescendo, precisam aprender muita coisa. Com relação aos outros é a mesma coisa, tem horas que eles chamam, pedem atenção, nem sempre a gente tem aquele tempo. [...] Tirando os adolescentes, porque tem uns que demonstra o carinho de uma forma meio agressiva [riso geral] é um beliscão, é um cutucão, mas a gente percebe também que eles querem atenção. (O2.2).

O momento do desligamento é desgastante também para os funcionários do Saica, como se observa pelas respostas dadas.

Ai a gente sofre 'igual mãe', eu sinto muita falta deles [...] o pior é que eu sinto a falta de todos. (O1.5). É questão profissional do educador, porque a gente está aqui sabendo que a criança não vai ficar, a criança... quando ela chega a gente já pensa na ida dela. (O1.1). Você pensa assim, que você quer que o mais rápido possível ela vá embora. (O1.2). A gente procura tratar todos bem [...] ele indo embora, vai chegar outro que provavelmente vai ocupar aquele espaço que aquele que foi embora deixou. (B1.1). Infelizmente sai um, tem 'cinco' lá fora esperando. (O1.1). [...] Vou fazer dois anos como orientadora, para mim no início era complicado, eu me apegava muito. Hoje eu já vejo de outra maneira, tenho outro olhar [...]. (O1.4).

A gente sofre. (O2.5). É triste demais. (F2.1). Tem que trabalhar esses dois lados. Quando eles chegam, para a gente não querer [...] se entregar demais, ir devagar para não pegar aquele amor. E a despedida, é gostoso porque eles estão voltando para a família, voltando para a sociedade, a gente sente aquela dorzinha lá no fundo, não tem como porque a gente acaba se apegando [...] é um sentimento gostoso a gente vê que fez um bom serviço. Toda a vez que eles saem, a gente vibra bastante. Deu certo. (O2.4).

Ao analisar o cotidiano vivido por crianças nas instituições de acolhimento institucional, Peiter (2011) atribui grande importância ao trabalho dos orientadores socioeducativos, uma vez que no contato direto com elas, eles têm a responsabilidade de oferecer amparo e acolhimento, de forma supostamente transitória. O caráter de transitoriedade pode imprimir ao trabalho profissional certa desvalorização; afinal o profissional que acolhe é o mesmo que prepara a partida da criança e, por vezes, entende que o vínculo afetivo é prejudicial ao bom desenvolvimento da ação: “vivem constantemente o conflito de ligar-se afetivamente na iminência de uma separação, temendo infringir dores a mais tanto para a criança quanto a si mesmos” (p. 85).

Assim, observamos o lugar difícil em que são colocados os profissionais das instituições de acolhimento institucional, ficando à mercê de uma comunicação ineficiente com o órgão responsável pelas decisões e sentindo-se parcialmente prejudicados na possibilidade de ajudar as crianças na transição... O trabalho dos educadores do abrigo é de fato uma função de grande importância, mas, por diversos motivos parece pouco investido em termos de treinamento e apoio. (PEITER, 2011, p. 76-77).

Psicólogas/os e assistentes sociais são profissionais que compõem a equipe técnica e devem oferecer orientação técnica aos orientadores socioeducativos e agentes operacionais, acerca das questões que permeiam o trabalho em uma instituição desta natureza. Em vários momentos, os profissionais deixam escapar uma ideia de que não podem ter vínculos com as crianças e adolescentes, o que nos fez indagar a psicóloga a esse respeito :

– Quer acrescentar algo em relação ao vínculo, ao afeto, o que você pode dizer sobre isso? (P).

E eu acho que é muito deles para nós também. A gente sente muito esse carinho, as vezes a gente precisa dar uma segurada. [...] Que nem uma vez o Antônio chegou do CCA com um bombonzinho. ‘Falaram que era para entregar para a mãe e vou entregar para você, que eu tenho duas mães, uma mãe é a minha mãe e a outra é você’. Aí a gente segura o choro, recebe o bombom, agradece... (B2.1).

No começo foi muito difícil [...] e foi preciso tirar isso dela [criança chamar de mãe]. O que me ajudou bastante foram as minhas férias,

porque eu tirei férias e isso fez ela entender que eu era apenas uma 'tia'. Eu pego no pé dela mesmo, no último plantão eu deixei ela pensando e ela só falava, vou obedecer, vou obedecer. (O2.4).

O processo que se inicia com a institucionalização, seguido ou não da destituição do poder familiar, as alternativas de colocação em família substituta na modalidade de adoção, conformam diversas contradições, estabelecimento de vínculos e rupturas. A intrínseca relação entre objetividade e subjetividade presente no processo precisa ser desvelada pelos sujeitos envolvidos no cuidado com a criança, sob pena de acarretar ainda mais danos a alguém que teve diversos direitos violados.

A transição do abrigo para a família adotiva coloca a criança frente a um desafio que por si mesmo comporta paradoxos confusos e possivelmente traumáticos. Circunstância em que se encontra na iminência de novos vínculos familiares é a mesma em que se vê na necessidade de separações, de elaboração de perdas, de um viver ou reviver rompimentos de outros vínculos afetivos (com a família de origem, com os cuidadores do abrigo e com relação a seus amigos e, eventualmente, até a escola, e em muitos casos de sua cidade ou país). (PEITER, 2011, p. 84).

A pesquisa revelou o quanto os profissionais têm dificuldade de falar sobre as questões relativas ao afeto, como se fosse possível preparar as crianças e adolescentes para o desacolhimento, atendendo prioritariamente as necessidades objetivas, sem que se invista na qualidade da atenção durante o período de permanência na instituição. A suposta necessidade de um tratamento distanciado é mais um dilema para os acolhidos, onde circulam “tios” e “tias”, que não são de ninguém. Em relação às crianças pequenas, de zero a três anos, em acolhimento institucional há que se discutir amplamente o parágrafo 7º, do artigo 92 do ECA, que determina “dar-se-á especial atenção à atuação de *educadores de referência estáveis e qualitativamente significativos*, às rotinas específicas e ao atendimento das necessidades básicas, incluindo as de *afeto como prioritárias*” [grifos nossos] redação dada pela Lei n. 13.257/2016.

2.10 Mas eu também sei ser careta. De perto, ninguém é normal⁴³

Em relação ao documento “Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, chamou nossa atenção o fato de que ali havia, entre os princípios, a Garantia de Acesso e Respeito à Diversidade e Não Discriminação, mas os profissionais que oferecem cuidados diários para as crianças e adolescentes em acolhimento institucional ou desconhecem este princípio ou não refletem sobre a violação de direitos que ocorre nos serviços. Nossa pesquisa ocupou-se da análise acerca do racismo na infância/adolescência e sua incidência no Saica. Entretanto, levo em conta as falas dos profissionais, referentes às questões de *saúde mental*, com a atribuição de CID, uso de termos pejorativos, controle sobre os corpos, inclusive com uso de medicação psicotrópica, para manter a tranquilidade da “casa”, bem como situações de *discriminação por orientação sexual*, que expõem os adolescentes homossexuais em situações vexatórias.

No que se refere à saúde mental...

Ele tem um CID, acho que é autismo... (O1.6). Autismo!? Não passa para nós, a gente fica sem saber ao certo. (O1.7). Ele passa no Caps, mas ainda não toma medicação. Ele não pode com muito barulho, muita agitação. Ele fica [ele fala assim] para, para, para, ao mesmo tempo não fica no lugar, corre para lá, corre para cá. (O1.6). Abó, abó, abó [imitando quando ele quer um abraço]. Toda hora ele quer alguma coisa. (F1.1). Ele te abraça, te descabela toda. (O1.6).

[...] ela é filha única e a gente percebe o cuidado da mãe [...] teve um probleminha que a gente não sabe qual é, já passa há um bom tempo pelo serviço de Caps. Ela tem umas manias estranhas que a escola percebeu, o Caps percebeu e às vezes ela fala algumas coisas, que depois ela esquece. [...] e aí o serviço achou que como a mãe trabalha, o pai não, o pai ficava em casa cuidando dela e achou que... [suspeita de abuso sexual]. (O2.2).

Na verdade, é uma questão comportamental da família, que não consegue mesmo compreender o sistema como funciona [...]. Porque

⁴³ Verso da música “Vaca Profana”, composta por Caetano Veloso e lançada por Gal Costa no disco “Profana”, de 1984.

eles são mesmo diferentes do que se tem de família hoje. Porque se o médico deu o diagnóstico e ele questionou, por que ele questionou? Eu cheguei a escutar 'ele queria um laudo, porque aí tudo que ela falasse sobre o abuso, ele ia justificar no laudo'. Então a criança fica sem o laudo, porque se tiver o laudo o pai vai justificar tudo que ela falar em cima desse CID. Hoje ela não tem um diagnóstico, não porque eles não acreditam. É sabido que ela tem uma questão de saúde mental, quando investigamos descobrimos que tinha o laudo, mas com o tempo quando houve a suspeita do abuso, tiraram o diagnóstico porque disseram que a questão era comportamental, devido ao abuso e não porque ela tinha um CID que pudesse justificar. (A2.1).

Ele tem um problema... um problema mental... faz tratamento no Caps e tinha uma orientadora [que o maltratava frequentemente]. (O1.3)

Eu te juro que foi a única mãe que saiu daqui rindo, desculpa, mas foi a única mãe que eu vi. Ela vem e sai feliz. (O2.3). É a gente vê assim que ela não [...]. (O2.2). E ela vem na visita e sai correndo. Só que eu acho que ela tem problemas [mentais]. Só que tem uma cultura nela que a gente não gosta. Por exemplo, o mais novo tem cinco anos, aí vem o de oito anos. Ela deixa as crianças mamarem nela. Chamaram ela para conversar, foi parando, foi tirando isso. (O2.3).

Na perspectiva que adotamos, para o cuidado integral é imprescindível que a história da criança e do adolescente seja analisada e se desvelem os motivos que levaram à institucionalização que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é uma medida de proteção provisória e excepcional, o que nem sempre acontece. Objetivamente, não dispomos de conhecimento teórico aprofundado para avaliar as situações descritas, mas inferimos que, a exemplo das instituições totais, várias condutas adotadas no âmbito dos Saicas têm como objetivo primordial o controle dos corpos, mesmo que para isso seja necessário rotular ou medicar a criança ou adolescente. O desafio está posto e nossa intenção com esta exposição é fornecer pistas, para que pesquisadoras e pesquisadores envolvidos direta ou indiretamente com a Reforma Psiquiátrica quebrem os muros concretos e simbólicos que permeiam o cotidiano daquela instituição, partindo dos preceitos que organizam a Luta Antimanicomial.

[...] entendida como um movimento que se volta contra o manicômio não apenas como espaço físico (hospital psiquiátrico, comunidade

terapêutica, asilo, clínica psiquiátrica), mas também como saberes e práticas que acabam por relacionar loucura, sofrimento psíquico e/ou uso de álcool e outras drogas necessariamente e quase unicamente à doença, periculosidade, inabilidade e àquilo que necessita de tutela e contenção física e química. (PEREIRA; PASSOS (orgs.), 2017, p. 9).

A diversidade humana também circula nos corredores das instituições e o entendimento da diversidade sexual, restrito à concepção heteronormativa, tem consequências desastrosas para todos os jovens, que são atendidos de maneira impessoal, sem espaço para o diálogo acerca das questões relativas à *identidade de gênero e orientação sexual*.

O ponto de partida é, portanto, os indivíduos em suas relações concretas de existência. Não se trata de aprisionar a diversidade sexual em subjetividades móveis que viveriam suas alegrias e infortúnios a partir exclusivamente de um suposto estado do eu, ou seja, do indivíduo exilado das relações sociais e circunscrito aos desejos, questionamentos e angústias pessoais, como se tudo isto não guardasse relação com a sociabilidade.⁴⁴ (SANTOS, 2017, p. 9).

Em relação ao cotidiano dos Serviços de Acolhimento Institucional os profissionais explicitaram também situações graves de discriminação devido à orientação sexual, diferente daquela padronizada segundo a heteronormatividade. Nesse aspecto, a análise privilegiou a relação direta entre capitalismo, em suas relações de dominação, exploração e opressão, e o controle dos corpos, via cerceamento da liberdade dos adolescentes de expressarem sua sexualidade, na dimensão individual e enquanto componente da diversidade humana.

Importante reforçar que todo sujeito é único, o que o diferencia dos demais, logo pensar diversidade sexual, pressupõe pensar que o ser humano é diverso e que esse é um valor positivo. Em Santos (2017), a questão da diversidade sexual é analisada a partir da dialética opressão e liberdade, com suas determinações reais na vida dos sujeitos, no modo como estes experienciam o preconceito e a discriminação. A direção teórica da análise tem como intuito realizar uma crítica radical à sociabilidade no mundo

⁴⁴ SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. "Diversidade sexual: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo". *Revista Argumentum*, Vitória, v. 9, n. 1, p. 8-20, jan./abr. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Henrique/Downloads/Dialnet-DiversidadeSexual-artigo%20Silvana%20Mara.pdf>.

capitalista, em vez de circunscrever a temática à singularidade da vivência da sexualidade, onde o discurso do politicamente correto se faz presente, sem articular as particularidades à totalidade social. Aqui, também, o controle sobre os corpos visa homogeneizar os comportamentos e estabelecer um dado padrão, com poucas variações e perturbações da ordem vigente. A pergunta norteadora para o grupo foi:

– Queria perguntar de novo, tem alguma situação de preconceito que vocês presenciaram em serviço de acolhimento?

[...] No que eu passei tinha um menino que gostava de vestir roupa, gostava de passar maquiagem, adolescente, dezesseis anos. Ele já foi para lá, ele já gostava de vestir roupa de menina, passar maquiagem e a sociedade não aceita. Ele chegou lá com roupa de menino, que era o que davam para ele, mas não era o que ele queria usar. Ele sofreu bastante preconceito em relação aos outros acolhidos. Eu respeitava, mas se ele me pedisse um batom, eu não podia dar, porque o serviço não permitia. “Ele é uma criança, ele não tem escolha, ele nasceu menino”. Eu não podia incentivar, porque se eu desse seria um incentivo e eu seria punido. Eu penso de outra forma, com dezesseis anos, escolher isso, eu acho que ele não ia mudar de ideia daqui dois anos. Eu achava isso muito forte nele, eu acho que não estava respeitando. (O2.2).

É essa questão também que ela falou. A gente não podia dar um batom. Tinha uma menina também, tinha vez que eles ficavam até violentos pela questão de não deixar eles fazerem o que eles queriam [...] a sociedade é assim [...] (O2.1). E teve uma vez que ela se revoltou, entrou no banheiro, arrumou uma tesoura e cortou o cabelo bem curtinho e saiu com o cabelo bem espetado. Aí os meninos começaram a fazer bullying com ela e ela batia nos meninos. Teve que trocar ela de Saica [...]. Saiu de lá, ela tinha dezesseis anos. (O2.1).

Dentro de abrigo mesmo, a gente vê muita coisa E a questão também da discriminação por orientação sexual, que tinha uma menina que tinha uma orientação sexual, ela era homossexual e os educadores no geral não gostavam muito, discriminavam muito, discriminavam feio ela! Feio! Isso aí me incomodou bastante [riso nervoso], gerou até briga porque não interessa o que você acha, é o que você é aqui dentro como profissional. [...]. (O1.1).

Onde eu estava também tinha um menino, ele não sofria preconceito, mas quando eu entrei ele já estava lá há cinco anos e nunca se tinha conversado com ele sobre o assunto. Ele tinha essa necessidade e ele me procurou para falar disso. (A2.1). Ele se vestia como menina? (M). Quando eu entrei, ele tinha uma aparência mais masculinizada, com o

tempo ele foi... ele não se vestia de menina, mas encontrou algumas tendências que dava para ele a segurança de estar vestido no meio termo, mas ele nunca tinha tido a oportunidade de falar? (A2.1)

2.11 Família brasileira... Dois contra o mundo...⁴⁵

O desenvolvimento da pesquisa de campo com grupos focais transcorreu de maneira satisfatória e a abordagem de questões gerais, sem a introdução do debate étnico-racial no início da atividade, permitiu o estabelecimento de vínculos entre a pesquisadora, a moderadora e a equipe dos serviços.

Ao perceber que o grupo fluía com liberdade, introduzimos a questão do preconceito e da discriminação, sem, contudo, atrelar à questão étnico-racial neste primeiro momento. Apesar disso, ao indagar sobre uma situação de preconceito, a questão étnico-racial emerge.

Uma situação de discriminação racial de um educador com um acolhido e que deixava muito bem claro que não gostava de negros, a criança vinha pra abraçar e ele gritava 'sai daqui seu negrinho', dessa forma!!! 'Sai daqui seu negrinho'... [educadora fala e muda rapidamente de assunto]. (O1.1).

O relato da orientadora ocorre de maneira muito espontânea, com a característica de ser uma descrição do cotidiano, sem, contudo, abrir espaço para uma reflexão sobre as consequências daquele ato. Neste momento, solicitamos que o grupo pense qual era a idade daquela criança, como esta atitude a atingia, na tentativa de que ela ganhasse centralidade no debate.

Tinha uns sete anos. Sim. Todos presenciavam! Todos viam isso, dos educadores até os acolhidos, até as técnicas. [...] A criança retrucava... sim. Corria para outro colo, para aquela pessoa que quer dar o afeto para ela, mas ela sentia. Criança de abrigo é sempre diferente, [...] se

⁴⁵ Trecho da música "Negro Drama" composição e interpretação Racionais MC's.

ela não é correspondida naquilo que ela sente, ela não vai dizer que te ama, ela vai te xingar. É a defesa deles, é assim. E nesse caso foi assim também, e com todo respeito eu não tiro a razão dela não. (O1.1).

O relato refere-se aos maus-tratos em relação a uma criança de apenas sete anos de idade! Esta criança foi submetida diversas vezes a uma situação de humilhação, validada por todas as outras pessoas presentes no cenário. É importante salientar que o silêncio é cúmplice da violência e no caso do racismo, será projetado como verdade por esse menino. O ato é criminoso, mas permanecerá encoberto, porque ignorado por todos. As paredes da instituição oferecem a segurança necessária para que o profissional desfira seu ódio étnico-racial em relação a uma criança, institucionalizada e desprotegida, certo da impunidade que lhe assiste. Para ele, não se trata de uma criança, na qualidade de sujeito de direitos, que precisa ser respeitada. Trata-se apenas de um negrinho, um não ser, a quem se pode destratar, sem o menor constrangimento. Constrangidos, via de regra, ficam alguns profissionais que projetam na criança a humanidade perdida. Constrangido pode ser definido como incomodado. Incomodar-se é uma atitude de impacto zero diante de um ambiente institucional inóspito. A criança sente a dor da repulsa do adulto, retruca, mas não dispõe de recursos próprios para enfrentá-lo, porque além de tudo o profissional tem poder sobre a vida dela na “casa”. Os recursos para se defenderem e a proteção precisam ser oferecidos pelos adultos, orientadores socioeducativos, equipe técnica, mas eles não aparecem. Por outro lado, a tentativa de reação do garoto é justificada de maneira temerária: retruca porque é de abrigo. Em outros termos, não age com a subserviência que se convencionou ser própria da infância e é exercida, em geral, por aqueles com quem se estabelece algum nível de afetividade, algo que parece pouco provável de acontecer naquele contexto.

Em outro episódio, o estigma ganha novos contornos quando a criança é negra e apresenta um comportamento irrepreensível. Os participantes riem, falam todos ao mesmo tempo, a agitação é geral e é visível o incômodo com a inteligência e autonomia de um garoto negro, aos 4 anos de idade, e o que os intriga é onde ele aprendeu a ser assim.

A mais comportada é o Gabrielzinho, que chegou agora. Tem quatro anos. Vai fazer duas semanas que ele está aqui. [...] Porque ele é bem educado, tudo ele fala obrigado, tudo ele fala tia [...] eu acho que é a primeira vez [...]. É isso que eu falo [...]. Será que ele já passou por Saica? [...] Porque ele é muito esperto. (F1.1). Dá descarga sozinho. (O1.5).

Aqui o racismo novamente permeia a constituição desse ser, que será adjetivado de modo pejorativo.

Eu acho que ele é dá rua, do morrão 'tia', porque ele é bem ligeiro. Sabe essas crianças que é... anda com a mãe na rua... na favelinha mesmo. É bem articulado [...] comunidade, periferia, ele é bem andado, bem conhecido, é bem articulado, ele fala muito bem. Ele vem: 'me dá um abraço?', igual no primeiro dia, aí a gente fica: 'Ahhh.. que neguinho lindo!' Muito educado. (F1.1).

O enraizamento da ideologia racial está tão sedimentado, que na fala da equipe fica latente o quanto esse “neguinho lindo” está fora do prumo. As qualidades do garoto são um ponto de convergência no grupo, mas em vez de propiciarem um questionamento dos estereótipos acerca das crianças negras, fortalecem a ideia do menino malandro, que se “vira” bem, porque é da favela, onde reina supostamente o jeitinho brasileiro para se dar bem na vida. O menino negro que se apresenta com significativa autonomia aos 4 anos de idade é qualificado como um menino “da rua”. Essa conclusão é absolutamente violenta e causa profundo pesar, na medida em que esta criança está sob os cuidados de adultos que já a colocam na condição de suspeita, fato que certamente se reproduzirá na adolescência, nas sucessivas abordagens policiais a que será submetida, estando ou não em situação de acolhimento institucional.

A certa altura, decido perguntar se o ato de separar irmãos em serviços distintos é uma prática, inclusive, entre os mais novos. Isso para estabelecer conexões entre a história de “Gabrielzinho” e os relatos que ouvi no segundo Saica. A pergunta foi motivada por uma suspeita de que a bebê recém-chegada era a irmã do menino de 4 anos, de quem eu havia ouvido a história no outro local da pesquisa, dias antes. Passados alguns instantes, a assistente social se dá conta de que receberam uma

bebê de 3 meses, a quem a equipe apelidou “carinhosamente” de bombonzinho e que o irmão foi para outro Saica. “Mas é porque não tinha vaga aqui. É, um irmão [quatro anos] que cuidava dela”. (O2.2).

Para minha perplexidade, a suspeita se confirmou e os longos segundos que se sucederam a esta resposta foram de impotência, ao imaginar como aquela mulher negra, muito jovem, mãe, provedora das duas crianças, que apesar do uso abusivo de drogas ilícitas é frequentadora do serviço e demonstra cuidado extremo e afeto quando não está sob efeito de substâncias entorpecentes, conseguirá se dividir entre os dois serviços para provar aos profissionais sua capacidade protetiva. Os filhos foram levados pelo Conselho Tutelar após denúncia dos vizinhos, porque estavam sozinhos em casa. Um menino de 4 anos e uma menina de 3 meses. Ele, o menino “malandro”, conforme definição da outra equipe. Ela, uma boneca, um “bombonzinho”. Entre eles, expressões agudas da questão social no Brasil, que ferem de maneira mortal muitas famílias negras na contemporaneidade. Se era difícil compreender porque os irmãos são separados, a história dessa mulher, que me fora apresentada na primeira aproximação com o Saica, antes da realização dos grupos, e a família separada nos dois serviços que eu pesquisei são a chave que valida todo esse trabalho de pesquisa. Para isso é que serve o abrigo, para desagregar, estigmatizar e destruir, na maioria das vezes, vínculos já fragilizados pela dinâmica da sociabilidade nos marcos do capital.

Os grupos se configuraram como espaços ímpares de expressão e reavaliação das posturas individuais e coletivas, manifestadas pela maioria dos participantes ao final dos encontros, mas nos intriga pensar que a presença de espaços para falar sobre as famílias, seus modos de ser, suas potencialidades e limites seja algo esporádico, em um serviço que tem como prioridade absoluta restabelecer o convívio familiar e comunitário, seja na família natural, seja na extensa ou substituta, o que fica explícito na fala da/do psicólogo.

Eu penso que é um tema [racismo] que a gente precisa pensar constantemente, é algo que não está resolvido aqui, não está resolvido na sociedade, é importante a gente pensar e conseguir falar sobre o nosso trabalho. E quando a gente pensa nossa prática, surgem diversas

temáticas e essa temática para o serviço de acolhimento é muito cara. E não só pensando nas crianças que estão aqui, mas foi muito bacana *poder falar das famílias também*. Porque se a gente não fala na família cai naquilo de que a criança chegou aqui, ela não tem uma história. Alguns chegam sem uma história, sem nada, mas eles têm uma história e *a gente precisa pensar nas famílias*. Seja na família que vai destituir o poder familiar, seja na família que vai ser a substituta. E dar nome às famílias, dar cor às famílias é uma coisa que a gente precisa pensar porque elas são atendidas em outros lugares e infelizmente [em relação às famílias negras] demonstra de certa forma mais precariedade no atendimento. (O1.2).

Pontuar que os grupos foram importantes para a equipe tem vantagens e desvantagens, e a opção de trazer esta informação neste momento da análise também. Todos os grupos têm elementos comuns: a dificuldade de conceituar o racismo; o uso de uma linguagem que, em maior ou menor grau, reforça os estereótipos em relação à população negra; a incapacidade de acolher as crianças e adolescentes que sofrem os impactos do racismo cotidianamente e de denunciar práticas racistas que, na legislação brasileira, se configuram como crime. O cotidiano institucional também se revela enquanto espaço de ações imediatas e irrefletidas, onde práticas preconceituosas e discriminatórias se desenvolvem e provocam sofrimento em quem é alvo dessas ações.

Um dos indicadores mais usados para iluminar o debate é a pergunta do quesito *raça/cor*, um dado importante para a elaboração de políticas públicas em âmbito geral, mas também uma lente importante segundo a qual pode-se ver o sujeito, encoberto pela manutenção do mito da democracia racial, acompanhado do discurso da igualdade.

Desvendar os componentes subjetivos presentes na atribuição de cor aos sujeitos inseridos no espaço do acolhimento institucional tornou-se uma tarefa amarga, à medida que os relatos de violência eram apresentados pelos participantes e era visível em quais situações a equipe se mobiliza e quais situações são jogadas para debaixo do tapete, literalmente. Chamamos atenção para isso, porque têm sido recorrentes estudos que analisam *raça/cor* somente a partir da população negra, desconsiderando que a classificação é uma construção social e se organiza em oposição ao grupo que, historicamente, se definiu como superior, a partir de critérios

racionalmente insustentáveis. Notem que nos trechos a seguir, não perguntei sobre a cor, mas optei por indagar sobre características físicas, como estatura, peso, que vêm naturalmente adjetivadas e quanto mais qualidades “boas”, mais a equipe se incomoda com o acolhimento.

Ela era um pouco mais alta que eu, magra, branca. Branca, cabelos bem cacheados, bem bonita! [...] Porque a gente sempre achou que ela não era caso de criança que poderia estar no abrigo [...]. Pelas atitudes dela, pela conversa dela, totalmente diferente, tanto que foi a única menina que passou aqui muito amorosa. (O1.7).

E quando o comportamento da criança ou adolescente não atende ao esperado, mas ela/ele faz parte do grupo historicamente considerado “superior”, há uma manobra geral do grupo para compreender a atitude rebelde, que certamente tem uma razão de ser, conectando com a história de vida. Basta o desenrolar da conversa para que a cor se revele novamente:

Tem um outro caso que nós temos que é o Rodinei. Você colocava a mão nele, era automático já agredia, ele vinha pra cima, xingava [...] ele ficou um ano e sete meses aqui. Xingava, falava palavrão... Para falar com ele, tinha que saber conversar com ele, colocar a mão nele automaticamente ele tinha uma reação. Tipo assim... nunca teve acesso familiar de pôr a mão, um carinho. Era reação, pôs a mão nele... (O1.7).
 – Como vocês descreveriam o Rodinei fisicamente? (P).
 Bravo! Era bonito, cabelos lisos, loiro. Revoltado. (Cláudia)
 Cabelo loiro. (O1.5).

Ao indagar sobre alguma situação de preconceito que presenciaram no cotidiano do serviço, novamente há uma importante mobilização em defesa do adolescente que fora ofendido pelo orientador socioeducativo, que leva a orientadora a chamar a atenção do outro profissional:

Eu presenciei uma, mas até então foi de um orientador para uma criança aqui do Saica, chamando ele de lixo. E aquilo me afetou bastante, me senti muito incomodada com aquilo. Então só porque ele está dentro de um abrigo, ele é um lixo? [...] Conversei com essa pessoa muito a respeito dessa situação. (O1.4).

Para entender melhor a situação indagamos se havia acontecido algo anteriormente que resultou naquela atitude.

Sim. [...] Ele debatia muito, ele era uma criança muito difícil de lidar... ele não deixava a gente se aproximar dele, ele não queria carinho. E assim a mãe dele não quer saber dele de maneira alguma. Ela vinha aqui, ela falava na frente dele que ele não era nada, na hora da visita [...] foi muito difícil a gente lidar com o Juarez, até que a gente conseguiu. (O1.4).

Novamente o modo como a orientadora socioeducativa descreve a situação e a reação do grupo, ainda que assertiva, desperta o interesse em saber quem era esse adolescente.

Querendo ou não, não deixa de ser um preconceito contra ele! (O1.4).
 O Juarez ele era aquele garoto, que o modo dele se defender era agredindo [...]. (O1.2).
 Físico? Oh! meu Deus [sentimento de ternura], baixinho, pequenininho. Pirralhinho, bonitinho, lindinho. Ele era lindo. Ele é lindo! Branquinho, loirinho. (O1.4).
 E muito inteligente. (B1.1).
 E muito inteligente. Um dos melhores do abrigo. E da sala também, é tanto que esses dias eu fui na escola, fui conversar com a diretora e ela lembrou do Juarez. [...] agora está em outro abrigo. (O1.4).

A atividade prossegue e a partir do relato a seguir é possível mergulhar no terror da institucionalização quando o adolescente, além de pobre, é negro e tem um “problema” mental, o que o torna um ser descartável, sem possibilidade de reciclagem.

Ah, eu já... eu já e eu não gosto nem de lembrar. Eu tenho raiva! [silêncio]. (O1.5).

Porque tem um menino [...]. Ele tem um problema [...] faz tratamento no CAPS e tinha uma orientadora [...]. Ele pediu para sair junto com ela e ela falou que não queria, porque ele era um negro, que ela não queria ele perto dela, por ele ser negro e porque ele era um lixo. (O1.5).

O acolhimento institucional é uma medida de proteção prevista no ECA, logo, o que se espera diante destas e outras práticas discriminatórias é a responsabilização do/da agente na tomada de medidas que garantam a integridade física e psíquica das

crianças e adolescentes. O que nos interessa saber é o que está posto no cotidiano institucional que faz com que tais práticas sejam naturalizadas.

Falou, falou, ela falou. Ela não me viu, eu estava... ele estava na janela falando com ela, pedindo para sair junto e eu ia ficar com os bebês e ele queria ir junto com o resto do pessoal. Passear com as crianças, ela ia com as crianças e ele era um adolescente que queria ir junto. Um adolescente! Não ia dar trabalho para ela e ela simplesmente virou e, *antes ela já havia falado que ele era nojento*, não sei o que, *essas coisas todas*, eu não gosto nem de ficar comentando... (O1.5).

A situação é tão grave que é difícil ser esquecida, o que se revela na riqueza de detalhes que são apresentados pela orientadora, o que desperta na pesquisadora e nos participantes que ouviram o relato pela primeira vez um misto de sentimentos difíceis de descrever. “Nossa tia, você já viu isso com o Pedro lá no outro trabalho?” (F1.1).

Os sentimentos despertados no adolescente dificilmente saberemos porque ele não foi acolhido, mas pode-se afirmar que vivências tão perversas geram dor e revolta que serão analisadas de formas variadas.

Não, não, ele não respondeu nada, mas ele quase quebrou o Saica inteiro. Eu tive que controlar ele, eu, a cozinheira [...]. Só estava eu, ela, cinco bebês e a operacional. E aí ele queria matar a operacional, ele queria entrar na cozinha para pegar faca, ele queria fazer... ele pegou lixo, jogou no meio da casa e fez aquela confusão toda. E eu tentando proteger as crianças, os pequenos, porque ele podia jogar qualquer coisa e pegar neles, mesmo sem querer. Porque ele ficou transtornado e eu não tirei a razão dele, nem podia... (O1.5).

De que vale a razão do adolescente, se o adulto, investido do poder institucional, reina soberano e, ao perguntamos sobre a conduta do serviço com a orientadora quando esta retornou do passeio com as crianças, o constrangimento da participante é emblemático

Aí eu... na hora mesmo... [silêncio geral]. É... não, mas Não... foi o seguinte... mas eu passei, só que eu passei da seguinte forma, porque eu não gosto de prejudicar *ninguém*, cada um sabe de si e sabe o que é certo e o que é errado. Eu não vou apontar ela para você sendo que amanhã eu posso cometer o mesmo erro dela. (O1.5).

E as opiniões se dividem acerca da conduta a ser tomada em relação àquela situação:

Não. Porque ela não passou? Foi conivente também. Porque se é eu, já vou na direção, foi uma, duas. Isso aí não é normal, essa pessoa não serve para estar trabalhando aqui. Então você vai omitir uma coisa que você já viu? (F1.1).

Eu acho que vai de caso a caso, como esse caso foi um pouquinho mais grave... (O1.6).

A descrição prossegue e a perplexidade aumenta à medida que ela descreve o modo como conseguiu contornar a situação: primeiro, com a contenção do adolescente, segundo, ao justificar que nada tem a ver com a situação e terceiro, adiando a comunicação do ocorrido para a gerente do serviço.

Para ele se acalmar, eu tive que encostar ele na parede, porque ele tem... O problema é que se você baixar ele vai em cima e se você gritar ele também vai. Eu só segurei ele assim e falei 'Calma! Porque quem te xingou, quem falou coisa que você não gostou, não está aqui. Então nós não temos culpa, então você se acalma e deixa para resolver com a gerente na segunda-feira'. (O1.5).

Em meio ao caos é o próprio adolescente que “grita” por socorro, exige o direito à fala, o direito de ser acolhido e pede para falar com a gerente do serviço imediatamente, a despeito da sugestão para resolver, apenas na segunda-feira, um ato de racismo que ocorreu no sábado pela manhã.

Ele falou: 'Então liga para ela, liga'... Aí eu liguei para ela, passei para ele. Ela falou 'o que está acontecendo?', aí ele falou 'Ah. Ela me xingou, além de ficar me chamando de nego, fedorento, ainda fica falando que eu sou um lixo, lixo é ela'. Ele começou a falar, a xingar, a gerente tentou acalmar ele por telefone e pediu para falar comigo. 'O que o menino está falando, procede?'. Eu falei 'com certeza!' Só que aí, o que ela [gerente] fez com ela, eu não sei, porque a gente... (O1.5).

Exposta a situação, notificada a gerente, a situação segue inalterada, como se revela em outro trecho. O silêncio é cúmplice da violência étnico-racial e tão danoso quanto ela. O cuidado e a proteção deste adolescente “não é” responsabilidade de

ninguém, ainda que a orientadora refira gostar dele, concordar com ele. O combate ao racismo requer muito mais que gestos bondosos, ele implica posicionamentos ético-políticos. Ao questionarmos sobre a situação atual da profissional, fomos informados de que ela não trabalha mais naquele Saica porque algum tempo depois do ocorrido a ONG onde trabalhava perdeu o convênio.

[...] depois a gerente veio para esse Saica [outro convênio], nós viemos, mas a gerente não quis saber dela. (O1.5).

– E em relação ao adolescente, qual foi o desfecho? (P)

É... Depois eu consegui que ele limpasse a sala, porque foi ele que sujou, ele tinha que limpar. Eu acho assim, não sei se agi certo ou errado, mas eu falei 'já estava limpa, você sujou, vai ter que limpar'. Ele limpou a sala, limpou o quintal, porque ele quebrou a lata de lixo no chute, limpou tudo e depois foi conversar com a cozinheira. Ela deu café, que já era hora do café. Ele me ajudou com as crianças, dar mamadeira, entendeu... Ele passou de boa depois, mas não aceitou mais ela. (O1.5).

Se é possível identificar algo positivo nesta história, o mérito vai para o adolescente, que questiona, quebra algumas amarras e agarra as possibilidades de existir naquelas brechas que a sociedade não conseguiu fechar.

É depois... de um tempo... de uns dois meses que a gerente veio para cá, ele veio. (O1.5). Faz um mês que ele saiu daqui. (O1.7). [...] Agora ele foi [...] morar com a família. (O1.5). Ah, foi para a família. Qual a idade dele hoje? (P). Dezesete. Vai fazer dezoito agora em dezembro. (O1.5).

Por tudo que fomos identificando, uma pergunta não poderia ser esquecida diante de tamanha violência, seguida de uma completa omissão da instituição, a bomba é jogada no meio da sala, de maneira suave... – Ele é um menino bonito? E antes que a pesquisadora pudesse concluir a indagação, a resposta vem como um foguete: “Não. (O1.5). Não. (O1.6). Auguuuuusto [trata-se do outro orientador] [risos] olha só o que eu falei. (O1.5) [silêncio prolongado].

A percepção do preconceito arraigado, que embaralha a visão ao ser expressado, gera constrangimentos na profissional que pode socorro à equipe, e os

profissionais ao tentarem consertar a situação expõem ainda mais o racismo naturalizado.

Não é bonito, mas também não é feio [responde aos gritos]. (F1.1). Mas ele é agradável, sabe é carinhoso. Ele é... ele é carente, ele é muito carente. (O1.5) [...] Ele está no abrigo desde os sete meses... (F1.1).
 – Está no abrigo desde quando? (P).
 Sete meses de idade, agora que os irmãos pegaram. Ele já passou por todos os Saicas, os irmãos também eram de Saica. (F1.1). [silêncio prolongado].

O sonoro *não* do grupo revela o racismo introjetado e reproduzido de maneira automatizada e se traduz na ideia de que o adolescente negro não requer atenção, não tem necessidade de cuidados e, portanto, não tem defesa. A situação revela ainda que o crime é ocultado quando não existe denúncia, uma vez que o adolescente não tem um espaço de escuta das suas demandas, pois ele certamente teria muito a dizer. Em uma situação de discriminação étnico-racial inquestionável, quer no âmbito individual, quer no âmbito institucional, a conduta adotada foi de cumplicidade com a profissional. Quando, diante de uma violência como esta, providência alguma é tomada, institucionalmente se mantém a ideia de que o racismo é natural e inevitável, sem mediações possíveis no âmbito das relações institucionais. No mais, para a maioria das pessoas, socializadas em uma sociedade racista, aquela orientadora socioeducativa tinha razão, ele era um adolescente negro e com “problemas mentais”, logo, descartável, um “lixo”. Uma das pistas para as sucessivas omissões, que fortalecem a reprodução do racismo institucional, está na fala da testemunha ocular do feito a qual após afirmar, sem titubear, que ele não é bonito, conclui: “Eu não vou apontar ela para você, sendo que amanhã eu posso cometer o mesmo erro dela”. (O1.5).

O racismo naturalizado nas práticas institucionais passa a ser alvo de ações contundentes, a partir dos anos 2000, pois não é possível que, em nome da tolerância, o desrespeito ao outro permaneça como a pedra de toque das relações sociais. No relato anterior, há uma junção do racismo institucional, constante e sem trégua, silenciado pelos profissionais daquele serviço de acolhimento e a prática de crime racial pela orientadora socioeducativa. É o Estado que se outorga o poder de cuidar das

crianças e adolescentes privados do convívio familiar e comunitário e que coloca pessoas racistas no papel de cuidadoras, pagas para reatualizar a violência cotidiana.

Tem um Shrek⁴⁶ aqui, a gente chama ele de Shrek, é o Douglas. Ele é ogro, tem 17 anos, mas você sabe o que desmonta ele? Um abraço. Você dá um abraço nele, você desmonta ele todinho. Aquela rigidez. (O2.4).

Em várias situações o uso de apelidos, que parece um gesto de carinho, expõe um olhar padronizado da equipe em relação àquela criança ou adolescente. O jovem em questão sobrevive como a maioria dos acolhidos há muito tempo, uma vez que já percebeu o quanto os vínculos são efêmeros, mas era importante compreender o sentido do apelido atribuído a ele. Vejamos:

[...] É que ele é muito forte, ele faz karatê, ele joga bola, ele faz um monte de coisas, mas ele é bem agressivo, calado, ele é bem duro mesmo, é a vida que acaba fazendo isso. Se vê que ele está tão assim, a gente chega, bem rígida com ele, a gente fala, a gente bate boca, enfrenta, *tête-a-tête* com ele mesmo. Quando chega no outro dia, um abraço desmonta ele. (O2.4).

E compreender principalmente a história dele, como o racismo impacta naquela trajetória de vida, porque a vida não endurece as pessoas naturalmente, quem tem essa capacidade são as pessoas que, na vivência das relações sociais, tendem a desumanizar o “outro”, visto como diferente e “inferior”.

Como? Ele é negro, tem 1,67 de altura... É magro, mas ele é troncudo, braços fortes. Uma bomba relógio! Ele é muito impulsivo, mas assim qualquer coisa, se você tiver carregando uma sacola e disser: ‘Douglas, me ajude aqui, ele vai lá e já pega.’ Ele é sempre disponível, às vezes ele está lá comendo e você fala assim, ‘o Douglas me ajuda a carregar aqui um negócio’, ele para o que está fazendo, te ajuda. (B2.1).

Tem dia que ele acorda, te dá bom dia, ele até te dá um beijo, tem dia que ele acorda, nem olha para a sua cara. De repente, tem alguma briga, ele interfere [ajuda]. (O2.4).

⁴⁶ Personagem principal do filme Shrek, que significa "medo", "pânico" ou "terror", sua personalidade original era de ser mal-humorado, grotesco e egoísta que só queria sossego e após conhecer a princesa Fiona, seu comportamento muda radicalmente.

Pelo pouco que a gente sabe ele saiu de casa. Porque eu acho que era um pouco pesado para ele lá. Então ele saiu... Na verdade o processo dele é de 2013, ele tinha 12 anos quando foi acolhido pela primeira vez, ele foi para a Praça da Sé. Ele foi para a rua. Quando ele foi encontrado, ele trocou o nome porque não queria que encontrassem a família dele. [...] parece que ele foi criado pela avó, aí a avó morreu ele tinha 10 anos. Ele foi morar com a mãe, só que ele não se identificava com a mãe. Tinha um padrasto também, que era envolvido no crime... (B2.1)

Uma das expressões do racismo institucional que se identifica, aqui, é a ausência de registro contínuo da história do adolescente e de interlocução entre os diversos serviços que compõem a rede socioassistencial, o que favorece a construção de hipóteses diversas, que não permitem desvelar a essência do abandono de Douglas. Há a presença de uma avó falecida, apresentada como referência máxima para ele e há a desqualificação da mãe, que escolhe como companheiro uma pessoa “do crime”. Quanto à figura paterna, não há qualquer descrição. Sem conhecer a história como um todo, pode-se cair na armadilha do reducionismo, de julgar moralmente a partir da aparência, porém, o tempo é implacável e esse jovem é signatário das falhas do modelo de proteção da infância no Brasil.

O racismo institucional incide com violência sobre as famílias negras no Brasil, impacta na capacidade protetiva de seus membros e, por vezes, coloca as crianças e adolescentes em situação de risco social, quando estes por diversas razões buscam na situação de rua⁴⁷, modos de sobrevivência.

Ah... ele se vê mandão, dono da situação... É complicado, mas se vê que ele chega armado, na situação... Ele é, mas muito fechado [...]. Tem que ser devagar para você chegar até ele, se você chegar de uma vez, vai sair faísca. Agora ele está no curso [...]. Essa aproximação ainda está muito distante. (O2.4).

A alternância entre a rua e o Saica, as violências cotidianas, a ausência de vínculos familiares e comunitários fortalecidos são elementos que potencializam os riscos sociais e que, certamente, serão agravados quando ele completar a maioridade.

⁴⁷ FERREIRA, T. Os meninos e a rua: uma interpelação à psicanálise. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

A preocupação é um lugar para ele ficar, ele vai ter que se desenvolver, a gente sabe que ele se vira. A gente sabe totalmente disso, porque se fosse para ele entrar no mundo errado, ele já tinha entrado faz tempo, ele teria ficado na casa dele, porque lá era errado. Ele saiu de lá e isso que é muito bom. Esse fato, do fechado que é difícil. (O2.4).

A equipe do Saica expressa certo cuidado com este jovem, ainda que rotulando e reproduzindo estereótipos, mas ele estabeleceu um modo próprio de suportar a realidade. Entretanto, aquilo que é motivo de aplausos, deve ser analisado como uma expressão do racismo que quando não aprisiona, mantém em situação de rua. Ousaria dizer que o distanciamento dele e a dificuldade de dar ou receber afeto, extrapola o grupo familiar e está mediada também pela qualidade das relações que se estabelecem sob tais bases, na medida em que há uma tendência da sociedade em desumanizar essa população. Aqui, a equipe técnica não faz qualquer referência sobre a possibilidade de encaminhamento dele a uma Residência Jovem, por exemplo. No âmbito institucional se reproduz o mais do mesmo, ninguém aventou, ainda que remotamente, a possibilidade dele sair da instituição com uma vaga em uma universidade, de prestar vestibular ou algo nesta direção. Aos jovens negros está dado que eles terão que se “virar” na vida para sobreviver, o que é absolutamente complexo.

A dificuldade em discutir as relações étnico-raciais ocorre, porque toda a construção social se estrutura a partir da negação da presença negra no país, segundo uma ideologia que propaga um caráter negativo, inferior, desqualificado, entre tantos outros adjetivos, e quando se indaga sobre raça/cor, sem uma reformulação anterior do que significa ser negro no Brasil, o que se torna consciente é o reforço de que, em relação à população negra, equivale a perguntar se ela é perigosa, insolente, violenta e ruim.

Eu não gosto de falar sobre isso não. Porque o racismo já começa pela forma da gente ficar perguntando. Para mim todo mundo é igual. Que nem é... ficar contando quantos tem aqui dentro, então, não curto muito ficar falando desse assunto, não. (O2.3).

Àquele que responde no âmbito desta construção perniciososa equivale a aceitar como um dado irrefutável o lugar da desqualificação. Logo, com frequência, a própria

população negra se identifica a partir de matizes que expressam a discriminação sofrida na vida cotidiana. A dificuldade de lidar com a temática se expressa também na autodeclaração da equipe, imersa na cotidianidade, pois ao final da atividade entregamos aos participantes uma ficha de identificação pessoal e novamente os participantes se veem diante do dilema relação ao quesito raça/cor:

Eu vou pôr que sou branca... Ou eu coloco o que está no registro? (O1.1). Vou pôr que eu sou parda, eu não sou negra. (Carmem). Eu acho que eu sou preta, eu acho que eu não sou nem parda. Minha mãe colocou parda porque eu acho que eu nasci meio clarinha. Mas também é raridade nascer um bebê bem negrinho. Eu sou marrom bombom vai [risos]. (O1.4). [risos] Milena, você não é preta, preta é a sua blusa. (O1.2). Você não é preta, é negra. (Carmem) [...] [várias vozes]. Parda e eu sou parda? Negra. (F1.1). Você é negra? Não é preta!?! (O1.5). [intensa discussão sobre a cor das entrevistadas e não há consenso].

Em outros termos, ser negro para uma parcela significativa é ter a cor da pele escura. Ser preto é uma verdadeira confusão, porque se busca, a partir de provas corpóreas, a coloração da pele, explicar seu lugar no mundo. Em um país racista, onde ser preto cotidianamente é associado a ser ruim, fugir do lugar da invisibilidade ou da constituição marginalizada pressupõe afastar-se desesperadamente de tudo o que remete ao preto, na ânsia de ser identificado como um não branco, ou pardo, que muitas vezes pode ser sinônimo de não negro. Dialeticamente o racismo se reatualiza nesta dinâmica e autodeclarar-se preto continua a exigir uma consciência política, em um país marcado pela desqualificação da população negra.

O preconceito étnico-racial se reveste de uma autonomia nos relatos dos participantes e se apresenta como uma marca que a população negra carrega. É como uma tatuagem, que o outro, negro, insiste em exibir. Em outros relatos e ocasiões, ser negro (a somatória de pretos e pardos segundo o IBGE) surge como algo incompreendido e as formas para explicitá-lo são ainda mais confusas, reforçando estereótipos:

Uma situação que aconteceu aqui no Saica da criança com ela mesma, só que eu não sei se é um preconceito que ela tem contra ela mesma ou

se é uma confusão de identidade [...]. Eu estava brincando com essa adolescente na quadra, aí de repente ela fala [...] 'eu sou morena' e eu falei: 'Você é morena !? Você é da cor do tio, o tio é negão' [...]. 'Filha, você é negra, tenha orgulho da sua cor' e [ela] 'eu quero fazer chapinha no meu cabelo, deixar ele liso'. Eu falei, 'seu cabelo é lindo e ele é natural'. Ele é lindo, o cabelo dela nem é crespo, o cabelo dela é cacheado, nem é crespo igual ao nosso, o cabelo dela é lindo. Você é negra, não fica *falando que você é morena, que aí sim é que as pessoas vão dar risada de você na rua*. Você é uma negra linda, para com essa bobeira [...]. (O1.2).

Do que se depreende que, na linha de dividir para governar, o sistema capitalista tem no racismo um aliado imprescindível, pois cada vez que a aparência do fenômeno ganha robustez, perde-se longas horas com um debate que não modifica o real. A pergunta sobre a raça/cor deve ter como parâmetro quem é esse outro que eu almejo conhecer. Se os estereótipos e preconceitos cristalizados ao longo da história insistem em maldizer a população negra, não há o que conhecer. Essa lógica pode explicar porque em vez dos profissionais buscarem entender o dilema da adolescente que deseja ser de outro jeito, a equipe reforça a ideia de que o preconceito está nela, quando, de fato, o preconceito é contra ela e ocorre no cotidiano, em práticas reiteradas que, de tão corriqueiras, acabam por serem naturalizadas.

Ela é tão lindinha de corpo, [e de rosto não?] não põe um biquíni. A gente vai para a piscina, para o sítio, ela fica de roupa [...] (O1.4). Se ela não arrumar o cabelo, ela anda de touca o dia inteiro, pode estar o calor que for [...]. Aí eu falava de negro com ela, e ela: Ah eu não sou negra! Eu falo: filha quem que é preto aqui? Eu sou preto? Que cor que eu sou? Eu acho que eu sou marrom [riso geral]. [...] Preto é seu cabelo, seu olho, mas você não é preta, você é marrom, você é negra. Para com isso! [...] Moreno aqui são os meninos, o Antônio... eles que são morenos. (O1.2).

No estágio atual da sociedade brasileira não é plausível imaginar uma sociedade erguida sobre dois pilares de sustentação de pigmentação da pele: brancos, de um lado e negros, de outro. O pertencimento étnico-racial é permeado por diversas determinações biológicas, sociais, culturais, religiosas e a cor da pele tem diferentes matizes e essa questão seria apenas um mero detalhe, não fosse a atribuição de valores absolutamente antagônicos para um e outro grupo. Entre eles abre-se a

possibilidade da construção de uma paleta de cores, do melhor ao pior em termos sociais. Não se trata de uma guerra entre mocinhos e bandidos, mas trata-se de, a partir do dado real de que o racismo estrutura as relações sociais no país, atingir com maior intensidade e violência a população negra e desencadear situações de preconceito e discriminação étnico-racial, buscar estratégias para enfrentá-lo sem relativismo, para que se possa conhecer a essência de tais processos.

O padrão de beleza é normativo, implica prejuízos às pessoas, principalmente às mulheres, quando se submetem a procedimentos apenas para atender ao que é imposto como ideal, o que é ainda mais prejudicial na infância. Essa orientação se estende aos profissionais do serviço de acolhimento institucional e é condição primordial para que os acolhidos não sejam submetidos a situações vexatórias. Na prática, isso não ocorre e aquilo que todo mundo sabia que não acabaria bem, passa a ser responsabilidade apenas da/do acolhida/o. O relato a seguir destaca o quanto esse comportamento é importante: “No outro Saica a gente tem problemas com uma criança, de 9 anos. Ela tinha um cabelo lindo! O tempo todo as pessoas falavam para ela alisar, alisar”. (A2.1).

A reprodução no padrão de beleza ideal permeia o trabalho no Saica e a criança ou adolescente é exposta a situações vexatórias o tempo inteiro.

Era orientador ou então um voluntario que vinha, que não era feito esse trabalho com o voluntário antes. Falavam tanto, falaram tanto que ela decidiu alisar... Ela alisou, olhou no espelho... ela chorou uma semana inteira. Aí, vamos por aplique... Ela tinha só 9 anos, tacaram química no cabelo da menina. (A2.1).

Aqui a questão que se coloca é a responsabilidade legal em relação à criança ou adolescente e os limites da autoridade do gerente e da equipe do Saica para decidir sobre questões relativas ao corpo, à constituição do sujeito. Neste relato, a criança foi vítima da ação de um “voluntário”, o qual submeteu seu cabelo a um processo químico, que foi um desastre. E o mais grave é que tudo foi feito com a anuência do gerente do serviço: “Um voluntário! Ele foi autorizado. [...] Pelo gerente. Colocou. E foi autorizado.

E aí, coitada, ela olhou para o espelho, além de tudo teve que cortar o cabelo dela. Ah! vamos pôr não sei o que...” (A2.1).

A criança é tratada como objeto, virou “cobaia”, mas mãos de “curiosos” e o desfecho só poderia ser desastroso.

Cortou, assim um pouco no ombro. E vamos pôr a trança, porque ela queria comprido de novo. Colocou a trança, ela só tinha 9 anos, não conseguiu dar conta [de cuidar das tranças]. Aí foi indo tudo para ela, ‘está vendo, você quer alisar a gente alisa, você quer pôr o cabelo, depois não aguenta’. *Ela só tinha 9 anos, ela entrou no banheiro e ela cortou o cabelo inteiro.* [...] Agora pronto, está resolvido [...] (A2.1).

Em relação às crianças e adolescentes, enquanto pessoas em situação peculiar de desenvolvimento, cabe aos adultos orientá-las sobre as consequências de mudanças radicais e opor-se, explicando os motivos, quando nitidamente algo pode dar errado. Na perspectiva do cuidado, é papel do orientador socioeducativo avaliar com a criança ou adolescente os impactos da mudança na sua autoestima. Obviamente essa postura envolve proximidade entre orientadores e acolhidos, pressupõe individualizar o cuidado fugindo de procedimentos massificantes.

O da Paula precisa só soltar os cachos. (O2.3). Eu sentei com ela no computador outro dia e ela disse: olha eu quero fazer isso no computador. Ela me mostrou. Era um cabelo liso, platinado, e o cabelo dela, se ela solta fica assim [volumoso], lindo. Eu, olha assim, seu cabelo é assim [mostrando outras imagens]. Assim não, tia, eu quero liso. Ela quer passar o natal com o cabelo liso, platinado, pensa o que vai acontecer com esse cabelo! O que eu tenho visto que a gente consegue, é dado esse tempo para a gente sentar e conversar sobre essas coisas, que em outros lugares é bobagem. (A2.1).

As manifestações de preconceito e discriminação étnico-racial ocorrem cotidianamente e, por vezes, ganham destaque nas conversas informais, nos diversos veículos de comunicação, nas instituições públicas e privadas, mas sempre tomadas em sua expressão singular, com o intuito de refutar seu utilitarismo e sua dimensão universal. Esta cisão pode ser explicada pelas características que organizam o

cotidiano, difíceis de serem modificadas sem que a reflexão crítica acerca de tais ações ocorra.

Não é só de cor, ela tem preconceito com ela mesma, ela se acha feia. Não eu acho que não, não tá ligado a cor não. (O1.3). [...] Eu não consigo entender que é uma coisa de preconceito dela com ela mesma [...]. Quando você é adolescente você quer pertencer a algum grupo [...] eu não conheço a história de onde ela vem para dizer quais eram as referências que ela tinha. Será que de repente [...] o ideal é de uma menina de cabelo liso? Com um corpo 'x'? [...] Se identificar com uma imagem que não necessariamente corresponde à que você tem no seu corpo. (B1.1).

No Brasil, como discutido amplamente nesta pesquisa a atribuição de cor aos indivíduos constitui-se uma tarefa absolutamente complexa, mediada pela concepção particular acerca do que seja o pertencimento étnico-racial e o debate sobre a sua validade para nomear os grupos sociais. O discurso descontextualizado que busca, por meio de características biológicas comuns a todos os seres humanos, desqualificar o debate que é de caráter sociológico, reatualiza o conservadorismo nas práticas sociais.

Nomear os sujeitos e perceber em cada um deles a maior ou menor inserção social a partir do quesito raça/cor não se configura um essencialismo. Na elaboração da tese, o percurso traçado, vai na direção oposta e pretende, ao identificar, pela via da heteroclassificação, o pertencimento étnico-racial das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, provocar o questionamento acerca da presença majoritária de crianças e adolescentes negros e pauperizados nos Saicas. A pergunta norteadora deste eixo foi: quando se indaga sobre o perfil étnico-racial de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, com frequência os dados apontam uma presença majoritária de sujeitos de cor preta e parda. Essa é uma realidade para vocês? A resposta foi: “É. É... mais ou menos, mais ou menos. (O1.1). [...] Isso não é só a questão de um acolhido, tem vários acolhidos que não se veem como aquela pessoa negra, pertencente daquela raça, daquela cultura”. (O1.1).

Os participantes do grupo encontram dificuldades para falar sobre o assunto, não conseguem ver as crianças e adolescentes a partir do quesito raça/cor. E chegam a

insinuar que isso é inviável porque os acolhidos não se enxergam desde critérios étnico-raciais, o grupo tenta realizar a contagem, não há consenso, diverge quanto à cor das crianças, à textura do cabelo: “ A gente tem metade, metade. Metade e metade. (O1.6). – Então quantas crianças brancas a gente tem aqui hoje? (P). Uma. (O1.7). Porque as negras, três. (O1.5).

Ao final da contagem a equipe chega à conclusão de tem cinco acolhidos brancos e 12 negros, sendo que três permanecem sem classificação.

A dificuldade acerca da descrição não é apenas uma questão de preservação do silêncio sobre a temática. Implica como eu descrevo uma criança ou adolescente, por exemplo, que se perdeu ao sair para realizar alguma atividade fora do serviço. Eu preciso conhecer para nomear. Esta questão é grave e os participantes do Saica2 apresentam a mesma dificuldade sobre quantas crianças negras estão lá.

Eu, o João, Carlos, a bombonzinho, a Marcela, a Júlia. (O2.3).

– E os outros são o que? (P).

São brancos. (F2.1). Os outros são misturados. Misturados mesmo. Todo mundo leva no sangue, mas na cor, na pele.... (O2.3).

– E quantos são brancos? (P).

Nenhum. (O2.1). Café com leite. (F2.1). São pardos. Se for falar de tom de pele, sim. Porque mistura as raças e a gente não sabe como definir. (O2.2).

A repetição se estende a todos os grupos, o que deixa explícito o quanto a temática não é abordada, nem mesmo para saber quem são as crianças acolhidas e suas heranças familiares: “Ah, não. Tem cinco negras, todas as outras são brancas”. (Equipe).

A invisibilidade do quesito raça/cor traz como consequência direta o ocultamento do racismo institucional, que judicializa as situações de violação de direitos das famílias pobres, em sua maioria, pretas e pardas. O silêncio acerca do racismo na infância e juventude é um ato devastador, quando se analisa a trajetória das crianças negras ao longo da história do Brasil. Os profissionais que participaram da pesquisa expõem com eloquência as contradições presentes nos serviços e a ausência de debate acerca do pertencimento étnico-racial. Tais limitações têm impactos no processo de permanência

no ambiente institucional, na articulação entre a história familiar e as fragilidades vividas pelas crianças e adolescentes neste momento específico da vida, na caracterização daqueles que estão aptos para a colocação em famílias substitutas. Em várias exposições, os pretendentes a adoção receberiam informações absolutamente divergentes acerca do pertencimento étnico-racial da criança pretendida. Este é um dos motivos que justificam a urgência acerca do debate étnico-racial, afinal, as crianças e adolescentes institucionalizados são detentoras de uma história na qual pertencimento étnico-racial, classe social, gênero, crença religiosa, sexualidade são fatores que tecem sua existência e não podem ser negligenciados.

Por outro lado, há uma tendência geral de nomear o racismo a partir da textura do cabelo.

2.12 Não é sobre cabelos ou tranças! É sobre racismo na infância!

A análise da reprodução do racismo no Brasil parte do princípio de que ele está presente na organização da sociedade como um todo, acarretando prejuízos à população negra em todas as esferas da vida cotidiana e se expressa com maior ou menor intensidade segundo critérios objetivos e, ao mesmo tempo, subjetivos. Há uma espécie de categorização e a depender de onde o sujeito negro esteja, será necessário uma ação direta de discriminação étnico-racial para fazê-lo compreender que vive em uma sociedade racialmente fundada. Isso ocorre quando a pessoa, apesar de pertencer à “raça” negra, decide ocupar espaços historicamente destinados à população branca, pertencente às frações melhores remuneradas da classe trabalhadora ou à parcela minoritária, que é a classe dominante. Exemplo dessa realidade são as situações de racismo vividas por alunas/os negras/os que, por meio da Política de Ação Afirmativa, se matriculam nas melhores universidades públicas do país e são afrontados

cotidianamente por alunas e alunos brancos, a quem foi dito desde o ventre que sua dominação é infinita e que a separação de classes é essencial para a manutenção dos privilégios. Identificar como opera o racismo nestes episódios e analisá-lo enquanto uma dimensão da totalidade social é simples. Quando a estrutura social racista, entretanto, segrega a ponto de naturalizar o lugar da pobreza e cercear, por exemplo, direitos elementares como à convivência familiar e comunitária, à moradia em condições mínimas de salubridade e segurança, à mobilidade urbana em uma cidade do tamanho de São Paulo, o pauperismo se coloca no cotidiano, enquanto um processo direto de privações e miserabilidades, em que o pertencimento étnico-racial parece não importar. Mas, na essência, as pessoas se percebem diferentes e trazem impressões acerca do que o racismo representa. Uma das impressões aparentes para verbalizar é o racismo expresso pelo tipo de cabelo e isto não ocorre por acaso, antes, é produto das relações sociais.

O cabelo, um dos sinais diacríticos que faz parte da diversidade do gênero humano, foi capturado pela cultura e, a partir daí, passou a receber diferentes significados e sentidos diversos. No contexto da África pré-colonial, ele era visto pelas diversas etnias como símbolo de status, de realeza e de poder. No contexto da invasão colonial e da escravidão, passa a ser visto como marca de inferioridade racial, como uma entre as muitas justificativas para se manter o racismo e o mito da inferioridade do negro. [...] O cabelo do negro pode ser visto como símbolo de beleza e, incoerentemente, de inferioridade racial. As tensões e os desencontros entre essas representações refletem a presença de relações sociais autoritárias, hierárquicas e conflituosas entre negros e brancos ao longo da História. (GOMES, 2008, p. 330).

Na etapa final da atividade em grupo, os profissionais afirmam reiteradas vezes que o racismo existe, mas quando solicitamos que eles definam o termo, a questão fica confusa.

Ahn? (O1.5). É sobre a cor... sobre a cor. O que eu entendo, vem do cabelo, cor, varia [risos] porque tem cabelo que é mais crespo, mais encaracolado, mais liso. (O1.6). Aí tem aquelas pessoas que falam do cabelo duro... (O1.5). Cabelo duro, é isso. (O1.6). Com a aparência. Com a cor, com a aparência e com o cabelo. (O1.5).

Racismo para mim é assim... uma pessoa negra vai para a escola, ele fica no meio de outras pessoas mais claras e aí fala, olha aquela neguinha do cabelo duro, eu acho que isso é um racismo. [...] Cabelo duro, às vezes tem uma briga, tá vendo aquela negrinha do cabelo duro, tinha que ser negra. [...] Na minha família, meu pai é NEGROOOO! Do cabelo duro [...] meu pai é muito negro, cabelo duro mesmo. (F2.1).

Se o cabelo é sinônimo de estigma, há uma tendência dos profissionais em resolver a questão pela modificação da aparência, “melhorando a textura” das madeixas, principalmente das meninas. Aqui reside um problema basilar, pois não há previsão de orçamento para as mudanças inadequadas, mas tão “desejadas” e novamente o impacto recai sobre as/os acolhidos, que dependem do assistencialismo e da disponibilidade de voluntários.

Não, às vezes é próprio nosso mesmo ou doação de alguém. (B2.1). [...] Nesta parte não tem isso de ‘ah porque sou negra’ [...] um salão para se identificar, um lugar para cortar o cabelo, para deixar eles bem para cima. (O2.4). Os meninos cortam o cabelo em uma escola de cabeleireiro e são muito bem tratados. (O2.5). [...] Eles fazem luzes, penteado, risquinho no cabelo, o que eles quiserem [...]. (O2.4).

Em se tratando de um cabelo muito crespo, o cuidado se configura como um calvário e a incompatibilidade do tipo de cabelo com o tratamento proposto por “entendidos” no assunto, via de regra, é desastroso e recai sobre a adolescente o ônus da imposição de um padrão de beleza, quer de modo implícito, quer explícito.

[...] Quando ela veio estava de tranças, lindas, pretas. Aí um belo dia, eu fui acordar ela, ela não queria descobrir a cabeça. Eu fui puxar a coberta e... ‘não tia, não puxa não, que eu estou descabelada’. Eu falei, como assim? Cadê as tranças? ‘Eu tirei, eu vou fazer progressiva’. Eu falei ‘para que você vai fazer isso, eu queria ter um cabelo igual ao seu, que eu nunca na minha vida ia querer cortar’. [...] Ela foi fazer, só que como ela tem muito cabelo, não fez de uma vez, aí colocou a touca, aí foi a segunda vez e touca. Agora ela vive de touca. [...] As [outras] meninas vão direto fazer escova, elas não pagam. (O1.5). Eu acho que na parte das tranças... assim, cobraria um valor. (O1.6).

A manutenção de tratamentos químicos em cabelos crespos é cara, devido ao preço dos produtos utilizados. Para um profissional de beleza o custo com um corte,

penteadado, escovação é mínimo, por isso são serviços oferecidos gratuitamente. Os profissionais têm consciência dessa barreira, mas não conseguem buscar alternativas que valorizem o cabelo das crianças e adolescentes negros, com raríssimas exceções, conforme relato abaixo:

Aqui eu tenho visto que é bastante respeitado. Até mostra, senta, olha vamos ver como que é mesmo, aqueles penteados. Vai vir uma cabeleireira especializada em cabelo afro a semana que vem, para trazer as tendências, o que está se fazendo agora. (A2.1).

Se a aparência do fenômeno é identificada pelo preconceito em relação às características físicas com destaque para a textura do cabelo, alteração deste padrão não significa a eliminação do racismo: “Eu acho que ela é muito traumatizada, só vive com touca no cabelo, quando prancha o cabelo, também não fica bom” (O2.3).

Por outro lado, a proposta de mudança das relações étnico-raciais requer o debate sobre cabelos, tranças, *dreadlocks*, alongamentos, escovas progressivas, entre outras formas de cuidado com a aparência, porque estes momentos permitem que se pense sobre a existência do outro e sobre o quanto o racismo vem sendo enfrentado pelas novas gerações, principalmente a partir da década de 1960, como um mal que pode ser combatido. Além disso e, principalmente, com os enfrentamentos na arena política, com a valorização do pertencimento étnico-racial e o reconhecimento positivo da herança africana, como enfatiza Gomes (2008), por ocasião da pesquisa realizada em salões étnicos na cidade de Belo Horizonte/MG. A luta contra o racismo para uma parcela considerável da população negra está associada ao processo de transição capilar, expurgando aquele padrão de beleza branco, que é ilusório.

Esse processo não resulta somente em introjeção do racismo e do mito da inferioridade pelo negro e pela negra. Contraditoriamente, ele os impulsiona a diferentes tipos de reação, expressos na resignificação do cabelo crespo, transformando-o em símbolo de afirmação racial e estética. (GOMES, 2008, p. 330).

Quando o assunto é o controle dos corpos, algumas práticas se reproduzem de modo semelhante nas duas instituições pesquisadas. Um problema recorrente na

infância é a pediculose e a forma como os serviços tratam a questão é emblemática. Em nome do cuidado, se utiliza a administração de medicamentos de maneira sistemática para tratar de um problema muito recorrente na primeira infância, a infestação dos cabelos por um parasita bem conhecido, o piolho.

Aqui, a reprodução de práticas presentes no cotidiano, de receitas caseiras, cuja eficácia é duvidosa, se impõe com um risco ainda maior, pois se a infestação de piolhos em criança é um problema mundial, que independe dos hábitos de higiene ou de classe social, nos serviços de acolhimento institucional a presença do parasita em uma cabeça pode significar a contaminação da maioria das crianças e adolescentes. O medo se instala e provoca uma reação coletiva de “prevenção”, inclusive com o uso indiscriminado de um medicamento via oral, que tem efeitos colaterais e deve ser utilizado com precaução.

Aqui. Sou expert em piolho. A gente compra o remédio, é um período de seis meses que o remédio faz efeito, mas quando eles chegam [momento da entrada no Saica] eu uso álcool gel no cabelo deles, porque o álcool gel além de matar, faz a lêndeia inchar e com o pente fino sai tudo, em dois dias não tem mais nada. Álcool gel, pente fino e medicação de seis em seis meses. (O2.4) Tem umas que chegam MEU DEUS DO CÉU! (F1.1). E qual é o caminho? (P). É passar mesmo o pente fino. (O1.6). É passar bastante pente fino. (O1.5).

Se o controle da pediculose requer, na opinião geral, o uso de pente fino e medicamento via oral, como fazer para pentear e remover as lêndeas quando o cabelo é muito crespo?

Passa um creme (O1.5). Taca amaciante [de roupas] ... [risos], vinagre. (F1.1).

– Amaciante de roupa? E quem faz isso? (P).

Nós, ela principalmente [uma das orientadoras]. (O1.5). Primeiro a gente pesquisa para ver se não pode ocorrer uma reação. (O1.6). Ontem eu pesquisei e diz que até coca-cola quente. (F1.1).

A automedicação, enquanto uma prática recorrente no país, se reproduz também neste espaço e carece de um estudo aprofundado o efeito que o uso do medicamento para pediculose oral de modo sistemático pode ter sobre o organismo destas crianças e

adolescentes. No artigo intitulado: “Pediculose: novas abordagens para uma antiga doença”⁴⁸, o médico Dr. Tadeu Fernando Fernandes é categórico ao afirmar que “não existe um produto preventivo, não existe repelente, fórmulas caseiras podem até funcionar, mas os cuidados com as intoxicações se impõem”. E apresenta como medida mais eficaz e segura a “penteação das lêndeas com pente bem fino e a catação dos piolhos realizada com meticoloso cuidado”, práticas difíceis de serem realizadas no atual modelo de acolhimento institucional, onde sequer o pentear de cabelos é uma ação diária.

É porque eles são muitos, a gente não dá conta, vamos supor hoje eu penteie o cabelo da Bia, fiz uma trança, ela [educadora] penteou de outro, já não dá tempo de eu fazer na outra. (O1.5). Dependendo da atividade do dia não (O1.6).

Conforme dito anteriormente, os serviços não têm previsão de gastos com despesas referentes aos cuidados com o cabelo e, por esforço dos profissionais que pedem atendimento voluntário e gratuito nos salões de beleza e escola de cabeleireiros da região, as crianças e as adolescentes podem ser atendidas. Essa prática revestida claramente de um cunho assistencialista passa por alguns padrões do que é aceitável encontrar nas crianças “de abrigo”. Vejamos:

[...] a criança estava com piolho, mas não é só criança de abrigo que tem piolho. A aluna já estava com tudo preparado e o professor viu [os piolhos] e mandou a menina sair da cadeira. Ah, eu só não fiz um escândalo lá, porque eu não podia fazer isso na frente das outras crianças. Eu só falei ‘ela não vai sair da cadeira’. Ele não... daquele jeito meio afeminado... nada contra, mas eles gostam de showzinho... puxei ele de lado e rasguei o verbo nele, como ela tem, outras crianças podem ter. Podia o senhor chamar, falar, pedir para olhar em casa a cabeça dela. Do jeito que você fez, deixou a criança com vergonha, expos ela.

Atitudes preconceituosas, de tão naturalizadas, não despertam qualquer constrangimento e aqui há a verbalização do preconceito em relação à orientação sexual do profissional. O fato objetivo é: quem expôs a criança foi o cabeleireiro que viu

⁴⁸ Disponível em:

<http://www.spsp.org.br/2011/09/29/pediculose_novas_abordagens_para_uma_antiga_doenca/>. Acesso em: 15 jan. 2018.

os piolhos no momento do corte ou os profissionais do Saica que não “viram” os mesmos piolhos no cotidiano? Certamente os dois!

Se a definição do racismo se restringe à existência de características externas e não à construção de padrões hierárquicos pelo grupo branco a partir das diferenças étnico-raciais, os xingamentos aparecem como mera reprodução, desprovidos de intencionalidade. Sendo assim, a análise não ultrapassa o dado aparente.

Eu com a minha irmã é normal, porque irmã quando briga xinga de tudo que é nome, ‘macaquinha’... Quem tem irmão sabe [...] até na época de adolescente mesmo, é normal xingar. (O2.3). [...] Como ela mesmo falou ‘Ah vai sua macaca!’, a pessoa se ofende e acha que é um racismo. (O2.3).

Há uma naturalização de termos pejorativos quando estes são utilizados em relações sociais privadas, familiares, onde há uma certa “autorização” quanto à depreciação do outro. Este só deve se ofender se o termo vier da boca de uma pessoa estranha.

[...] Há o xingamento, um exemplo: macaca preta, aí é um racismo, se você não conhece a pessoa é claro que é um preconceito, mas no momento que você conhece, depende. [...] Eles podem me xingar, agora outras pessoas não, entendeu? [...]. (O2.3).

Tais interpretações aparecem também no ambiente de Saica, assim, seja em casa, seja na instituição, a tendência é não aprofundar o debate acerca da origem do racismo, o que traria benefícios a todos os envolvidos.

A gente conversou bastante aqui é o fato da fala do macaco, só que o que xingava o outro de macaco também era da *mesma cor e o mesmo tipo de cabelo*. [...] Para a gente falar mal de alguém, a gente precisa se olhar. Então a gente trabalha muito a coisa do espelho [...]. E quando começou a fala do macaco pra cá, macaco pra lá [...] ‘se olha no espelho, vê se você pode chamar outra pessoa desse nome, mas dá uma olhadinha no espelho’, porque essa fala só veio desses dois adolescentes e aí acabou não teve mais. (O2.4).

[...] é macaco, preto, pega banana, dando a casca. A gente está num trabalho ferrenho para conscientizar eles. E engraçado que lá o quadro,

a grande maioria dos funcionários são negros e mesmo assim eles não se intimidam. (O1.1).

Diariamente, aqui mesmo. Entre as crianças, elas são muito racistas, porque tem uns que é negrinho, outros são mais clarinhos. Então diariamente seu negrinho, *bombрил*, *cabelo duro*, *microfone*. Microfone, então diariamente. [...] Quando é com outra raça não é racismo, é bullying⁴⁹, parece que só é racismo quando é ... [...] do outro lado, se chegou uma criança pretinha: 'AIN!! que gracinha', como se fosse coisa de outro mundo, a criança também fica assim: 'ai, o que será que tem de diferente em mim que é tão...?', vai pro lado contrário, não para o *afastamento e rejeição*, os outros é que se sentem inferiorizados porque [...] não tem aquela mesma característica [...] fica supervalorizando *aquele que era pra ser discriminado, mas não é*, é o que eu tenho percebido e aí acho que é ruim do mesmo jeito. (A2.1).

Ao se deparar com a complexidade das relações étnico-raciais, os participantes passam a expressar todas as contradições presentes na formação da sociedade brasileira e a negação do racismo passa pela sua própria existência.

Crianças... É adolescente que é negro, mas não aceita a própria cor. (O1.6)

O racismo está no geral [...] a pessoa mesma que faz o racismo. [...] o racismo não existe. (O1.7)

Para mim é tudo, cor, raça, sexo, de ambas as partes [brancos e negros]. Racismo existe. (F1.1).

Se partimos da premissa (falsa) de que racismo atinge brancos e negros, então, qual a concepção acerca dos termos e qual o significado de se nomear alguém como branco ou como negro.

Que ela é branquela! (F1.1) Branco é... branca é uma pessoa normal, uma pessoa, mas precisa ver como ela vai aceitar. (O1.5).

Estou dizendo que ele é negro, macaco, preto, [riso]. Então, é isso que eu não entendo... (F1.1).

⁴⁹ O conceito de Bullying é diferente do conceito de racismo, ainda que a conduta de intimidação sistemática (bullying) seja caracterizada como *“todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas”*, conforme artigo 2º da Lei nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática. Trata-se de uma ação perversa, que também tem consequências desastrosas na vida das pessoas e que precisa ser combatida de maneira contundente em todos os espaços da vida cotidiana.

E por fim, mas longe de esgotar as interfaces entre acolhimento institucional e racismo institucional interessa-nos saber como as crianças e adolescentes negras/negros têm suas necessidades individuais efetivadas, no sentido de promover a autoestima. A equipe utilizou os aspectos relativos à religião para explicar este ponto polêmico.

Esse é o trabalho a ser feito [...] Se o serviço trabalha para esse... fortalecimento. [...] Seria o ideal. [...] Não, não trabalha. Não, não. (O1.3). [...] Todos nós sabemos que tem alguns tipos de religiões negras que são totalmente...[discriminadas e se você disser] isso, é linda! Fala isso, fala isso. Eu já tive um caso assim. Tinha uma criança que frequentava um centro de candomblé [...]. Ela tinha essa cultura. E foi repreendido com essas palavras pelos demais profissionais. Então o que prega dentro do abrigo, em sua grande maioria? [...] Religião cristã, católica ou então protestante, e branca. Se a criança chegar com esse empoderamento que você está dizendo, ela vai ser 'mala'. (O1.1).

A defesa de que as instituições que prestam serviços públicos devem ser laicas, está muito longe do debate no âmbito da Assistência Social, no município de São Paulo, cuja execução da política está a cargo de instituições com uma longa tradição religiosa. “E aí tem uma questão nos serviços de acolhimento tem uma coisa que é histórica, que é quem são as instituições que acolhem. A gente está aqui neste momento num serviço de acolhimento de uma instituição que é católica”. (B1.1).

E a reprodução da religião católica como religião universal aparece sutilmente na fala de uma das orientadoras socioeducativas:

E a gente leva, se ela quiser ir. Qualquer religião. (O2.3). A gente leva. (O2.2). Tinha um adolescente que tinha curiosidade de religiões de matriz africana, o Paulo, lembra? Aí falei o nome dele [arrepentimento]. Ele pediu e foi levado, escolheu um tio do noturno e foi levado. E as *crianças vão para a igreja* dia de domingo. (O2.3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as crianças e adolescentes gozam dos direitos fundamentais à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Para a efetivação destes direitos criam-se de tempos em tempos novas regras, que ora modificam, ora ampliam o Estatuto da Criança e do Adolescente promulgado na década de 1990. Chama a atenção o fato de que tais mudanças só ocorrem quando são motivadas por uma situação concreta vivenciada por uma criança ou adolescente e que provoca comoção geral da sociedade, como no caso da Lei n. 13.010/2014, mais conhecida como “Lei Menino Bernardo”, que proíbe o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante na educação de crianças e adolescentes. Em se tratando de crianças e adolescentes negros e pobres, que cotidianamente são vítimas da violência do Estado, seja via ação policial, seja via membros da sociedade incomodados com a presença dos “menores” em determinados lugares, seja via institucionalização, as ações truculentas são entendidas como medidas corretivas e aplicadas com intuito de garantir a “paz social”. A Chacina da Candelária na cidade do Rio de Janeiro em 2003, a chacina da Baixada Fluminense em 2005, os crimes de Maio de 2006 no estado de São Paulo e os movimentos de resistência protagonizados pelas mulheres negras e periféricas diante do assassinato da juventude negra escancaram os horrores de uma prática social que continua a exterminar a população negra e cuja ação estratégica sobre a infância e juventude tem como resultado continuar esfacelando as famílias negras. É isso que precisamos entender com urgência ou a transformação do quadro de pobreza geracional permanecerá inalterado e marcado pelo sangue daquelas e daqueles cujas vidas foram ceifadas, embora continuem vividas nos atos de contestação contra esse Estado racista.

Há um constante tensionamento protagonizado pela população negra na luta para obter acesso aos direitos sociais negados pela classe dominante, que se contrapõem à distribuição igualitária da renda, o que implicaria perderem vários de seus privilégios. O confronto é uma ameaça constante e a forma encontrada para desqualificar o debate acerca da desigualdade étnico-racial é o reforço do **mito da nação superior via democracia racial**, que assegura a harmonia entre os grupos étnicos, terreno em que o racismo encontra solo fértil para germinar.

A noção de democracia racial permanece distorcida e segue a um padrão presente inclusive no período escravocrata, em que o acolhimento dos filhos bastardos pelos seus senhores, quando estes nasciam com a cor da pele mais clara, era prática comum. Na realidade atual, defender a democracia racial pressupõe resgatar os “recuperáveis”, os pardos, do lamaçal em que historicamente se convencionou determinar como local da população negra e tornar não negros, aqueles que podem ilusoriamente fugir deste lugar. O fenótipo é um aliado que pode ser combatido nas sucessivas aproximações entre os grupos, ou seja, quanto mais clara a pigmentação da pele, mais “democraticamente” a pessoa será tratada. De modo deturpado, é como se a democracia racial autorizasse tratamentos desiguais entre os não brancos segundo uma gradação de cores que, quanto mais próximo do branco, maior a possibilidade de acesso e quanto mais distante, maior a possibilidade de sofrer discriminação.

Se o cotidiano é lugar de reprodução de práticas irrefletidas e carregadas de ideologia, os serviços de acolhimento institucional também incorporam estas práticas e reproduzem o racismo institucional, sem constrangimentos, porque representam o Estado que se colocou no eminente papel de guardião da infância e da adolescência “pobres”. O público alvo dos serviços de acolhimento institucional tem história, tem classe social e tem raça/cor e a tarefa prioritária é fazer emergir essa história para que se possa conhecer a essência do fenômeno de acolhimento como mais uma manobra do capitalismo de controle sobre a classe trabalhadora. O silêncio ou as lacunas deixadas por práticas indiferenciadas favorecem a criação de fantasias acerca do porquê eles estão ali, bem como a revolta e a transferência de culpa para as famílias,

concebidas como incapazes de proteger, amar e cuidar. Em um país marcado pela alta concentração de renda nas mãos de uma parcela minoritária da sociedade e cuja redistribuição de renda, via serviços e políticas públicas, é vexatória, é fácil entender porque os serviços de acolhimento têm esse perfil.

Por detrás dos muros das instituições de acolhimento pesquisadas, as situações graves de racismo foram identificadas em pouco tempo de interação com a pesquisadora, o que pode significar uma abertura para que um trabalho amplo seja realizado e outras situações compreendidas e encaminhadas no sentido de modificar esse espaço, sem perder de vista que nosso entendimento é pela impossibilidade de proteção social em espaços institucionais desta natureza. Entretanto, enquanto essa medida de proteção vigorar há que se dedicar atenção às dores, ao abandono promovido pelo Estado e capacitar tecnicamente os profissionais para oferecer minimamente às crianças e adolescentes afeto e aconchego, muito mais que alimentação e abrigo, para minimizar um processo que é, invariavelmente, traumático.

Para além da análise individual, o que as situações pesquisadas revelaram é um cotidiano conturbado, em que crianças e adolescentes de lares distintos, uns com histórico de diversos acolhimentos, outros acolhidos longe dos irmãos, são submetidos ao convívio coletivo, com poucas possibilidades de compreender a particularidade de sua vida e o motivo da institucionalização. Revelam também um despreparo do Estado em efetivar aquilo que se avaliou como importante na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, o acolhimento institucional como medida de proteção, que melhor atenda aos interesses desse grupo geracional, somente quando todas as outras possibilidades de manutenção da convivência familiar e comunitária falharam. Não é admissível que crianças e adolescentes privados do convívio familiar, por uma imposição externa à própria família, ainda que na ótica de proteger sua integridade física e psicológica sejam tratados como massa homogênea e sofra o racismo cotidianamente em virtude de seu pertencimento étnico-racial.

A ativa participação das mulheres negras no sustento da família não deve ser entendida como dádiva, mas como mais uma expressão do racismo cotidiano, que

mantém a pobreza geracional, os índices de analfabetismo, a maior exposição à violência doméstica, a permanência em atividades laborais desqualificadas e mal remuneradas, bem como potencializa a exposição de crianças e adolescentes à violência urbana, ao trabalho infantil e a situações de fragilização dos vínculos familiares.

Portanto, em se tratando da mulher negra, além da dimensão de gênero, é preciso descortinar a questão étnico-racial, pois entendemos que o conhecimento e a análise crítica acerca das violações que a sociedade racista comete pode lançar luz ao complexo fenômeno de acolhimento de crianças e adolescentes negros e negras e as estratégias de fortalecimento das famílias negras na atualidade.

Conhecer as determinações sócio-históricas que atravessam o cotidiano das famílias negras pode ser uma das chaves de análise da institucionalização de crianças negras no Brasil, pois se a formação da família é historicamente determinada, pode-se afirmar que ela se expressa de modo diverso, conforme sua inserção de classe, sua herança familiar, seu local de nascimento.

Cada grupo familiar, portanto, encerra em si uma totalidade, e a forma como ele se relaciona com outros grupos familiares, com a comunidade, com a sociedade e com o Poder Público; a capacidade do núcleo familiar extenso proteger seus membros; a maior ou menor possibilidade de acesso ao mercado de trabalho; o atendimento ou não das demandas de crianças e adolescentes relativas à creche, pré-escola, ensino fundamental, médio e superior, em instituições de qualidade podem ser elementos protetores de seus integrantes contra situações de riscos sociais.

É tarefa do Estado, por meio das políticas sociais, subsidiar a família, para que esta seja capaz de exercer o cuidado protegido e protetor para com seus filhos, o que no cenário atual de retirada de direitos, de aprovação da Reforma Trabalhista e de todo o lobby para aprovação da Reforma da Previdência se revela algo ainda mais desafiador. Há entre os profissionais um discurso de que a instituição é democrática, do ponto de vista étnico-racial e que ali práticas preconceituosas e discriminatórias não entram, a exemplo do slogan que, de tempos em tempos, aparece nos estádios de

futebol em dias de jogos clássicos: “deixe o racismo fora do estádio”, ainda que o cotidiano lá e cá revele o contrário.

O debate sobre o pertencimento étnico-racial da população negra em todos os grupos se configurou como um momento de flagrante constrangimento, aparentemente motivado pela ideia de que pensar sobre a raça é discriminar o outro. A não identificação do outro enquanto preto ou pardo surge como um ato de solidariedade, de fortalecimento do mito da democracia racial.

Nosso entendimento contraria esta ideia e não deixa margem a dúvidas quando o assunto é a coleta do quesito raça/cor como um indicador importante para se analisar a desigualdade social, na intrínseca relação entre raça e classe. A coleta do dado, porém, não pode ser entendida como uma mera exigência protocolar; há que se discutir amplamente com os profissionais envolvidos nesta atividade sobre o racismo institucional, sobre o desafio de, ao perguntar, perceber a existência do outro. E permitir que os profissionais abandonem uma reprodução cotidiana, a partir das ideias veiculadas pelo senso comum, de que identificar o pertencimento étnico-racial é em si um ato discriminatório. Quanto mais conservadora a visão institucional, mais os trabalhadores tendem a reproduzir o conservadorismo na ação cotidiana e, neste contexto, a qualificação dos dados também sofre tais interferências.

Ao mergulhar no complexo processo de acolhimento institucional, por detrás da aparência de um lugar seguro, com teto, cama quentinha e cinco refeições diárias – fato que os profissionais, via de regra, apresentam como o grande diferencial e sinônimo de acolhimento –, o que se revela é uma instituição projetada para enquadrar essas crianças e adolescentes, condená-las ao confinamento e reforçar além do não lugar, a degeneração de suas famílias. Dizer que a família está degenerada e usar esta informação como justificativa para o acolhimento é lançar mão de juízos de valor conservadores em relação ao modo de ser das famílias e defender a primazia do Estado em cuidar de seus filhos(as). Entretanto, essa criança ou adolescente existe em relação à família, esta família a constitui, por isso a conta não fecha. Famílias continuam sendo abandonadas e os seus, institucionalizados.

Por outro lado, há um discurso contraditório que faz do Saica um lugar onde os sentimentos, as sensações, precisam ser contidas, onde o estabelecimento de vínculos precisa estar bem posicionado, a ponto de dar a segurança que a criança ou adolescente necessita, mas que também possibilite a superação daquela condição que se pretende temporária. Com frequência, os profissionais ressaltam a importância de um atendimento distanciado, em que pessoal e profissional não se confundam. Como explicar, então, o tratamento por “tio” ou “tia”, que imediatamente remete a alguém muito familiar e ao mesmo tempo fazer com que os acolhidos entendam que estes traços são usados para garantir a impessoalidade. Até mesmo entre os profissionais há um tratamento indiferenciado do tipo “lembra, tia”, “foi o tio do noturno que levou”.

Por tudo que foi exposto ao longo do trabalho, há que se falar do racismo que atinge a infância e adolescência, porque este ciclo de vida tem várias particularidades, e da peculiaridade da vivência deste ciclo de vida no âmbito do Saica. Isto porque, no caso de instituições em que pessoas estão submetidas incessantemente ao controle e poder dos trabalhadores e gestores das diversas instâncias, há uma relação de invasão da intimidade, em que nada escapa ao olhar do “outro” e as práticas racistas são ainda mais danosas, uma vez que não há um lugar próprio, privado, onde se possa buscar refúgio.

Em outros termos, quando crianças e adolescentes são privados do contato com suas histórias, suas referências familiares e as contradições que as atravessam, e têm seu contato com o mundo mediado por uma instituição que é racista, as práticas de cuidado expressam além do racismo na dimensão interpessoal, outro tipo de prática individual e consciente, que tem, sim, como intencionalidade ferir o outro na sua constituição humana. Além do racismo institucional, identificamos práticas racistas individuais, cujos agentes têm consciência da dor que elas provocam.

A intervenção na área da infância/adolescência se configura como um espaço sócio-ocupacional importante onde se inserem os/as assistentes sociais e suas ações precisam ser balizadas pelos princípios éticos presentes no projeto ético-político da profissão. Em relação aos Saicas observamos que a formação profissional crítica e o

conhecimento acerca da realidade das famílias atendidas é condição primordial para que práticas indiferenciadas não sejam reproduzidas.

As marcas e rupturas provocadas pelo racismo no Brasil precisam ser analisadas no interior da luta de classes, no processo contraditório de sociabilidade. As marcas são visíveis, remetem à dor da escravidão, mas, além disso, a violência étnico-racial tem sua função reformulada e continua a se reproduzir de maneira automatizada, como na expressão que utilizamos cotidianamente para dizer a alguém que está encrencado: “você está ferrado!”. Expressão que remete ao hábito perverso de marcar a população negra escravizada com ferro em brasa.

Quer seja no âmbito do capitalismo mundial, cujas dimensões são globais, quer na particularidade da vida brasileira, a democracia racial configura-se um mito, contrária aos interesses do modo de produção vigente. A esta realidade, soma-se as particularidades que compõem as relações étnico-raciais no país, indissociáveis da fragilidade da própria democracia brasileira. A primeira é absolutamente dependente da segunda e talvez esta seja a razão que mantém vivo o mito. A ação direta e contundente de homens e mulheres insatisfeitos com esta realidade provoca rupturas importantes que oxigenam os sonhos de um Brasil melhor. O combate ao racismo exige, na mesma medida, o combate à sociedade de classes, à desigualdade de gênero, bem como o respeito à diversidade sexual, entre outras garantias individuais cotidianamente violadas.

Dito isto, cabe-nos asseverar que a luta segue em direção a uma sociedade em que os valores verdadeiramente igualitários, livres de qualquer forma de exploração, dominação ou opressão, não se configura como um mito, mas é uma possibilidade histórica, tarefa de homens e mulheres indistintamente comprometidos com a liberdade humana.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

ALMEIDA, M. S. ALMEIDA, M. S. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo EM PAUTA, Rio de Janeiro. 2o Semestre de 2014 - n. 34, v. 12.

_____. Pioneirismo da discussão étnico-racial no Serviço Social. Entrevista com Magali da Silva Almeida. In: *Revista Libertas*, R. Fac. Serv. Soc., Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 231-239, jan./jun. 2013

ALTOÉ, S. *Infâncias Perdidas: o cotidiano nos internatos-prisão*. Rio de Janeiro: Xenon Ed., 1990.

ALVES, C. *Os escravos*. Textos literários em meio eletrônico. Disponível em: www.literaturabrasileira.ufsc.br. Acesso em: 1 jun. 2017.

AMARO, S. A questão racial na Assistência Social: um debate emergente. *Serviço Social & Sociedade* n. 81. São Paulo: Cortez, 2005.

AMMA-PSIQUE E NEGRITUDE QUILOMBHOJE. *Gostando mais de nós mesmos: perguntas e respostas sobre a autoestima e questão racial*. São Paulo: Gente, 1999.

_____. *Identificação e abordagem do racismo institucional*. Brasil, 2008.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora Unicamp, 1995.

ARAÚJO, E. "As gentes do Brasil". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 2. N. 16, Novembro 2008.

ASSIS, M. *Pai contra mãe* (conto). Disponível em: www.dominiopublico.gov.br. Acesso em 1 jun. 2017.

ASSIS, M. I. *Lembranças do vivido e do sentido*. Série Justiça e Desenvolvimento IFP-FCC: Mulheres e Desigualdades de Gênero, Marília Pinto de Carvalho; Regina Pahim Pinto (orgs.). Contexto, 2008.

AYRES, L. S. M. *Adoção: de menor a criança, de criança a filho*. Curitiba: Juruá, 2009.

AZEVEDO, E. Luiz Gama: a letra e a luta. *Revista História Viva – Temas Brasileiros. Presença Negra*, n. 3. São Paulo: Ediouro, 2006.

BARROCO, M. L. S. "A historicidade dos Direitos Humanos". In: FORTI, V.; GUERRA, Y. *Ética e Direitos: Ensaio Críticos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

_____. "Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político". In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 106, 2011.

_____. "Direitos humanos ou emancipação humana?" In: *Revista Inscrita*, n. 14. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, dezembro, 2013.

_____. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____; BRITES, M. C. Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos. In: *Temporalis*, ano III, n. 5, jan.-jun. de 2002. Brasília: ABEPSS, 2002.

BASTIDE, R. *Brasil: terra de contrastes*. 6.ed. Trad. Maria Isaura Pereira Queiroz. São Paulo: Difel, 1975.

BOAHEN, A. A. *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

BRASIL. Decreto n. 3.087, de 21 de junho de 1999. Promulga a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29 de maio de 1993.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (atualizado até 26/04/2017).

_____. Lei n. 12.888, de 20 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial.

_____. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília, DF, 2006.

BRITES, C. M.; SALES, M. A. *Ética e práxis profissional. Curso de capacitação ética para agentes multiplicadores*. CFESS, Gestão 2002/2005. 2.ed. Brasília: 2007.

BRITO, F. “Considerações sobre a regulação armada de territórios cariocas”. In: BRITO, F.; OLIVEIRA, P. R. (org.). *Até o último homem; visões cariocas da administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica de família. In: *Revista Brasileira de Estudos da População*. São Paulo, v. 6, n. 1, p.1-23, jan/jun. 1988.

CARNEIRO, S. Enegrecendo o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir da perspectiva de gênero. Disponível em <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

_____. “Estrelas com luz própria”. In: *Revista História Viva – Temas Brasileiros. Presença Negra*, n. 3. São Paulo: Ediouro, 2006.

CASHMORE, E. et al.. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. Tradução Dinah Kleve. São Paulo: Selo Negro, 2000.

CHALHOUB, S. “Exclusão e Cidadania”. *Revista História Viva – Temas Brasileiros. Presença Negra*, n. 3. São Paulo: Ediouro, 2006.

CHAUÍ, M. *Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHIAVENATO, J. J. *As lutas do povo brasileiro: do “descobrimento” a Canudos*. São Paulo: Moderna, 1988.

CNAS/CONANDA. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília: Junho de 2009. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/pdf/orientacoes-tecnicas.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2017

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE AO RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, III. Declaração e Programa de Ação adotados na Conferência de Durban. 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, Durban, África do Sul. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br>>.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA. Organização das Nações Unidas. 20/11/1989.

COSTA, E. V. *A Abolição*. 2.ed. São Paulo: Global, 1986.

_____. *A dialética invertida e outros ensaios*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

- _____. *Brasil: história, textos e contextos*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- _____. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. 9. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- _____. *Da Senzala à Colônia*. 5. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010a.
- COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- GRESS-SP. CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 9ª Região. *Legislação Brasileira para o Serviço Social*. São Paulo: O Conselho, 2007.
- CUTI; FERNANDES, M. D. *Consciência Negra do Brasil: os principais livros*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.
- DAVIS, A. *Mulheres, cultura e política*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DFID/PNUD. *Programa de Combate ao racismo institucional no Brasil*. Brasília: 2005.
- ECO, U. *Como se faz uma tese*. 22.ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- ESPECIAL FAMÍLIAS. *Revista Serviço Social e Sociedade*. Ano XXIII, n. 71. São Paulo: Cortez, 2002.
- ESTEVES, P.; SOUZA, L. C. S. *Revista Brasileira de Política Internacional*. V. 54. n. 2. Brasília: 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292011000200002>>.
- EURICO, M. C. "A percepção do assistente social acerca do racismo institucional". In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, Ano XXXIII, n.114. São Paulo: Cortez, 2013.
- _____. *Da escravidão ao trabalho livre: contribuições para o trabalho do assistente social*. *SER Social*, Brasília, v. 19, n. 41, p. 414-427, jul.-dez. 2017.
- _____. *Questão racial e Serviço Social: uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). PUC/SP, 2011.

FAPESP. *Revista Pesquisa FAPESP: Ciência e Tecnologia no Brasil*. São Paulo: Plural Editora e Gráfica, outubro 2008, n. 152.

FÁVERO, E. T. *Questão Social e perda do poder familiar*. São Paulo: Veras Editora, 2007.

_____.; MELÃO, M. J. R.; JORGE, M. R. T.(orgs) *O Serviço Social e a Psicologia no Judiciário: construindo saberes, conquistando direitos*. São Paulo: Cortez, 2008.

FERREIRA, C. M. *O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947)*. Dissertação De Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro Centro de Filosofia e Ciências Humanas Escola de Serviço Social Programa de Pós-Graduação/Mestrado. Rio de Janeiro, 2010.

FERREIRA, T. *Os meninos e a rua: uma interpelação à psicanálise*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Maia e Schimdt, 1933.

GOMES, N. L. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GONZALEZ, L. *A mulher negra na sociedade brasileira*. In: Anette Goldberg Velasco e Cruz [et al.] *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina*. Madel T. L. (org.). Rio de Janeiro, Edições Graal, 1982.

_____. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Revista Ciências Sociais hoje. AN-POCS, 1984, p. 223-244. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/247561/mod_resource/content/1/RACISMO%20E%20SEXISMO%20NA%20CULTURA%20BRASILEIRA.pdf. Acesso em: 29 jan. 2018.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca*, v. 1. São Paulo: Ática, 1978.

_____. *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era*. V. 2, São Paulo: Ática, 1978.

_____. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez, 1989.

FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Maia e Schimdt, 1933.

GOMES, N. L. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____; HUNTLEY, L. *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

HERNANDEZ, L. L. “A invenção da África”. *Revista História Viva – Temas Brasileiros*. Presença Negra, n. 3. São Paulo: Ediouro, 2006.

HOBBSAWM, E. J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 7.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

IAMAMOTO M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____, *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 14. ed. São Paulo: Cortez, Celats (Lima-Perú), 2001.

IANNI, O. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

IBGE. *Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra)*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>.

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/6_inventario_revoltas.pdf>.

IPEA. *Dinâmica Demográfica da População Negra - 12/5/2011*. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2016.

_____ et al.. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 4.ed. Brasília: Ipea, 2011.

IRACI, N.; SOVIK, L. *Diálogos contra o racismo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), dez. 2004.

JACOUDE, L. “O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial”. In: THEODORO, M. (org) *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008.

JESUS, C. M. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10.ed. São Paulo: Ática, 2014.

LACERDA, J. B. *Sur les métis au Brésil, Congrès Universel des Races*, Paris: Imprimerie Devouge. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. *O Congresso Universal das Raças reunido em Londres (1911): apreciação e comentários*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ, 1912. Disponível em: <<http://www.obrasraras.museunacional.ufrj.br>>.

LOPES, F.; QUINTILIANO, R. “*Racismo Institucional e o Direito Humano à Saúde*”. *Democracia Viva*, n. 34. Jan./mar. 2007. Disponível em: <<http://www.ibase.br>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

LÓPEZ, L. C. “O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde”. *Revista Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v.16, n. 40, p.121-134, jan./mar. 2012.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneoder. São Paulo: Boitempo, 2012.

MACHADO, E (org.) *Da África e sobre a África: textos de lá e de cá*. São Paulo: Cortez, 2012.

MARINGONI, Gilberto. “História – O destino dos negros após a Abolição”. *Revista IPEA. Desafios do Desenvolvimento*, 2011, Ano 8, 70.ed. – 29 dez. 2011.

MARQUES Jr., J. S. *Questão Racial e Serviço Social: uma análise de sua produção teórica no pós-Durban*. Disponível em: <http://www.neabuerj-proafrro.com.br/arq/questao_joilson.pdf/05/01/2011>.

MARTINELLI, M. L. “Os métodos na pesquisa. A pesquisa qualitativa”. *Temporalis*, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS/Pesquisa e conhecimento em Serviço Social, Ed. Universitária da UFPE, Recife, ano 5, n. 9, jan./jun. 2005.

MARX, K. O Capital Livro 1: *O processo de produção do capital*. Capítulo 5: O processo de trabalho e o processo de valorização. Rubens Enderle (trad.). 2 ed. coleção: Marx & Engels. Volume I. São Paulo: Boitempo Editorial: 2013.

_____. *A questão judaica*. Trad. Silvio Donizete Chagas. 4.ed. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. *Manuscrtos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*. Traduções de José Carlos Bruni et al. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. *Para a crítica da economia política*. In: *Manuscrtos econômico-filosóficos e outros textos*. Trad. Edgar Malagodi e José Arthur Gianotti. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MDS/FIOCRUZ. Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento. Organizado por Simone Gonçalves de Assis, Luís Otávio Pires Farias. São Paulo: Hucitec, 2013. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/LIVRO_Levantamento%20Nacional_Final.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2016.

MENDONÇA, L. F. M. *Movimento Negro: da marca da inferioridade racial à construção da identidade étnica*. São Paulo, 1996. Dissertação de Mestrado. Depto. de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MENEZES, F. C.. *Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no Brasil contemporâneo*. Libertas. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. V. 13, n. 1, 2013.

MÉSZÁROS, I. *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação*. Tradução Laboratório de Tradução do Cenex/Fale/UFMG. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). *Programa Estratégico de Ações Afirmativas: População Negra e AIDS*. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br>>.

MONTENEGRO, A. T. *Abolição*. São Paulo: Ática, 1988.

MOTTA, M. A. P. *Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MOURA, C. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Anita, 1994.

_____. *Os quilombos e a rebelião negra*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Rebelião da Senzala*. 3.ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

_____. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo, Ática, 1988.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica 2004.

NABUCO, J. *Que é abolicionismo?* Seleção de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Penguin Clássico, 2011.

NETTO, J. P. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

_____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Introdução ao método da teoria social*. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal/docs/int-metodo-teoria-social.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2016.

_____. *O que é Marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. “Para a crítica da vida cotidiana”. In: CARVALHO, M. C. B.; NETTO, J. P. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NIMROD. *Rosa Parks: não à discriminação racial*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Edições SM, 2009.

OGOT, B. A. *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: Unesco, 2010.

OLIVEIRA, F. *Saúde da população negra: Brasil ano 2001*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2003.

PAIXÃO, M; CARVANO, L. M. (orgs). *Relatório anual das desigualdades raciais 2007-2008*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PEITER, C. *Adoção: vínculos e rupturas: do abrigo à família adotiva*. São Paulo: Zago-doni Editora, 2011.

PINSKY, J. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

_____; ELUF, L. N. *Brasileiro (a) é assim mesmo: cidadania e preconceito*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1996.

PINTO, E. A. *O Serviço Social e a questão étnico-racial: um estudo de sua relação com usuários negros*. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

PINTO, E. A. *Mulher negra e o emprego doméstico: a travessia pelo século XX e as novas perspectivas para o século XXI*. Mar. 2012. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/mulher-negra-e-o-emprego-domestico-a-travessia-pelo-seculo-xx-e-as-novas-perspectivas-para-o-seculo-xxi/>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

PRADO Jr., C. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

PRÉVOT, F. *Wangari Maathai, a mulher que plantou milhões de árvores*. Trad. Janaina Senna, ilustrações Aurélia Fronty. Rio de Janeiro: Galerinha Record, 2013.

RAMOS, A. *A Aculturação Negra no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

RIBEIRO e BARBOSA (orgs). *Cadernos Negros: três décadas: ensaios, poemas, contos*. São Paulo: Quilombhoje; Seppir, 2008.

RIBEIRO, M. "As abordagens étnico-raciais no Serviço Social". In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, Ano XXV, n. 78. São Paulo: Cortez, 2004.

RIZZINI, I. (coord.). *Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unicef; Ciespi; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO, 2006.

ROCHA, R. F. “A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social”. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, Ano XXX, n. 99. São Paulo: Cortez, 2009.

RODRIGUES, R. N. As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011, 95p. ISBN 978-85-7982-075-5. Disponível em: [SciELOBooks <http://books.scielo.org>](http://books.scielo.org). Acesso em: 30 jan. 2017.

ROMÃO, J. (orgs.) *História da Educação do Negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SAFFIOTI, H. I. B. *O poder do macho*. 12.ed. São Paulo: Moderna, 1987.

SAMPAIO, Maria Clara Sales Carneiro. *Fronteiras negras ao sul: a proposta dos Estados Unidos de colonizar a Amazônia brasileira com afro-descendentes norte-americanos na década de 1860*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2009. São Paulo, 2009.

SANTOS, J. R. *O que é racismo*. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1984.

SANTOS, S. M. de M. dos. “Diversidade sexual: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo”. *Revista Argumentum*, Vitória, v. 9, n. 1, p. 8-20, jan./abr. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Henrique/Downloads/Dialnet-DiversidadeSexual-artigo%20Silvana%20Mara.pdf>.

SANTOS, S. A. (orgs). *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação: Unesco, 2005.

SARTI, C. A. *A família como espelho*. Campinas: Autores Associados, 1996.

SCHWARCZ, L. M. *Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SEPPIR). Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília: 2007. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br>>.

SENADO FEDERAL. “Adoção: Mudar um destino”. *Revista Em Discussão*. Revista de Audiências Públicas do Senado Federal. Brasília/DF. Ano 4, n. 15 maio de 2013. Disponível em <<http://www12.senado.leg.br/jornal/revista-em-discussao>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

SEPPIR/CONAPIR. Subsídios à II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: 2009.

SERRANO, C.; WALDMAN. *Memória D’África: a temática africana em sala de aula*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, L. (Cutí). *Cadernos Negros n. 8*. São Paulo: Ed. dos Autores, 1985.

SILVA, M. N. *Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006.

SILVA, M. O. S. “Trinta Anos da Revista Serviço Social & Sociedade: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil”. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, Ano XXX, n. 100. São Paulo: Cortez, 2009.

_____; CARVALHO, D. B. B.(orgs) *Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA FILHO, J. B. *O Serviço Social e a questão do negro na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 2006.

_____. “O negro e o curso de Serviço Social da UFF”. In: *Revista África e Africanidades*. Ano I, n. 2, 2008. Disponível em: <www.africaeaficanidades.com>.

SILVA Jr., H; TEIXEIRA, D. (orgs). *Discriminação racial na infância é sinônimo de maus-tratos: a importância do ECA para a proteção das crianças negras*. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), 2016.

SILVEIRA, A. M. *Adoção de crianças negras: inclusão ou exclusão?* São Paulo: Veras Editora, 2005.

SZYMANSKI, H. “Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança”. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, Ano XXIII, n. 71. São Paulo: Cortez, 2002.

TAVARES, J. “A cor da indignação”. *Revista História Viva – Temas Brasileiros. Presença Negra*, n. 3. São Paulo: Ediouro, 2006.

TEIXEIRA, D. “Adoção de crianças negras e o enfrentamento ao racismo na infância”. In: SILVA Jr., H; TEIXEIRA, D. (orgs). *Discriminação racial na infância é sinônimo de maus-tratos: a importância do ECA para a proteção das crianças negras*. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), 2016.

THEODORO, M. (Org.) *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008.

TRINDADE, J. D. L. *História Social dos Direitos Humanos*. São Paulo: Peirópolis, 2002.

UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. *O impacto do racismo na infância*. Brasília: Unicef, 2010.

VALENTE, A. L. E. F. *Ser negro no Brasil hoje*. 11.ed. São Paulo: Moderna, 1994.

VIEIRA, E. *Os direitos e a política social*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007.